JOISA MARIA BARROSO LOUREIRO

AS COMUNIDADES FRUTO DO COOPERATIVISMO HABITACIONAL

Possibilidades do conjunto autogerido Paulo Freire como utopia temporal-espacial

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Luciana Corrêa do Lago

Rio de Janeiro
2013

L892c Loureiro, Joisa Maria Barroso.
As comunidades fruto do cooperativismo habitacional : possibilidades do conjunto autogerido Paulo Freire como utopia temporal-espacial / Joisa Maria Barroso Loureiro. – 2013.
192 f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Luciana Corrêa do Lago.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2013.
Bibliografia: f. 185-189.

1. Habitação. 2. Autogestão. 3. Cooperativas habitacionais. 4. Mutirão habitacional. I. Lago, Luciana Corrêa do. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. III. Título.

CDD: 363.5

JOISA MARIA BARROSO LOUREIRO

AS COMUNIDADES FRUTO DO COOPERATIVISMO HABITACIONAL

Possibilidades do conjunto autogerido Paulo Freire como utopia temporal-espacial

Tese submetida ao corpo docente do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

_____
Prof. Dra. Luciana Corrêa do Lago – Orientadora
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

_____
Prof. Dr. Adauto Lucio Cardoso
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

_____
Prof. Dr. Orlando Alves dos Santos Júnior
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

_____
Prof. Dr. Luís Renato Bezerra Pequeno
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UFC

_____
Prof. Dra. Luciana da Silva Andrade
Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB/UFRJ

_____
Prof. Dr. Nabil Georges Bonduki
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP

Dedico esta tese à minha querida mãe, Maria Lêrisa,
grande incentivadora dos meus estudos...
Com todo amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos da minha família, minha mãe, meus irmãos Joana, Fábio, Maria José e Matheus, tias, primos e sobrinhos queridos, que sempre procuraram compreender e respeitar a minha decisão de sair de Fortaleza para a realização de mais essa etapa de minha vida profissional.

Agradeço ao meu companheiro querido, Eduardo, pela força constante, pelo cuidado infinito, pela serenidade tão necessária, e pelo amor sentido a todo o momento... Saber da sua admiração e do seu respeito por essa realização que é o doutorado me ajudou muitas vezes a não fraquejar e desistir.

Ao amigo Renato Pequeno, toda gratidão por sua grande contribuição para minha formação profissional e intelectual. Grandes experiências profissionais (e de vida) foram vividas a partir de sua orientação e de sua força.

Entre essas experiências, destaco minha ida para o CEARAH Periferia, ao qual agradeço, sobretudo pelos amigos conquistados, companheiros do dia a dia de trabalho e de luta: Marta, Suzany, Rodrigo, Valéria, Hilda, Nonato, Thaís, D. Ângela, Polyne, Marcelo, Jean Pierre, Alex, Regina e Kirk... Pessoas que fizeram parte de uma das mais incríveis experiências que já vivi e de onde retiro os mais preciosos e inesquecíveis aprendizados. Em especial agradeço a Thêmis, parte desse grupo, e grande incentivadora na decisão de fazer o doutorado no Rio de Janeiro, e que com sua amizade, ajudou a suavizar as agruras e melhor apreciar as maravilhas da nova cidade.

Aos amigos de vida conquistados na turma do doutorado: Flávio, Marcelo, Felipe, Ana Paula, Wendell e Omar. Toda gratidão, respeito e admiração. Através de todos eles, grandes amizades foram se formando: Olívia, Tatiana e Tânia, Fernanda e Sandra, Celso Alexandre e tantos outros.

A todos que promoveram comigo, o Fórum Social Urbano (no Rio de Janeiro em 2010). Queridos e queridas que num esforço se dedicaram a construção desse que foi o evento de diálogo e, principalmente, de grande contraponto ao Fórum Urbano Mundial. A participação na construção desse processo e o trabalho, com essas pessoas especiais, me possibilita até hoje uma fundamental reflexão sobre a minha atuação profissional e política.

Aos amigos do IPPUR em nome de Zuleika Alves, André Luís e d. Maria. Agradeço também aos professores Ana Clara Torres Ribeiro (in memoriam), Adauto Cardoso, Carlos Vainer e Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro.

Quero agradecer a todos que fazem parte do núcleo de pesquisa Observatório das Metrópoles, em especial aos pesquisadores que compõem a linha de pesquisa sobre as formas de provisão habitacional, Irene, Jéssica... Ter participado desse grupo de pesquisa foi fundamental para o desenvolvimento da minha pesquisa e produção do presente trabalho.

Foi através desse grupo que tive a oportunidade de conhecer minha orientadora, Professora Luciana Corrêa do Lago, a quem agradeço imensamente a oportunidade de participar do projeto de pesquisa sob sua coordenação. Nossos diálogos acadêmicos, e também pessoais, em muito me fizeram refletir sobre os caminhos a serem tomados para realização desse trabalho. Agradeço sua paciência, sua sabedoria, dedicação e empenho.

Agradeço à todos os entrevistados: aos membros da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP) através de Donizete, Evaniza, Elenice, Adriana; às famílias moradoras do Conjunto Paulo Freire, através dos entrevistados: Cris, Dôra, Valdemir, Roberto, Artemisa, Ângela; à Beatriz Tone e ao Pedro Arantes da Usina-CTAH, à Jade Percassi e Vítor Lotufo agradeço a atenção dispensada.

Agradeço através da amiga Naninha (Rosângela) a todos e todas os que me receberam em Brasília, quando da minha ida para o Ministério do Meio Ambiente.

Concluo agradecendo a Capes, pela bolsa que me foi concedida, fundamental para garantir o desenvolvimento do meu projeto de doutorado.

RESUMO

A presente pesquisa parte do questionamento sobre as condições materiais, princípios e estratégias necessários na América Latina para o surgimento e materialização de projetos efetivamente contra-hegemônicos de cidade e, mais especificamente, de moradia; analisando de que forma experiências de cooperativismo habitacional autogestionário avançaram no sentido de produzir uma moradia que garanta a dignidade e o bem-estar das pessoas, segundo padrões construídos coletivamente, e de contribuir na luta pela predominância do significado do ambiente construído, da cidade, como um conjunto de valores de uso. Nesse sentido, toda a proposta metodológica tem por base a análise das alternativas históricas que produziram e produzem o sistema social cidade de São Paulo e de uma área específica, aberta à criatividade humana, o Conjunto Habitacional Paulo Freire (nosso estudo de caso), seu processo de formação e as condições encontradas na sua localização (Cidade Tiradentes/SP), os agentes sociais promotores do projeto (movimento de moradia, associação, famílias e assistência técnica) e os meios utilizados (cooperativismo, autogestão e mutirão) na sua construção. Verificando para além de seus limites, suas potencialidades enquanto materialização de utopia temporal e espacial, enquanto espaço de esperança.

Palavras-chave: Utopia. Cidade. Moradia. Cooperativismo. Autogestão. Mutirão.

ABSTRACT

This research part of the question about the material conditions, principles and strategies needed in Latin America for the emergence and materialization of projects effectively counter-hegemonic of city, and more specifically, of housing, analyzing how experiences of cooperative housing self-management advanced in order to produce a house that guarantees the dignity and welfare of the people, built according collectively standards, and contribute to the struggle for dominance of the meaning of the built environment, the city, as a set of use values. In this sense, all the proposed methodology is based on analysis of historical alternatives that produced and produce the social system the city of São Paulo and a specific area, open to human creativity, the Housing Project Paulo Freire (our study case), its formation process and the conditions found in your location (Cidade Tiradentes / SP), social agents promoters of the project (housing movement, association, families and technical assistance) and the means used (cooperativeness, self-management and mutirão) in its construction. Verifying beyond its limits, its potential as a materialization of utopia temporal and spatial, as an area of hope.

Keywords: Utopia. City. Housing. Cooperatives. Self-management. Mutirão.

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Orçamento geral e orçamento SEHAB/SP realizados (em milhões) 1994 a 2006.

Gráfico 2 - Percentual do orçamento geral que foi realizado pela SEHAB/SP (1994 a 2006).

Gráfico 3 - Percentagem de titulares por ocupação profissional.

Gráfico 4 - Percentagem de titulares por renda mensal.

Gráfico 5 - Percentagem de titulares por anos de estudo.

Lista de tabela

Tabela 1 - População Recenseada e Taxas de Crescimento - Município de São Paulo, Regiões e Distritos Municipais -1980, 1991, 2000 e 2010.

Tabela 2 - Participação das cooperativas habitacionais no Programa Crédito Solidário no Período de Jul/2005 a Abr/2009.

Tabela 3 – Comparação dos Custos entre os programas Cingapura (gestão de Maluf/Pitta) e FUNAPS Comunitário (Gestão de Erundina)

Tabela 4 - Conjuntos populares e unidades concluídas no município de São Paulo, até 1997, segundo órgãos promotores e localização.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **11**
AS MOTIVAÇÕES PARA A PESQUISA 11
O OBJETO DE PESQUISA 13
A QUESTÃO 13
HIPÓTESES E SUBQUESTÕES 15
PROPOSTA METODOLÓGICA 17
O ESTUDO DE CASO 19
ESTRUTURA DA TESE 20
CAPÍTULO 1 - A CIDADE ENQUANTO POSSIBILIDADE **22**
1.1 A cidade da centralidade – dos conflitos – das diferenças **22**
1.2 A cidade enquanto "mediação" entre o local e o global **30**
1.3 A localização do projeto: apenas "periferia" ou um espaço de esperança? **36**
1.3.1 De qual "periferia" estamos falando? 40
1.3.2 A periferização da pobreza: negação da cidade ou materialização do Projeto 43
CAPÍTULO 2 - O PROJETO E OS MEIOS UTILIZADOS: COOPERATIVISMO - AUTOGESTÃO - MUTIRÃO **50**
2.1 Sobre o cooperativismo **50**
2.1.1 O cooperativismo uruguaio 57
2.1.2 O cooperativismo na produção habitacional de interesse social 63
2.2 Sobre a autogestão... ..... **73**
2.2.1 Incursão histórica e teórica na autogestão 75
2.2.2 O mutirão autogerido 80
CAPÍTULO 3 - UM PROJETO E SEUS AGENTES PROMOTORES **88**
3.1 O contexto político da proposta autogestionária **88**
3.2 Os agentes do projeto: suas histórias e suas funções **93**
3.2.1 Os movimentos sociais organizados (em torno do tema da moradia) 95
3.2.2 O Estado: Prefeitura/COHAB/HABI 106
3.2.3 A Usina: os assessores técnicos 118
3.2.4 As famílias: militantes, gestoras, mutirantes e moradoras 128
CAPÍTULO 4 - O PROJETO, A UTOPIA REPRESENTADA E PRATICADA **140**
4.1. Do projeto ao canteiro, até a pós-moradia **140**
4.1.1 Da mobilização das famílias ao canteiro de obras 143
4.1.2 A pós-ocupação do conjunto 151
4.2. Um projeto de moradia: o encontro de muitos "projetos" **156**
4.3 O mutirão autogerido: para além dos limites, as possibilidades **165**
CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS **173**
REFERÊNCIAS **185**

INTRODUÇÃO

AS MOTIVAÇÕES PARA A PESQUISA

"Muita pesquisa recente trata de problemas na cidade mais do que da cidade" (LEVEN, 1969 in HARVEY, 2004 [2000]). E pensar nos problemas do urbano em detrimento de pensar o urbano, a cidade, foi nossa prática enquanto funcionária da Prefeitura de Acaraú/CE, consultora em projetos urbanísticos, pesquisadora e colaboradora dos movimentos sociais em Fortaleza no período em fiz parte da equipe do Centro de Estudos, Articulação e Referência em Assentamentos Humanos (CEARAH Periferia). Era sempre: os indicadores, as variáveis da problemática habitacional e/ou urbana, os dados estatísticos, os déficits, as vulnerabilidades, os índices de precariedade, as normas, as leis etc. Estes se constituíam elementos importantes, mas que, de certa forma, me distanciaram do diálogo efetivo com moradores e/ou lideranças comunitárias, principalmente quando eles discutiam sobre as "suas cidades", as suas formas de viver, os sentidos que atribuíam às coisas, que atribuíam a sua casa, ao seu bairro. E acima de tudo, quando refletiam sobre o sentido que os motivavam a lutar, a disputar o seu lugar na cidade.

Os dois primeiros anos no IPPUR foram um choque de realidade, de reflexão sobre conteúdos que, pela minha formação de arquiteta e urbanista e pela minha escola, pouco refleti no passado. A preocupação sempre foi com a forma.

No mestrado (geografia/economia/ecologia), iniciei o contato com alguns desses conteúdos, mas a rotina de trabalho, o ativismo, a rotina doméstica e a rapidez do curso não permitiram um aprofundamento. No Rio de Janeiro, enquanto apenas estudante e por meio das disciplinas do doutorado mergulhei na problemática urbana, na questão societária, na crise da produção de conhecimento, e, voltando à "superfície para respirar", constatei, concordando com Leven, que quero estudar "a cidade". Estudar o urbano enquanto "ordem a descobrir", como nos fala Lefebvre (1999, p. 51). O urbano, o real, onde "o possível é o que dá sentido, é o que dá a orientação, a via aberta para o horizonte". Necessito encontrar esse urbano, o urbano das possibilidades, da complexificação "maior", aberto; o urbano não pertencente a nenhuma ciência especializada, a qual sempre o "fecha" em pretensas sínteses (IBID, p. 58).

Percorrer esse caminho significou encarar e rever algo que como pessoa /profissional /cientista/militante perdi. Algo que me é muito cara e necessária: a esperança, a utopia, o "sentido real das coisas". O sentido da solidariedade, da busca pelo bem comum, da justiça,

da ética. Onde estão estes sentidos? Eles ainda existem? Foram vencidos pelo mundo da mercadoria? Pela técnica, pela tecnocracia? Pelo pragmatismo? Estes sentidos ainda promovem pensamentos utópicos? Eles se materializam de alguma forma? Quando materializados se podem dizer espaços de esperança (HARVEY, 2004 [2000])? Onde se espacializam as utopias? Essa materialização quando acontece se faz de forma consciente? Como os de dentro desses espaços se relacionam com os de fora? Então é isso? O espaço de esperança é o "local", a "comunidade", o fechado, o isolado? Acabaram-se os territórios de territorialidade genuína? O espaço do banal (das horizontalidades de Milton Santos)?

Fui a fundo nesse movimento reflexivo e, revendo minha (primeira) proposta de pesquisa enviada para seleção do IPPUR, durante a disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa (com a profa. Ana Clara Torres Ribeiro), percebi que muito do que ali estava escrito invocava muito da prática acima descrita, a qual me distanciara fortemente do real e que me fez pouco refletir sobre esse real. Naquele momento, a referida proposta de pesquisa de certa forma paralisava a possibilidade de movimento do meu pensamento e consequentemente, como coloca Lefebvre (1975), distorcia o meu pensamento sobre o movimento, sobre o real, sobre o meu objeto maior, a cidade.

Todo esse questionamento aconteceu coincidentemente quando das discussões sobre as linhas de pesquisa pelo núcleo do qual faço parte no IPPUR, o Observatório das Metrópoles. Entre os temas ali estudados, identificamos os processos de produção de moradia popular mediante o cooperativismo autogestionário, como processos que possibilitariam obter algumas respostas aos questionamentos expostos anteriormente. Isto porque a produção de moradia realizada por movimentos sociais organizados em cidades latino-americanas, como São Paulo e Montevidéu, tem se mostrado a princípio experiências exitosas (BARAVELLI, 2006; FRUET, 2004; GOBBI, 2005; MORAIS, 2004); e que me motivam a buscar respostas e formular novos questionamentos.

Serão estes projetos reunidos que, de certa forma, materializarão a utopia de uma cidade mais includente e menos desigual? Promoverão algum tipo de emancipação do trabalhador e de superação da sua exploração pelo capital? Contribuirão para a dissolução da ideia da moradia e do trabalho como mercadorias ou fonte de mais valia?

Como se vê, o "caminho" percorrido agregou novas questões. Tem-se pela frente um novo caminho.

O OBJETO DE PESQUISA

Como objeto de pesquisa da presente tese, têm-se os processos de elaboração e implementação de projetos de moradia para população de baixa renda, promovidos por meio do cooperativismo autogestionário no Brasil; projetos que defendam não somente a produção da unidade habitacional, mas a produção de uma nova proposta de "morar", um novo projeto efetivamente socialista de cidade.

Nosso objeto localiza-se no urbano, que, para Lefebvre (1999), constitui-se o lugar do desejo, advindo das necessidades, o lugar dos enfrentamentos e das contradições, onde a passividade dos que o habitam impede que a imaginação alce seu vôo. Afinal, para o autor, não existe pensamento sem exploração do possível, do alhures e sem referência a uma prática do habitar e do uso, sem utopia. Santos (2002), de forma talvez mais indireta, também sustenta o urbano como o espaço das possibilidades, à medida que coloca a aglomeração como o lugar de uma diversidade maior de pessoas e onde é mais fácil a "mistura" destas com as filosofias; a aglomeração como favorável a uma "sociodiversidade", a qual possibilita a emergência de uma cultura popular que, da mesma forma da cultura de massas, agora se serve dos meios técnicos e pode sobrepujá-la, através da construção de novos discursos e de novos relatos.

Vale ainda salientar que, ao tratarmos como objeto de pesquisa os projetos de moradia popular promovidos por cooperativas autogestionárias em cidades latino americanas, orientamos nossa pesquisa à discussão da problemática urbana a partir do LOCAL, do local das comunidades em projetos materializados pelo cooperativismo e pela autogestão com mutirão, onde se articulam produção e reprodução e onde o trabalho e a moradia têm a possibilidade de encontro e ressignificação.

O cooperativismo e a autogestão têm atuado no local, e a análise de suas possibilidades é fundamental enquanto subsídio à construção de vias de articulação entre o local e o global. Tanto Santos (2003) como Lefebvre (1999) defendem essa articulação, a análise dessa articulação e sua consideração na ação que se propõe transformadora. Ambos os autores, de formas complementares, defendem até alguns "atributos" da globalização como elementos potencializadores da criatividade humana.

A QUESTÃO

Toda a discussão sobre o cooperativismo habitacional partirá do questionamento sobre as condições políticas e socioeconômicas, princípios e estratégias necessários na América

Latina para o surgimento e materialização de projetos efetivamente contra-hegemônicos de cidade e, mais especificamente, de moradia.

Hoje, o processo de elaboração de visões de futuro para as cidades latino-americanas como um processo reflexivo próprio e que culmine em projetos dessa natureza "esbarra" na racionalidade capitalista vigente, fortalecida pela globalização. Uma racionalidade que é causa/consequência de uma sociedade em que a existência tem se limitado muitas vezes ao espaço da 'rotina' e da 'violência', numa realidade que não motiva o "pensamento". Ela, por vezes, compromete o movimento do pensamento, num imobilismo também "rotineiro e violento". Um imobilismo que nos aprisiona ao imediato, ao imediato de um futuro "achatado" pela unicidade característica da globalização. É o que Santos (2002) coloca como o fenômeno do presente ampliado, no qual o que era futuro se presentificou, levando ao alargamento e complexificação das arenas produtivas e dos universos relacionais.

Além desses pressupostos, tem-se que:

▪ a constituição desse "presente" não se deu sem "resistências", momentos, espaços nos quais projetos coletivos possibilitaram-nos vislumbrar alternativas e até mesmo materializá-las. O surgimento do cooperativismo, com a sua utopia do trabalho, foi um desses momentos. Um momento de complexificação como nos fala Santos (2002), mas cujos desdobramentos ainda nos trazem possibilidades, encerram potencialidades. Isto, porque é certo:

▪ que a qualidade de vida no urbano e a redução dos seus impactos socioambientais depende da forma como enfrentamos, entre outras, a questão da terra, da moradia e do trabalho. Somente para o capital houve sentido em separá-los, seja em processo de produção de moradia/comunidades, seja nas lutas e movimentos reivindicatórios de ambos;

▪ que a noção de bem-estar relaciona-se ao cumprimento de direitos básicos, entre eles destacamos o direito à cidade e à moradia, segundo o qual, além de uma casa adequada às necessidades da família e cercada de toda infraestrutura, tenham os membros dessa família acesso efetivo a todos os equipamentos e serviços de educação, saúde, cultura e lazer e ao trabalho e à um meio ambiente equilibrado.

Estes pressupostos nos fazem questionar nosso objeto: os projetos/processos de produção de habitação de interesse social por cooperativas autogestionárias. Qual o real alcance desses "projetos"? O que, em seu conteúdo, contribui para uma mudança de racionalidade? E para outro tipo de desenvolvimento, centrado no ser humano e não no dinheiro? Em resumo: de que forma experiências de cooperativismo habitacional na América

Latina avançaram no sentido de produzir uma moradia que garanta a dignidade e o bem-estar das pessoas segundo padrões construídos coletivamente e de contribuir na luta pela predominância do significado do ambiente construído como um conjunto de valores de uso.

HIPÓTESES E SUBQUESTÕES

Sobre a localização do objeto da presente pesquisa...

Os conjuntos habitacionais promovidos pelo movimento de moradia em São Paulo, a exemplo dos conjuntos promovidos pelo Estado, ocuparam na década de 1980 e 1990, antigas fazendas nas bordas do município. Ou seja, na periferia, distante do centro comercial histórico, e naquela época sem as condições mínimas para a implantação de moradia, sem infraestrutura e serviços de saúde, educação, cultura e lazer, sem falar da falta de acesso ao trabalho e a renda. Foi a terra "que sobrou" para o trabalhador de baixa renda e ao longo dos anos, toda essa área também foi sendo ocupada por favelas e loteamentos clandestinos e irregulares, implantados em áreas privadas, e/ou em lacunas deixadas pelos conjuntos.

Frente a essa realidade da localização "periférica" e totalmente inadequada do Conjunto Paulo Freire, e de grande parte dos demais conjuntos produzidos pelo movimento de moradia em São Paulo, como pensar essas experiências enquanto uma das estratégias de materialização de uma utopia dialética (temporal – espacial), o projeto alternativo de cidade do movimento de reforma urbana?

Sobre os meios utilizados na promoção do objeto de pesquisa...

Verifica-se que o movimento cooperativista surge em contraponto às formas de exploração do trabalhador, constituindo, segundo Engels, um ideário relacionado a uma "utopia do trabalho" de forte tendência socialista. Os princípios formulados por Robert Owen são utilizados como base para a nomeação da prática cooperativista até os dias atuais.

Como o cooperativismo na produção habitacional em cidades latino-americanas, como São Paulo, incorporaram esse ideário e esses princípios?

As cooperativas habitacionais de ajuda mútua uruguaias promoveram experiências de autogestão tanto de processos produtivos como das moradias (da comunidade) frutos desse processo, isso através da manutenção da propriedade coletiva do espaço produzido, e assim tomaram uma dimensão política e socioeconômica importante na conformação da sociedade e do espaço urbano uruguaio. Os princípios destas experiências se transformaram em bandeiras de luta para segmentos sociais importantes do país.

No contexto brasileiro, quais as dimensões que nossas experiências de cooperativismo habitacional autogestionário assumiram e quais as tendências das práticas atuais?

O cooperativismo é uma proposta que, fazendo uso das cooperativas, tem por objeto a correção do social pelo econômico. Nos dias atuais, muitas são as cooperativas, independentemente do porte alcançado, têm que lidar com a ambivalência de ser um empreendimento econômico e ter que, ao mesmo tempo, defender um discurso e uma ação política e moral de confrontação da lógica capitalista.

De que forma as cooperativas habitacionais autogestionárias promovidas por movimentos sociais organizados superaram ou têm lidado com essa ambivalência?

Sobre os agentes envolvidos...

Entender a atuação da sociedade civil reunida na proposta de produção habitacional autogestionária em São Paulo (Igreja/Pastorais sociais, universidade, movimentos sociais organizados, assessorias técnicas, as famílias moradoras, a prefeitura) pressupõe uma análise do período entre as décadas de 1960 e 1980, quando esta sociedade passa por um processo de "reestruturação". Nessa análise, é fundamental a premissa formulada por Sader (1988, p. 63) de que, no Brasil, não se teve uma experiência única da condição proletária, ou um mesmo padrão compartilhado por uma coletividade também homogênea. Isto porque eram variadas as posições ocupadas na "divisão do trabalho social", assim como eram diversos os padrões culturais, com "experiências vividas" também muito diversas.

O autor ainda defende que findo esse período, com o fim da Ditadura Militar no país ocorreu uma nova reconfiguração da sociedade civil, uma nova sociabilidade, marcada pela forte desconfiança das instituições e pela igualmente profunda valorização da autonomia de cada sujeito coletivo. Consolidaram-se a afirmação da própria identidade (coletiva) e da luta política como meio para a conquista de direitos. Tendo-se ainda, a valorização das relações primárias e da própria afirmação das conquistas da fraternidade; a valorização das conquistas obtidas no que tange aos serviços públicos; e a valorização da organização e da luta de fábrica, com os sindicatos como "espaço público operário" e as greves e assembleias como formas de "afirmação política". Tudo isso em meio a um período de forte crise econômica (década de 1980) e de predominância de políticas neoliberais (a partir da década de 1990).

Frente a tanta complexidade, como os diversos agentes promotores da prática autogestionário na produção habitacional, todos com seus objetivos e necessidades, se organizaram na formulação e execução de uma proposta progressista de produção

habitacional, o mutirão autogerido? Quais os agentes formuladores, e quais os executores? E quais os avanços desse "encontro"?

PROPOSTA METODOLÓGICA

Responder tantas questões investigando o potencial transformador de uma proposta como o mutirão autogerido envolve uma série de discussões, análises e, principalmente, um resgate histórico de diversas camadas de uma totalidade que é a luta por direitos. Neste sentido, incorporamos aqui partes do instrumento metodológico proposto por Wallerstein (2003, p. 8), a "utopística", uma avaliação das alternativas históricas. Uma avaliação "sóbria, racional e realista dos sistemas sociais humanos", suas condições de existência e as áreas, nesses sistemas, abertas à criatividade humana. Não esperando encontrar um "rosto de um futuro perfeito (e inevitável)", mas um futuro cujos avanços sejam reais, um futuro "historicamente possível (embora longe de ser inevitável)". Num exercício, que segundo o autor, deve se dar simultaneamente na ciência, na política e na moralidade.

Isto porque, ainda segundo Wallerstein (2003, p. 9), baseado em Durkheim, a ciência moderna deve ser capaz de guiar a sociedade (e consequentemente a política e a moralidade) para objetivos mais elevados, sob pena de, ao não fazê-lo, ser incapaz de indicar o melhor caminho para o alcance destes objetivos ou de qualquer outro julgado como melhor. Pois está claro, os códigos morais que fazem parte da nossa existência também têm a "presunção" de nos oferecer orientação com relação aos nossos melhores objetivos. Sendo a política, o lugar da "realização terrestre desses objetivos", ou pelo menos é isso o que ela alega ser.

> A Utopística, no entanto, tem que ver com a conciliação daquilo que a ciência, a moralidade e a política afirmam ser nossos objetivos – nossos objetivos finais, não aqueles secundários e subordinados a que chamamos meios [...] envolve uma reconsideração profunda das estruturas do conhecimento e daquilo que realmente sabemos a respeito da maneira como o mundo social funciona (WALLERSTEIN, 2003, p. 9).

Do ponto de vista metodológico, vale salientar que Wallerstein demonstrou a utilização da "utopística" em uma avaliação da crise capitalista neste início de século, das críticas e das possibilidades do socialismo/comunismo, como caminho alternativo. Obviamente não iremos tão longe, mas observando a forma como a análise foi feita pelo autor, nos propomos, na presente tese, a um caminho similar de exposição e análise de um sistema social, a cidade de São Paulo, sua urbanização em função das políticas habitacionais, e de uma área específica ali "aberta à criatividade humana": o processo de autogestão com

mutirão, o Conjunto Paulo Freire (nosso estudo de caso), seu processo de constituição e sua contribuição para a consolidação de um projeto alternativo de cidade. Nesse sentido, propomos relatar e analisar o processo de formação e as condições encontradas na "localização" onde o Conjunto foi construído, os "meios utilizados" e a atuação dos "agentes sociais" promotores.

Como pressupostos metodológicos outros, também considerados, têm-se os seguintes itens abaixo:

- A necessidade de se ultrapassar certos dogmas e, segundo Lefebvre (1975), algumas verdades, mesmo que do meu campo político de interesse, procurando observar, a partir de agora, a história social do pensamento, do conhecimento produzido sobre a temática a que me proponho. Nesse fluxo, admitir a incerteza, o erro; admitir que, por mais confortáveis que sejam as verdades, o discurso no qual nos colocamos, estas são inesgotáveis. São apenas possíveis previsões, que necessitam ser superadas. O dogmatismo é a retórica e não é a ciência, pois se substitui com um discurso, uma análise, uma pesquisa que não foi feita;
- A proposta, ainda dentro da dialética de Lefebvre (1975), será a de pensar "o que é" e "o que não é". Tem que se chegar ao "outro" lado, pois existe verdade no erro e erro na verdade... Tem-se que caminhar para um relativismo dialético, da procura da verdade objetiva, relativa, que não é absoluta, mas fruto da relatividade do nosso conhecimento. O objeto precisa passar por um rigor, por uma vigilância epistemológica, pois não serão os pressupostos ou discursos que possibilitarão a melhor formulação, ou até mesmo uma resposta parcial à questão. Essa questão precisa ser constantemente "estranhada"... Numa melhor definição do que se quer trazer para o fluxo do conhecimento. Um fluxo que exigirá passar do conhecido para o desconhecido, da inteligência para a razão. Não se podem separar elementos do objeto sem racionalizar e reuni-los na busca pela análise da totalidade.
- Fica clara a necessidade de negação de alguns elementos quando da realização dos recortes no objeto de estudo. Ter-se-á que identificar melhor essas negações, pois, ainda de acordo com Lefebvre (1975), elas movimentam a fronteira do que foi aceito; isso tem que ser feito num exercício da razão aplicada, aprofundando as explicações do que foi negado pela teoria. Significa conhecer a fundo o meu objeto e todos os elementos inter-relacionados neste, para daí se filtrar o essencial, mas consciente dos cortes que foram feitos no complexo.
- Ainda segundo o autor, para além da busca por um fator universal, na perspectiva da lógica formal, dever-se-á buscar a tensão entre o geral e o particular, ou seja,

uma lógica dialética. Tudo pode ser feito a partir da lógica concreta que possibilita a elaboração ou identificação de conceitos que iluminarão o real de forma a melhor expressarem um pensamento. Conceitos superiores que julguem de forma mais concreta o real, mediatizem e sintetizem, pelo uso da razão, as inter-relações no universo do meu objeto. Possibilitando-me um novo concreto pensado superior, um novo julgamento do real.

Buscar-se-á a 'tensão' entre o particular das experiências de formação de comunidades através do cooperativismo habitacional autogestionário e o geral da questão urbana no Brasil. O desafio estará em reunir conceitos, teorias e categorias em análises sobre essa realidade tão heterogênea, principalmente em termos de escala socioespacial e cultural. A análise do particular e do geral no Brasil, por si só já coloca enormes desafios. Daí se propõe uma pesquisa qualitativa baseada principalmente no estudo de um único caso, o Conjunto Paulo Freire no distrito de Cidade Tiradentes, São Paulo capital.

O ESTUDO DE CASO

Salientamos que o estudo de caso foi escolhido após um período de pesquisa exploratória, visitando experiências de produção habitacional (cooperativadas e autogeridas) em São Paulo, Porto Alegre e Montevidéu (capital do Uruguai), e entrevistando (questões estruturadas e abertas) os seus agentes promotores (representantes dos movimentos sociais, das famílias, das assessorias técnicas, das universidades, da prefeitura etc.). Sendo que, entre tantas experiências visitadas, a escolha se deu principalmente:

(i) pela localização do conjunto Paulo Freire, no Bairro Inácio Monteiro, distrito de Cidade Tiradentes, Zona Leste de São Paulo, uma das maiores concentrações de conjuntos habitacionais da América Latina (SEMPLA/DIPRO, 2008);

(ii) pela assessoria da Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (Usina – CTHA), uma das primeiras no Brasil a se "especializar" na assessoria técnica (arquitetônica e social) a projetos dessa natureza;

(iii) pelo caráter inovador do projeto arquitetônico, em estrutura metálica, que permitiu diversos avanços em termos de uma maior viabilização do trabalho das famílias no processo construtivo (mutirão), além de maior liberdade e qualidade na organização do espaço interno das unidades habitacionais construídas; e

(iv) pelo tempo para sua conclusão: aproximadamente dez anos (2000 – 2010), entre as primeiras articulações para a ocupação do terreno, inúmeras paralisações por atrasos no

repasse de recursos, ocupação parcial das unidades e entrega do conjunto totalmente concluído.

Pode-se dizer que o processo de implantação desse projeto é parte da história do bairro Inácio Monteiro, extremo leste de Cidade Tiradentes. Ou seja, um projeto de moradia sendo materializado em paralelo a um projeto de cidade, que, como se analisará ao longo de todo trabalho, não representa, em sua totalidade, o projeto alternativo de cidade pleiteado pelo movimento de reforma urbana.

Vale salientar que, a partir da escolha desse estudo de caso, também foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental, tendo como principais referências toda uma significativa produção realizada por pesquisadores paulistas (principalmente da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo) e entrevistas (estruturadas, mas com questões abertas. Ver anexo) com representantes dos movimentos sociais, das assessorias técnicas (Usina-CTAH e Ambiente), da associação e das famílias mutirantes (tanto do conjunto Paulo Freire como de outros mutirões autogeridos). Sendo que para cada agente, um rol mínimo de questões fechadas deveria ser respondido.

ESTRUTURA DA TESE

O presente trabalho está dividido em cinco capítulos, mais introdução. O Capítulo 1 trata de discussões teóricas essenciais ao pressuposto da cidade enquanto possibilidade de ser o espaço da materialização de um projeto alternativo de moradia, de uma utopia dialética/temporal – espacial (HARVEY, 2004 [2000]). Na sequência, vamos à discussão da cidade enquanto mediação do local e do global. Concluindo-se o capítulo com a análise do local da implantação do projeto alternativo de moradia, aqui representada pelo caso do Conjunto Paulo Freire. Essa análise será composta pelo breve entendimento do que foi a urbanização de São Paulo, a conformação de sua periferia e dentro desta, do distrito de Cidade Tiradentes, o lugar dos conjuntos habitacionais nos município. O conhecimento desse lugar nos possibilitará entender os limites socioespaciais impostos aos que propõem o cooperativismo autogestionário na produção de moradia popular na cidade.

O Capítulo 2 trata do entendimento das origens e dos aspectos conceituais e teóricos dos “meios utilizados” na materialização do projeto alternativo de moradia: o cooperativismo habitacional; a autogestão e sua interface com o mutirão. Aqui se verificará o quanto esses meios utilizados na produção de habitação popular contribuem para o enfrentamento de um dos mais importantes paradigmas da atuação dos movimentos de moradia de São Paulo: o

paradigma da autonomia e gestão assumidas de forma coletiva, em que o bom andamento do projeto de moradia alternativo dependeria do grau de sensibilidade e habilidade técnica e política de todos os envolvidos. Isto porque, antes era prefeitura – construtora; e com o mutirão autogerido passa a ser: prefeitura – assessorias técnicas (e militantes) – associações/movimentos (lideranças e construtores) – moradores (construtores). Uma gama de situações, por vezes complexas e de ordem cultural e econômica maior, passa a se sobrepor ao já existente "mundo da escassez e das dificuldades".

No Capítulo 3, retoma-se a discussão do projeto alternativo de moradia, por meio da história dos "agentes promotores" da produção habitacional mediante cooperativismo e autogestão: União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e União de Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), Associação de Construção Paulo Freire, famílias mutirantes e Usina – CTAH. Também entra no rol dos agentes promotores a Prefeitura Municipal de São Paulo, com sua Companhia de Habitação (COHAB-SP).

O Capítulo 4 se propõe a tratar da forma como se deu na prática do canteiro, do processo construtivo e organizativo do conjunto Paulo Freire, esse encontro de tão distintos agentes sociais; analisando os papéis assumidos por cada um destes agentes no que tange a formulação e a execução do projeto. Para daí identificar os avanços e limitações da forma de organização e atuação conjunta frente a proposta da produção habitacional autogestionário enquanto estratégia de materialização de um projeto alternativo de moradia e de cidade (utopia temporal - espacial). No Capítulo 5 estão nossas considerações finais.

CAPÍTULO 1 - A CIDADE ENQUANTO POSSIBILIDADE

Encontramos no Brasil projetos de moradia popular promovidos por meio do cooperativismo autogestionário, que partem do pressuposto de que a produção habitacional engloba não apenas a construção de unidades habitacionais, mas a perspectiva de uma nova proposta de "morar", de uma visão de futuro, de um novo projeto de cidade.

O conjunto habitacional Paulo Freire, nosso estudo de caso, foi fruto da organização dos movimentos sociais mobilizados em torno da questão da moradia na cidade de São Paulo. Um lugar onde decididamente um espaço de resistência ao imobilismo foi constituído. As lideranças destes movimentos, em conjunto com as famílias, percorreram um caminho de muitos anos para alcançar, por meio dessa resistência, a conquista mesmo que parcial de um direito fundamental, a moradia, moradia que para muitas dessas famílias era um "sonho", uma utopia, algo praticamente impossível de se tornar realidade. Mas, para aqueles que compunham o movimento (e posteriormente para algumas famílias), essa conquista deveria ser ainda maior, pois representava não apenas a moradia como "quatro paredes e um teto", mas uma utopia baseada, entre outros "desejos", no acesso efetivo à cidade, ao urbano (sua infraestrutura, seus serviços, seu lazer, sua cultura, emprego e renda) pelo trabalhador de baixa renda.

O entorno do Conjunto Paulo Freire é a expressão de como uma cidade evolui e se transforma na tentativa de materialização de sonhos e desejos em meio ao capitalismo. No caso desse tipo de experiência, cooperativismo autogestionário com mutirão na produção de moradias populares, tem-se o encontro do sonho do acesso à moradia, pelas famílias, com a utopia de um novo projeto de cidade, defendida pelos movimentos sociais que organizaram tal iniciativa.

1.1 A cidade da centralidade – dos conflitos – das diferenças

A utopia, sua imagem, suas formas possíveis, sempre estiveram ligadas à figura, às imagens de cidades. Que o diga Sir Thomas More e antes dele Platão, que segundo Harvey (2004 [2000], p. 207), entrelaçou os conceitos de cidade e de cidadão em sua "república fechada", pensou formas ideais de governo. Isso em um período no qual o mundo era totalmente "outra coisa", mas não urbano como o é hoje, quando a população vive em sua maioria em cidades, vilas, ou outro tipo de aglomeração humana. Ou seja, convivem em um

mesmo espaço, à procura de oportunidades e de reivindicar e usufruir suas liberdades individuais.

Hoje, ainda segundo Harvey (2004 [2000], p. 211), para se revitalizar o pensamento utópico, devemos considerar "de que modo e com que consequências ele agiu como força tanto construtiva como destrutiva de mudança na nossa geografia histórica". Foi a partir desse pressuposto que o autor buscou distinguir o pensamento utópico e as formas de utopia dele decorrentes em dois tipos: as "utopias da forma espacial" e o "utopismo do processo temporal (social)". Na primeira forma, o autor destaca a relação sempre presente entre espaço e tempo, entre geografia e história, pois nesta forma de utopia são suprimidas "a temporalidade dos processos sociais, a dialética da mudança social", ou seja, a "história real". Sendo que pretensamente "a estabilidade social é garantida por uma forma fixa" (HARVEY, 2004 [2000], p. 213).

Foi assim com More, que em sua utopia, criou uma forma de organização espacial: uma ilha artificialmente produzida, com uma economia isolada, em que se pretendia representar e fixar uma ordem moral particular, um padrão de comportamento. O autor também inclui na utopia da forma espacial todos os grandes planejadores urbanos, engenheiros e arquitetos do século XX, seja "combinando um intenso imaginário de algum mundo alternativo (tanto físico como social) com uma preocupação prática com a engenharia", seja realizando "esses sonhos em tijolos e cimento (…) construindo cidades inteiras a partir do nada, comunidades em escala íntima, aldeias urbanas ou coisas do gênero" (Ibid.); como o fizeram Ebenezer Haward, Le Corbusier e Frank Lloyd Wright. Entre outros exemplos dados, merecem destaque ainda a Disneylândia e os mega shopping centers, como utopias da forma espacial "degeneradas". Destaque porque, para Harvey, foram as únicas utopias materializadas e que por isso provocam um forte questionamento,

> [...] será possível que algum utopismo da forma espacial possa ser algo mais do que "degenerado" no sentido que Marin tem em mente? Talvez Utopia nunca possa realizar-se sem destruir a si mesma. Se é assim, isso afeta profundamente o modo como todo utopismo da forma espacial pode funcionar como força política prática no âmbito da vida político-social (HARVEY, 2004 [2000], p. 220).

Periferias como a Cidade Tiradentes (em São Paulo), com a "monofuncionalidade" de suas dezenas e dezenas de conjuntos habitacionais, podem não ter sido a materialização completa da utopia (da forma espacial) daqueles que queriam afastar para "longe" as classes trabalhadoras, mas conserva semelhanças. Principalmente pelo fato de se achar que aqueles inúmeros conjuntos de mesmo padrão e conteúdo, sem qualidades arquitetônicas, urbanísticas

e ambientais, num lugar sem as infraestruturas mínimas, seriam suficientes para criar uma "nova ordem social" e conter o trabalhador na sua luta por moradia digna. Isto porque o fracasso das utopias da forma espacial que se materializam deve ser atribuído, segundo Harvey (2004 [2000], p. 227), "tanto aos processos mobilizados para sua realização como nas deficiências da forma espacial *per si*".

A questão, ainda de acordo com o autor, é que as utopias da forma espacial pretendem controlar processos que só podem sê-lo, se mobilizados para virem a se concretizar. Mas logo no próprio ato de realização dessas utopias, os processos sociais tomam as rédeas da forma espacial com que se pretendia controlá-los. Se for o processo social o caminho para o fim das utopias da forma espacial quando materializadas (arquiteturas e urbanismos), então concordando-se ainda com Harvey, o foco passa a ser as questões acerca desses processos e da necessidade de se refletir sobre outra forma de utopia, um utopismo do processo (social) temporal, o qual se expressa em termos puramente temporais e "são de modo geral literalmente desvinculados de todo e qualquer lugar, e tipicamente se exprimem totalmente fora das constrições da espacialidade" (HARVEY, 2004 [2000], p. 228).

O principal exemplo dado pelo autor desse tipo de utopia é o "capitalismo" pensado por Adam Smith, que, com base em uma reflexão sobre a "teoria dos sentimentos morais", propôs uma utopia (de processos) na qual "os desejos individuais, a avareza, a ambição, os impulsos, a criatividade etc. poderiam ser mobilizados pela mão invisível do mercado perfeito em benefício de todos" (HARVEY, 2004 [2000], p. 228). Com essa tese, ele e outros economistas políticos elaboraram um programa político no qual: (i) o Estado teria eliminadas suas intervenções e regulações sobre as instituições do "livre mercado", e (ii) prevenir-se-ia o poder de monopólio. Institucionalizava-se o *laissez faire*, o livre comércio, os mercados adequadamente constituídos. Para Harvey, tem-se no capitalismo um utopismo do processo temporal que se tornou uma ideologia dominante, em seu auge com o neoliberalismo.

> Há mais de vinte anos estamos sendo forçados e persuadidos de modo quase incessante a aceitar o utopismo do processo que Smith sonhou ser a solução de todas as nossas dificuldades. Temos ainda testemunhado um ataque em todas as frentes às instituições – os sindicatos e os governos em especial – capazes de se contrapor a esse projeto. Margaret Thatcher proclamou que a sociedade é algo que não existe; existe apenas os indivíduos e suas famílias (HARVEY, 2004 [2000], p. 231).

Harvey reforça que a questão está na forma como um utopismo do processo, como o capitalismo de Smith, desceu geograficamente à terra, assentando raízes, criando uma espécie de espaço onde pudesse se estabelecer e funcionar.

> A história da destruição criativa e do desenvolvimento geográfico desigual na era burguesa é simplesmente de estarrecer. Grande parcela da extraordinária transformação da superfície da terra nos últimos duzentos anos reflete precisamente a materialização da forma de utopismo do processo fundada no livre mercado e suas incansáveis e perpétuas reorganizações de formas espaciais (HARVEY, 2004 [2000], p. 233).

Este pensador da questão urbana dedicou boa parte de sua trajetória profissional à caracterização e análise dessa "materialização" e, apesar do reconhecimento de seus "estragos", defende a necessidade do utopismo, mas de algo que seja o "encontro possível" da utopia da forma espacial e do utopismo de processo temporal, algo explicitamente espaço–temporal, um "utopismo dialético". Isto porque as duas formas de utopia tem lições a ensinar no caminho da busca por alternativas de mudanças emancipatórias da civilização. O que não se pode é abandonar a ideia de utopia, ela não pode permanecer como um "puro significante de esperança destinado a jamais adquirir referente material", pois "sem uma visão de utopia não há como definir para que porto poderíamos querer remar" (HARVEY, 2004 [2000], p. 248).

Mas de qual utopia (de processo) os movimentos sociais falam ao tratar do cooperativismo autogestionário na produção habitacional no Brasil? Da utopia do alcance da "casa própria" pelo trabalhador de baixa renda e da utopia (ainda mais complexa) que é o projeto de cidade defendido pelos movimentos e demais agentes sociais reunidos em torno da luta pela moradia e pelo direito à cidade. Um direito reconhecido socialmente muito recentemente e, por isso, definido pela Carta Mundial pelo Direito à Cidade[1],

> (…) como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social; é um direito que confere legitimidade à ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito a um padrão de vida adequado. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente e inclui os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais Inclui também o direito a liberdade de reunião e organização, o respeito às minorias e à pluralidade ética, racial, sexual e cultural; o respeito aos imigrantes e a garantia da preservação e herança histórica e cultural.

Segundo Lefebvre (1999), existem certos elementos e processos essenciais na cidade como fenômeno urbano, para que ela atenda aos preceitos acima defendidos, atenda aos desejos e direitos coletivos e individuais para garantia da qualidade e sustentabilidade da vida. Para o autor, o essencial do fenômeno urbano está na centralidade, que reúne e que espalha,

---

1 Elaborada entre os ano de 2004 e 2005 pelos: Fórum Social das Américas – Quito – Julho 2004; Fórum Mundial Urbano – Barcelona – Setembro 2004; V Fórum Social Mundial – Porto Alegre – Janeiro 2005.

mas que exige um conteúdo. “Amontoado de objetos e de produtos nos entrepostos, montes de frutas na praça de mercado, multidões, pessoas caminhando, pilhas de objetos variados, justapostos, superpostos, acumulados” (LEFEBVRE, 1999, p. 110), onde o “olhar reúne tudo”, como se tudo pudesse se aproximar sempre mais. A cidade centraliza, assim como cria, reúne os mercados (da agricultura e da indústria – locais, regionais e nacionais, mundiais – mercado dos capitais, do trabalho, do solo, dos signos e dos símbolos).

> A cidade atrai para si tudo o que nasce, da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividades e situações. O que ela cria? Nada. Ela centraliza as criações. E, no entanto, ela cria tudo. Nada existe sem troca, sem aproximação, sem proximidade, isto é, sem relações. Ela cria uma situação, a situação urbana, onde as coisas diferentes advém umas das outras e não existem separadamente, mas segundo as diferenças (LEFEBVRE, 1999, p. 111).

Ainda segundo Lefebvre (1999, p. 55), não existe na cidade um único sistema de signos, de significações, e sim vários sistemas, organizados em diversos níveis: no nível da vida cotidiana, do habitar; no nível da semiologia do poder, da cultura; e no nível das características próprias à cidade (sua paisagem, sua fisionomia e seus habitantes). O urbano para o autor não é um “fim pré-fabricado”, reúne possibilidade infinitas. Também não é apenas vício, poluição, doença (mental, moral, social), ou apenas espaço da “alienação” que reproduz a “segregação”, seja por classe, bairro, profissão, idade, etnia, sexo. No urbano, o espaço torna-se rapidamente algo raro e, portanto, valioso, um privilégio, mantido e conservado por práticas e estratégias.

O urbano, para Lefebvre (1999), é o lugar dos enfrentamentos e das contradições, onde a passividade dos que o habitam impede que a imaginação alce seu voo. Afinal, para o autor, não existe pensamento sem utopia, sem exploração do possível, do alhures e sem referência a uma prática do habitar e do uso. O urbano, na condição de “ordem a descobrir”, como nos fala Lefebvre (1999, p. 51), onde “o possível é o que dá sentido, é o que dá a orientação, a via aberta para o horizonte”, espaço das mais diversas possibilidades. Onde qualquer que seja o “projeto”, ele é colocado à prova em infinitas situações. O urbano como o “lugar do desejo, onde o desejo emerge das necessidades, onde ele se concentra porque se reconhece, onde se reencontram talvez (possivelmente) Eros e Logos” (LEFEBVRE, 1999, p. 160). E onde a natureza (o desejo) e a cultura (as necessidades classificadas e as artificialidades induzidas) se reencontram.

O urbano, que segundo Santos (2002), é onde a aglomeração possibilita uma diversidade maior de pessoas e onde é mais fácil a “mistura” destas com as filosofias, com as

reflexões mais profundas. Uma aglomeração favorável à "sociodiversidade", a qual possibilita a emergência de uma cultura popular que, da mesma forma da cultura de massas, agora se serve dos meios técnicos, mas pode sobrepujá-la, por meio da construção de novos discursos e de novos relatos[2]. Encontrar esse urbano é necessário, o urbano das possibilidades, da complexificação "maior", aberto; o urbano não pertencente a nenhuma ciência especializada, a qual sempre o "fecha" em pretensas sínteses (LEFEBVRE, 1999, p. 58).

O projeto de moradia dos agentes do cooperativismo autogestionário na produção habitacional no Brasil é um projeto de resistência à "passividade" colocada por Lefebvre, sendo fruto de um momento (de exploração do possível) importante na conformação da política de desenvolvimento urbano atualmente vigente. Esse projeto foi fruto da reunião de diversos atores sociais, que se mobilizaram em um movimento maior formado por organizações não governamentais, associações profissionais, núcleos de pesquisa e extensão universitária, intelectuais, o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), que teve uma forte participação no processo de redemocratização do país após o período ditatorial e pautou a revisão constituinte (de 1988), no que tange a questão urbana e habitacional[3].

A proposta de "reforma urbana" deste fórum se baseia em três princípios: o direito à moradia e à cidade; o cumprimento da função social da propriedade; e a gestão democrática. A primeira foi colocada como condição digna de vida urbana, como direito à infraestrutura física adequada e à serviços públicos essenciais (saúde, educação, cultura), ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao lazer, à informação, à participação política, à liberdade de organização e expressão, com respeito à pluralidade étnica, sexual, cultural e religiosa, sem qualquer tipo de distinção ou discriminação. Tem-se aqui uma proposta muito similar ao conceituado pela Carta Mundial pelo Direito à Cidade inicialmente citada.

O cumprimento da função social representava, na proposta, a predominância do interesse comum/coletivo sobre o direito individual (de propriedade), na qual o proprietário da terra urbana deve fazer cumprir a função social da sua propriedade no espaço urbano e, assim,

---

2 Interessante seria aprofundar essas duas perspectivas (o que não é o caso neste momento), para no futuro conseguir tecer pequenos "encontros" entre elas. Afinal, na empiria de se elaborar e implementar projetos que visem melhorias nas condições de vida na cidade pouco se verifica a abordagem desta enquanto o lugar da possibilidade real de mudança. As propostas, os projetos por vezes refletem uma visão de cidade como algo acabado, findo, num determinismo aparentemente intransponível, irreversível, como espaços complexos e dominados pelo pensamento único do mercado. Algo difícil de ser suplantado ou de se imaginar suplantado, principalmente por projetos pontuais, desarticulados de estratégias políticas contra hegemônicas maiores.

3 Durante a fase de debates da constituinte, essas várias entidades e movimentos organizados participaram ativamente, por intermédio de seus integrantes, em audiências públicas, prestando informes e subsídios junto à subcomissão da Questão Urbana e Transportes. Esse grupo assumiu a tarefa de redigir a Emenda Popular sobre Reforma Urbana sob o estímulo do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, da cidade do Rio de Janeiro.

promover um uso e uma ocupação socialmente igualitária e includente, considerando-se o equilíbrio ambiental. Apesar da manutenção do direito de propriedade, esse foi subordinado ao direito coletivo. O que significa, entre outros aspectos, que a propriedade urbana, valorizada pelos investimentos públicos, não pode ficar vazia ou ser subutilizada, ela tem que cumprir uma função que faça ao menos retornar à sociedade parte do "valor" que lhe foi conferido pelos investimentos estatais feitos[4].

Outro importante ponto da proposta do Movimento Nacional da Reforma Urbana (MNRU) foi, e ainda é, a gestão democrática da cidade, na qual a forma de planejar e governar as cidades estariam submetidas ao controle e à participação mais direta da sociedade civil nas decisões políticas relacionadas ao desenvolvimento urbano (moradia, transporte, saneamento etc.). A proposta feita envolvia, entre outras reivindicações: a implantação de órgãos colegiados de política urbana (paritários e deliberativos); a promoção de conferências, audiências públicas, debates e consultas públicas para informar e preparar a população para decidir e propor sobre questões afins; a iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; a publicidade e o amplo acesso da população aos documentos e informações produzidos nos projetos, planos e programas urbanísticos.

Destes três "pilares" da proposta do MNRU para a constituinte de 1988, apenas o que trata da função social da propriedade foi contemplado no texto constitucional conformando o Capítulo da Política Urbana[5]. Os demais foram traduzidos em lei apenas 13 anos depois, com

---

4 Mesmo que não seja ocupada com habitação popular (por exemplo) deve ser colocada no mercado, aumentando a oferta de terra adequada à moradia, reduzindo assim os valores cobrados pelo mercado. Permanecendo vazia, promove escassez, e os preços cobrados por ela tornam-se inacessíveis ao trabalhador de baixa renda. São preços especulativos e promoverão alta taxa de lucro ao proprietário. Um lucro sem investimentos desse proprietário, pois os investimento foram feitos pelos impostos que essesmesmo trabalhador pagou ao Estado.

5 Constituição da Républica Federativa do Brasil de 1988

CAPÍTULO II - DA POLÍTICA URBANA

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsórios;

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente

a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001), que regulamentou os dois artigos deste capítulo da política urbana, o 182 e o 183. O Estatuto foi a continuidade da luta por direitos por intermédio de um marco jurídico regulador, e por incorporar os "3 pilares" da proposta do MNRU, incorpora um caráter progressista contrário à lógica de produção e consumo do espaço urbano historicamente dominante nos municípios brasileiros. Revela, para além do alcançado na constituinte, um projeto de cidade alternativo que tem muito da "utopia da forma espacial", por trazer instrumentos de caráter urbanístico, de controle do uso e ocupação do solo; assim como muito da "utopia temporal/de processos sociais" (HARVEY, 2004 [2000]), principalmente se considerarmos suas propostas e instrumentos para resolução das questões do "direito à cidade" e da "gestão democrática".

Tal conclusão pode nos levar a pensar que esse projeto de cidade contém como problemas aqueles colocados por Harvey para essas duas formas de utopismo: na condição de (utopia da) forma espacial, tentando controlar processos sociais, acaba sendo, ao final, por eles subjugada; e na condição de (utopia de) processos sociais podem se materializar em formas espaciais que distorcem as mudanças ensejadas por esses processos. Mas, para além destes problemas, pode-se também pensar nesse projeto de cidade como o "encontro do possível" destas duas formas de utopia, ou seja, um utopismo dialético (forma espacial + processo social/temporal). Também representa um caminho para a materialização do urbano colocado por Lefebvre como "centralidade", que possibilita a "reunião" de tudo e todos.

O projeto de cidade do MNRU é a reunião de crenças, valores e ideias e por isso, concordando com GOHN (1997), ideológico e fortemente ancorado na realidade dos grandes centros urbanos do país. É, antes de tudo, a politização da questão urbana, uma crítica à desigualdade social e territorial vigente nesses centros e uma proposta de reversão desse quadro, com a ruptura efetiva da segregação socioespacial. Mas, como utopia da forma espacial, este projeto não pode garantir que sua materialização controle os processos sociais relativos à questão urbana.

Nesse sentido, é necessária a revisão constante da agenda política e das estratégias que compõem esse projeto, essa utopia de cidade e sua possibilidade de materialização. Ou seja,

---

aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
§ 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
§ 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião (grifo nosso).

concordando-se com Ribeiro e Santos Júnior (2011, p. 15-16) devem ser criadas ou fortalecidas "as esferas públicas efetivamente democráticas de gestão das políticas públicas (tais como os conselhos das cidades) que ultrapassem os limites das instituições da democracia representativa liberal" e que efetivamente possibilitem "a visibilização, interação, conflito e negociação entre os diferentes agentes sociais e entre esses e o poder público, de forma que a tomada de decisões seja resultado desse conflito e negociação". Uma nova agenda, com um "agente social" realmente preparado para expressar esse projeto de cidade e seu programa político. Com efeito,

> [...] o movimento da reforma urbana está desafiado a intervir programaticamente na cidade na forma de uma rebeldia criativa, buscando promover universos sociais nos quais possam surgir e se desenvolver práticas educativas, políticas públicas e novas linguagens culturais geradoras da desmercantilização da cidade e da promoção do direito à cidade, buscando romper, desta forma, com a hegemonia do neoliberalismo empreendedorista (RIBEIRO; SANTOS JÚNIOR, 2011, p. 16).

Na presente tese, através da análise de uma área específica "aberta à criatividade humana": a prática da autogestão com mutirão na produção habitacional promovida pelos movimentos sociais na cidade de São Paulo, pretendemos verificar sua contribuição para a superação desses desafios do movimento da reforma urbana (MNRU) na consolidação de um projeto alternativo de cidade. Ou seja como uma das estratégias para a materialização desse projeto (dessa utopia temporal-espacial). E se ela mesma não pode ser considerada como, também, uma utopia espacial-temporal (dialética) a medida que se propõe a articular produção da forma espacial (qualidade diferenciada das unidades habitacionais) e processos sociais/temporais, através da atuação e promoção de formação política de seus agentes promotores.

1.2 A cidade enquanto "mediação" entre o local e o global

Diante da reflexão da produção habitacional cooperativada e autogestionária enquanto uma das estratégias de materialização de um projeto alternativo de cidade, será importante discutir um pouco a cidade "real", ou seja, a cidade atual, mediação entre o local e global. Pois a cidade que "tudo atrai, tudo reúne" (Lefebvre, 1999) tem cada vez mais reunido também partes do mundo no local, na comunidade. Comunidade porque,

> Toda espacialidade exprime pertença a um nós, que se constrói e se manifesta em recortes territoriais. O espaço de pertença resulta do conjunto dos recortes "que

> especificam a posição de um ator social e a inserção de seu grupo de "pertença no lugar", o espaço de referências define o sistema de valores espaciais em que se inserem esses recortes e organiza a relação do aqui com o alhures (BOURDIN, 2001, p. 33).

É o local, ainda segundo Bourdin, que dá forma ao "mundo da vida diária" e as relações entre as pessoas e destas com o mundo. É o local que constrói o vínculo social, sendo por esse vínculo também construído. E "as comunidades locais, construídas na ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, são fontes específicas de identidade. Mas essas identidades, na maior parte dos casos, são reações de defesa contra a imposição da desordem global, da mudança rápida e inevitável. Elas constroem refúgios, não paraísos" (CASTELLS, 1997 apud BOURDIN, 2001, p. 43).

É a cidade, o espaço capaz de fornecer esses "refúgios", mas com a possibilidade de, ao se querer outra "coisa", coisas de outro lugar, procurá-las e encontrá-las. Isto porque, atualmente, a cidade tem exercido o papel de mediadora principal entre o mundo e o local (das comunidades e dos indivíduos). Até porque "o mundo só ganha sentido por ser esse "objeto comum" alcançado através das relações de reciprocidade que, ao mesmo tempo, produzem a alteridade e a comunicação" (SANTOS, 2002, p. 317). Ele, cada vez mais, é atraído e "reunido" no espaço urbano. E ainda, quando "o mundo intervém no espaço e o transforma unilateralmente, para responder localmente a imperativos ditos globais, mas exclusivos – como interesses das transnacionais – a complexidade da organização social é agravada, como um problema coletivo" (SANTOS, 2002, p. 335).

Tem sido nas cidades o lugar onde essa "complexidade" e esse problema mais se realizam, atingindo grande parte da população de um país, onde se podem verificar com clareza as disputas pelo uso do espaço entre as grandes corporações, as pequenas empresas, as instituições e os moradores, sobretudo os de baixa renda, sempre tendo que se submeter ou lutar, cujo poder de "barganha" é limitadíssimo. Explico: as empresas, segundo Santos (2002), têm suas necessidades produtivas atendidas segundo regras que elas mesmas estabelecem e que devem funcionar tanto dentro como fora delas, na sociedade. Por serem indispensáveis, essas normas proliferaram de forma a se chocarem umas com as outras, num conflito que o mercado capitalista tem sido incapaz de resolver. São conflitos que vão da esfera privada para a esfera pública.

Um exemplo dado pelo autor é o do "uso do espaço" por todos esses agentes e de "como alcançar um uso coordenado do espaço quando a lei da concorrência (hoje, a competitividade) sugere uma utilização cada vez mais privatista", com uso dos recursos

públicos destinados às infraestruturas nos grandes centros urbanos sendo controlado pelos interesses das grandes corporações (esfera global). É a "corporatização do território" ou segundo Ribeiro e Santos Júnior, o "empresariamento urbano",

> [...] que se constitui na lógica emergente impulsionada pelo surgimento do complexo circuito internacional de acumulação e dos agentes econômicos e políticos organizados em torno da transformação das cidades em projetos especulativos fundados na parceria público-privado, conforme descreveu David Harvey. Integra este circuito uma miríade de interesses, protagonizados pelas empresas de consultoria (em projetos, pesquisas e arquitetura), empresas de produção e consumo dos serviços turísticos, empresas bancárias e financeiras especializadas no crédito imobiliário, empresas de promoção de eventos, entre outras. Tais interesses têm como correspondência local as novas elites locais portadoras das ideologias liberais que buscam recursos e fundamentos de legitimidade ao projeto de competição urbana. As novas elites buscam a representação política através do uso das técnicas do marketing urbano, traduzido em obras exemplares da "nova cidade", o que é facilitado pela fragilidade dos partidos políticos. A política urbana passa a centralizar-se na atração de médios e megaeventos e na realização de investimentos de renovação de áreas urbanas degradadas, prioridades que permitem legitimar tais elites e construir as alianças com os interesses do complexo internacional empreendedorista. Na maioria dos casos, esta orientação se materializa na constituição de bolsões de gerência técnica, diretamente vinculados aos chefes do executivo e compostos por pessoas recrutadas fora do setor público (RIBEIRO; SANTOS JÚNIOR, 2011, p. 14).

Vale ressaltar que essa pressão entre o interesse global (dos grandes capitais) e o interesse local (de classe e/ou de segmentos social), de acordo com Santos (2002, p. 335) e que gera conflito, deve ser mantida, atenuada, ou mesmo suprimida segundo as circunstâncias de cada lugar, mas não pode ser ignorada, deve ser "regulada e o 'mundo' não dispõe dos respectivos instrumentos de regulação, o que constitui tarefa do poder nacional e do poder local, nos seus diversos níveis" (Santos, 2002, p. 335). Isto porque, para o "mundo", neste caso, para o grande capital, o que importa é o global, mas para o "local" dos territórios nacionais, das cidades, "tudo conta".

O "empresariamento urbano" pode ser visto como mais uma faceta da utopia de processo do Capitalismo (de Adam Smith), que evoluiu ou se distorceu na utopia do neoliberalismo e se transforma, mais uma vez, na globalização; a qual cria esse espaço da "cidade-empresa", onde uma "nova" utopia melhor funciona e se reproduz. No caso do Brasil e de muitas outras cidades da América Latina, essa lógica, essa utopia da globalização materializada na cidade-empresa, segundo Ribeiro e Santos Júnior (2011, p. 14), "lidera e hegemoniza a nova coalizão urbana, integrada também por parcelas das demais lógicas", o clientelismo, o patrimonialismo e o corporativismo[6]. Resulta daí, ainda conforme esses

---

6 De acordo com a teoria Weberiana, o patrimonialismo é um tipo tradicional de exercício da dominação por

autores, “um padrão de governança urbana bastante peculiar, onde o planejamento, a regulação e a rotina das ações são substituídos por um padrão de intervenção por exceção, com órgãos da administração pública e canais institucionais de participação crescentemente fragilizados”.

Trata-se da lógica que está na base da representação política no Poder Legislativo Municipal, mas que precisa controlar parte da máquina administrativa para fazer a mediação do acesso pela população ao poder público. Segundo Ribeiro e Santos Júnior (2011, p.13), no caso do urbano, o clientelismo no Brasil tem se associado à práticas de proteção de uma série de ilegalidades urbanas que atendem a interesses dos circuitos da economia alternativa das nossas cidades (comércio ambulante, vans etc.). Também atendem “a necessidades de acessibilidade da população às condições urbanas de vida, dando nascimento às nossas favelas e às entidades filantrópicas que, muitas vezes travestidas de ONGs, usam recursos públicos para prestar, privada e seletivamente, serviços coletivos que deveriam ser providos pelas prefeituras municipais”. E no que tange o patrimonialismo urbano, este foi fundado a partir da “coalizão mercantil da acumulação urbana, representados pelas empreiteiras de obras públicas, concessionárias dos serviços públicos, entre elas o poderoso setor de transportes coletivos, e os do mercado imobiliário”.

É aqui um dos grandes desafios do projeto de cidade do Movimento Nacional de Reforma Urbana, representado por sua maior conquista o Estatuto da Cidade. Uma lei federal que necessita de uma ei municipal, o Plano Diretor, para incidir na organização territorial do município. Esta lei, segundo o Estatuto, deve ser resultado de um processo de planejamento, com seus princípios, diretrizes, objetivos, instrumentos e com a participação direta da população. E deve também incorporar o que está colocado pelo Estatuto e por todas as demais leis federais e estaduais de políticas setoriais indiretamente vinculadas à gestão e ao

---

uma autoridade que está legitimada pela roupagem da tradição, cujas características principais repousam no poder individual do governante. Este, amparado por seu aparato administrativo recrutado com base em critérios unicamente pessoais, exerce o poder político sob um determinado território. E o poder patrimonial esta relacionado ao patriarcalismo, pois o governante organiza o poder político da mesma forma que organiza o poder doméstico. Ou seja, o patrimonialismo significa o poder doméstico do senhor, do patriarca, como poder político. E assim o poder político sobre os territórios e pessoas extra patrimoniais acontece, reproduzindo-se o exercício do poder doméstico. E para Carvalho (1997) é isso que ainda ocorre no Brasil: patrimonialismo enquanto estrutura do poder político similar a do poder doméstico. No que tange ao coronelismo, ainda segundo Carvalho (1997), este foi fruto de alterações na relação de forças entre os proprietários rurais e o governo, com o fortalecimento do poder do Estado. O momento histórico em que se deu essa transformação foi a Primeira República (1889 à 1930). Sendo o coronelismo um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garantia o poder do coronel, cedendo-lhe, entre outros, o controle dos cargos públicos. Em contrapartida o coronel hipoteca seu apoio ao governo, principalmente nos períodos eleitorais, com votos. Os governadores eleitos davam seu apoio ao presidente da República. Vale salientar que no urbano, o clientelismo trouxe para as modernas cidades brasileiras o padrão rural de privatização do poder local: assistencialismo, carência e voto.

ordenamento do território municipal, como é o caso das legislações ambientais. O plano diretor só está "abaixo" da Lei Orgânica Municipal, tendo que todas as demais legislações municipais, inclusive a orçamentária, estarem em conformidade com o estipulado no Plano Diretor.

No processo de elaboração do Plano Diretor, dependendo do tipo de município e da escala de suas cidades, todos os conflitos urbanos entre o interesse global e o interesse local se potencializam e "o padrão de intervenção por exceção" se estabelece. Os municípios que têm revisado seus planos diretores até incorporam partes ou a totalidade dos instrumentos do Estatuto da Cidade, o que, segundo Ribeiro e Santos Júnior (2011, p. 15), "permite intuir que a agenda e a proposta da reforma urbana foram efetivamente disseminadas na sociedade brasileira", mas que, segundo pesquisa de avaliação[7] desses planos,

> Percebe-se que foram poucos os planos que avançaram no adequado rebatimento territorial de diretrizes e instrumentos vinculados à afirmação da função social da propriedade, o que evidencia, em diversos casos, o descolamento dos propósitos dos planos com o território municipal e a fragilidade das estratégias de desenvolvimento urbano estabelecidas. Da mesma forma, em linhas gerais, percebe-se que os Planos Diretores estabelecem definições, diretrizes e objetivos relacionados à política de habitação, à política de saneamento ambiental, à política de mobilidade, à política ambiental e à gestão democrática, porém sem incorporar os elementos necessários à efetividade dos instrumentos adotados. Em síntese, apesar de poder-se constatar avanços no discurso relativo ao direito à cidade, este não se traduz na definição de metas e estratégias efetivas para o enfrentamento da problemática urbana das cidades pesquisadas (RIBEIRO; SANTOS JÚNIOR, 2011, p. 14).

---

7 A partir de uma primeira pesquisa quantitativa, realizada em parceria com o sistema CONFEA/CREA, foi pensada uma proposta de avaliação qualitativa sobre os Planos Diretores Municipais no que se refere a sua correspondência com os preceitos do Estatuto da Cidade. Surge então em 2007, a Rede Nacional de Avaliação e Capacitação para Implementação dos Planos Diretores Participativos, a partir de uma reunião do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano do Conselho Nacional das Cidades (ConCidades). Os objetivos da proposta foram: (i) o de constituir uma rede nacional de avaliação e monitoramento de Planos Diretores com foco no acesso à terra urbanizada e bem localizada para todos; (ii) a capacitação de agentes do poder público e atores da sociedade civil para a implementação de Planos Diretores; (iii) o fortalecimento da gestão municipal e das formas de participação social e; (iv) trazer o conhecimento técnico especializado dos pesquisadores para um esforço unificado de avaliação, em conjunto com os atores sociais, do estado da arte do planejamento urbano local, no Brasil, através dos planos diretores aprovados nos municípios brasileiros. As diretrizes gerais da proposta foram definidas pelo Ministério das Cidades, sendo que a coordenação executiva dos trabalhos foi uma atribuição da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), por meio do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). O Conselho Nacional das Cidades participou tanto da concepção da proposta como do acompanhamento das atividades através de um grupo de trabalho formado por conselheiros de cada segmento social. A pesquisa foi estruturada em quatro etapas: - a primeira contemplou a constituição da Rede, a formulação da metodologia de avaliação e o planejamento das atividades; - a segunda etapa consistiu na avaliação dos Planos Diretores com base em um roteiro determinado na etapa anterior; nessa fase, as coordenações estaduais realizaram oficinas para seleção dos municípios a serem pesquisados e para consolidação dos relatórios estaduais; - a terceira etapa do projeto contemplou atividades regionais de capacitação, para a implementação dos Planos Diretores e dos instrumentos do Estatuto da Cidade, com participação dos movimentos sociais e; - a quarta etapa consistiu na publicação dos resultados da pesquisa, bem como as perspectivas e desafios para o fortalecimento do planejamento urbano nos municípios brasileiros.

Mas há de se persistir no projeto de cidade como utopia espaço – temporal (utopismo dialético), pois, se concordando com Santos (2002, p. 337), não é a formação econômica do lugar que tem o papel de mediador na relação "mundo" e "território", é a formação socioespacial. Ou seja, essa mediação cabe ao território e ao seu uso, num momento dado: suas formas geográficas, naturais ou transformadas; suas normas de uso, jurídicas ou costumeiras, formais ou informais. Até porque, concordando-se novamente com o autor, "a utilização dos lugares pelas empresas, sobretudo as firmas gigantes, depende desses dois dados e não apenas de um deles. Formas e normas, pois, trabalham como um conjunto indissociável".

O autor continua e afirma de forma contundente: o espaço global não existe. O que predomina são "espaços da globalização", pois o "mundo", o interesse global (do capital) é sobretudo, norma, ele apenas "enseja a espacialização", a qual se dá em partes, não na totalidade dos (e nos) lugares. "São ações "desterritorializadas", um "mundo" como "conjunto de possibilidades", cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares" (Santos, 2002, p. 337). É o lugar que possibilita ao mundo a realização mais eficaz do seu movimento, ou seja, depende, na maioria das vezes, da cidade (e seus lugares) que "tudo reúne", que é centralidade e diferenciação.

Se pensarmos a globalização (interesse global do capital, das grandes corporações) como outra utopia de processo, uma evolução (ou distorção) da utopia do capitalismo (de Smith), concordaremos que, igual ao "mundo" (de Santos), essa globalização precisa das virtualidades do lugar para se tornar espaço territorial, o qual na atualidade age como normas e assim controla processos sociais. Então é no lugar a possível resistência às possíveis distorções dessa utopia, ou a oportunidade de uma outra alternativa a essa, que representa o interesse do grande capital.

Vale salientar que, ao tratarmos como nosso objeto principal de pesquisa os projetos de moradia popular promovidos por cooperativas autogestionárias na cidade de São Paulo, orientamos a pesquisa à discussão da problemática urbana a partir do local, das comunidades em projetos materializados pelo cooperativismo, pelo associativismo e pela combinação autogestão – mutirão; onde se articulam produção e reprodução e onde o trabalho e a moradia têm a possibilidade de encontro e re-significação.

O cooperativismo e a autogestão, no caso da produção habitacional, têm atuado sim no local. Segundo Guillerm e Bourdet (1976), eles não aconteceram, em nenhum momento de suas histórias, com uma prevalência global, nem mesmo efetivamente nacional. Mas a análise

de suas possibilidades pode subsidiar a construção de vias de articulação entre o local e o global, e de materialização de um outro projeto de cidade. Sendo que tanto Santos (2003) como Lefebvre (1999) defendem essa articulação, a análise dessa articulação e sua consideração na ação que se propõe transformadora. Ambos os autores, de formas complementares, defendem até alguns "atributos" da globalização como elementos potencializadores da criatividade humana. Essa escolha também considera Coraggio (2007), quando afirma que o local não é alternativo ao global, e que devemos fugir dessa dicotomia global *versus* local, não devendo nos perguntar o que é o local, mas sim qual o sentido do desenvolvimento (se será apenas o sentido dado pelo capital).

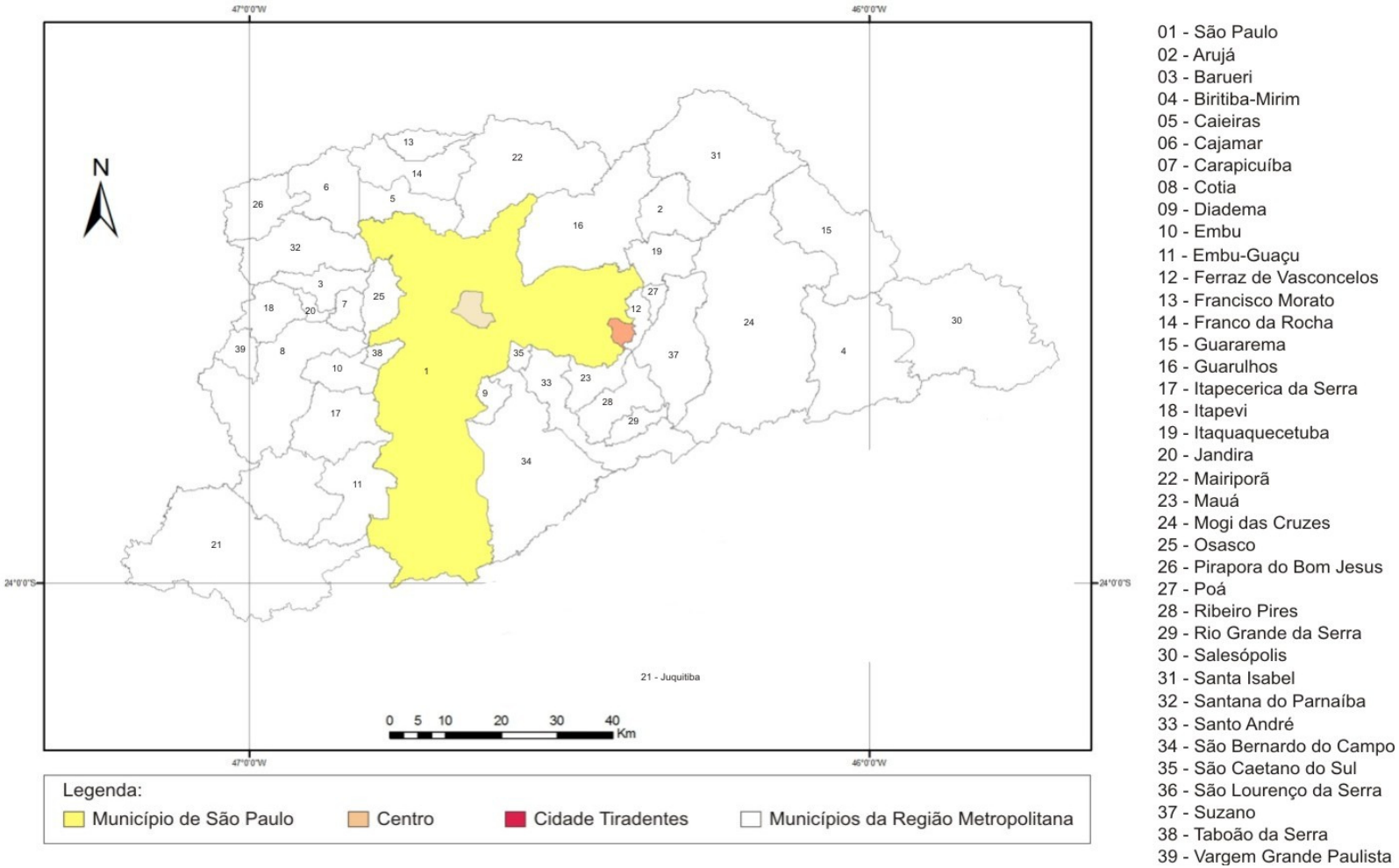
1.3 A localização do projeto: apenas "periferia" ou um espaço de esperança?

O local do Conjunto Paulo Freire (bairro Inácio Monteiro) é o Distrito de Cidade Tiradentes, Zona Leste de São Paulo, localização da cidade determinada por muitos como "periferia da cidade" e que, neste caso, também se caracteriza como a "cidade dos conjuntos", dormitório de uma parcela significativa da população de trabalhadores paulistas.

Cidade Tiradentes, segundo os mapas a seguir, está localizada no extremo Leste do município, divisa com o município de Ferraz Vasconcelos, aproximadamente 25 quilômetros (em linha reta) do centro de São Paulo. Sendo apenas uma a conexão com esse centro, seguindo pela Estrada do Iguatemi, Avenida Raquel Chohfi até a Avenida Aracanduva. Esse eixo para aí, sendo que a ligação com o distrito de Guaianazes acontece apenas por vias locais. De acordo com Cordeiro (2009) todo distrito na década de 1970 foi uma grande gleba de terra, a Fazenda Etelvina, adquirida pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB) para a implantação de grandes conjuntos.

O terreno do Conjunto Paulo Freire, assim como de vários outros conjuntos habitacionais próximos a ele, fizeram parte da gleba do Conjunto Habitacional Prestes Maia. O conjunto Prestes Maia foi concluído em meados da década de 1980 e foi a base da ocupação da região pelos "mega" empreendimentos habitacionais feitos pelo Estado para a população de baixa renda. Até o ano de 2002, o bairro Inácio Monteiro integrava o distrito e a administração regional de Guaianazes. A ocupação do bairro por uma grande quantidade de empreendimentos habitacionais estatais consolidou a característica de "bairro dormitório" da Cidade Tiradentes.

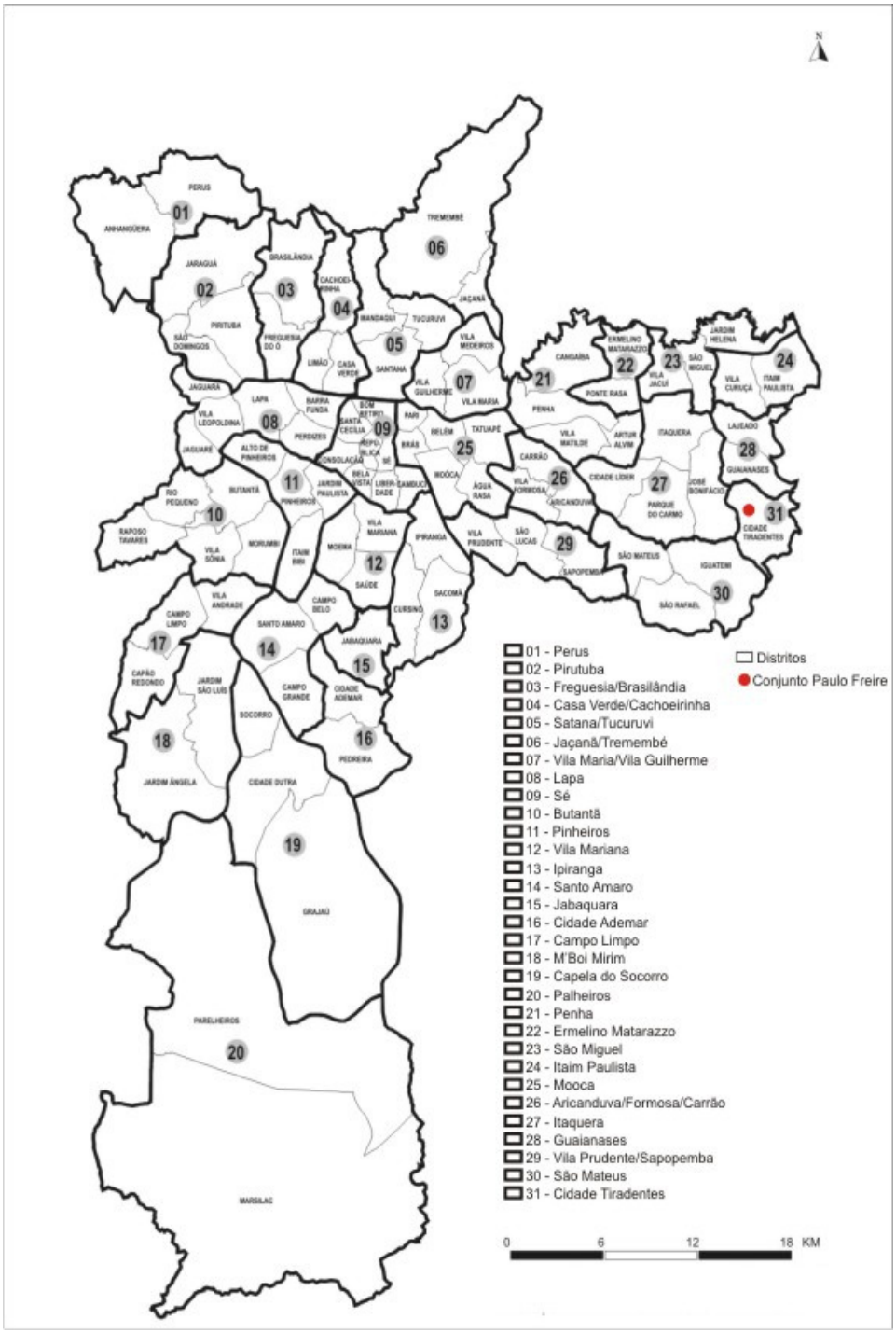
Figura 1 – Mapa da localização de Cidade Tiradentes na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).



01 - São Paulo
02 - Arujá
03 - Barueri
04 - Biritiba-Mirim
05 - Caieiras
06 - Cajamar
07 - Carapicuíba
08 - Cotia
09 - Diadema
10 - Embu
11 - Embu-Guaçu
12 - Ferraz de Vasconcelos
13 - Francisco Morato
14 - Franco da Rocha
15 - Guararema
16 - Guarulhos
17 - Itapecerica da Serra
18 - Itapevi
19 - Itaquaquecetuba
20 - Jandira
22 - Mairiporã
23 - Mauá
24 - Mogi das Cruzes
25 - Osasco
26 - Pirapora do Bom Jesus
27 - Poá
28 - Ribeiro Pires
29 - Rio Grande da Serra
30 - Salesópolis
31 - Santa Isabel
32 - Santana do Parnaíba
33 - Santo André
34 - São Bernardo do Campo
35 - São Caetano do Sul
36 - São Lourenço da Serra
37 - Suzano
38 - Taboão da Serra
39 - Vargem Grande Paulista

Fonte: Produção própria a partir de base cartográfica disponibilizada pelo IBGE (2010).

Figura 2 – Mapa da localização do Conjunto Paulo Freire na Subprefeitura de Cidade Tiradentes/SP.



Fonte: produção própria a partir de base desenvolvida pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano/SMDU de São Paulo – Departamento de Estatística e Produção da Informação/DIPRO.

Figura 3 – Fotos aéreas da localização do Conjunto Paulo Freire no Bairro de Cidade Tiradentes/SP.

Fonte: Produção própria a partir de dados da Prefeitura Municipal de São Paulo e imagem satélite de 02/04/ 2012, disponibilizada pelo Google Earth.

Além dos conjuntos, ao longo dos anos, toda a área foi sendo ocupada também por favelas e loteamentos clandestinos e irregulares, implantados em áreas privadas, e/ou em lacunas deixadas na construção dos prédios da COHAB; por ocupações nas bordas dos conjuntos e também de expansão da mancha urbana. São cerca de 60 mil pessoas moradoras e, segundo a Prefeitura Municipal de São Paulo, Cidade Tiradentes está dividida em dois tipos de "cidade": a formal, onde a renda varia entre 500 e 1200 reais e o analfabetismo vai de 0 a 10%; e a informal, com renda entre 200 e 500 reais e analfabetismo de 10% a 20%.

Essa realidade da localização do Conjunto Paulo Freire, e de quase todos os demais conjuntos produzidos pelo movimento de moradia em São Paulo nos levou a seguinte questão: como pensar as experiências de produção habitacional autogestionária enquanto uma das estratégias de materialização de uma utopia dialética (temporal – espacial), o projeto alternativo de cidade do movimento de reforma urbana, se essas experiências se concentram em sua maioria na dita "periferia" do centro de São Paulo?

Responder a tal questão, nos impõe refletir sobre o que periferia é essa e de quais potencialidades e limitações esta localização impôs à materialização do projeto alternativo de moradia dos movimentos sociais paulistas, e consequentemente comprometeu a utilização da prática do cooperativismo habitacional autogestionário como estratégia de alcance do projeto de cidade da reforma urbana.

1.3.1 De qual "periferia" estamos falando?

A Cidade Tiradentes, quando antes do início da construção do Conjunto Paulo Freire, antes da "explosão de conjuntos" construídos pela COHAB/Prefeitura e pela CDHU (Governo do Estado) caracterizava-se pela baixa densidade populacional e intensa cobertura vegetal/florestal em um relevo bastante ondulado, que, por suas características geomorfológicas, era extremamente suscetível à erosão, com grandes limitações no que tange a execução de cortes e aterros; e sem infraestrutura e serviço público básico de atendimento às necessidades da população, inadequado à implantação de moradia.

> A escolha do terreno se deu porque esse aqui foi disponibilizado pela COHAB. E era um "matão" no começo... Não tinha nadinha... As pessoas chegavam e desistiam... Já tinha alguma infraestrutura e transporte da "avenida" pra lá, nada pra cá. Essa gleba era totalmente diferente do que é hoje... Não tinha CEU, nem a creche, nada... Só mato (Cristiane, moradora e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, entrevistada em maio/2010).

A questão é que as áreas mais bem servidas de infraestrutura, serviços e postos de trabalho, em grande parte próxima ao núcleo/centro histórico inicial do município, passaram a partir de determinado período, a ser privilégio da população de renda média e alta, sendo as populações de baixa renda cada vez mais forçadas a "resolver" suas necessidades de moradia em outras áreas da cidade.

Com a intensificação da industrialização, aumenta rapidamente o número de trabalhadores e consequentemente é cada vez maior a necessidade por moradia, isso em paralelo à valorização dos terrenos das fábricas utilizados para instalar as moradias, agora bem localizados e servidos de infraestrutura.

> O fornecimento de moradia pela própria empresa diminuía as despesas dos operários com sua própria sobrevivência, permitindo que os salários fossem rebaixados. Tal tipo de solução era viável na medida em que a quantidade de força de trabalho – pois destinava-se de modo especial aos operários menos disponíveis no mercado de trabalho – e o baixo custo dos terrenos e da construção compensava a fixação do trabalhador na empresa. Nesse caso, o custo de reprodução da força de trabalho, pelo menos no que diz respeito à moradia, era resolvido pela empresa. O cenário Brás, Moóca, Belém de então, onde a vida girava em torno dos "apitos das fábricas de tecido", caracterizava-se pela concentração das moradias operárias na proximidade dos locais de trabalho (KOWARICK, 1993, p. 34).

As empresas passam a transferir os custos da reprodução do trabalhador (principalmente moradia e transporte) para o próprio trabalhador e todos os custos com os serviços de infraestrutura vão para o Estado. Como consequência imediata, ainda segundo o autor, o trabalhador de baixa renda, na busca por moradia, passa a estabelecer relações com o mercado imobiliário e seguir os fluxos dos interesses desse mercado. Nesse sentido, seus baixos rendimentos não acompanharam a valorização das terras de suas antigas vilas próximas às fábricas, sobrando para eles apenas as áreas verdes de preservação e/ou os "aglomerados distantes dos centros, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura", neste caso, a "periferia".

Para Durham (1988, p. 173), também tem-se a possibilidade de um novo negócio: a venda parcelada de terrenos de baixo valor imobiliário, ou seja, terrenos "distantes ou localizados em áreas particularmente insalubres ou de topografia desfavorável, de difícil acesso, sem serviços públicos e, frequentemente, sem documentação legal". Esse novo mercado contribuiu para a "segregação e imobilização relativas" de grande parte da população de baixa renda moradora dessas áreas. Isto porque, presa à necessidade de construção da "casa própria", essa população teve que fixar-se de modo quase permanente naquele local. Permanente, porque a construção da casa, com baixíssimos rendimentos e pouco tempo de

trabalho, estendia-se em processos intermináveis, e segregados, por conta das dificuldades de transporte na nova realidade de longas distâncias.

Vale ressaltar que, nesse processo de periferização da pobreza, o Estado teve sua parcela grande de contribuição, pois passou a seguir, com seus investimentos públicos/melhorias, os núcleos de ocupação criados pelo mercado imobiliário formal. Quando reuniu os meios legais para ordenar minimamente o crescimento da cidade de São Paulo, segundo Kowarick (1993, p. 35), o desenho urbano já estava em grande parte traçado, uma consequência da retenção dos terrenos por parte de grupos privados. Restava continuar a colocar os investimentos públicos a serviço da "dinâmica de valorização – especulação do sistema imobiliário – construtor". Neste caso, o grande construtor, porque os pequenos (auto) construtores tinham que "se arranjar" em uma terra sem as menores condições de moradia. Segundo dados da época,

> Na região metropolitana, dos 8 mil quilômetros que formam a rede de circulação de tráfego local, apenas 40% são pavimentados. Apenas cerca de 30% dos domicílios são servidos pela rede de esgotos e 53% pela de água [...] Nas periferias a situação é ainda mais drástica: tão-somente 20% das casas tem rede de esgotos e 46% de água. Para se ter uma ideia do alto índice de contaminação ambiental basta mencionar que ¾ das habitações da periferia "lançam esgotos em simples fossas negras, quando não a céu aberto". Mesmo em amplas áreas da capital, muitas ruas são pavimentadas e há vastas áreas desprovidas de iluminação (KOWARICK, 1993, p. 36).

O autor persiste e conclui que a periferia foi uma fórmula bastante eficiente de reproduzir nas cidades a força de trabalho. Foi uma consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira e possibilitou "de um lado, altas taxas de exploração de trabalho e, de outro, forjou formas espoliativas que se dão no nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora" (KOWARICK, 1993, p. 43-44). Essa periferia é formada não apenas pelas moradias precárias "eternamente em construção", mas também pelas favelas, e expressam a precariedade dos salários que, naquela década de 1970, estavam em processo de deterioração, deterioração esta em meio ao "milagre econômico", com a economia brasileira crescendo a uma taxa de 10% ao ano.

> A lógica de acumulação que preside ao desenvolvimento brasileiro recente apoia-se exatamente na dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta reserva de mão-de-obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste de uma força de trabalho submetida a jornadas de trabalho prolongadas e as espinhosas condições urbanas de existência tornam-se possíveis na medida em que a maior parte da mão-de-obra pode ser prontamente substituída (KOWARICK, 1993, p. 45).

Todas essas características e condicionantes de renda e forma de exploração que configuram a população moradora da "periferia", para Durham (1988, p. 175), impõem a esta a presença de certa "uniformidade relativa". Uma uniformidade que, somada à situação de segregação, favorece o desenvolvimento, na periferia, de uma "sociabilidade local" específica e bem diferente da encontrada em regiões da cidade, onde prevalece uma população de renda média e alta. Para estas, "a casa ou o apartamento, isolados e autossuficientes, limitam um espaço social que não é complementado pela vizinhança. Na periferia, ao contrário, a vizinhança e o bairro constituem locais privilegiados para a formação de redes de sociabilidade" (DURHAM, 1988, p. 174).

1.3.2 A periferização da pobreza: negação da cidade ou materialização do Projeto

Vale salientar que no caso de Cidade Tiradentes, "lugar" do Conjunto Paulo Freire, a década de 1980 foi o período de suas principais transformações, consolidando-se como periferia e o "lugar dos conjuntos habitacionais" na cidade de São Paulo. E como se vê pelo crescimento populacional assinalado na Tabela 1, milhares de famílias foram deslocadas para esta região em um contexto bem diferente daquele por elas imaginado. Ali começaram a perceber, por exemplo, que o "sonho da casa própria" aconteceu, mas de forma precária e, por vezes, insustentável, quando aconteceu. Estavam eles agora em conjuntos habitacionais precários, em loteamentos clandestinos, à espera da cidade, da urbanidade prometida e que parecia não querer acontecer. Estavam na Periferia...

Tabela 1 - População Recenseada e Taxas de Crescimento - Município de São Paulo, Regiões e Distritos Municipais -1980, 1991, 2000 e 2010

Unidades Territoriais	1980	Tx. Cresc. 80/91	1991	Tx. Cresc. 91/2000	2000	Tx. Cresc. 2000/10	2010
MSP	8.493.226	1,16	9.646.185	0,88	10.434.252	0,76	11.253.503
CENTRO	526.170	-1,24	458.677	-2,24	373.914	1,43	431.106
LESTE	2.877.590	1,70	3.465.397	1,13	3.835.354	0,42	3.998.237
LESTE 1	1.630.352	0,02	1.634.838	-0,42	1.574.554	0,27	1.617.454
LESTE 2	1.247.239	3,55	1.830.559	2,37	2.260.800	0,52	2.380.783
Cidade Tiradentes	**8.603**	**24,55**	**96.281**	**7,89**	**190.657**	**1,04**	**211.501**
NORTE	906.210	1,27	1.041.518	1,64	1.205.220	0,76	1.300.259
OESTE	983.455	0,17	1.002.489	-0,94	920.806	1,06	1.023.486
SUL	2.317.588	1,64	2.772.187	1,65	3.211.818	1,11	3.586.020

Fonte: IBGE – Censos Demográficos 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano/SMDU – Departamento de Estatística e Produção de informação/DIPRO.

O Estado foi diretamente responsável pela implantação de dezenas de conjuntos, como parte da alocação da classe trabalhadora. Ele, sob o avanço e as pressões das grandes incorporadoras imobiliárias, modelou o espaço da cidade de São Paulo de "modo diferencial", como coloca Lefebvre (1999), e iria desenvolver esse espaço criado, essa periferia, como sempre o faz: de forma puramente racional, criando isotopias: "grandes linhas retas, avenidas largas, vazios, perspectivas amplas, ocupação do solo fazendo tábula rasa do precedente, sem observar os direitos e os interesses dos "de baixo", nem os custos [...] o lugar do mesmo, mesmos lugares" (LEFEBVRE, 1999, p. 119).

Uma periferia surgida com base em todos os processos descritos por Kowarick (1993) e com estruturas morfológicas (sítios e situações, ruas, praças, construções etc.) e sociológicas (distribuição da população, idades, sexos, rendas, categorias profissionais etc.) inerentes a esses processos e que dão a falsa ideia de espaço homogêneo. Mas as periferias de São Paulo, a exemplo de outros centros urbanos, não são iguais entre si e nem internamente iguais. Isto porque, concordando-se com Lefebvre (1999, p. 119), os grandes grupos sociais dominantes podem ter alcançado êxito na modelagem da cidade a partir da expulsão e periferização da pobreza, mas o espaço criado, a periferia, não se consolidou em extensa "malha homogênea". Sua heterogeneidade se explica porque a "comunidade urbana",

> É o resultado de uma história que deve ser concebida como a atividade de "agentes" ou "atores" sociais, de "sujeitos" coletivos operando por impulsos sucessivos, projetando e modelando de modo descontínuo (relativamente) extensões do espaço [...] As qualidades e "propriedades" do espaço urbano resultam de suas interações, de suas estratégias, seus êxitos e derrotas. A forma geral do urbano engloba, reunindo-as, essas diferenças múltiplas (LEFEBVRE, 1999, p. 119).

No caso da periferia de São Paulo, ao final da década de 1970, com a democratização do país e a reestruturação dos movimentos sociais urbanos, inicia-se um processo de luta pela transformação das estruturas urbanas existentes. Um processo conduzido por esses movimentos em atuação conjunta com outros agentes sociais: famílias moradoras, associações, movimentos sociais, representantes das pastorais e intelectuais, políticos de esquerda. Todos imbuídos em transformar essa periferia no espaço que Lefebvre (1999, p. 120) chama de heterotopia: "o outro lugar e o lugar do outro, ao mesmo tempo excluído e imbricado". Lugares animados, multifuncionais (passagem, comércio, lazer), com populações de origens diversas, espaços ambíguos, ativos, da aglomeração, da luta e do conflito.

O Estado pode até ter iniciado a formação da Cidade Tiradentes com uma tendência a transformá-la em um "mar" de conjuntos habitacionais, mas houve resistências. E apesar de

serem muitos os conjuntos, também se formaram outras paisagens, outros usos foram dados ao solo, infraestruturas foram implantadas, áreas de comércio e serviço se desenvolveram. Até mesmo uma "centralidade" foi alcançada.

Segundo dados da Usina CTAH (Diagnóstico de Cidade Tiradentes – Programa Bairro Legal, 2003) e da prefeitura de São Paulo, hoje, nas imediações do Conjunto Paulo Freire, no bairro Inácio Monteiro, há três escolas estaduais, duas municipais e duas creches e um posto de saúde (Posto Prestes Maia). Ao lado do conjunto estão o Centro Educacional Unificado (CEU), praças poliesportivas. A região abriga ainda um Centro de Referência da Saúde Reprodutiva, um Centro Esportivo Municipal, o Clube da Cidade Juscelino Kubitschek, o único Parque Público de Cidade Tiradentes, o Parque do Rodeio e diversas associações de moradores atuantes nos conselhos ou outros fóruns de participação na gestão do Distrito e do Município. Até pouco tempo atrás, a região dispunha do único Posto Policial Comunitário de Cidade Tiradentes, localizado nas estreitas ruas do conjunto Prestes Maia. Apesar desses avanços em relação aos equipamentos e serviços, questões fundamentais continuam sem uma perspectiva imediata de solução, principalmente no que tange à saúde, ao lazer, ao transporte e à geração de emprego e renda.

Figura 4 – Foto do entorno do Conjunto Paulo Freire (dezembro de 2010). Predomínio de dezenas de conjuntos habitacionais.

Fonte: Acervo próprio.

Figura 5 – Foto do entorno do Conjunto Paulo Freire (Dezembro de 2010): CEU Inácio Monteiro, Creche e praça com quadras poliesportivas.

Fonte: Acervo próprio.

Figura 6 – Foto do entorno do Conjunto Paulo Freire (dezembro de 2010): igreja, comércio, praças etc.

Fonte: Acervo próprio.

Figura 7 – Foto do entorno do Conjunto Paulo Freire (dezembro de 2010).

Fonte: Acervo próprio.

Para Otero (2009), a partir de dados da Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) de 2004, nos distritos da região Leste de São Paulo, incluindo Cidade Tiradentes, estão os menores números de postos de empregos formais. Segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em relação à distribuição espacial destas atividades, a indústria tem preferência pela proximidade com os grandes eixos viários, os serviços concentram-se no chamado centro expandido – apontado como núcleo econômico da cidade – e o comércio é a atividade mais difusa do ponto de vista territorial. Além destes dados, muitas são as informações dadas pelos diversos bancos de dados da Prefeitura de São Paulo que comprovam a característica histórica da Cidade Tiradentes enquanto "cidade dormitório". Essa característica traz agravantes à vida dos moradores, diante, principalmente, da precariedade do sistema de transporte público que atende a região.

Para Artemisa e outros entrevistados, ter a casa própria é um sonho realizado, mas a falta de empregos com "bons salários" no bairro e o longo tempo de deslocamento para o trabalho, comprometem a renda familiar e a qualidade de vida da família.

> A minha rotina é sair 6h da manhã. Eu vou de carro com meu marido trabalhar. Mas essa semana que ele colocou o carro na oficina, a gente levanta 4.30h da manhã. De carro é uma hora e pouco, depende do trânsito. E pesa no orçamento sim, faz falta pra outras coisas. Mas meu marido prefere ir de carro, ele diz que ir de ônibus é tortura. Pra ir de ônibus a gente precisa sair 5.15h pra estar no máximo 7.30h chegando na firma. Lá da empresa do meu marido, eu pego ainda dois ônibus pra

> chegar no meu serviço. (Você não prefere pegar o trem ou metro?) Sim, eu preferia, mas o patrão não quer dar as vezes a condução, né? O meu mesmo não dá. E se fosse pra pagar a passagem era três, mas tem o negócio do bilhete único, né? Se eu pegar no metro o bilhete único, eu vou pagar os três reais do ônibus e mais o restante que eles cobram do metro, porque eles falam integração, mas paga, né? Se eu for de ônibus eu pago só uma condução. Mas era melhor eu ir de metro ou trem, mas o patrão não quis me dar (Artemisa, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevistada em dezembro/2011).
>
> Sou administrativo de uma empresa na área da construção civil; por causa desse mutirão também que eu consegui esse emprego nessa empresa que eu tô hoje, através de um empreiteiro que estava aqui na obra do mutirão, que me indicou pra um amigo que trabalhava nessa empresa que estou hoje. Só que no caso da construção civil não é de hoje que eu tenho conhecimento, já trabalho há um tempo na construção civil. Eu e minha esposa fizemos até ensino médio. Eu trabalho a semana inteira, de segunda a sexta e no fim de semana faço decoração com balões. A minha esposa estava trabalhando, hoje ela saiu do emprego devido a distancia também, porque faz três meses que a gente se mudou pra cá... Teve o problema da creche também, não tinha com quem ele (o filho) ficar e pra você arrumar uma pessoa pra cuidar do seu filho é meio complicado. Já em escola e creche é complicado, que você não sabe o que estão fazendo, imagine encontrar uma pessoa pra olhar seu filho. Então nós resolvemos, ela tá saindo do emprego, pelo menos aí por uns seis meses, depois a gente vê como fazemos. Nossa renda dá uns dois salários (Roberto, morador do Conjunto Paulo Freire. Entrevistado em dezembro/2011).

É fato que, ao se observar a evolução e as conquistas alcançadas pelos moradores e demais agentes políticos na região do Conjunto Paulo Freire, concluímos que existe uma forte tendência à resolução dessa problemática, mas isso se não forem reduzidas as estratégias de luta e disputa em torno do direito à cidade. Estratégias como a do mutirão autogerido e sua proposta de produção habitacional através do cooperativismo autogestionário, que incorpora em seu processo "momentos" de discussão/formação política sobre a questão urbana/habitacional com as famílias/mutirantes.

Esses momentos são uma ação aplicada em todos os mutirões/conjuntos conduzidos pelos movimentos de moradia em São Paulo (como é o caso da União de Movimento de Moradia/UMM). E nesse sentido, concorda-se com Lopes e Rizek (2004, p. 72), quando eles afirmam que, em algumas circunstâncias, esse processo conduz as famílias a "novas formas de apropriação territorial urbana e de relacionamento individual e coletivo com o meio social e a cidade".

> A prefeitura, o que ela quer? Ela quer tirar o povão, o povo pobre, de lá do centro da cidade, e jogar no final do mundo. Só que o final do mundo nosso, aqui, quer queira, quer não, tem que ter uma evolução. E hoje tá tendo, tá tendo um crescimento. Quando a gente veio pra cá, meu, isso aqui era o maior matagal. Era mato, aqui atrás tem uma favela, a gente vinha aqui pelo morro. Eu tenho fotos praticamente desde quando começou aqui, a gente veio com bandeira do movimento, subimos aqui em cima (Roberto, morador do Conjunto Paulo Freire, entrevistado em dez/2010).

> O mutirão é muda tudo! Depois que você entra no mutirão, muda a sua forma de ver as coisas. Acho que total assim. Porque você não tem noção quando entra no mutirão. O que é uma luta, lutar pela moradia... E você descobre que tem um monte gente fazendo a mesma coisa, e não só por moradia, por transporte... Acho que ele abre a tua mente assim... E quando a gente se une fica mais forte, sem dúvida. Muda muito mesmo. (O negativo desse processo) é a falta de vontade política do governo, num tem jeito... (Cristiane, moradora e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, entrevistada em maio/2010).

Conclui-se que o "lugar" foi e vem sendo gradativamente disputado e qualificado pela ação de diversos agentes sociais, não apenas os movimentos de moradia. E nessa luta pela materialização do projeto alternativo de moradia não se trata apenas do mutirão autogerido em sua proposta de transformação da "periferia". No caso de São Paulo, têm-se também as estratégias de ocupação, pelo trabalhador de baixa renda, das zonas centrais, com seus cortiços, favelas e imóveis ocupados. Além da atuação e das estratégias de outros movimentos sociais. Sendo importante pensar o quanto todas as estratégias devem ser diversas e auto eficientes, mas articuladas, na luta pela utopia maior, o projeto de cidade. É nesse sentido que propomos a continuidade nos próximos capítulos de todas as questões até aqui pontuadas, mas agora tendo por cenário algo mais amplo: a história dos meios utilizados e dos agentes promotores do Conjunto Paulo Freire.

CAPÍTULO 2 - O PROJETO E OS MEIOS UTILIZADOS: COOPERATIVISMO - AUTOGESTÃO - MUTIRÃO

Desenvolver a análise da proposta de organização e gestão do processo de produção do Conjunto Habitacional Paulo Freire pressupõe o entendimento das origens e dos aspectos conceituais e teóricos dos meios utilizados para tanto, neste caso o cooperativismo, o associativismo, a autogestão e o mutirão (cujos posicionamentos críticos e contrários são diversos). É importante entendê-los como parte de uma estratégia política dos movimentos de moradia de São Paulo (ligados ao MNRU), fortemente influenciados pelo cooperativismo habitacional uruguaio, onde esse tipo de sistema, segundo Nahoum (2008), foi um dos mais idôneos em congregar toda uma tradição de milhares de autoconstrutores que, na primeira metade do século XX, impulsionaram o desenvolvimento das cidades deste país. E acrescenta,

> *A casi cuarenta años de vigencia de la Ley Nacional de Vivendas, el sistema cooperativo surge como aquél que há permitido obtener mejores soluciones a más bajo costo; el que há dado resultados más positivos respecto de la consevación, matenimiento y complementarción urbana de los conjuntos; el que se há ajustado mejor a las necesidades de los destinatarios; el que há producido, em fim, una más plena valoración y utilización de los espacios comunitarios* (NAHOUM, 2008, p. 26).

2.1 Sobre o cooperativismo...

A princípio, verifica-se que este movimento surgiu em contraponto às formas de exploração do trabalhador, constituindo, segundo Engels (2012 [1880]), um ideário relacionado a uma "utopia do trabalho" de forte tendência socialista. O surgimento do cooperativismo, com a sua utopia do trabalho, foi um momento de complexificação das arenas produtivas e dos universos relacionais no sistema capitalista. Um momento, como nos fala Santos (2002), de "resistência", no qual projetos coletivos possibilitaram-nos vislumbrar alternativas e até mesmo materializá-las, mas cujos desdobramentos ainda nos trás possibilidades, encerra potencialidades[8]. Daí a importância de se conhecer a sua história e

8 Isto, porque é certo que: ▪ a qualidade de vida no urbano e a redução dos seus impactos socioambientais depende da forma como enfrentamos, dentre outras, a questão da moradia e do trabalho. Afinal somente para o capital houve sentido, em separá-los, seja em processo de produção de moradia/comunidades, seja nas lutas e movimentos reivindicatórios de ambos ▪ a noção de bem-estar relaciona-se ao cumprimento de direitos básicos, dentre eles, destacamos, o direito à cidade e a moradia, onde além de uma casa adequada às necessidades da família e cercada de toda infraestrutura, tenham os membros dessa família acesso efetivo a todos os equipamentos e serviços de cultura e lazer, e ao trabalho e a renda.

seus desdobramentos, principalmente na forma como esse ideário e esses princípios foram incorporados na produção de moradias em países da América Latina.

Já no final do século XVIII, a noção de "cooperação" formulada pelos fisiocratas estava disseminada nas teorias econômicas europeias. Esta noção colocava a cooperação como "uma operação produtiva cuja eficiência resulta não da soma de capacidades de trabalho individuais, mas da ação combinada entre elas" (KREIS, 2005 apud Baravelli, 2006). Assim, existe cooperação quando a própria união de capacidades de trabalho se torna fator de eficiência produtiva. Essa definição tanto foi utilizada posteriormente pela biologia ao tratar das estratégias de sobrevivência de espécies baseada no comportamento social dos indivíduos, como por Karl Marx, em O Capital, em que, no Capítulo 11, essa noção dos fisiocratas foi desenvolvida e colocada,

> [...] como uma evidência social da transformação de um incremento quantitativo numa diferença qualitativa. O "trabalho combinado" que é mobilizado pelos processos de cooperação possuiria um efeito produtivo maior que a soma dos trabalhos realizados por cada trabalhador e, tal como na "Lógica" de Hegel, num certo ponto, diferenças meramente quantitativas se tornam, por uma inversão dialética, distinções qualitativas (BARAVELLI, 2006 p.12).

Toda essa questão da produtividade como fator social, condição lógica para o trabalho social, foi transformada em paradigma de um movimento iniciado na Europa no final do século XVIII por Robert Owen e Charles Fourier, considerados por Engels como dois "grandes utopistas". Como organizadores deste movimento, tinham como base, entre outras, a crença de que era possível se controlar as forças produtivas do capitalismo por meio da concorrência e da competição. Sua noção de cooperativismo surge em contraponto às formas de exploração do trabalhador, constituindo um ideário relacionado a uma "utopia do trabalho" de forte tendência socialista. Fourier e Owen reconheciam uma inadequação entre homem e indústria, sendo que, para Owen, deveria o primeiro ser alvo de transformações e não o segundo.

Fourier, um comerciante, um pensador sem vínculos com correntes políticas, trouxe como ideia-chave a de que o trabalho que a humanidade desempenha desde a antiguidade como um suplício é um trabalho desnaturalizado e o trabalho mais produtivo é aquele feito com prazer. Diferentemente de Fourier, Owen era um homem de ação, um industrial que ascendeu da condição de aprendiz à de coproprietário e administrador de um dos maiores cotonifícios do Reino Unido, propunha "agregar entre os objetivos do desenvolvimento tecnológico uma função pedagógica: moldar o trabalhador para que sua relação com o progresso das forças produtivas resulte em emancipação do ideário individualista"

(BARAVELLI, 2006, p. 15). A militância de Owen, seu projeto de reforma social, começou como mera filantropia patronal, chegando, segundo Teixeira (2002, p. 97), a um socialismo mutualista e cooperativo, quase um messianismo social, no qual Owen conseguiu materializar seus projetos utópicos sob a crença de um socialismo como "sistema natural baseado na natureza".

Ainda segundo Teixeira (2002, p. 97), estava presente em Owen duas ideias básicas de socialismo: a de que a sociedade pode ser reformada a partir de uma comunidade exemplar; e que a reforma social não dependia da ação política nem da tomada do poder. Owen também diferiu de Fourier pelo fato de querer dissolver a grande indústria e retornar às indústrias rurais, eliminando a propriedade privada. A partir da fundação de sua primeira proposta de comunidade "alternativa", a Sociedade dos Probos de Rochdale, em 1843, Owen inicia a consolidação daqueles que seriam os princípios do cooperativismo até os dias atuais: • adesão livre • controle democrático • retorno dos excedentes em proporção às operações • taxa limitada de juros ao capital social • neutralidade política, religiosa, etc. • educação cooperativista • integração cooperativa.

Vale ressaltar que estes princípios foram se consolidando juntamente com Rochdale e se constituíam, de acordo com Keil e Monteiro (1982, p. 3), em estratégias de superação da lógica socioeconômica vigente na época. O princípio de neutralidade, por exemplo, "surge devido à necessidade de evitar-se que ocorram litígios entre os sócios devido a motivos religiosos, pois Rochdale não é um empreendimento "neutro", é claramente hostil, em sua proposta inicial, à sociedade capitalista envolvente".

Conclui-se que Owen foi o primeiro a politizar o termo cooperação, diferentemente de seus contemporâneos utópicos Fourier e Saint Simon; e para Engels, as propostas de Owen eram claramente comunistas, mas baseadas no princípio de que as gigantescas forças produtivas, recém-criadas na época, deveriam ser propriedade comum a todos, administradas para o bem comum de todos, transformando-se na base para a reconstrução da sociedade. Ainda, segundo Engels (2004 [1880] apud BARAVELLI, 2006), este fundamento do comunismo de Owen era puramente empresarial, de caráter prático e resultado de um cálculo comercial, mas todas as suas ideias possuíam um elemento crítico que teve um grande impacto na organização dos movimentos sindicais da época. Foram ideias que atacaram cada princípio da sociedade existente naquela época e que constituíam um material importante para o esclarecimento do proletariado, mas que não consideravam os conflitos de classe que estavam se consolidando, nem propunham estratégias para sua superação e, por isso, tinham um caráter meramente utópico.

Nos dias atuais, o conceito de cooperativismo é atravessado por grandes paradoxos. Segundo Baravelli (2006, p. 11), praticamente todas as cooperativas, independentemente do porte alcançado, têm que lidar com a ambivalência de ser um empreendimento econômico e ter que, ao mesmo tempo, defender um discurso e uma ação política e moral de confrontação da lógica capitalista. O autor também afirma que essa ambivalência se torna uma questão identitária das cooperativas e coloca duas definições atuais para o termo que demonstram esta questão.

Isso se comprova ao verificarmos a definição formulada pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), na qual cooperativa "é uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida" (OCB, 2006); e a formulada pela economista Diva B. Pinho, na qual as cooperativas "são sociedades de pessoas, organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também realizar determinados programas educativos e sociais" (PINHO, 1961, p. 18).

Ainda segundo esta autora, "o cooperativismo é uma doutrina que, fazendo uso das cooperativas, tem por objeto a correção do social pelo econômico" (PINHO, 1961, p.18). Mas, para Baravelli, as origens das cooperativas as impedem de se despojarem de seu ideário político, tornando-as empresas que devem estar permanentemente adequadas ao modo de produção capitalista "lamentadas quando são criadas apenas por conveniências tributárias ou atacadas quando descumprem as promessas de emancipação que elas herdam de uma história pregressa" (BARAVELLI, 2006, p. 12).

Em muitos dos países latino-americanos, as primeiras cooperativas urbanas surgiram como formas de combate ao problema da carestia dos alimentos, principalmente dos gêneros de primeira necessidade. Esta carestia adivinha da então crescente problemática de abastecimento que, no Brasil, assume contornos de crise a partir das últimas décadas do século XIX, com o crescimento dos centros urbano-industriais, sendo que, somente na década de 1930, o movimento cooperativista cresce, tutelado pelo Estado que vê na sua prática um potencial político-reformista que resolveria tanto a crise de abastecimento como também seguraria as também crescentes exigências pela reforma agrária.

Na Argentina, no espaço rural, as primeiras cooperativas foram de laticínios e também surgiram como canais alternativos para a comercialização dos produtos de abastecimento. Em 1905, dá-se a constituição de uma das primeiras cooperativas habitacionais no continente. A cooperativa El Hogar Obrero tinha como objetivo principal construir casas populares,

tornando-se uma grande sociedade de habitação, consumo e crédito na capital federal e sendo exemplo para a implantação de diversas outras cooperativas habitacionais em Buenos Aires e outras cidades argentinas. Entre os anos de 1975 e 1976, o segmento das cooperativas de crédito é o que avança no país, tanto avança que passa a constituir um Banco Cooperativo, numa tentativa de superar as barreiras burocráticas e a legislação adotada pelo governo, que o limitavam e impediam o seu crescimento. Ainda hoje este banco centraliza suas operações e as cooperativas funcionam como postos de atendimento aos associados.

No Peru, merece destaque a forma como se desenvolveu o cooperativismo de pesca e de produção; além de um significativo movimento de crédito, que hoje tem funcionado como uma central cooperativa. No México, apesar de não haver legislação restritiva a nenhuma espécie de empreendimento cooperativo, o movimento tem se desenvolvido com muita dificuldade. Na Colômbia, a produção de café, bem como sua exportação, é bastante ligada ao cooperativismo. Há também um movimento de cooperativas escolares e de crédito.

Por meio de levantamento documental, verificou-se como é tratada a matéria do cooperativismo nas constituições de outros países da América Latina e Caribe. Logo a seguir será detalhada a realidade do cooperativismo e da autogestão no Uruguai (legislação e políticas públicas), que foi o país cujas experiências serviram de referência para o cooperativismo autogestionário promovido pelos agentes promotores do Conjunto Paulo Freire.

Em Cuba, o tema é tratado no capítulo primeiro da Constituição (1976), num artigo que trata dos Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos do Estado. Nele, o Estado reconhece a propriedade dos agricultores pequenos sobre suas terras e outros meios e instrumentos de produção. Conforme estabelece a lei, eles têm direito a associar-se entre si, na forma e com os requisitos que estabelece a lei, tanto para fins de produção agropecuária como de obtenção de créditos e serviços estatais. O Estado autoriza a organização de cooperativas agropecuárias nos casos e na forma que a lei estabelece, indicando que a propriedade cooperativa é uma forma de propriedade coletiva dos campesinos integrados nelas. Além da questão da propriedade coletiva, na constituição é reconhecido o direito da produção cooperativa, sendo que o Estado é autorizado a incorporar os agricultores pequenos, de forma voluntária e livremente aceita por estes, aos planos e unidades estatais de produção agropecuária.

A Venezuela, a exemplo de Cuba, também trata do tema na Constituição (1961), no Título “Dos Deveres, Direitos e Garantias”, Capítulo IV – “Direitos Sociais”, art. 72. Nele, é determinado que o Estado proteja as associações, corporações, sociedades e comunidades que

tenham por objeto o melhor cumprimento dos objetivos da pessoa humana e da convivência social, e fomentará a organização de cooperativas e demais instituições destinadas a melhorar as condições de economia popular.

No Peru, o Estado é autorizado a promover e proteger o livre desenvolvimento do cooperativismo e a autonomia das empresas cooperativas; a estimular e amparar o desenvolvimento das empresas autogestionárias, comunitárias e demais formas associativas. Neste país, a matéria também é constitucional, sendo colocada no título do "Regime Econômico", art. 116, e no Capítulo VII – "Do Regime Agrário", art. 159, no qual dispõe que o Estado deve apoiar o desenvolvimento de empresas cooperativas e outras formas associativas, livremente constituídas, de produção, transformação, comércio e distribuição de produtos agrários. Além de associar o cooperativismo à questão da reforma agrária, tem-se ainda, na constituição, a repetição do tema no Capítulo VIII – "Das Comunidades Camponesas e Nativas", art. 162 (no mesmo título): "O Estado promove o desenvolvimento integral das Comunidades Camponesas e Nativas. Fomenta as empresas comunitárias e cooperativas".

Na Venezuela a constituição compromete o Estado a fomentar as cooperativas, não deixando claro o nível de controle; o mesmo se dá na constituição peruana que fala da autonomia, não especificando o grau desta autonomia perante o apoio estatal. Essa constituição é a única que associa cooperativismo à questão da reforma agrária.

No Brasil, na constituição de 1967, não ocorre menção do termo cooperativismo. Verifica-se, no Capítulo V – Do Estado de Sítio, no Título III – Da Ordem Econômica e Social, apenas a orientação de que às empresas privadas compete preferencialmente, com o estímulo e apoio do Estado, organizar e explorar as atividades econômicas. O Estado entraria como uma gestão suplementar às empresas e poderia adquirir a forma de empresas públicas, autarquias ou sociedades de economia mista, regidas pelas normas aplicáveis às empresas privadas, inclusive quanto ao direito do trabalho e das obrigações. A empresa pública que explorasse atividade não monopolizada estaria sujeita ao mesmo regime tributário aplicável às empresas privadas.

Em 1971, foi promulgada a Lei nº 5764, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas. Na referida lei, a política fica definida com a atividade decorrente das iniciativas ligadas ao sistema cooperativo, originárias de setor público ou privado, isoladas ou coordenadas entre si, desde que reconhecido seu interesse público, sendo que ao governo federal compete a coordenação e o estímulo às atividades de cooperativismo exercidas segundo o estipulado pela lei e/ou por

normas que surgissem em sua decorrência. A ação do Poder Público deverá acontecer, principalmente, mediante prestação de assistência técnica e de incentivos financeiros e creditórios especiais, necessários à criação, desenvolvimento e integração das entidades cooperativas.

A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a autonomia das cooperativas, no art. 5º é declarado: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade", nos termos seguintes: "XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, vedada a interferência estatal em seu funcionamento", estabelecendo mais detalhadamente algumas instruções acerca da atividade garimpeira em cooperativas.

Sobre a questão da tributação, a Constituição brasileira desloca para lei complementar o objetivo de estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária para as associações cooperativas, como atividade econômica será estimulada, fiscalizada e planejada pelo Estado. No artigo que trata do sistema financeiro, o cooperativismo entra nas orientações para a lei complementar que regulará o sistema: "funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras".

No Brasil, a criação e o funcionamento de cooperativas independem da interferência estatal, mas como atividade econômica a mesma constituição determina a ocorrência de fiscalização e o planejamento por parte do Estado. Percebe-se aqui certa incoerência, algo a ser esclarecido. Elementos estratégicos para a conformação do caráter das cooperativas, como a questão da tributação e do funcionamento do crédito, são colocados para regulamentação por lei complementar. Todas as orientações legais produzidas não foram suficientes para definir o funcionamento de todo tipo de cooperativa. A regulação das cooperativas de trabalho só aconteceu recentemente, com a promulgação da Lei nº 1.2690, em 19 de julho de 2012, porém as cooperativas habitacionais seguem sem regulamentação específica.

Vale destacar que no Brasil e em outros países latino-americanos, o cooperativismo foi utilizado como uma figura jurídica que viabilizasse o projeto de modernização conservadora do campo (nas décadas de 1960/70). Um projeto distinto das primeiras cooperativas europeias, que visavam à autonomia dos trabalhadores, e das raízes indígenas comunais, que veem na cooperação uma estratégia de sobrevivência. Para Keil e Monteiro (1982), as experiências do cooperativismo europeu, principalmente a da cooperativa de Rochdale, chegaram à América Latina como um exemplo de sucesso, sem que os contextos destas

experiências fossem devidamente explicados, o que fez com que muitas vezes seus princípios, que caracterizam o cooperativismo até hoje, fossem apresentados de forma simplista. Daí o dogmatismo do cooperativismo ou sua transformação em um instrumento de manipulação social.

Verifica-se, numa análise preliminar, que o "lugar" do tema em cada texto constitucional difere: em Cuba, localiza-se nos fundamentos do Estado; Na Venezuela, no capítulo que trata dos direitos e deveres; e no Peru, nos capítulos do regime econômico e do agrário. Enquanto apenas a constituição cubana estabelece a propriedade cooperativa e o que é produzido como bens coletivos, o Brasil deixa clara a inviolabilidade do direito de propriedade para depois tratar das cooperativas.

Ainda segundo esses autores, a transferência do mito de Rochdale para a América Latina ocorre quando o cooperativismo dos socialistas utópicos (dos Pioneiros) já havia sido instrumentalmente dilapidado de seus aspectos contestatórios, não representando mais ameaça à economia capitalista liberal, mas, pelo contrário, complementando-a, pois serviu para a conservação da América Latina como uma região dependente, exportadora de matérias-primas e atualmente local de exploração de mão de obra de baixo preço e exploradora de capitais.

Se a forma como o capital interpretou e instrumentalizou os princípios cooperativistas aqui na América Latina foi simplista, simplista não foi a forma como o cooperativismo se desenvolveu em todos os países do continente. O cooperativismo como possibilidade, e até mesmo como projeto concreto, de contraponto à lógica capitalista de produção e consumo, também se fez realidade em alguns países ou cidades latino-americanos, na maioria das vezes implementado por movimentos sociais ou organizações ligadas a um pensamento de esquerda/socialista. Foi o que aconteceu no Uruguai, fonte de onde os movimentos de moradia de São Paulo adaptaram a ideia das cooperativas/mutirões autogestionários para a produção de moradias populares.

2.1.1 O cooperativismo uruguaio

No Uruguai, são identificados antecedentes do cooperativismo desde o ano de 1870, quando chegam as primeiras levas de imigrantes europeus (BERTULLO; ISOLA; CASTRO et. al., 2003, p. 5,). São desse período as primeiras organizações coletivas, nas quais os princípios cooperativos ainda se confundiam com os de ajuda mútua, sendo que, em 1889, é reconhecida a primeira cooperativa de consumo do Uruguai. Nessa primeira etapa do

cooperativismo uruguaio, não foram muitas as experiências, mas as poucas que aconteceram foram impactantes.

Vale também ressaltar que, nesse período, o país passava por momento de transformação e de muita discussão em torno de questões como a organização sindical e a formação institucional do país. As primeiras cooperativas propriamente ditas[9] surgiram apenas em 1920. Somente na década de 1940 surgem as primeiras legislações, sempre voltadas para o cooperativismo rural, mas as demais modalidades logo se organizaram e, ao final da década de 1970, muitas legislações específicas já haviam sido elaboradas, regulamentando e definindo quase todas as modalidades de cooperativismo; inclusive a de produção habitacional (Lei n. 13728, de 1968).

Ao final da década de 1950, o PIB *per capita* do Uruguai atinge um dos valores mais elevados do mundo, sendo o país, relativamente pequeno, o maior exportador de produtos derivados da criação de gado. Foi o sucesso comercial da pecuária que, ao empregar pouca mão de obra no campo e necessitar de muito beneficiamento, promoveu a urbanização precoce do país (RIAL; KLACZKO, 1981 apud BARAVELLI, 2006). Precoce, por que aconteceu antes dos demais países latino-americanos, apesar de acompanhada de um crescimento populacional lento: em 1908, viviam em Montevidéu 30% dos uruguaios e, em 1970, 80% da população do país já residia em áreas urbanas.

A duplicação da população residente nas cidades uruguaias entre 1920 e 1960 é acompanhada da quadruplicação do estoque de imóveis no mesmo período (NAHOUM, 2008). A maioria desse estoque se deu pela autoconstrução, sob a influência do período de prosperidade econômica associado a um reduzido crescimento demográfico e uma legislação que abriu diversos canais de crédito e regulamentou a construção da casa própria pelos setores da classe média e de assalariados de baixa renda. Foi o caso do Plano de Vivenda Popular (econômica), entregue gratuitamente pelas Intendências Municipais aos interessados em construir.

A partir da década de 1960, a curva de crescimento da urbanização uruguaia começa a ser menos acentuada. O ano de 1965 se passa de índices inflacionários inferiores a 20% para mais de 50%, com um pico de 136% em 1967. Consolida-se cada vez mais uma grande crise em vários setores da economia, entre eles a indústria da construção, em que os de mais baixa renda são os maiores prejudicados. Segundo Nahoum (2008), os metros quadrados

---

9 *Se entiendi por cooperativas propiamente dichas, aquellas en las que sus documentos fundacionales manifiestan coincidencia o proximidad con los principios cooperativos internacionalmente difundidos y son reflejados en la doctrina y legislación nacional de la época* (Bertullo, Isola, Castro et. al, p. 06, 2003).

construídos caem de mais de um milhão e meio em 1956 para a metade disso em 1963; os investimentos em moradia com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) reduzem em 50% no mesmo período; os empréstimos contratados pelo Banco Hipotecário Uruguaio (BHU) passam de uma cifra da ordem de 10.000 milhões de pesos anuais, entre 1955-1958, a somente 350 milhões em 1968[10].

Em meio à crise, começou a se fazer necessária a organização de estratégias conjuntas para "sobrevivência" dos setores populares (e médios) e a tradição cooperativista se impôs na busca de trabalho e renda, mas, principalmente, de moradia. Daí o surgimento das primeiras cooperativas habitacionais, que procuraram articular a experiência dos "autoconstrutores" e das organizações populares existentes, principalmente, os sindicatos de trabalhadores. As três iniciativas (piloto) desse tipo de produção habitacional surgiram em 1966, no interior do país, organizadas pelo Centro Cooperativo Uruguaio, em Salto (litoral Norte), e integradas por trabalhadores ferroviários; Fray Bentos (litoral ao centro do país), com os funcionários públicos municipais; e em Isla Mala, no centro Sul, composta por trabalhadores de diversos setores da economia local. Ao todo, foram noventa e cinco famílias que se organizaram em cooperativas de consumo, pois na época não existia cooperativa habitacional.

As famílias dessas primeiras experiências enfrentaram uma realidade em que predominaram as seguintes dificuldades principais: - o ineditismo desse tipo de cooperativa, em que, segundo Nahoum (2008, p. 27), deveria se ter que administrar a "simbiose" entre uma forma organizativa, a cooperativa, e uma modalidade de trabalho, a construção por ajuda mútua; - a ausência de regulamentação específica; - a escassez de terra em bairros centrais, tanto que todas as três experiências foram construídas em bairros periféricos; - baixa qualidade da mão de obra das famílias. Apesar de todas as dificuldades, documentos oficiais daquele período assinalaram que "*de todos los conjuntos habitacionales realizados en el país en el año de 1969, sea por organismos públicos o empresas privadas, las cuotas de armotizaciones más bajas, han sido obtenidas por estas cooperativas*" (NAHOUM, 2008, p. 29).

Com o "sucesso" destas primeiras experiências, vem a necessidade de uma maior organização por parte dos agentes envolvidos, daí a criação em maio de 1968, na festa de entrega das moradias em Salto, da Federação Uruguaia de Cooperativas de Vivenda por Ajuda Mutua (FUCVAM), tendo como objetivos principais: - defender os direitos comuns de

10 Segundo dados de 2005, da Comissão Social Consultiva da Universidade da República, o desemprego e a queda de renda elevaram, em quarenta anos, o déficit habitacional quantitativo do país (que não contabiliza a necessidade de reformas no seu envelhecido estoque habitacional) para 82 mil unidades habitacionais.

cooperativas habitacionais por ajuda mútua; - fornecer aos indivíduos e às bases cooperativas ferramentas para a promoção social em um sentido global; - promover a criação de novas cooperativas, associações comerciais e órgãos estaduais na busca de soluções alternativas para problemas de habitação; - promover sistemas ou planos que visam a redução de custos, manutenção, conforto do lar e serviços auxiliares.

No início, as cooperativas de ajuda mútua filiadas à FUCVAM eram formadas principalmente por trabalhadores do setor industrial, trabalhadores de serviços e funcionários públicos com uma alta taxa de sindicalização[11]. Tal fato contribuiu para que esta federação se tornasse o agente principal na consolidação das cooperativas de ajuda mútua, sendo rapidamente transformada em um dos mais poderosos movimentos sociais da história contemporânea do Uruguai. Desde o seu início, a federação fez importantes conquistas que contribuíram para a expansão do movimento cooperativo, principalmente no que tange a disponibilidade maior e mais rápida de terras e a aceleração dos procedimentos para aprovação de estatuto jurídico para as cooperativas habitacionais. O que aconteceu, segundo Nahoum (2008), com a aprovação, em 1º de setembro de 1968, da Ley Nacional de Vivenda (Lei n. 13.728).

A referida lei trouxe inúmeras estratégias para resolução de questões jurídicas, econômicas e organizativas para a produção de moradia[12], por meio de cooperativas autogestionárias, mas sua aprovação não se deu, devido às "dificuldades" ou ao "sucesso" das experiências cooperativas. O fato é que partiu dos setores privados da construção civil a origem de toda a pressão para a aprovação de uma lei que regulamentasse a liberação de crédito para investidores, que construiriam moradias a serem vendidas pelo mercado ou pelo Sistema Público, ou seja, construção por empresas privadas de projetos administrados pelo

---

11 Atualmente as cooperativas de ajuda mútua são formadas principalmente por trabalhadores do "setor informal" da economia, um resultado da liberalização e da insegurança no trabalho que afeta o Uruguai. E de 95, passou-se para mais de 25 mil famílias, distribuídas em 550 cooperativas, já finalizadas ou em estágios diversos do processo construtivo, em praticamente todas as cidades do país.

12 Outra importante conquista com a Ley de Vivenda foi a criação do Fundo Nacional de Habitação, alimentado pela retirada de 2% do imposto de renda (1% da contribuição do empregador e 1% pela Segurança Social Entidades) e tendo como objetivo subsidiar habitação para a faixa de menor renda. Como forma de impedir a liquidação do Fundo, como já havia ocorrido anteriormente como uma conseqüência da inflação, foi criado um mecanismo de reajuste do financiamento de empréstimos, garantindo o retorno em valores reais dos montantes concedidos. Assim, uma unidade foi formulada e indexada ao índice médio dos salários. Este índice foi elaborado pelo Gabinete de Estatística e Censos e denominado Unidade Reajustável (UR), que na data da promulgação da lei, 01 de setembro de 1968, valia $ 1.000, reajustáveis anualmente (a cada 01 de setembro). Ao mesmo tempo, uma salvaguarda foi elaborada para devedores, pois no caso de renda familiar não se manter no mesmo ritmo do índice médio dos salários, as famílias poderiam optar por um período mais longo de pagamento ou por subsídios complementares.

Estado. Dentro desse escopo, o sistema cooperativo aparecia apenas como um capítulo menor, ali colocado apenas para facilitar o "trânsito parlamentar.".

No início da década de 1970, já havia mais de 10.000 famílias em cooperativas de ajuda mútua, e cerca de 8.000 unidades habitacionais concluídas ou sendo construídas. Sendo muitas as vantagens que propiciaram essa magnitude de produção, entre elas destacam-se: o menor custo e a melhor qualidade das casas em comparação com as produzidas tanto pelo Estado como pelas empresas privadas. Em meados de 1974, mais de 70% dos investimentos do Plano de Habitação havia sido direcionado para o sistema público, dos quais 57% corresponderam às cooperativas, um pouco mais de 20% de cooperativas de ajuda mútua e o restante para as cooperativas de poupança prévia.

Vale aqui ressaltar o papel do cooperativismo no período ditatorial uruguaio (1973 a 1984), quando, as cooperativas em todas suas modalidades sofreram danos, seja pela limitação de recursos, seja pela violência imposta pela perseguição de muitas das lideranças do movimento. No período 1974-76, enquanto o investimento em habitação foi baixo (menos de 3% do Produto Interno Bruto/PIB), as rendas aumentaram, produzindo uma rentabilidade de 15,5%, um percentual de proporções quase especulativas.

Concomitantemente, a aplicação progressiva de novas políticas econômicas com consequências restritivas sobre os empréstimos para a habitação contribuiu para um agravamento da situação habitacional no país. Dois decretos de 1975 estabeleceram que o DINAVI deveria ser o organismo encarregado de dar a aprovação final para empréstimos, a fim de planejar a alocação dos escassos recursos disponíveis. Na prática, isso significou uma grande redução nos empréstimos a cooperativas. Os números de novos empréstimos para cooperativas caíram e as taxas de juros sobre os já existentes aumentou de 2% a 4%.

De acordo com Baravelli (2006, p. 66), no que tange o cooperativismo habitacional, em 1975, metade das solicitações de financiamento feitas ao Banco Hipotecário Uruguaio (BHU) correspondiam ao sistema cooperativo, 70% delas para a formação de cooperativas habitacionais por ajuda mútua, sendo que a disputa em torno dos fundos públicos de habitação que estes empreendimentos mantiveram contra o centralismo estatal atravessou toda a história subsequente desta modalidade no Uruguai.

É fato que, com a ditadura, o ritmo de construção, que foi crescente desde as primeiras cooperativas habitacionais, diminuiu vertiginosamente e o governo civil de Sanguinetti deixou de conceder "personerías jurídicas" às cooperativas de habitação por treze anos, entre

1976 e 1989, impedindo assim a formalização de financiamento a milhares de pessoas[13]. Esta suspensão das concessões acaba em 1989, depois que a Federação de Cooperativas de Vivendas por Ajuda Mútua – FUCVAM apoiou diversas ocupações de terra por parte de cooperativas sem registro (SOTO; ALAGGIA, 2004).

Com a democratização do país em 1984, o movimento uruguaio entra em nível mais elevado de articulação, sendo que em agosto deste mesmo ano é convocada uma reunião de várias cooperativas de diferentes modalidades para a organização de uma reunião nacional do movimento. Em novembro, são realizadas as primeiras eleicões pós-ditadura e, em março de 1985 (ou 1988), é criada a Confederação Uruguaia das Entidades Cooperativas – CUDECOOP. Em outubro de 1990, é aprovada a Lei n. 16.156, objetivando facilitar o processamento de *personerías*. Nesse mesmo ano, foi publicada a primeira Pesquisa Nacional de instituições cooperativas, realizada por um acordo de cooperação pelo Instituto de Sociologia (Universidade da República), a CUDECOOP, e Ministério do Trabalho e Segurança Social (MTSS).

Em março de 1991, por decreto executivo, foi estabelecido o primeiro Comitê Honorário de Cooperativas (CHC), como parte do Escritório de Planejamento e Orçamento (OPP). Essa comissão era composta por cinco membros, três indicados pelo Presidente da República, o outro pelo Poder Executivo, a partir de uma lista proposta pela CUDECOOP. Os objetivos do CHC seriam: - garantir a implementação dos princípios cooperativos; - incentivar o desenvolvimento do movimento; - assessorar o governo na definição da política nacional; - prestar assistência técnica e outros em cooperativa. Infelizmente, ainda segundo Nahoum (2008), o funcionamento desta comissão tem sido irregular e de baixo impacto sobre a ação cooperativa. Após uma pausa de quase cinco anos, é reativado, em 2001, embora a data deste documento não tenha grandes destaques de desenvolvimento.

---

13 Estas condições atreladas a outras ainda mais restritivas promoveram uma "parada brusca" no acesso aos benefícios de crédito à habitação para 40% da população na faixa de renda mais baixa. Por outro lado, de 1978 a 1979, foi observado um sensível aumento na promoção privada de construção de unidades habitacionais em detrimento das cooperativas. Assim, o modo cooperativo, que nos últimos nove anos havia representado 40% do número total de casas construídas, viu diminuir este número para um pouco mais de 10%. E os promotores particulares quase duplicaram a sua participação, de menos de 30% no período de 1969-1977 a 59% em 1978 e 53% em 1979. No período de três anos a partir de 1980 a 1982, o modo cooperativista como uma solução para o problema da habitação continuou a encolher e sua participação no número total de casas novas, construídas já era inferior a 5% da produção nacional neste período. Em 1982, representava apenas 2,3% do investimento total. Em 1983, 35% da população de Montevidéu e mais de 40% da população total do país não tinham acesso a qualquer uma das linhas de crédito do Banco Hipotecário Uruguaio (BHU).

2.1.2 O cooperativismo na produção habitacional de interesse social

Independentemente das disputas envolvidas, o cooperativismo habitacional no Uruguai, com a Ley de Vivenda Uruguaia, trouxe um importante precedente na história da produção cooperativa de moradias pelo trabalhador na América Latina. Colocou em termos "legais" uma prática emancipatória e, assim, contribuiu tanto para sua disseminação quanto para seu aprimoramento. Ficando claro na lei a definição do cooperativismo habitacional como "*aquellas sociedades que, regidas por los princípios del cooperativismo, tienen por objeto principal proveer de alojamento adecuado y estable a sus associados, mediante la construcción de vivendas por esfuerzo próprio, ayuda mutua, aministración directa o contratos com terceiros y proporcionar servicios complementares a la vivenda*" (Lei 13.728/1968, art. 130).

Nesta definição, Nahoum (2008) destaca os seguintes aspectos: - que o objetivo principal da cooperativa é a moradia adequada e estável aos seus associados, não importando se estes serão proprietários ou apenas usuários, tendo, portanto, que prover, além da habitação, todos os serviços complementares à satisfação dessa moradia adequada; - que as cooperativas deverão seguir os princípios do cooperativismo; e - que são vários os tipos de cooperativas.

Têm-se as Cooperativas Matrizes, que, juntamente com os futuros sócios, organizam todo processo de implantação da Unidade Cooperativa, responsável direta pela construção das moradias e dos serviços complementares, podendo, para tanto, construir ou adquirir um imóvel. As Unidades Cooperativas variam de acordo com a relação com as Cooperativas Matrizes, podendo ser filiais ou autônomas (nasceram sem a interferência de uma Matriz ou se tornaram depois). Também variam de acordo com a forma como satisfazem seus associados: as Cooperativas de Usuários, onde estes "usam" a moradia e a propriedade da moradia é da cooperativa; e as Cooperativas de Proprietários, que têm sua faculdade de disposição e uso limitados. Neste caso, depois de transferido o título de propriedade, o morador pode continuar ou não na cooperativa.

Outra classificação importante é aquela que varia segundo a forma de construir, cuja cooperativa pode ser do tipo que contrata terceiros na totalidade do processo construtivo; e aquelas que utilizam o trabalho de sócios e suas famílias. Nessa modalidade, têm-se as Cooperativas de Autoconstrução, em que cada um trabalha apenas na obra da sua própria casa; e as Cooperativas de Ajuda Mútua, todos trabalham nas casas de todos. Essa foi a tipologia utilizada no caso do Conjunto Paulo Freire.

Nas Unidades Cooperativas de Ajuda Mútua, o trabalho dos sócios tem uma natureza jurídica que varia entre econômica e trabalhista. Do ponto de vista da natureza econômica, o sócio, ao aportar sua mão de obra no processo construtivo, realiza um aporte de capital na cooperativa, aumentando assim o seu número de partes sociais, que também podem ser integradas através de dinheiro ou de bens materiais. A lei determina que a integração de partes sociais mediante o trabalho do sócio seja avaliada, tendo-se em conta o tipo de trabalho realizado e o valor economizado com mão de obra contratada de terceiros e seus encargos. Ainda segundo a lei, o trabalho do sócio e de membros da sua família não dá lugar a qualquer contribuição para fundos de pensão e outras agências da Previdência Social.

É importante destacar também as Cooperativas de Usuários. Neste caso, o direito de "uso e gozo" é um direito específico que define a própria Ley de Vivenda e que se distingue nitidamente do direito de propriedade. Neste caso, a propriedade dos imóveis é da cooperativa e, segundo o art. 160 da lei, este aspecto da relação entre cooperativa e usuários/associados é regulado segundo as normas relativas a arrendamentos do Código Civil uruguaio. Mas a Ley de Vivenda, em seu artigo 150, traz a característica do direito de uso e gozo, que deverá ser concedido ao usuário/associado sem limitação no tempo, será transmitido aos herdeiros e poderá ser concedido em ato entre vivos, mas sujeito às limitações estabelecidas na própria lei.

Vale ainda salientar que esse foi um aspecto importante do cooperativismo habitacional uruguaio que não foi incorporado pelos movimentos sociais brasileiros, como a UMM-SP, em sua proposta do mutirão autogerido. Apesar de estar presente na sua pauta de discussões, não foi aceito como uma luta central pela base do movimento.

> A FUCVAM trouxe para dentro da União a consolidação, a estruturação da proposta autogestionária. E enxerga- se... É uma relação que se retroalimenta. Na União alguém que conseguiu tomar a proposta e avançar. A principal diferença entre as duas propostas, e é uma diferença estrutural, é a questão da propriedade cooperativa que pra eles é um dos eixos fundamentais da autogestão. Pra eles a autogestão não existe sem trabalho de ajuda mútua, controle dos recursos e o terceiro tripé é a propriedade cooperativa que nós nunca conseguimos aplicar nos nossos programas e na nossa proposta. Não é só um problema que o nosso programa municipal, estadual, federal, não aceita a propriedade coletiva. É que isso efetivamente não virou uma pauta do nosso movimento. Está em todos os documentos nossos, se você for olhar todos os documentos da União, encontros nacionais, a propriedade coletiva está sempre na pauta. Mas não é uma pauta que você fala, 'ah, isso é uma defesa eu o povo sai na rua, dizendo que quer propriedade coletiva'. Então essa é a principal diferença. A critica que eles sempre fazem a nós é isso, que a se a gente não tiver a propriedade coletiva a proposta fica parcial, porque na verdade você devolve essas moradias que foram construídas para o mercado e não mantém a organização da comunidade (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP, entrevista concedida em set/2012).

Atualmente o Ministério de Vivenda, Ordenamento Territorial e Meio Ambiente (MVOTMA) do Uruguai tem implementado programas específicos para atender às demandas do cooperativismo habitacional, entre eles destacam-se a Cartera de Inmuebles para Vivienda de Interés Social e o Programa de Cooperativas de Viviendas. Em ambos os casos, os interessados na obtenção de empréstimos devem estar organizados em cooperativas de ajuda mútua ou esforço próprio[14]. Na somatória da produção realizada desde as primeiras experiências de 1966 até aproximadamente o ano de 2006, as cooperativas por ajuda mútua uruguaias construíram pouco mais de dezesseis mil unidades habitacionais e as de poupança prévia, semelhantes às cooperativas brasileiras, quatro mil unidades (BARAVELLI, 2006). Isto significa um número de residentes em torno de 60 mil pessoas, o que é menos de 2% da população do Uruguai. Para além, verificou-se nas experiências visitadas (registradas em fotos abaixo), um padrão de qualidade bastante elevado e que vem se aprimorando com o tempo.

Trazendo os números da produção do cooperativismo habitacional uruguaio, em termos absolutos, para a realidade do déficit brasileiro, verificamos o quanto a produção uruguaia pode parecer pequena. Mesmo em termos relativos continua parecendo, apesar da precariedade ainda maior da implementação do cooperativismo habitacional no Brasil. Uma precariedade advinda principalmente da forma como a questão do cooperativismo e da autogestão vem sendo tratada política e juridicamente pelo Estado brasileiro.

Segundo Pires (2004), as primeiras experiências do cooperativismo brasileiro foram registradas no final do século XIX: em 1891, na cidade de Limeira-SP, com a criação da Associação Cooperativa dos Empregados; e no estado de Pernambuco, 1894, com a Cooperativa de Consumo de Camaragibe. Em 1907, são criadas as primeiras cooperativas agropecuárias no Estado de Minas Gerais, sendo que a literatura registra um florescimento da prática cooperativa brasileira a partir de 1932, "motivada por dois pontos principais: a) o estímulo do Poder Público ao cooperativismo, identificando-o como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas; b) promulgação da lei básica do cooperativismo

14 Para iniciar, uma cooperativa deve ter um mínimo de dez membros (10) , no caso da construção de novas casas; e sete membros (7), quando se tratar de reforma ou ampliação. O valor máximo em ambos os casos é 50 (50). As famílias membros da cooperativa podem ter um máximo de 60 UR de renda disponível. Os proprietários dos grupos deve ser maior de idade e residir no país. E não pode ser proprietário de nenhum outro imóvel. A cooperativa necessita ter um contrato com o Instituto de Assistência Técnica (IAT), autorizado pelo MVOTMA. E conseguir uma escritura de fundação com a assistência de um notário público, que aprove o estatuto da cooperativa, além de ser registrada no MVOTMA, tendo assim o Certificado de Regularidade. Em seguida, no MVOTMA, é feita a solicitação do Empréstimo. O Ministério realiza um sorteio entre as cooperativas que, entre outras etapas, tenha aprovados seus ante-projetos. As cooperativas sorteadas devem se registrar no Sistema Integrado de Informações Financeiras (SIEF), no Ministério da Economia e Finanças.

brasileiro, de 1932, passando a definir melhor as especificidades daquele movimento diante de outras formas de associação" (PINHO, 1996 apud PIRES, 2004).

Figura 8 - Complexo Habitacional José Pedro Varela – Zona 01

Fonte: Acervo próprio.

Figura 9 - Complexo Habitacional José Pedro Varela – Zona 01

Fonte: Acervo próprio.

Figura 8 - Complexo Habitacional José Pedro Varela – Zona 03

Fonte: Acervo próprio.

Figura 11 – Espaços externos de qualidade

Fonte: Acervo próprio.

Figura 10 - Mais exemplos de produção cooperativada – FUCVAM/Uruguai

Fonte: Acervo próprio.

Figura 11 – Espaços externos de qualidade

Fonte: Acervo próprio.

A Lei Federal 5.764, de 1971, que "institui o regime jurídico das sociedades cooperativas", foi sancionada em pleno regime militar e impôs uma grande quantidade de controles para o funcionamento econômico das cooperativas. Para Gediel (2005), os instrumentos normativos criados foram inadequados para orientar a vida das cooperativas populares, principalmente as urbanas e de trabalho. Os instrumentos criados foram destinados principalmente ao cooperativismo agrícola, orientados, como vimos anteriormente, por uma visão empresarial e agroexportadora e baseada na política internacional e nacional da década de 1960, a qual objetivava impedir o desenvolvimento de propostas do cooperativismo agrícola popular e da reforma agrária, concentrando as cooperativas nas mãos dos grandes produtores e industriais.

Segundo a Lei Federal 5.764/1971, ao se associarem em cooperativa, as pessoas "se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro", pois as "cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados". Nela devem prevalecer, entre outras características: - a adesão voluntária, com número ilimitado de associados; - a variabilidade do capital social representado por quotas-partes; - a inacessibilidade destas quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade; - a necessidade de quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral, sendo que este quórum deve ser baseado no número de associados e não no capital; - retorno à cooperativa das sobras líquidas do exercício; - a indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social; e - a neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social.

Vale ressaltar que as formas de controle da Lei 5.764 também contribuíram para a formação aqui no Brasil de um sistema (quase único) de representação obrigatória para as cooperativas, a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, entidade com origens no agronegócio e que hoje se constituí como órgão técnico-consultivo do governo federal no modelo dos conselhos profissionais[15]. Com a aprovação da Constituição de 1988, a filiação de toda cooperativa brasileira às instâncias de representação oficializadas na Lei 5.764 não é mais obrigatória, passando a vigorar o preceito de que "a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em

15 Para se ter uma idéia do peso desta organização, ainda segundo Baravelli (2006), o primeiro ministro da agricultura no governo Lula, Roberto Rodrigues, é um dos maiores representantes deste cruzamento entre a OCB e o agronegócio. Antes de chefiar o ministério, dirigiu a OCB por dois mandatos entre 1985/1991, sendo o primeiro não-europeu a presidir a Aliança Cooperativa Internacional.

seu funcionamento" (CF, Artigo 5º, XVIII), já que "ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado" (CF, Artigo 5º, XX).

Segundo dados de 2008, a OCB possuía cerca de 7.682 cooperativas e 7.887.707 associados; um total de 254.556 empregados contratados pelas cooperativas; e o faturamento das cooperativas chegou a um total de R$ 84,9 bilhões em 2008, ou aproximados 18% sobre os R$ 72 bilhões registrados no ano anterior. Destas cooperativas, cerca de 20% é agrícola, o que representa 1.611 cooperativas associadas, 968.767 associados e 134.579 empregos diretos. Uma participação de 38,4% no PIB Agropecuário.

Obviamente houve movimentos de contraponto a essa lógica de organização do cooperativismo no Brasil. Foi este o caso da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária), fundada em 1994 e que se constitui hoje como uma das mais abrangentes entidades de apoio às cooperativas que atuam fora do recorte das cooperativas formadas a partir de empresas falidas ou pré-fabricadas. A ANTEAG, juntamente com a rede universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e outras, tem consolidado uma nova estrutura de representação e apoio. Hoje é comum, tanto a nível nacional como internacional, a utilização do termo "cooperativas populares" para nomear essa nova proposta de cooperativas, que, segundo Baravelli (2006), constituem-se como empreendimentos solidários radicados na produção autogestionária e que não mantêm relações de trabalho heterônomas (sendo o assalariamento a mais branda delas) no exercício das atividades que compõem sua finalidade comercial, sejam "internas" ou "externas".

No que tange ao cooperativismo habitacional brasileiro, esses focos de resistência também tiveram que se estabelecer à medida que as legislações anteriormente mencionadas tiveram um impacto de institucionalização e controle estatal ainda mais forte e decisivo. Destaca-se aqui que, segundo a Lei Federal 5.764/1971, a autorização para funcionamento das cooperativas de habitação (a exemplo das de crédito e das seções de crédito das cooperativas agrícolas mistas) deveria subordinar-se à política dos respectivos órgãos normativos. A integralização das quotas-partes e o aumento do capital social só podem ser feitos com bens avaliados previamente e após homologação em Assembleia Geral ou mediante retenção de determinada porcentagem do valor do movimento financeiro de cada associado.

Essa importante legislação não revogou o Decreto Presidencial n. 58.377/1966, que instituiu o Plano de Financiamento de Cooperativas Operárias, o qual se destinava a prestar assistência técnica e financeira às cooperativas que se organizassem na forma do referido decreto e na dos atos regulamentares baixados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH). O

plano deveria ser orientado e coordenado pelo BNH, que fixava as normas de constituição e funcionamento das cooperativas operárias, bem como o plano financeiro de cada uma delas, supervisionando o esquema de financiamento do sistema. Ainda segundo o decreto, em seu art. 3º, as cooperativas eram consideradas "organização mutualista, do tipo fechado, sem fins de lucro, com número prefixado de associados, constituídos apenas de trabalhadores sindicalizados, tendo como objetivo exclusivo a realização de um plano habitacional para atendimento de seus associados, através de um sistema de poupança e amortização, que compreenderá recursos próprios da instituição e os oriundos de financiamentos".

Vale destacar que a alienação dos terrenos de sua propriedade destinados a planos habitacionais seriam de responsabilidade dos então Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP), os quais os ofereceriam a venda às cooperativas operárias. Tais terrenos seriam para o fim exclusivo de implantação dos conjuntos habitacionais para cooperativas operárias, sendo que as condições e critérios para tais alienações eram fixados por normas baixadas pelos então Ministérios do Trabalho e Previdência Social e do Planejamento e Coordenação Econômica.

Em resumo, o Decreto 58.377/1966 submeteu as cooperativas ao consumo financiado pelo Sistema Financeiro Habitacional (SFH), mas foi o Decreto-lei n. 59/1966 (revogado pela Lei Federal 5.764/1971) que deu ao BNH o poder de "conceder autorização ou cancelá-la, baixar e ampliar normas disciplinadoras da constituição, funcionamento e fiscalização, além de fixar e aplicar penalidades e definir os casos de intervenção". O BNH cria o Instituto de Orientação a Cooperativas Habitacionais (INOCOOP), responsável direto pela fiscalização de todas as etapas do processo; era dele também a responsabilidade de "liquidação" das cooperativas. Esta liquidação acontecia quando do descumprimento das normas e quando, ao final do empreendimento, as unidades habitacionais construídas eram repassadas aos seus respectivos proprietários. No Brasil, as moradias produzidas pela cooperativa são de propriedade individual e não coletiva, da cooperativa, como era o caso de muitas das cooperativas (de ajuda mútua) do Uruguai.

Uma grande maioria das organizações sociais comunitárias se submeteu aos INOCOOP, visto que, como associações sem fim lucrativo, não constituíam capital social, o que de imediato as excluíam da obtenção de crédito financeiro privado, sendo as casas produzidas propriedade da associação, não se garantia também a propriedade do morador, pois, por lei, em caso de extinção da associação, seus bens são doados a outras associações.

Novamente ressaltamos os momentos de resistência, nos quais movimentos populares constituíram estratégias para "contornar" a proposta do INOCOOP de transformar as associações comunitárias de construção em simples associações de construção, e as

cooperativas habitacionais em meros "agentes promotores" da política promovida pelo governo (na época, militar). Um desses momentos, como já visto, foi o 1º Encontro dos Movimentos de Moradia em São Paulo, no ano de 1984; e consolidou o processo de intercâmbio técnico e político que vinha se constituindo entre os movimentos sociais brasileiros e a Federação Uruguaia de Cooperativas de Vivenda por Ajuda Mútua (FUCVAM). Esse processo tem como frutos experiências cooperativistas e autogestionárias bastante avançadas, tanto em termos de qualidade das moradias produzidas como em termos de organização comunitária e política.

Vale salientar que, nesse período, a orientação principal é que se organizassem "associações comunitárias de construção", e não cooperativas, a fim de "fugir" do controle estatal do INOCOOP. Mesmo após o fim dos INOCOOP essa prática persistiu, sendo esse o caso do Conjunto Paulo Freire, que não formou uma cooperativa habitacional, e sim a Associação de Construção Comunitária Paulo Freire.

Salientamos que o cooperativismo habitacional brasileiro, a exemplo de outros países latino-americanos, além de todas as questões legais e burocráticas de funcionamento, tem enfrentado também todos os problemas inerentes à questão da produção habitacional de interesse social. Entre estes problemas, destaca-se a questão fundiária, no que tange a dificuldade de acesso à terra urbana legalizada e com todas as infraestruturas básicas e de serviço; e a questão do acesso ao crédito e aos recursos públicos pelas associações e cooperativas populares. Isso persiste apesar dos avanços conquistados com as recentes mudanças implementadas pelo governo federal a partir do início da administração do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, quando foram implantados, em 2004, o Programa Crédito Solidário (PCS)[16] e, em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Entidades. O Programa Crédito Solidário foi o primeiro na formatação do financiamento de cooperativas e associações de construção, como pode ser visto na Tabela 2, foi um importante meio para a ampliação da prática no Brasil.

---

16 Dos 336 projetos contratados a partir de julho de 2005, 31,55% (106) possuem como agente organizador "cooperativas" (pessoa jurídica), propondo a construção de 4.834 unidades habitacionais (UH's), 36,13% do total de unidades contratadas ao Programa, 22,78% do montante total de recursos solicitados. Destas 4.834 UHs, até Abril de 2009, foram concluídas 56%, aproximadamente 1.946 UH's. Deste total, 75,48% são de cooperativas da Região Sul, principalmente do estado do Rio Grande do Sul. Do total de UH's contratadas, 31,73% estão localizadas neste estado. De um modo geral a maioria das obras concluídas foram contratadas nos anos de 2006 e 2007; e dos 106 projetos com cooperativas, 41,12% (44) estão na modalidade: aquisição de terreno e construção; 25,23% (27) são construção em terreno próprio; 16,82 (18) trata-se de conclusão/ampliação/reforma. Sendo que a maior parte dos projetos concluídos são da modalidade "aquisição de terreno e construção". Sobre a renda média de cada família, todos os contratos não ultrapassam os 03 salários mínimos (SM). Apenas um projeto em Nova Gama (GO), com 30 UH's, possuí como renda média de cada família contratada, 05 SM. 58 contratos são para o atendimento de famílias com renda média de 03 SM, e apenas 13 tratam de famílias com renda média de 01 SM. Neste caso são 709 UH's.

Tabela 2 - Participação das cooperativas habitacionais no Programa Crédito Solidário no Período de jul./2005 a abr./2009.

Região	Quantidade de projetos de cooperativas contratados	% sobre o total de contratos	Quantidade de Unidades Habitacionais contratadas	% sobre total de UHs contratadas	Quantidade de Unidades concluídas até 04/2009	% sobre o total da região
Centro-Oeste	07	6,06	525	10,86	297	56,57
Nordeste	08	7,54	1.008	20,85	150	1,49
Norte	03	2,83	528	10,92	-	-
Sudeste	07	6,06	330	6,82	30	9,09
Sul	81	77,51	2.443	50,55	1469	60,13
Total	106	31,55	4.834	36,13	1.946	-

Fonte: Caixa Econômica Federal.

É fato que a autogestão e o cooperativismo na produção habitacional persistem na prática de segmentos sociais importantes, como os movimentos sociais organizados. Compreender e problematizar a base ideológica, política, socioeconômica e técnica das experiências tem nos mostrado as possibilidades/potencialidades do cooperativismo habitacional em concretizar-se numa alternativa eficaz de produção de moradias para as populações de baixa renda e, principalmente, de acesso dessas populações a todas as infraestruturas e serviços sociais e culturais necessários à reprodução de suas vidas e ao trabalho.

2.2 Sobre a autogestão...

Dada a importância do tema da autogestão, cabe uma incursão histórica e teórica neste instrumento, sendo fundamental começar por distingui-lo de outros como a cogestão, a participação e a heterogestão, pois distinguir tais categorias nos possibilitará, mais à frente, identificá-las na prática socioespacial da produção habitacional iniciada no Brasil pelos movimentos sociais em São Paulo (nosso estudo de caso). Algo necessário a qualquer conclusão sobre as limitações que essa prática possui no que tange ao seu potencial de transformação cultural do trabalhador de baixa renda.

A proposta aqui é trabalhar a distinção conceitual proposta por Guillerm e Bourdet (1976), na qual a heterogestão é o exato oposto da autogestão, e a participação e cogestão,

diferentemente desta, são partes de atividades preexistentes, com finalidades e estrutura próprias. No caso da participação, o exemplo do flautista, dado pelos autores, resume bem o conceito. Ele participa da execução de uma obra orquestral, é um executante tanto porque é obrigado a acompanhar a partitura como porque deve coordenar sua parte em harmonia com as dos demais, mas sempre sob a direção do maestro. Não há muito espaço para "iniciativas", pois o percurso já foi definido, podendo ele apenas contribuir.

Tal exemplo é levado ao universo da fábrica para, além de explicar a participação, se fazer a distinção entre o flautista que participa e o operário não qualificado que é heterogerido. No primeiro caso, por não poder ser substituído pelo maestro, o flautista "segue" e o maestro mais coordena do que comanda. No caso do operário não qualificado, o engenheiro, por exemplo, comanda por dominar a técnica, o detalhe, a memória do processo produtivo. O operário, neste caso, "*não passa de um meio anônimo e mutável da realização do projeto de um outro homem*" (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 20). Esse operário é "instrumentalizado" ou "heterogerido" (gerido por outro).

Ainda assim, para os autores, a heterogestão pressupõe a participação como adesão voluntária, cuja participação pode ser "objetiva" ou "subjetiva". Objetiva, se pensada numa participação feita por motivos práticos, em que o próprio trabalhador seja capaz de julgar. Subjetiva, se resultante de uma "modificação de consciência", que depende da habilidade do dirigente da fábrica em fazê-la e do grau de "auto alienação" do operário. Afinal, segundo os autores, essa modificação de consciência objetiva fazer com que esse trabalhador se interesse pelo trabalho feito, com um sentimento de papel ativo na empresa[17].

Com relação à cogestão, o dirigente, de certa forma, também está preocupado em gerar interesse no trabalho e nos lucros gerados, mas principalmente em melhorar a gestão da empresa, tanto do ponto de vista técnico organizacional como político. Tem-se a participação em um sentido mais amplo, capaz de "*reintegrar – ainda que parcialmente – a iniciativa e a "criatividade" operárias nos processos de produção [...] e no âmbito de "equipes autônomas de trabalho", uma certa latitude é permitida aos operários, no sentido que eles próprios escolham os melhores meios de atingir os fins propostos*" (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 23). Não há, porém, definição pelos operários de objetivos ou metas, o que caracterizaria a autogestão. Daí a cogestão, segundo os autores, ser uma das formas mais frequentemente utilizadas de interessar o operário, atenuando a monotonia no trabalho, não oferecendo riscos

17 Foi a análise das diversas estratégias de como "interessar" o trabalhador que permitiram aos autores dar conteúdo preciso às diversas noções de participação, co-gestão, autogestão e cooperativa.

ao poder dos dirigentes, mesmo o trabalhador sendo mais atento aos detalhes do processo e menos alienando do todo realizado.

Segundo os autores, diferentemente da participação e da cogestão, e até mesmo do cooperativismo, a autogestão moderna é um movimento por excelência da classe operária, e que não "*se restringe ao econômico, ela o inclui; e que, se ela é uma outra forma (e inclusive uma forma revolucionária) de administração, não deixa de estar vinculada à administração gerencial*" (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 41). Para seus "seguidores", autogestão deve acontecer vinculada a um processo de planejamento, mas sem delegar o encargo a minorias de especialistas, numa outra forma de planificação, centralizada por baixo, que define os constrangimentos, e não uma dominação *"[...] essa autonomia econômica do corpo social não arremata somente o 'arranjo do que é', mas a transformação de condições básicas*; *autogerir a economia não se reduz a democratizar a economia capitalista, senão a mudar-lhe os fundamentos*" (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 44, grifo do autor).

2.2.1 Incursão histórica e teórica na autogestão

Por muito tempo, a autogestão foi vinculada à microeconomia de pequenas comunidades agropastoris, sendo considerada, segundo Joyeux (1972), um movimento de expansão inviável. Independentemente dos muitos fracassos, das repressões, dos desvios ou deformações e de ser considerada apenas uma "moda passageira", a autogestão faz parte da agenda de movimentos sociais organizados (de trabalhadores da indústria ou não) em diversas partes do mundo e sob visões diversas e, por vezes, contraditórias. Importante então, para a continuidade dessa discussão, recuperar-se a questão colocada pelo autor, "*Autogestão para quê, em proveito de quem?"*. Pois,

> A participação na gestão duma empresa só tem interesse para o operário, se transformar as suas condições de vida. Gerir em comum uma empresa que mantém intactas as suas estruturas de classe consistirá, para os operários, em gerir a sua própria miséria, a sua própria exploração. E o que confere à empresa as suas estruturas de classe são as diferenças de remuneração, a manutenção duma autoridade que excede o quadro da tarefa a realizar, a repartição do lucro da empresa, a distribuição da mais-valia criada pelo trabalho de todos, os privilégios do enquadramento e, enfim, a posse da empresa (JOYEUX, 1972, p. 4).

Nesse ponto, o autor dialoga com Guillerm e Bourdet (1976), quando eles defendem a autogestão, a planificação autogerida, como o "planejar outra coisa", não se reduzindo a democratizar o capitalismo, mas alterar de forma profunda seus fundamentos. Esta conclusão se deu a partir da análise histórica do germe do que hoje se denomina autogestão, algo, na

maioria das vezes, atrelado aos ideais de transformação social e de questionamento dos regimes políticos e econômicos existentes. Para os autores, os fundamentos teóricos da autogestão se relacionam principalmente às "teorias da igualdade das pessoas" (Descartes), ao "contrato social dos sujeitos autônomos" (Rousseau) e às teorias de outros pensadores como Fourier, Proudhon e Marx.

Para Guillerm e Bourdet (1976) foi a partir de todo reconhecimento do princípio da igualdade das pessoas que a autogestão se fez uma "tarefa política necessária", sendo a dominação e a autoridade atitudes sem fundamento. A organização social e política é o resultado de um "acordo entre iguais", daí o Contrato Social de Rousseau. Uma teoria que, apesar das críticas de marxistas, levantou uma questão fundamental à discussão sobre a autogestão: como encontrar "*uma forma de associação que defenda e proteja, de toda a força comum, a pessoa e os bens de cada associado, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedeça, porém, a si mesmo e continue assim livre como dantes*". Aqui, Rousseau, mesmo sem mencionar "luta de classes" ou proletariado, demonstra o discernimento da separação existente entre dirigentes (minoria) e dirigidos e o peso desta para a instauração de uma ordem social que repouse na igualdade absoluta entre todos e na liberdade de cada um, em que nenhum homem é alienado ou humilhado, pois assume tal organização como necessária a cada um. Assim, jamais imposta. Não se trata, porém, de compreender o Contrato Social como um acontecimento que comandaria a evolução posterior da humanidade.

> A teoria do contrato deve igualmente ser entendida como uma espécie de história hipotética, ou melhor, como uma axiomática sempre presente, que propõe o fundamento inteligível da sociedade dos iguais. Desse ponto de vista, a teoria do contrato não se deve mais situar no século XVIII, ao tempo de Rousseau. Não se tenciona aqui fazer referência a uma autoridade qualquer dos grandes autores, mas tentar pensar nosso tempo mediante a participação na memória coletiva da humanidade. A teoria do contrato não é considerada apenas em relação à exploração intelectual de um indivíduo, mas a título de critério de análise dos sistemas políticos; não nos limitamos a uma análise do texto; o "analisador social" do contrato é a história econômica, política e social dos dois últimos séculos [...] (GUILLERM; BOURDET, 1976, p. 53).

É nesse sentido que, para a discussão sobre a autogestão, os autores também trouxeram à luz Proudhon, outro importante pensador nesse tema, e considerado por muitos como o "pai" da autogestão, seu principal mérito foi ser o único operário socialista a deixar obra teórica de importância, estando muito bem situado para observar as grandes mudanças que agitaram o movimento operário a partir de 1840. Foi nesse contexto que colocou a ideia das "associações operárias" de produção, onde os operários, associados, sem os patrões "inúteis", retomariam e fariam a gestão do que lhes fora roubado: a propriedade, a começar

pelas fábricas. Outro importante mérito de Rousseau foi sua crítica violenta ao Estado, mas tal crítica e sua ideia das associações operárias sem propostas claras de como serem praticadas levaram Guillerm e Bourdet (1976, p. 58) a dois questionamentos bastante pertinentes: "Primeiro, como tomar conta das fábricas e como destruir o Estado? Depois, como organizar a economia e a sociedade libertadas?".

São as respostas a estas questões que demonstram o porquê de Marx caracterizar o socialismo de Proudhon como um "socialismo burguês", o qual negava a necessidade de revolução na retomada da propriedade privada (das fábricas) e na destruição do Estado. Para Proudhon, a solução da problemática social era a sua proposta de multiplicação da "associação mútua", ou seja, a disseminação das associações operárias de produção, que receberiam um crédito gratuito concedido por um "Banco do Povo". O Estado se tornaria desnecessário, configurando-se assim um processo de dissolução do capitalismo e mesmo do comunismo (considerado por ele também autoritário), e a ascensão de um tipo de "federalismo", que para Guillerm e Bourdet (1976, p. 59) seria, no domínio da "pelotiquice mental", um progresso sobre o mutualismo, na medida em que ele eliminava o patronato e sua função representativa dos indivíduos, mas não eliminava os assalariados, que, para eles, estariam desembaraçados da burguesia, mas ainda alienados, não conscientes como classe proletária (revolucionária). Para os autores, Proudhon já previa o capitalismo de Estado.

Sobre a autogestão, Marx não desenvolveu, no princípio, ideias muito precisas, estando sempre inclinado a pensar que, feita a revolução, as "massas" criariam de forma espontânea organizações que materializassem a nova proposta de "comunidade humana". No Manifesto Comunista (1847), Marx coloca o domínio de todo capital pelo proletariado que o transferiria para o Estado, ou seja, para o "proletariado organizado em classe dominante". Em O Capital, Marx indica uma proposta de organização bem mais próxima à autogestão, "o autogoverno dos produtores associados". Tal proposta, para Guillerm e Bourdet (1976, p. 59), foi bem mais próxima da autogestão do que as mutuárias e cooperativas de Proudhon, consideradas por Marx uma proposta de forte cunho reformista.

Segundo Nascimento (2008), a autogestão na história do capitalismo assumiu diversos caminhos e destes destaca aqueles assinalados por Gurvitch (1966): - os conselhos de trabalhadores, de origem espontânea e fruto de revoluções sociais; os conselhos de trabalhadores, também originado de uma revolução social, mas a partir do governo político por ela instituído; e os conselhos de trabalhadores desenvolvido em etapas, e que altera em longo prazo a estrutura burocrática da economia imposta por um governo político nascido de uma revolução social. Nascimento (2008) ainda distingue, para cada uma destas vias,

experiências revolucionárias importantes do século passado: - a primeira via, foi a da revolução na Rússia em 1917; - a segunda via pode ser representada pela experiência do governo da Iugoslávia, a partir dos anos 1950; e - a terceira via, tem como exemplos as lutas dos operários na Hungria e na Polônia, iniciadas em 1953 – 1956[18]. Para o autor, todas estas experiências, assim como a experiência histórica em si, não ocorrem de forma tão "pura", daí seja certo dizer que as três vias se confundem, se interpenetram, se articulam.

Outra sistematização importante das experiências históricas autogestionárias foi feita por Bayat (1991 apud Nascimento, 2008): 1) Autogestão sob contexto de "dualidade de poder", em conjunturas revolucionárias, com os exemplos da Rússia (1917), da Argélia (1962), do Chile (1972), de Portugal (1974) e do Irã (1979); 2) Autogestão nos países ditos socialistas do Terceiro Mundo, neste caso têm-se China, Cuba, Moçambique e Nicarágua; 3) Autogestão em governos populistas do Terceiro Mundo, com Tanzânia, Peru, Egito (Nasser) e Turquia; 4) Possibilidades de autogestão em condições normais na periferia do capitalismo. No caso da quarta categoria, não há exemplos históricos, mas há possibilidades no contexto do capital globalizado, principalmente nos países do chamado "terceiro mundo".

Nascimento (2008) também destaca a elaboração feita por Mothé (1980) [19], com os graus e/ou níveis de existência da autogestão. O primeiro nível acontece na relação do operário com seus instrumentos e com a matéria-prima; pois, para Mothé, certas formas de trabalho não podem ser autogeridas, necessitando, para tanto, uma modificação dos instrumentos e do aparelho de produção. Neste primeiro nível, a autogestão requer o trabalho do tipo de um "artesão" ou de um artista e significa superar o taylorismo. O segundo nível é aquele caracterizado pelo trabalho em equipe, organizada em pequenas unidades de base (equipes autônomas ou semiautônomas), e exemplifica com a experiência dos sistemas de controle de qualidade (CQ) japoneses, antes do toyotismo. O terceiro é a gestão coletiva mais numerosa, por exemplo, de oficinas. O quarto é o nível da empresa e o quinto é a autogestão "universalizada" no conjunto da sociedade. Para Mothé,

> Estes níveis podem existir de forma articulada ou de forma isolada: assim, podemos falar de autogestão em se tratando apenas de uma empresa ou de várias empresas, que articuladas formam uma "rede autogestionária" (por exemplo, o caso da Polônia

18 Ainda segundo Nascimento (2008) esta classificação de Gurvitch foi feita no ano de 1957, logo após as rebeliões e revoltas no Leste europeu em 1956. Gurvitch faleceu em 1966 e não pode presenciar outras lutas autogestionárias que ocorreram em anos posteriores, como a evolução da Polônia, desde as lutas de 1956 até o Solidarnosc, na década de 80, que parece se inserir na terceira via; a experiência da Argélia (a partir de 1962), ou as experiências na América Latina, Chile de Allende, Peru de Alvarado, Bolívia de Torres, a quais podem ser inseridas na via número dois.

19 Ex-membro do grupo "Socialisme ou Barbárie", ex-metalúrgico da Renault, membro do grupo da revista "Autogestion et Socialisme".

> em 1980-81); no nível ou grau mais amplo e sistemático, a autogestão é entendida como forma generalizada, é o caso de um país (por exemplo, Iugoslávia, Argélia, etc.) (MONTHÉ, 1980 apud NASCIMENTO, 2008).

Segundo Faria (2011, p. 288), a autogestão, mesmo que não definida com este nome, "pode ser compreendida como uma tendência histórica do movimento operário" e sempre teve relação direta com a luta de classe, com as organizações e os conflitos promovidos por este movimento. Assim o foi na Comuna de Paris de 1871, na Revolução Russa de 1917, na Revolução Alemã de 1918/19, na Guerra Civil Espanhola de 1936/39, na Revolução Húngara de 1956, no Movimento de Maio de 1968 na Europa, na Revolução dos Cravos de 1974 em Portugal, na criação do sindicato Solidariedade na Polônia em 1978, nas greves do final da década de 1970 em São Paulo, entre outros. Foram conflitos nos quais o trabalhador, na sua busca por uma forma de auto-organização, rompeu com a disciplina e a fragmentação que fundamentam as relações sociais do capital e procurou por novos tipos de relações sociais, com instituições originais, autônomas e antagônicas ao modo de produção capitalista.

Ainda para este autor, e como visto em Joyeux (1972), não se trata somente de uma troca de gestores ou de formas gerenciais mais democráticas, ou de converter a propriedade privada em propriedade do Estado. "A autogestão só tem sentido se alterar o sentido do próprio trabalho, se transformá-lo numa atividade entre outras, se torná-la tão importante enquanto participação política nos assuntos do bairro e da cidade. Como disse Marx acima, luta econômica e luta política estão unificadas, pois a dominação política dos trabalhadores pressupõe o fim da sua escravização social" (FARIA, 2011, p. 283). Daí a importância daquilo que é o cerne da autogestão: o desenvolvimento de formas associativas em larga escala. Pois, para o autor, ao estender cada vez mais no espaço relações coletivas e igualitárias, rompe-se o isolamento e a fragmentação de classe, abole a hierarquia e a disciplina que fundam as relações de exploração e dominação.

> Esse caráter pedagógico profundo da auto-organização nos coloca diante do problema da auto emancipação. Os momentos de ruptura carregam no ventre a necessidade de reorganização da sociedade e do poder, a re-significação do espaço da cidade e da produção das condições de existência de forma igualitária e coletiva. Neste instante, quando se defrontam com a necessidade de reorganizar a produção e a vida social, os trabalhadores utilizam-se das mãos e da inteligência para a criação das suas próprias formas de organização (conselhos, comitês de fábrica, etc.), em completo antagonismo com as formas hierárquicas capitalistas [...]. Quando a autonomia operária se projeta simultaneamente nos planos econômico e político, quando se coloca em prática a democracia operária, as relações que os trabalhadores estabelecem entre si no processo de luta passam a reorientar a organização do processo de trabalho e instituir práticas autogestionárias. (FARIA, 2011, p. 287-288).

2.2.2 O mutirão autogerido

No caso do Conjunto Paulo Freire não houve a escolha pela criação de uma cooperativa para a construção das moradias, diferentemente de outras famílias, de outros grupos de origem do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Leste 1/UMM-SP em São Paulo. Optou-se pela criação de uma associação de construção. Mas independentemente da escolha feita sobre a figura jurídica, os participantes do conjunto acompanharam os princípios da UMM-SP e persistiram na utilização de dimensões cooperativistas, autogestionárias e de ajuda mútua/mutirão das famílias, enquanto meios de gestão e produção das moradias. Tem-se, segundo a fala de todos os entrevistados, a proposta do "mutirão autogerido", um processo em que as famílias para além do trabalho na construção das moradias, participam, através da organização da associação e da UMM-SP, com a orientação técnica da USINA, de todas as decisões a respeito da organização desse trabalho, do projeto arquitetônico e do processo construtivo, entre outras decisões de cunho administrativo, financeiro e, sobretudo, político. Isto porque são convocadas a participar da "agenda de luta" do movimento.

A origem da prática do mutirão na construção da habitação, segundo Maricato (1979), remonta as práticas realizadas no meio rural, cuja essência tem por base a solidariedade entre as pessoas que se ajudam mutuamente. Com a migração campo-cidade, tal prática acabou tornando-se recorrente também no meio urbano, enquanto modalidade tipicamente subsistente de autoconstrução da habitação, que se dava nas horas de folga com a ajuda de parentes e amigos, uma "solidariedade forçada" perante a falta de alternativas por parte do Estado.

Posteriormente, o mutirão passou a ser utilizado pelo Estado em seus conjuntos habitacionais para os trabalhadores de baixa renda, especialmente em regiões de favelas e periferias. E de acordo com Coelho (2010) não havia nesses processos nenhuma preocupação de transformação social; o mutirão era visto apenas como instrumento de barateamento da produção e consequente de solução do déficit habitacional, com lucra para as construtoras. O mutirão enquanto uma prática baseada em um sentimento de solidariedade espontânea, de comunidade, foi utilizado apenas para sanar uma deficiência causada e agravada pelo próprio Estado. As famílias eram apenas mão-de-obra barata e que não tinha nenhuma influência ou participação na gestão e, consequentemente, na qualidade da habitação produzida.

Para Baravelli (2006), em São Paulo, na década de 1980, com a articulação da igreja católica (Centrais Eclesiais de Base), dos movimentos sociais, universidades/intelectuais e assessorias técnicas com as experiências das cooperativas habitacionais de ajuda mútua do

Uruguai, o termo "mutirão" se torna uma expressão da ambivalência de objetivos que a autogestão carrega do cooperativismo, tornando-se,

> [...] uma organização do trabalho em que se ensaia, em aliança com técnicos, controles econômicos e tecnológicos que visam produzir de forma competitiva sem a submissão do trabalho ao capital, e é ao mesmo tempo um posicionamento político, em que se valoriza a participação democrática da sociedade organizada no acesso a serviços públicos sem a submissão do individuo ao domínio clientelista do Estado (BARAVELLI, 2006, p. 96).

Esse posicionamento político, dos atores citados, sobre o dito mutirão autogerido, herdado em parte das cooperativas de vivenda uruguaias passa, ainda segundo o autor, tanto pela busca de uma maior economia e qualidade dos processos de gestão (contra a racionalidade construtiva das empreiteiras) como pela defesa de uma maior participação da sociedade civil organizada na produção, como na definição de políticas públicas, de habitação de interesse social. Tal compreensão e ressignificação do mutirão no Brasil, segundo Baravelli (2006), se dá a partir do decênio de 1982 – 1992, quando os empreendimentos autogeridos (ou com gestão compartilhada) passam de experiências - pilotos para parte das políticas habitacionais, inicialmente em São Paulo, seguida por Fortaleza e Belo Horizonte.

Vale salientar que, mesmo compondo através de programas, a política habitacional, os empreendimentos, nesse período, se desenvolveram com muita dificuldade, frente principalmente: às incertezas e mudanças de um período de transição política (ditadura-redemocratização-nova constituição) com grandes alterações de competências dos entes federados[20]; somado a extinção do principal ponto de articulação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Banco Nacional de Habitação (BNH) e; a generalização da autoconstrução periférica como única alternativa para milhares de trabalhadores excluídos do mercado imobiliário formal e da política habitacional. Tem-se uma combinação de eventos que só serviram para fragmentar ainda mais a política habitacional, fragilizando a consolidação de iniciativas progressistas e alternativas como o mutirão autogerido enquanto parte de uma política de Estado e não de governo.

Apesar de todas as dificuldades, e de acordo com Baravelli (2006, p.86), foi no município de São Paulo onde se formou a melhor estrutura institucional que possibilitou associar mutirão à produção habitacional por gestão compartilhada, o chamado mutirão autogerido. E como verificado a partir das visitas aos condomínios (fotos abaixo), a produção

---

20 A nova constituição de 1988 aumentou a atribuição municipal, e sobreposta à atuação das companhias de habitação estaduais e dos programas federais. Isso num contexto de falta de preparo dos quadros técnicos dos municípios.

possui qualidade técnica por vezes superior ao produzido para a mesma demanda pelas construtoras. Sendo que a economia, segundo a tabela abaixo, também foi significativa se comparada à produção convencional de programas como o Cingapura.

Figura 12 - Portal São Marcos - Jardim Donária / 104 UH / Zona OESTE / SP .

Fonte: Acervo próprio

Figura 13 - Portal São Marcos - Jardim Donária / 104 UH / Zona OESTE / SP

Fonte: Acervo próprio.

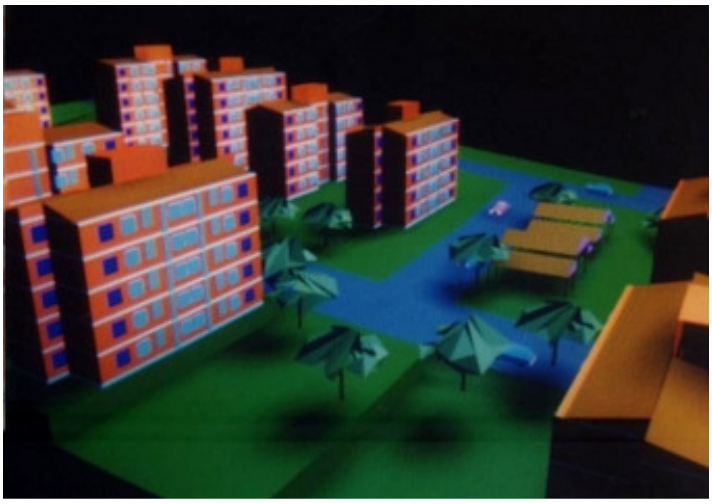
Figura 14 - Residencial Vila Verde - Panamerico / 256 UH / Zona OESTE / SP.

Fonte: Acervo próprio.

Figura 15 - 1991, Associação de Construção 26 DE JULHO, Fazenda da Juta, São Paulo/SP

Fonte: Site Usina-CTAH *in* http://www.usinactah.org.br/index.php?/s/--26-de-julho/

Figura 16 – 1991, TALARA - Associações Pró-Moradia Zona Sul; dos Moradores do Jardim Comercial e Adjacências; e Por Moradia do Jardim das Palmas e Pró-Moradia Parque Fernanda - Guarapiranga, São Paulo/SP.



Fonte: Site Usina-CTAH *in* http://www.usinactah.org.br/index.php?/s/--talara/

Tabela 3 – Comparação dos Custos entre os programas Cingapura (gestão de Maluf/Pitta - PFL) e FUNAPS Comunitário (Gestão de Erundina - PT)

PROJETO	ÁREA	CUSTOS UNIDADE US$/m^2	CUSTOS PROJETO US$/m^2	CUSTO TOTAL
CINGAPURA	43,15	262,62	2,83	265,45
FUNAPS COMUNITÁRIO MADRE DE DEUS	59,21	181,45		181,45
FUNAPS COMUNITÁRIO TALARA	56,35	133,41		133,41

Fonte: Dados organizados por Ronconi (1995) com base em relatórios de Progresso 41/PMSP de dez/1993.

Ainda segundo Ronconi (1995), no Mutirão Madre de Deus, os apartamentos eram 38,51% maiores que os produzidos no programa Cingapura (sempre mesma área e projeto); sendo que estes eram 49,29% mais caros. E comparar os custos desses dois programas de diferentes gestões, não significa que o FUNAPS Comunitário seria a forma perfeita de gestão na produção habitacional de interesse social. Mas a comparação ajuda a compreender a viabilidade de propostas como a do FUNAPS.

Com relação aos “tempos de produção” o autor analisou o planejamento das obras conveniadas com o FUNAPS Comunitário e gráficos foram elaborados a partir dos

cronogramas físico-financeiros. E conclui que, ao se observar o cronograma médio, "a região do maior desembolso está localizada na metade do tempo transcorrido, ou seja, a obra tem um desenvolvimento planejado tendo em visa a execução das atividades e não a super capitalização do canteiro" (RONCONI, 1995, p. 183). Isso favorece a programação orçamentária do órgão financiador, mas para o autor, tornam os mutirões extremamente dependentes da correta liberação dos recursos. Essa fragilidade de ausência de um fundo-reserva que auxilie nos atrasos de repasse de recursos é uma entre tantas disfunções que se deram a medida que, concordando-se com Lopes e Rizek (2004), o mutirão/ajuda mútua e os procedimentos autogestionários uruguaios foram sendo adotados no Brasil sem muitas avaliações de contexto e ajustes dos meios.

As limitações da intenção política por trás da prática do mutirão autogerido conduzido pelos movimentos paulistas fragilizou a sua aceitação por parte de alguns importantes intelectuais e acadêmicos. Tendo sua mais forte crítica sido formulada por Oliveira (2006), para quem a prática do mutirão não contribui para a resolução do problema da habitação "pelos meios do capital", mas sim pela exploração do trabalhador. Resolver pelos meios do capital significaria a criação, por exemplo, de um mercado imobiliário popular, o que não foi o caso. Isto porque, segundo o autor, a casa autoconstruída por mutirão, tem seu custo de produção atrelado apenas à força de trabalho do seu futuro morador; é uma moradia subsidiada pelo Estado e assim não pode ser comercializada, tendo apenas valor de uso, não se torna uma mercadoria, pelo menos não formalmente, ou seja, não forma mercado. Se a proposta é de se redistribuir renda no Brasil, o mutirão não redistribui renda, porque suga forças do próprio trabalhador. Para o autor,

> É preciso tirar renda de outros setores da sociedade. É o que esse governo não quer enfrentar, tampouco os outros que o antecederam. Ou você arranca renda de outras partes da sociedade e opera a redistribuição ou esses enormes esforços dos mutirões - que eu não quero desconsiderar - darão em nada, porque não redistribuem renda. É disso que trata um sistema como esse. A outra forma, portanto, é uma provisão mediante fundos públicos, direta e com juro zero. Lula não está fazendo o Fome Zero? Pois seria muito melhor tomar todo esse dinheiro e entregar à Caixa Econômica Federal, para não haver apadrinhamento. Com o dinheiro do Fome Zero daria para subsidiar o custo da Caixa Econômica e entregar a habitação ao mutuário com juro zero, porque isso não supõe necessariamente que ele terá renda futura. Muda em primeiro lugar a relação, alimenta a cadeia produtiva de outra maneira e pode ter efeitos virtuosos. Nada é assegurado, mas pode ter efeitos virtuosos (OLIVEIRA, 2006, p. 72).

Outra limitação forte apontada por Oliveira (2006, p. 72) é que, para o mutirão ser visto como "solução virtuosa", seus agentes promotores (movimento/lideranças e assessorias) devem levar as famílias a se veem como povo, como comunidade. Algo, para ele, ilusório,

pois não “resiste um dia depois de concluídas as casas”. Essa questão foi, em parte, por nós comprovada, quando na leitura de alguns depoimentos feitos por moradores. Mas existem sim aqueles que continuam a participar das reuniões do movimento, principalmente como divulgadores da proposta; e alguns, poucos, que passam a compor formalmente os “quadros” do movimento.

> Hoje, nós, a maioria que tá aqui, já não participa mais... Tem as meninas, que continuam, porque elas trabalham mesmo, elas participam. Mas nós assim, que só era mutirante, é difícil, né? Mas quem sabe depois... Meu menino fez a inscrição, né? Quem sabe depois eu não volto a participar de novo... (Artemisa, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevista realizada em dezembro/2011).
>
> Eu participo das reuniões do nosso condomínio e eles chamam a gente pra dar força pras outras pessoas que não tem a casa deles, mas gostariam de ter. Então quando é preciso, eles convidam a gente a participar de alguma reunião, algum ato, pra dar o testemunho pras pessoas que ainda não tem, se eu posso ir naquele momento, eu vou. Quando tem ato pras outros mutirões, eu vou (Valdemir, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevista realizada em dezembro/2011).

Para Ferro (2004), o mutirão praticado em iniciativas como o Conjunto Paulo Freire não pode ser comparado à autoconstrução individual (dominante no país) ou ao mutirão promovido diretamente pelo Estado. Isto porque o mutirão em questão está incorporado a um processo mais complexo, denominado pelo autor de “autoconstrução coletiva”, que objetiva, entre outros, “remodelar as relações de produção”. Nesse sentido, há um esforço por parte de seus agentes promotores de propor e experimentar alternativas e articular estratégias de luta que vão para além da provisão habitacional, entrando da disputa pela política. O autor trabalha com a ideia dos canteiros do mutirão autogerido como “laboratórios”, em que as contradições das relações capitalistas de produção vêm à tona e devem ser enfrentadas, onde propostas alternativas mais humanas e solidárias podem ser testadas.

> Os projetos são debatidos por todos os interessados, há constante interação entre equipes, diluição de hierarquias, participação de profissionais que assim se qualificam, atenuação da divisão entre trabalho intelectual e manual, entre condutores e conduzidos; há submissão do partido técnico, da idéia construtiva de material, às capacidades dos produtores, eliminação de propostas perigosas ao trabalho, de produtos nefastos à saúde, etc. São mudanças aparentemente menores – mas essenciais. O objetivo determinante não é mais a produtividade cega – mas a realização de um projeto coletivo atento às condições e relações dignas de produção, e isto tem um peso (FERRO, 2004, p. 2).

Até aqui refletimos a cerca dos meios utilizados na construção do conjunto Paulo Freire. E conclui-se, a princípio, que a proposta do mutirão com gestão compartilhada entre movimentos, família e Estado, encerra entendimentos contraditórios, típicos de uma estratégia de alcance da moradia tão complexa e progressista.

Prosseguir na discussão a cerca do mutirão autogerido, ou melhor, com gestão compartilhada, enquanto possibilidade de materialização de um projeto alternativo de moradia nos impõe uma reflexão acerca dos agentes promotores dessa prática, tendo como caso aqueles participantes da construção do Conjunto Paulo Freire. Será através do entendimento das histórias do movimento de moradia, das famílias mutirantes, da assessoria técnica, da prefeitura e do "encontro" deles na materialização desse projeto, que mais questões a cerca da prática, suas potencialidades e fragilidades, serão aqui aprofundadas. Ou seja, a discussão sobre o mutirão autogerido continua...

CAPÍTULO 3 - UM PROJETO E SEUS AGENTES PROMOTORES

No processo de implantação do conjunto autogerido Paulo Freire, vários foram os agentes atuantes: os movimentos sociais organizados (União dos Movimentos de Moradia/UMM-SP e União Nacional por Moradia Popular); os assessores técnicos (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado/CTAH); o Estado (COHAB/Prefeitura); e as famílias moradoras. A proposta do presente capítulo é analisar a história e os papéis assumidos por cada um destes agentes no processo de produção habitacional mediante cooperativismo autogestionário.

O capítulo inicia com uma discussão sobre o conceito de sociedade civil ao qual fazemos referência quando falamos desses agentes, tendo como pressuposto a ideia de que essa proposta autogestionária representa o amadurecimento de uma sociedade civil reestruturada a partir da redemocratização do país, depois de quase 20 anos de ditadura militar. Daí a importância de se resgatar esse momento histórico de reestruturação[21], em paralelo a uma discussão sobre o conceito e o papel da sociedade civil em GRAMSCI (apud COUTINHO, 1999).

Isto feito será apresentada de forma detalhada através da história de cada um dos agentes envolvidos na produção do Conjunto Paulo Freire. Ao final ter-se-á uma primeira conclusão acerca dos papéis assumidos (formuladores e/ou executores) e dos possíveis avanços desse "grande encontro" e da forma de organização e articulação escolhida para a materialização do projeto de moradia aqui analisado.

3.1 O contexto político da proposta autogestionária

Segundo Gramsci (apud COUTINHO, 1999, p. 121), sociedade civil é uma "esfera de mediação entre a infraestrutura econômica e o Estado em sentido restrito". Um Estado cuja aparente autonomia e "superioridade", segundo Marx, encontram sua origem e explicação nas contradições imanentes da sociedade dividida em classes. Uma divisão decorrente das relações de produção e responsável pela existência desse mesmo Estado, que conserva e

21 Essa discussão tem por base Sader (1988) que, em sua pesquisa sobre a saga de três movimentos sociais de São Paulo das décadas de 1970 e 80 (o Clube das Mães na periferia Sul; os sindicalistas do ABC; e o Movimento da Saúde na periferia leste), analisa o surgimento de um "novo sujeito social" criado a partir dos próprios movimentos sociais populares do período.

mantém essa divisão, garantindo que o atendimento de interesses da classe detentora dos meios de produção aconteça em detrimento dos interesses de toda a sociedade.

Vale salientar que, apesar da adesão ao marxismo, Gramsci construiu seus conceitos em um contexto político bem distinto do de Marx (e Hegel). Seu contexto era de intensa participação da sociedade na política (grandes sindicatos, partidos de massa, o surgimento do sufrágio universal etc.) e de complexidade cada vez maior do Estado (nos países ocidentais). Daí seu conceito de sociedade civil basear-se numa concepção ampliada do Estado, fruto de uma socialização política só possível neste contexto de capitalismo avançado[22]. Para o autor, sociedade civil é "uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado" (COUTINHO, 1999, p. 124).

Trata-se de uma "trama privada", de "aparelhos privados de hegemonia", "organismos de participação política", cuja adesão é voluntária, sem o uso da repressão, daí porque privados[23]. Gramsci (apud COUTINHO, 1999) não nega ou elimina as determinações feitas pelos autores clássicos, apenas promove o seu desenvolvimento. Para o autor, a "sociedade civil", formada pelo sistema escolar, igrejas, partidos, sindicatos, organizações profissionais, organização material da cultura (e todas as demais organizações civis responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias), é parte do Estado. Conjuntamente com a "sociedade política", a qual é formada por um conjunto de mecanismos que possibilitam à classe dominante deterem o monopólio legal da repressão e da violência (burocracias executivas e policial – militar).

No Brasil, a exemplo de diversos países latino-americanos, o período da ditadura representou exatamente o predomínio da sociedade política sobre a sociedade civil[24]. Com o

---

22 Aqui defendidas por Gramsci (COUTINHO, 1999, p.131) enquanto sociedades capitalistas mais complexas, onde existe um grau elevado de socialização da política, de auto-organização de grupos sociais. Mesmo admitindo-se existir nas formas pré-capitalistas o uso da ideologia na legitimação do Estado (relação Igreja-Estado nos períodos do feudalismo e do absolutismo).

23 No que tange a essa questão, Gramsci se aproxima de certo de Hegel, para quem a sociedade civil, enquanto algo "situado entre a família e o Estado", tinha como componente na época, as corporações ou associações econômicas, algo como formas primeiras dos sindicatos atuais.

24 Essa afirmação tem por base Gramsci, quando o mesmo afirma que a "supremacia" de um grupo sobre outro acontece tanto via o "domínio", como via a "direção intelectual moral". E que um grupo social ao dominar, tende a "liquidar" os grupos adversários ou submetê-lo mediante a "força armada", tornando-se o dirigente dos grupos afins ou aliados. Sendo a supremacia é o "momento sintético que unifica (sem homogeneizar) a hegemonia e a dominação, o consenso e a coerção, a direção e a ditadura" (COUTINHO, 1999, p. 130). E que o fato de um Estado ser mais hegemônico-consensual e menos ditatorial ou vice-versa, tem relação com o grau de autonomia (relativa) das esferas "superestruturais" e do quanto uma predomina sobre a outra. Ou seja, depende do grau de socialização da política alcançado pela sociedade e da correlação de forças entre as classes que disputam a supremacia.

início do enfraquecimento do período ditatorial, final da década de 1970, tem-se, segundo Sader (1988, p. 26), um ressurgimento e uma revalorização da "sociedade civil" e suas práticas no cotidiano popular do país.

> É muito provável que na história política do país o período entre 1978 e 1985 (portanto entre as greves do ABC e a vitória de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral) fique marcado como momento decisivo na transição para uma nova forma de sistema político. Mas, por sua vez, este novo sistema político está condicionado por significativas alterações no conjunto da sociedade civil. [...] Foram assim redescobertos movimentos sociais desde a sua gestação no curso da década de 70. Eles foram vistos, então, pelas suas linguagens, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas. Tratava-se de uma novidade no real e nas categorias de representação do real (SADER, 1988, p. 26).

Para Weffort (1984 apud SADER, 1988, p. 33), essa redescoberta já havia acontecido em 1964, sobretudo, em 1968, frente à decepção com o Estado (ditatorial). Mas não foi uma redescoberta intelectual, ela foi gerada nos fatos mais simples da vida dos "perseguidos pela Ditadura", foi "a descoberta de que havia algo mais para a política além do Estado". Isto porque, naqueles momentos difíceis, não havia mais a quem recorrer, nem tribunais aos quais se pudesse confiar. Como dito, iniciava-se o domínio da "sociedade política", ou seja, a experiência tensa do "terror do Estado".

> Nós queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. Isso significa que, se não existisse, precisaríamos inventá-la. Se fosse pequena, precisaríamos engrandecê-la [...]. É evidente que, quando falo aqui de "invenção" ou de "engrandecimento", não tomo estas palavras no sentido de propaganda artificiosa. Tomo-as como sinais de valores presentes na ação política, e que lhe conferiam sentido exatamente porque a ação pretendia torná-los uma realidade (WEFFORT, 1984 apud SADER, 1988, p. 33).

Ainda segundo Gramsci, essas duas esferas do Estado, a sociedade política (ditadura) e a sociedade civil (hegemonia), também devem ter tratamentos relativamente autônomos, pois possuem funções diferentes na "organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder". Daí tem-se: Estado = "sociedade civil + sociedade política, isto é, hegemonia escudada na coerção" (GRAMSCI, 1947 apud COUTINHO, 1999, p. 127). Ou seja, as duas sociedades juntas no Estado, servem perfeitamente para a promoção e desenvolvimento da base econômica segundo interesses da classe social dominante (controladora dos meios de produção). Essa classe age tanto através da sociedade civil, buscando exercer a predominância de suas posições, mediante a "direção política e o consenso", como através da "sociedade política", onde sua prevalência se dá por meio da coerção.

Essas duas sociedades também possuem "materialidades (sociais-institucionais) próprias", espaços autônomos e específicos de manifestação, com a sociedade civil tendo cada vez mais um papel de peso. Isto porque, segundo Coutinho (1999, p. 129), "a esfera ideológica, nas sociedades capitalistas avançadas, mais complexas, ganhou uma autonomia material (e não só funcional) em relação ao Estado em sentido estrito", ou seja, para a dominação eram cada vez mais necessários os "consensos ativos e organizados", os quais possibilitam a novas instituições sociais, com estrutura e legalidades próprias, serem portadoras de materiais específicos, de opiniões e propostas, que influenciam o conjunto da sociedade. Essa hegemonia, a sociedade civil, passou a ser uma "mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado – coerção".

Com essa importante conclusão, Gramsci se aproxima do materialismo do ser social de Marx, que afirma não existir forma ou função social sem base material específica, "não há valor-de-troca sem valor-de-uso, não há mais-valia sem produto excedente, não há relações sociais de produção sem forças produtivas materiais etc.; em Gramsci, não há hegemonia, ou direção política ideológica, sem o conjunto de organizações materiais que compõem a sociedade civil enquanto esfera específica do ser social" (COUTINHO, 1999, p. 129).

No Brasil, com o início da ditadura militar, essa esfera específica do ser social, segundo Weffort (1978 apud SADER, 1988, p. 34), passa a fazer "interrogações sobre as potencialidades de movimentos sociais que só poderiam se desenvolver fora da institucionalidade estatal". Emergem novos padrões de práticas coletivas, mas como já foi dito, sem um componente intelectual forte. Sader exemplifica tal afirmação comparando as práticas e condições de existência dos trabalhadores no início da década de 1970 e as do final. No início, as classes trabalhadoras se viam completamente subjugadas e divididas pela lógica capitalista (concorrência do mercado de trabalho, estratégias empresariais) e pela dominação do Estado-militar (repressor e despolitizador) e atomizadas como imigrantes rurais perdidos na metrópole, no que tange as suas referências culturais. Ao final da década, vê-se a erupção de novos sujeitos[25] (movimentos operários e populares) caracterizados pela "autonomia" e

25 Para Sader (1988, p. 50-60) trata-se aqui de "sujeito coletivo", no sentido de uma coletividade que elabora uma identidade e onde se organizam práticas para a defesa de interesses, alcance de objetivos e expressão de vontades. Trata-se de uma pluralidade de sujeitos cujas identidades advêm de suas interações em processos de reconhecimento recíproco. O que pode produzir composições mutáveis e intercambiáveis. Dentro do sujeito coletivo há hierarquia e posições desiguais, mas estas são resultado dos acontecimentos. Sendo que a forma de lidar com determinadas situações, não é fruto da racionalidade de um "ator privilegiado", mas sim do encontro de várias opiniões e estratégias. E ainda para o autor, quando se trata de "sujeito autônomo" , tem-se aquele que mesmo preso a todas as determinações externas, é capaz de reelaborá-las em função da vontade do grupo. Ou seja, tem-se a criatividade para ir além do que está dado.

pela contestação da ordem. Surge o "novo sindicalismo" e os "novos movimentos de bairro" que se pretendem independentes do Estado e dos partidos,

> [...] reivindicando direitos e não trocando favores; era o ressurgimento de uma "nova sociabilidade" em associações comunitárias onde a solidariedade e a auto ajuda se contrapunham aos valores da sociedade inclusiva; eram "novos movimentos sociais" que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade (SADER, 1988, p. 36).

O autor continua e conclui que, ao se observar os "traços" dos movimentos sociais ocorridos em São Paulo nos anos de 1970, não se pode afirmar que eles poderiam ser explicados apenas pelas condições dadas pelo sistema social vigente: os padrões da acumulação capitalista; o desenvolvimento urbano (ou sua crise); e a forma do Estado, naquela época, em pleno "milagre brasileiro".

> Tomemos, por exemplo, os clubes das mães, que se generalizam pela Grande São Paulo no correr dos anos 70. Eles podem ser vistos e "explicados" como expressão das contradições geradas pelo capitalismo "nas condições brasileiras", como resposta popular às carências sociais ditadas pelos padrões de desenvolvimento vigentes, pela ausência de canais institucionais de manifestação. São, assim, reduzidos ao campo geral das "lutas de um setor da classe operária para a defesa das condições de reprodução da força de trabalho". O único problema é que desaparecem, nesse processo, as características singulares que mais chamam a atenção se nos debruçarmos para examinar o fenômeno em sua originalidade. No caso, os padrões comunitários, uma particular formulação das noções de justiça e direito, a aversão pelo que é considerado política, por exemplo, aparecem como simples "traços conjunturais" de um processo genérico sempre o mesmo (SADER, 1988, p. 38-39).

Para o autor, entender as alterações da atuação da sociedade civil, e principalmente dos movimentos sociais (em São Paulo), significa ir além das análises da estrutura e suas influências nas ações sociais desenvolvidas. A "nova atuação" de movimentos sociais na busca pelo alcance de seus objetivos depende da "identidade" do grupo, daquilo que o define como grupo e que deriva das posições que este assume, sendo que "tal identidade se encontra corporificada em instituições determinadas, onde se elabora uma história comum que lhe dá substância, e onde se regulam as práticas coletivas que a atualizam" (SADER, 1988, p. 43).

A atuação também depende, segundo o autor, do modo como são articulados os objetivos "práticos" e os valores defendidos e que justificam a existência do grupo. Por exemplo, para os movimentos de moradia envolvidos com a prática autogestionária, não se trata apenas de atendimento ao déficit habitacional. Tem-se o entendimento de que a luta por moradia envolve, entre outros valores, a qualidade do que é produzido, a localização, o acesso

dos trabalhadores a toda uma série de infraestruturas e serviços e o grau de autonomia das famílias na gestão do processo de construção de suas moradias, o que garante essa qualidade, ou seja, o objetivo "prático" da aquisição de uma habitação pelo trabalhador de baixa renda se articula a uma série de valores advindos das necessidades e do alcance de outros objetivos práticos.

Por último, o mais importante: depende das experiências vividas. Estas são responsáveis pelas "representações" simbólicas com as quais o grupo se identifica, reconhece seus objetivos, seus "inimigos", o mundo ao seu redor. Isto tudo porque, "as classes acontecem à medida que homens e mulheres vivem suas relações determinantes, dentro do 'conjunto de relações sociais' com uma cultura e expectativas herdadas, e ao modelar essas experiências em formas culturais" (THOMPSON, 1968 apud SADER, 1988, p. 44). Isto porque, para Sader (1988), não se trata de, na análise da "nova socialização", alimentar a "falsa dicotomia" entre sujeitos e estrutura (existente), mas sim de se admitir que os sujeitos estejam profundamente imbricados nessa estrutura (objetiva da realidade) e que ela também não é exterior aos sujeitos, "mas está impregnada dos significados das ações sociais que a constituíram enquanto realidade social", pois o próprio "homem não é um "soberano indeterminado", é um produto social" (SADER, 1988, p. 45).

A partir desse entendimento, pressupõe-se que os agentes sociais promotores da proposta de produção habitacional cooperativada e autogerida em São Paulo (movimento de moradia, assessoria, igreja e famílias) são fruto da reestruturação da atuação da sociedade civil a partir da redemocratização do país. Uma reestruturação, não a formação de uma nova sociedade civil limpa da "herança" das experiências vividas, das identidades, dos valores e objetivos ulteriores.

3.2 Os agentes do projeto: suas histórias e suas funções

Entender a atuação da sociedade civil reunida na proposta de produção habitacional autogestionária em São Paulo pressupõe uma análise do período entre as décadas de 1960 e 1980, quando esta sociedade passa por um processo de "reestruturação". Nessa análise, é fundamental o questionamento feito por Sader (1988, p. 63) sobre "o que significou, para os indivíduos das classes populares viver em São Paulo nesses 20 anos entre 1960 e 1980? [...] O que foi, nesse período da vida da metrópole, a experiência da condição proletária". Essas

perguntas são feitas pelo autor, tendo ele a premissa de que, no Brasil, não se teve uma experiência única da condição proletária, ou um mesmo padrão compartilhado por uma coletividade também homogênea. Isto porque eram variadas as posições ocupadas na "divisão do trabalho social", assim como eram diversos os padrões culturais, com "experiências vividas" também muito diversas.

Concorda-se com o autor que, apesar de tanta diversidade, ocorreu sim uma nova reconfiguração da sociedade civil, "um outro tipo de representação das condições de classe, que ressalta quando o contrastamos com o tipo predominante antes de 1964" (SADER, 1988, p. 311). Sendo que essa nova sociabilidade foi marcada: pela forte desconfiança das instituições (sociedade política), principalmente aquelas fora do controle social direto e pela igualmente profunda valorização da autonomia de cada sujeito coletivo. "Por isso mesmo a diversidade de movimentos, produzida pela diversidade das condições que envolvem cada um, é reproduzida pelo empenho existente em manter essa autonomia [...]. Com isso acabaram alargando a própria noção da política, pois politizaram múltiplas esferas do seu cotidiano" (SADER, 1988, p. 311).

Consolidaram-se a afirmação da própria identidade (coletiva) e da luta política como meio para a conquista de direitos. Têm-se também, ainda segundo Sader: a valorização das relações primárias e da própria afirmação das conquistas da fraternidade (Clube das Mães); a valorização das conquistas obtidas no que tange aos serviços públicos (Movimento de Saúde); e a valorização da organização e da luta de fábrica, com os sindicatos como "espaço público operário" e as greves e assembleias como formas de "afirmação política".

A partir de 1982, com os primeiros governos estaduais eleitos, as organizações da sociedade civil começam a ser reconhecidas pelo Estado, que passa gradativamente a incorporá-las em sua dinâmica de governo. Têm-se um período de forte crise econômica e, a partir da década de 1990, de predominância de políticas neoliberais, de mais sacrifício para as classes trabalhadoras[26].

Tem-se os movimentos sociais organizados em torno do tema da moradia, as famílias moradoras, a prefeitura, a assessoria técnica (USINA). Todos com seus objetivos e necessidades, sociedade política e sociedade civil na formulação e execução de uma proposta

26 Os detalhes dessa história, ou pelo menos a parte que tem relação mais direta com a questão da moradia e do desenvolvimento urbano, seguem adiante, nesta tese, começando com a história de cada um dos sujeitos coletivos formadores do Conjunto Paulo Freire, como exemplo de ação na luta pela moradia.

progressista de produção habitacional, o mutirão autogerido. Cada um com seu papel definido, ora como executores, ora como formuladores.

3.2.1 Os movimentos sociais organizados (em torno do tema da moradia)

O conjunto autogerido Paulo Freire foi uma iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – Leste 1. Este movimento social, que atua na Zona Leste do município de São Paulo, é parte da estrutura organizativa da União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior – UMM-SP. A União, como é conhecida, é filiada à Central dos Movimentos Populares (CMP), mas se constituí hoje um movimento social organizado de caráter nacional, por meio da União Nacional por Moradia Popular (UNMP). A UNMP é membro da coordenação do (Movimento) Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU); membro da Coalizão Internacional do Habitat para América Latina (HIC-AL) e da Secretaria Latino-americana Vivienda Popular (SELVIP). Essas organizações foram criadas em torno da "luta" pelo direito à moradia e à cidade na América Latina; e, nesse sentido, vale salientar que as suas histórias estão profundamente relacionadas ao modelo de urbanização adotado nos grandes centros urbanos, às estratégias adotadas pelos trabalhadores para viabilizar a moradia, frente à atuação estatal e às características dos regimes políticos vigentes.

No Brasil, a história dos movimentos sociais de moradia tem início no período entre o final da ditadura militar e início da redemocratização do país, no contexto sociopolítico já visto anteriormente (através de Sader). Foi nesse período que a organização destes movimentos se estruturam e se consolidam nas disputas nos processos de formulação e implementação das políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano nas principais capitais do país. Isto tendo que lidar com toda a "herança" do regime ditatorial que se fizeram sentir nas formas de organização social que podiam imprimir alguma resistência à situação de precariedade da política habitacional que vinha sendo implementada (pelo Banco Nacional de Habitação/BNH).

Sendo que os canais tradicionais de participação, como as Associações e Sociedades de Amigos do Bairro (criadas na década de 1930), estavam, em sua maioria, subordinadas ao regime e continuavam a exercer o seu papel de responsáveis pelas "negociações" entre moradores e políticos na troca (de promessas) de melhorias de infraestrutura e serviços por

votos. Aos poucos, mesmo essas associações, juntamente com os sindicatos, foram sendo extintas pela ditadura, nas que restaram persistiu o patrimonialismo e principalmente o clientelismo.

Foi apenas na segunda metade da década de 1970 que se formaram novos grupos nas periferias das cidades, com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base em discussões sobre abastecimento de água, luz, transporte, creche, equipamentos e melhorias para os bairros. Entre esses grupos, destacaram-se, nacionalmente, o Movimento Contra a Carestia, o Movimento de Transportes Coletivos e aqueles que reivindicavam as creches comunitárias. Foi também nesse período que surgem em São Paulo, segundo Da Paz (1996), os primeiros grupos relacionados especificamente à questão da moradia, o Movimento de Loteamentos Clandestinos, que buscavam a regularização dos imóveis e a aprovação de legislações que coibissem a implantação de novos loteamentos irregulares.

Ao final da década de 1970, segundo Kowarick (1993), todas essas novas formas de mobilização social em torno dos problemas da cidade se expandem, não estando mais restritos apenas aos estudantes, artistas, intelectuais ou grupos profissionais, mas englobavam camadas sociais mais amplas e significativas. Foi o caso dos movimentos de favelas em São Paulo, apoiados pelas CEBs e Pastoral de Favelas. Estes novos grupos pareciam recusar os estilos de lutas que predominavam no Brasil nas décadas anteriores e se expressavam num esforço de se desprender das aparelhagens institucionais do Estado e das amarras do poder instauradas com o golpe de 1964. Procuravam salientar sindicatos, partidos ou outras modalidades organizativas. Também manifestavam um forte descrédito na cooptação promovida no período populista, no qual o "processo de participação cujo resultado era mais simbólico e imaginário do que efetivo e real, na medida em que se caracterizou por intensa manipulação das camadas populares para as quais se acenava com as benesses de um modelo de desenvolvimento que se pretendia distributivista" (KOWARICK, 1993, p. 179).

Nesse mesmo período, a crise econômica pujante começa a incomodar e agravar ainda mais a situação de moradia das populações de baixa renda. Populações que só cresceram em seus processos de periferização, favelização e até mesmo encortiçamento[27]. A "casa própria"

---

27 Durante o regime militar o discurso da erradicação de favelas foi retomado, mas o princípio de auto-sustentação financeira praticado pelo SFH representava sérios entraves para o acesso dos seus moradores aos novos empreendimentos e ações junto às favelas apresentaram variações regionais. Merecendo destaque o programa de remoção desenvolvido no Rio de Janeiro, onde segundo Valladares (1978 apud Mendes, 2006), a partir de 1960, e durante os 15 anos subseqüentes, foram removidas e reassentadas 137.774 pessoas (cerca de 28 mil moradias) de 80 favelas do Rio de Janeiro. Das ações de erradicação em outros estados, destaca-se a criação da Coordenação da Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL), pela Prefeitura de

foi alcançada, seja pela autoconstrução, seja pela ação estatal, mas na maioria das vezes em localizações tão ou mais precárias do que daquelas vividas anteriormente à materialização desse "sonho". Portanto seria necessário trazer a "cidade" para os que já conseguiram habitação. Precisava-se de terra (urbanizada), julgada agora pelos movimentos e intelectuais uma componente essencial à produção habitacional, instalação e acesso à infraestrutura e serviços básicos (educação, saúde, lazer e cultura).

A questão fundiária se torna uma questão visível e a ocupação coletiva das terras vazias começa a acontecer como instrumento reivindicatório e de pressão política dos movimentos sociais em várias regiões de São Paulo, e segundo Moreira (2009), em outras capitais do país, como Belo Horizonte, Goiânia e Recife. Estas manifestações foram realizadas com o apoio principalmente da igreja católica através de padres e representantes das pastorais, das Comunidades Eclesiais de Base/CEBs e de partidos políticos. Apesar da forte repressão do Estado, as ocupações passaram a acontecer de forma cada vez mais sistemática e organizada.

> Esse terreno aqui pertencia a uma grande empresa de São Paulo, a Companhia City, que fez o sitiamento. Essa empresa é uma empresa especuladora do Estado de São Paulo. Uma empresa riquíssima... Aí nós ocupamos esse terreno. Só que nós ocupamos esse terreno no dia 7 de setembro no ano de 1987. Colocamos aqui quatro mil pessoas, cinco mil pessoas. Essa ocupação aqui foi uma ocupação simbólica, num foi uma ocupação pra morar. Aí nós ficamos aqui o dia inteiro. Ficamos aqui nessa baixada, que era só mato. Veio helicóptero da televisão, da polícia... Veio polícia. Aí a polícia num conseguiu entrar aqui, porque aqui era só mato. Quando os policiais vinham por aqui... A gente ia por lá... Aquele mundaréu de gente... Porque aqui num tinha nada, num tinha rua, num tinha nada, era uma fazenda (Donizete, direção nacional da UNMP, sobre a ocupação de um terreno na Zona Oeste de São Paulo capital, onde foi construído um dos primeiros mutirões da UMM-SP. Entrevista realizada em maio/2010).

Logo após as primeiras eleições diretas em 1982, o BNH entrou em sua pior crise e são muitas as prefeituras e governos estaduais que não conseguem mais acessar os recursos do SFH. Então foram sendo pensadas outras estratégias que tornassem viáveis a construção de habitação popular nos poucos terrenos desapropriados e direcionados para os movimentos. As ocupações aconteciam principalmente em terrenos vazios nas periferias mais distantes de São Paulo, como fica claro no depoimento acima. Não houve muita procura pelos vazios em áreas mais centrais e infraestruturadas.

Belo Horizonte, em 1971, que removeu 43 mil moradores de 423 áreas invadidas e o conjunto de Decretos relativos à erradicação de favelas de Brasília, editados pelo governo do Distrito Federal, no período 1965/72 (FINEP-GAP, 1985).

Tinha-se início a construção da ideia de que estes vazios em áreas mais centrais e com infraestrutura representavam um duplo obstáculo a uma urbanização mais includente, indutora de um desenvolvimento urbano sustentável nas cidades brasileiras, "de um lado por implicarem na ociosidade dos investimentos públicos realizados nas várias áreas onde esses terrenos estão localizados e, de outro, por obrigarem a investimentos adicionais nas áreas periféricas que será necessário urbanizar" (BOLAFFI in VALLADARES, 1981, p. 183). Vale salientar que pensamentos como este consolidaram a noção da função social que a terra urbana deve ter e que foram consolidados posteriormente com a aprovação da nova Constituição Federal em 1988.

É certo que os movimentos sociais que promoviam as ocupações em São Paulo participavam das discussões sobre esta questão da periferização e da função da terra urbana vazia em áreas centrais e com infraestrutura, mas entre o que era discutido e praticado havia a realidade da necessidade premente de terra para a moradia. Daí a priorização da organização de ocupações em terrenos de áreas periféricas, nas franjas dos grandes conjuntos habitacionais estatais, ou no que não havia sido ocupado por eles. Sem contar a precariedade de acesso à infraestrutura e serviços básicos, a grande distância dos centros de produção e serviços significava, naquele tempo, como ainda significa, um longo percurso diário até o trabalho. Não que por essas condições não houvesse disputa e pressão por parte dos movimentos sociais. Havia sim, pois algumas dessas áreas tinham outros proprietários que não o Estado. Mas eram áreas bem mais viáveis aos processos de desapropriação, diferentemente das áreas vazias mais próximas aos centros consolidados.

> Aí o governador Quércia desapropriou esse terreno. Ele comprou 23 áreas na cidade de SP, que foi o processo que falei da "panela de pressão" que explodiu. O povo ocupando terra... Principalmente na zona Leste e zona Norte. Aqui na zona Oeste foi um pouquinho mais tarde. Foi 1985, 86, 87... E o pessoal ocupando... Num tinha projeto, num tinha nada. E por que ele desapropriou estas 23 áreas? Porque os atores da igreja católica entraram no circuito. Ou seja, Dom Paulo, Dom Evaristo, Dom Luciano... Na Leste lá não entrou no circuito. Porque tinha muito conflito... Quando o Quércia era governador, a Erundina ganha a prefeitura de SP. Antes da Erundina ganhar... O povo vendo a movimentação política da sociedade, que o PT podia governar SP, outros atores políticos do PT, da universidade, Nabil, Ermínia, Ronconi, pega o pessoal e leva pro Uruguai, pra conhecer a FUCVAM (Donizete, direção nacional da UNMP, entrevista concedida em maio/2010).

Importante, porém, ter em mente que as várias novas formas de agir, como os mutirões e as ocupações foram sendo conduzidas de diferentes formas e com diferentes objetivos pelos movimentos sociais e pelo Estado. Para este, enquanto as ocupações acontecessem apenas em áreas de não tão grande valor imobiliário, eram até mesmo "aceitas" e aos seus ocupantes

oferecidas opções para a aquisição de suas moradias nestes locais. Mas com o objetivo maior de barateamento da obra e a viabilização do atendimento a um número (eleitoralmente) aceitável de pessoas, sem uma preocupação maior com a qualidade do construído e a sua inserção, ou falta dela, na estrutura urbana existente.

Neste contexto de forte disputa pela terra urbana, consolida-se, cada vez mais, um processo de elaboração intelectual e política de um novo ideário de moradia e de cidade. Sendo que, a partir do 1º Encontro de Movimentos de Moradia (1984) em São Paulo, esse ideário é colocado a público. Entre as propostas (algumas novas e outras nem tanto) dos movimentos profissionais e intelectuais, estava o cooperativismo e a autogestão coletiva dos processos de construção das moradias. Todos os participantes desse encontro participaram direta ou indiretamente de processos de mutirão e o promoviam com o objetivo de se articular na construção de outra Política Nacional de Habitação, em torno da cooperação e da autogestão. Para tanto, o Encontro serviu para consolidar a proposta de parceria e o intercâmbio com representantes da Federação Uruguaia de Cooperativas de Vivenda por Ajuda Mútua (FUCVAM).

Nesse 1º Encontro, as propostas principais foram: o barateamento dos custos de produção, mas sob outras bases, não objetivando o lucro, e sim uma maior inclusão das famílias de baixíssima renda ou sem renda; assim, as prestações não poderiam ultrapassar 10% da renda familiar, e serem reajustadas apenas com os mesmos índices e critérios dos reajustes salariais; fim das restrições de financiamento aos desempregados e aos sem comprovação de renda; garantia de subsídios totais, com recursos do BNH, a essas famílias; reconhecimento formal das cooperativas e associações de moradores como agentes promotores da construção e do gerenciamento da obra; controle dos fundos do BNH pelos sindicatos de trabalhadores, associações de mutuários e movimentos populares; e, finalmente, uma alteração da política urbana, visando combater a especulação imobiliária e a retenção dos imóveis vazios.

Em 1985, foi realizado o 2º Encontro, no qual a autogestão foi novamente reconhecida, agora sob forte e expressiva influência da experiência uruguaia e, assim, incorporando, segundo Moreira (2009, p. 50), à recém criada Cooperação dos Movimentos e Associações de Moradia, seus quatro princípios básicos: a ajuda mútua, a solidariedade, a autogestão e a propriedade comum.

Independentemente das mudanças de paradigma terem efetivamente se materializado ou não, os movimentos de moradia se consolidaram apoiados principalmente pelas Comunidades Eclesiais de Base, intelectuais e partidos políticos de esquerda e as grandes

ocupações se multiplicaram nos anos de 1987 e 1988. Tem-se a criação do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que passa a reunir diversos outros movimentos e entidades em torno da inclusão da questão urbana no processo da Constituinte de 1988. Era o início da redemocratização efetiva do país e diversas propostas foram formuladas e assumidas por gestores municipais e estaduais (Recife, Diadema, Santos, São Paulo, Porto Alegre, Santo André, Fortaleza entre outros).

Como já foi visto, na nova Constituição, apesar da elaboração de uma Emenda Popular sobre a Reforma Urbana, apenas dois artigos relativos à questão foram aprovados: o art. 182, que trata do parcelamento compulsório e IPTU progressivo no tempo; e o art. 183, da regularização fundiária de interesse social. Foi assim dado indiretamente um maior destaque à questão da função social da propriedade, já constitucionalmente reconhecida desde 1934 e que já convivia, a exemplo da constituição de 1988, com a garantia do direito à propriedade. Estes artigos foram a base para uma regulamentação posterior, o Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257), em que foram aproveitadas várias das propostas da Emenda Popular, mas que só foi aprovada 13 anos depois, em outubro de 2001.

Nesse contexto de conquistas e muitas disputas, tem-se a criação, em 1987, da União dos Movimentos de Moradia da Grande São Paulo e Interior (UMM-SP), a qual aproximadamente 10 anos depois estaria iniciando a organização daquele que seria o Conjunto Paulo Freire. Esse movimento, que completou 25 anos em 2012, é inicialmente composto por muitas das lideranças populares que organizaram e participaram das diversas ocupações ocorridas, principalmente, na Zona Leste de São Paulo. Entre essas lideranças, estavam aquelas representativas da ala mais progressista da Igreja Católica, as Pastorais Sociais da Arquidiocese de São Paulo[28].

Foi mediante o apoio da estrutura descentralizada da Pastoral da Moradia, e a partir da Zona Leste, que a União conseguiu chegar a outras regiões do município e do interior do Estado, formando, segundo Da Paz (1996), até o início dos anos 1990, mais de 60 grupos e associações, um universo estimado na época (pela UMM-SP) em mais de 20.000 famílias. Isto porque o cadastramento de famílias já vinha sendo realizado desde 1982, antes mesmo da criação da União. Grupos foram formados em Diadema, Santo André, São Bernardo do

28 Vale salientar que estas Pastorais atuavam no território seguindo critérios geográficos próprios: a Zona Leste I incluia bairros como o Brás, Mooca, Belém, Sapopemba e São Mateus; e a Zona Leste II era composta pelos bairros da Penha, Ermelino Matarazzo, São Miguel Paulista, Itaquera, até os limites de São Miguel Paulista e Guaianazes. Esta divisão influenciou em parte a organização deste mesmo território pela União, principalmente no que tange a Zona Leste II, que foi o palco de grande parte das ocupações de terra naquela região do município (ainda hoje a nomenclatura "leste I e leste II" é utilizada pelo movimento).

Campo, Mogi-Guaçu, Osasco, Franco da Rocha, Francisco Morato, Hortolândia, Paulínea, Jundiaí, Carapicuíba, além de São Paulo.

> A maioria dos movimentos de moradia surge no fim da década de 80 e inicio da década de 90 ainda com atuações muito pontuais e muito locais. Atuação sempre reivindicando a destinação de terras pra habitação, fazendo muitas ocupações de terra. Ocupações que tiveram um papel muito importante naquela época. Mas já naquele momento começa uma reivindicação por um modelo de habitação diferente do que a gente tinha naquela época. Era o final do BNH, inicio da COHAB, coisas que de fato não atendiam a necessidade da população mais pobre da cidade. A partir dessa organização local é que se começam as articulações que vão formar os vários movimentos de moradia, o movimento nacional, a União e, com um aspecto mais geral, não só com habitação, a CMP, já na década de 90. A CONAM (Confederação Nacional de Associações de Moradores) tem uma historia diferente, ela veio com uma trajetória muito mais ligada às associações comunitárias, de moradores, mas com um certo tempo também passa a incorporar as lutas de moradia. Ela é anterior, é do início da década de 80. Cada um desses movimentos tem uma forma de organização, de organicidade diferente. Mas a maioria deles tem uma forma de trabalho de base, grupos de bairro, articulação regional, municipal, estadual, pra chegar na coordenação nacional. A gente sempre fala que a coordenação nacional é a mais abstrata de todas elas, já que a atuação é muito mais na ponta mesmo, no dia a dia do movimento, que acontece no nível local (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP, entrevista concedida em set/2012).

A proposta, segundo materiais iniciais de divulgação e documentos da União, era de se construir um "*movimento de massas e de lutas*", ou seja, "*buscar uma representatividade das bases sociais organizadas e também de dar à luta um caráter combativo politicamente e de conquista de resultados concretos*" (DA PAZ, 1996). Foi partindo desse princípio que eram promovidas ocupações de terras, manifestações, passeatas, ocupações de prédios públicos, além de momentos de negociação com os diferentes governos, visando o atendimento de suas reivindicações. Destes momentos, merece destaque a iniciativa de formulação da campanha pelo Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP) [29].

Nos primeiros anos da União, todo o processo de formulação do movimento era realizado através de sua Secretaria de Assessorias, que organizava as discussões na formulação de subsídios para a coordenação do movimento e outras discussões de caráter mais amplo, envolvendo outros movimentos. Isso com a participação constante de membros das pastorais, das organizações não governamentais (ONG) [30], escritórios de assessoria e

---

29 Hoje esse fundo é realidade através do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) instituído, com visto anteriormente, em 2005 pela Lei nº 11.124.

30 Segundo Da Paz (1996), entre a ONG(s) merecem destaque aquelas que tratavam com a educação popular, como a FASE-São Paulo; as que prestavam assessoria jurídica, tipo a Associação de Defesa da Moradia - ADM; as de assessoria técnica como CAAP - Centro de Assessoria à Autogestão Popular, USINA - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado, GAMHA - Grupo de Assessoria aos Movimentos de Habitação, AD - Ação Direta, TETO - Assessoria de Movimentos Populares, entre outras. Também deve ser destacada a atuação de parlamentares e de seus assessores, como a do vereador Henrique Pacheco. E entre as pastorais,

profissionais autônomos de diversas áreas, direito, arquitetura e urbanismo, sociologia, serviço social etc. Foi a partir das reuniões promovidas por essa secretaria que começaram a se esboçar as primeiras propostas para o Projeto de Iniciativa Popular sobre o FNMP.

Foi também com essas assessorias que os princípios, propostas e bandeiras de luta da União foram sendo formulados, sendo que, no Encontro Estadual da UMM-SP de 1990, é publicada a "Carta de Princípios para uma Política Habitacional", com elementos que irão subsidiar as propostas do FNMP e, principalmente, fundamentar a prática política da União em toda a sua trajetória. Nesses elementos, fica clara a subordinação do direito à propriedade ao direito à moradia; e a necessidade de linhas de financiamento (recursos a fundo perdido) para a população de baixa renda. Também é explicitada a prerrogativa da criação de um conselho popular viabilizando a participação popular na elaboração e implementação da política habitacional. Isto porque o entendimento era de que caberia ao trabalhador administrar os recursos destinados à habitação, com financiamentos diretos às associações e cooperativas.

A inserção, nessa pauta, da questão da produção habitacional autogestionária aconteceu fundamentalmente com o início da gestão municipal de Luiza Erundina (1989-1992). Sendo que, em 1989, enquanto atividade do intercâmbio existente com a Federação Uruguaia de Cooperativas de Ajuda Mutua (FUCVAM), tem-se a primeira "caravana" de 40 lideranças, assessores e representantes de diversas comunidades atendidas pela União às experiências cooperativistas de construção por autogestão desenvolvidas no Uruguai.

> Fui pro Uruguai. A gente pegou alguma experiência com o pessoal lá daquela FUCVAM, né... Aí viemos implantar mais ou menos parecido um projeto. Tanto é que você viu lá como é o nosso projeto... Não tem muro, não tem portão. Só que é o seguinte, com a FUCVAM foi muito bom a experiência, porque tanto é que nós trouxemos de lá pra cá e implantamos. No início foi muito difícil porque foi um projeto embrião (…) E eles também vieram, mas vieram quando a gente já estava em obra. Visitaram todos os projetos nossos (Elenice, Associação do Conjunto São Marcos, entrevista concedida em maio/2010).

> A relação com a FUCVAM é interessante, até quem nunca foi pro Uruguai fala da FUCVAM como a mãe da proposta autogestionária pra União. Até hoje tem-se a proposta da FUCVAM, desde a década de 80, na experiência que ela construiu, como uma proposta muito importante. E a gente acompanha a evolução, os problemas e avanços que a FUCVAM tem apresentado nessa relação. Essa relação continua forte. Ainda que não seja uma relação tão cotidiana, como já foi em outro tempo, é uma relação de confiança política impressionante. Passa o tempo e a gente ainda se alinha politicamente em outros espaços de uma forma muito natural, porque essa relação foi construída ao longo desses 20 e poucos anos (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP, entrevista concedida em set/2012).

---

estavam a Pastoral da Moradia da Arquidiocese de São Paulo e da Diocese de São Miguel Paulista, bem como as pastorais de cada região da cidade, fomentadoras de vários outros movimentos sociais no município.

No ano seguinte à realização desse processo de intercâmbio, é criada, em São Paulo, em um seminário promovido pela CNBB e União, a Secretaria Latino-americana Vivenda Popular (SELVIP), numa clara proposta de articulação latino-americana em torno da autogestão como alternativa de política habitacional. A dinâmica da SELVIP era principalmente de troca de experiências entre os movimentos de moradia dos diversos países sobre a legislação, sistemas construtivos e inovações tecnológicas. Participam da SELVIP[31] os seguintes movimentos sociais: o Movimento de Ocupantes e Inquilinos – Argentina (MOI); a Federação de Cooperativas de Vivienda por Ajuda Mútua (FUCVAM); a Comissão de Família Sem Vivienda – Paraguai (COFASIV); a Cordenadoria dos Sem Vivienda – Chile; a FEDEVIVIENDA – Colômbia; e a UMM-SP, atual única representante da organização no Brasil.

No início, ainda segundo Da Paz (1996), a forma de organização da União (UMM-SP) apresentava algumas inovações e peculiaridades em termos de organização social que os distinguiam dos demais movimentos existentes. A União combinava os instrumentos "tradicionais" de mobilização com meios mais informais de participação "direta" dos diversos grupos e movimentos (a "massa") que a compunham, permitindo-lhe outro tipo de representatividade e legitimidade. Havia um forte respeito pelas dinâmicas próprias de cada um desses grupos, principalmente à forma como eles se adaptavam às diferentes conjunturas políticas. Sua organização tem como base reuniões semanais da coordenação, nas quais participam grupos de lideranças, representantes das regiões (Leste I, Leste II, Oeste, Norte, Sudeste e dos municípios próximos à capital) e de movimentos sociais urbanos. Essa coordenação é eleita nos encontros da UMM-SP, entre aqueles que têm uma frequência assídua e uma base significativa em sua região ou movimento específico.

É interessante observar o modo de funcionamento da coordenação, em que as regiões enviam seus próprios representantes, garantindo certa a representatividade e legitimidade de lideranças que melhor transmitam os avanços e dificuldades de cada base do movimento, sendo que sempre dois nomes de lideranças (o coordenador e o vice-coordenador) são fixos e renováveis de acordo com a necessidade, reconhecidos nas plenárias e encontros estaduais. Segundo Da Paz (1996), havia um núcleo informal de pessoas, que se reunia esporadicamente, conhecido como "os históricos": lideranças, apoios, representantes da

31 O SELVIP existe nos dias atuais e tem por objetivos a construção de uma rede latino-americana de organizações de base no tema da moradia popular, impulsionar a instalação de políticas de autogestão, incorporando organizações com experiência concreta na produção social e material de moradias e equipamentos comunitários.

Pastoral da Moradia e assessorias que acompanham a UMM-SP desde o seu início. Pessoas que agregavam uma "retaguarda política" e reflexões acerca dos rumos da UMM-SP.

Uma vez por ano é realizado o Encontro Estadual de Moradia, no qual os participantes discutem temas gerais de conjuntura e decide os encaminhamentos de atuação. Sua organização também é composta por Plenárias Mensais, dirigidas por membros da coordenação da UMM-SP, reunindo representantes de todas as associações, grupos e movimentos de moradia filiados. Objetiva-se a discussão da agenda política a ser encaminhada junto a determinados órgãos do Estado (federal, estadual e municipal). As reuniões são abertas. Nessas plenárias são promovidos debates específicos com políticos e personalidades, das diversas esferas de governo, numa agenda segundo os temas postos em questão.

O movimento é organizado por regiões e cada região tem certa autonomia para agir em suas agendas específicas. Existe uma busca pela descentralização da UMM-SP e se o que está sendo negociado por cada regional não vai de encontro aos princípios do movimento, prevalece a autonomia regional. Segundo Da Paz (1996), apesar das diferenças entre os diversos movimentos de moradia e associações (trajetórias, influências e características peculiares), eles conseguem se "encontrar" em determinados objetivos e na concepção da construção de um "movimento de massas".

Em julho de 1993, a UMM-SP cria a União Nacional por Moradia Popular (UNMP), objetivando uma maior articulação em nível nacional e reunindo diversos outros tipos de movimentos em torno da temática da moradia: movimentos dos sem casa favelados, dos inquilinos, dos encortiçados, dos mutuários, das associações de construção e de moradores e ocupações. Ainda de acordo com Da Paz (1996), a origem da UNMP é fruto da constatação de que havia movimentos de moradia em outros estados do país que se identificavam fortemente com as propostas e com a forma de organização da UMM-SP. A criação também se fundamenta na crescente realidade de divergências da UMM-SP com representantes de outros movimentos e que se tornaram visíveis durante o processo da campanha do FNMP.

Segundo o Relatório do Encontro em Ipatinga/MG, a UNMP nasceu segundo os seguintes princípios: - a defesa dos princípios de movimento de base, com democracia interna, lutando pela construção de uma cidadania ativa; - a luta pela autogestão dos recursos públicos e pelo controle social das políticas e recursos públicos, com efetiva participação popular; - a solidariedade nas relações entre os movimentos, com respeito à autonomia, sendo ela própria autônoma e apartidária; - a defesa da proposta cooperativista; e - a luta contra todo tipo de discriminação, seja ela racial, de posicionamento político, religiosa ou de gênero.

A criação da UNMP foi uma clara tentativa de articulação nacional da UMM-SP. Uma tentativa que, segundo Da Paz (1996), foi, logo a princípio, bastante difícil devido principalmente a própria forma de funcionamento da UMM-SP e de suas prioridades. Havia o entendimento, por parte da coordenação do movimento, da importância da UNMP, mas eram poucas as que realmente investiam nesse espaço. Sob a alegação de que, para se construir um movimento nacional, eram necessários maiores recursos principalmente financeiros, as lideranças priorizavam as atividades do seu movimento de moradia e as atividades gerais da UMM-SP.

A UNMP tem um encontro a cada três anos, que é um grande momento de avaliação, deliberação das grandes linhas políticas. Tem uma coordenação nacional, que é federativa, feita por dois membros de cada estado filiado e uma coordenação executiva, formada por sete membros eleitos entre os coordenadores nacionais. A coordenação nacional se reúne cerca de duas e três vezes ao ano, tem cerca de quarenta membros. A secretaria executiva nacional fica na sede da união em São Paulo e, por isso, o estado tem um membro a mais na coordenação nacional da entidade. Cada estado tem sua autonomia de organização, não são todos que reproduzem o mesmo modelo da sede. Em alguns lugares, o movimento é mais unitário, ou seja, tem-se apenas uma organização atuando. Em outros, como é o caso de São Paulo e Minas Gerais, é uma união de movimentos, articulação de diversos movimentos que têm total autonomia de atuação e se articulam na União Estadual.

Segundo Evaniza Rodrigues, a atuação da UNMP sempre parte de algum diagnóstico, que pode ser mais pontual – de alguma questão mais urgente de ser resolvida – como também mais geral, uma avaliação mais em longo prazo da evolução das políticas de habitação. Então, em geral, a proposta é apresentada em espaço de coordenação e depois essa atividade é preparada durante certo período. Então, para fazer, por exemplo, uma atividade que é coordenada em vários estados simultaneamente, ela é construída durante um longo tempo, para discutir a pauta, as formas, a divulgação, para que isso tenha a visibilidade necessária.

> Sobre os avanços e principais entraves passados e atuais: o movimento de moradia hoje está em outro momento da sua luta. As questões estruturais que geram a luta por moradia não mudaram. Mas a forma de lidar com esses problemas se modificaram. Hoje nós temos muito mais condições de ter uma articulação nacional, que não se tinha antes. Tem políticas, a gente tá disputando as políticas existentes. Hoje disputamos não só os investimentos, mas principalmente o conceito das políticas que estão colocadas. Então acho que essa é uma luta que muda um pouco de perfil, mas em sua essência não muda, na sua concepção, na forma como ela foi constituída, ela permanece a mesma (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP, entrevista concedida em set/2012).

3.2.2 O Estado: Prefeitura/COHAB/HABI

O Conjunto Paulo Freire foi um projeto realizado com recursos da Companhia Metropolitana de Habitação (COHAB/SP) / Prefeitura de São Paulo em uma das regiões onde foram implantados a maioria dos conjuntos habitacionais do município: Cidade Tiradentes, na Zona Leste.

A COHAB de São Paulo, criada em 1965, a exemplo das demais espalhadas pelo país, era o "braço operacional" executor da política habitacional do governo federal, por meio do Banco Nacional de Habitação (BNH)[32]. O objetivo principal da Companhia era a construção de moradia para a população de baixa renda, valendo salientar que o BNH foi criado a partir de capital integralizado de um bilhão de cruzeiros (antigos) e tinha o seu crescimento assegurado pela arrecadação compulsória de 1,0% da massa de salários do país, sujeita ao regime de CLT, sendo que, em 1967, o Banco assume a gestão de depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), ao mesmo tempo em que era implantado o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)[33]. Tal leva de recursos tornou o BNH a segunda potência financeira do país. De acordo com Camargo (1975), nesse período se consolida a transferência dos custos com moradia e transporte pelas empresas aos trabalhadores; e dos custos com infraestruturas básicas para o Estado. A questão da moradia popular para o trabalhador passa a ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário.

Era por meio da COHAB que as construtoras eram contratadas, sendo elas as responsáveis pelo repasse das unidades habitacionais para os consumidores finais, que pagariam o financiamento feito pela companhia. Para além das construtoras, a COHAB se associava a outros tipos de empresas do setor, principalmente para a compra de material de

---

32 O BNH foi criado em 1964 juntamente com o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e as Sociedades de Crédito Imobiliário, e as Letras Imobiliárias; que compuseram o sistema financeiro para a aquisição da casa própria (Lei No. 4380/1964). O BNH foi o responsável pela execução do Plano Nacional de Habitação e demais planos relativos à política habitacional brasileira. Seu papel era o de organizar a atuação de empresas, construtoras, órgão de crédito e demais agências públicas na produção habitacional do país, inclusive para a população de baixa renda, dita na época como prioritária. Nesse período foram muitos as regulamentações para o setor do desenvolvimento urbano e produção de moradia popular.

33 O SBPE foi criado em 1966, a partir da regulamentação das SCI- Sociedades de Crédito Imobiliário e das APE - Associações de Poupança e Empréstimo. E segundo Silva (1997), contribuíram para o grande volume de investimentos: a credibilidade das aplicações, garantida pelo Estado; e os estímulos dados para aplicação nas Cadernetas de Poupança. Sendo que, o montante dos recursos aplicados em habitações e os valores máximos dos financiamentos individuais eram regulamentadas pelo BNH, mas em negociação com agentes do SBPE, sendo muito mais função da disponibilidade de recursos do que de alguma política de controle do custo dos produtos financiados. Qualquer restrição do BNH foi limitada pelo fato desses financiamentos acompanharem a elitização dos produtos imobiliários e a mudança no padrão de consumo dos setores beneficiados pelo "milagre econômico". O que provocou um grande descontrole dos valores de financiamento, inflacionando os valores imobiliários e, principalmente fundiários.

construção. A proposta principal era diminuição dos custos e velocidade dos processos, sendo que a qualidade dos imóveis não era a questão prioritária. Mesmo com esses critérios e com a isenção de impostos municipais, as construções da COHAB ultrapassavam os custos baixos inicialmente propostos. Entre as razões estavam a localização dos conjuntos e a falta de infraestrutura básica. Foram conjuntos construídos, entre as décadas de 1970 e 80, em terrenos parte de imensas glebas/propriedades na área rural. Como foi o caso da Fazenda Etelvina, onde hoje se localiza grande parte do Distrito de Cidade Tiradentes. Eram glebas com muitas áreas de floresta, relevo de morros e solo inadequado ao adensamento acentuado. Daí a necessidade de enormes volumes de terraplanagem para implantação dos conjuntos habitacionais.

Segundo o Plano Municipal de Habitação/2009 – 2024, desde a fundação da COHAB, foram produzidas 130.574 unidades de interesse social, em 55 conjuntos localizados na Região Metropolitana. Destes, destacam-se 52 conjuntos apenas no Município de São Paulo, totalizando 114.472 unidades de interesse social, predominantemente destinadas a famílias com renda de até 5 salários mínimos. Uma população de cerca de 154 mil famílias do município de São Paulo mora em conjuntos habitacionais produzidos por órgãos públicos, assumindo financiamentos relativamente adequados à renda familiar. O critério de seleção dessas famílias obedecia a parâmetros socioeconômicos especiais.

A maior produção da COHAB/SP para faixas de "renda popular", de acordo com Silva (1997), foi entre os anos de 1975 e 1985, quando foram concluídas mais de 74 mil unidades na RMSP, a maioria em grandes conjuntos periféricos, na região de Itaquera, Zona Leste. Entre 1987 e 1992, foram concluídas outras 40 mil unidades na região entre o Brás e Jabaquara, na Zona Sul, sendo que cerca de 5 mil destinadas a faixas de renda média. As unidades para renda popular se concentram no complexo Cidade Tiradentes, no extremo leste do município, "lugar" do Conjunto Paulo Freire.

A comercialização era feita com as inscrições, sendo que, para isso, o interessado deveria atender a determinados requisitos: não possuir um outro imóvel na capital e ter a renda familiar definida pelo BNH e pela Caixa Econômica Federal, isso a partir do fechamento do banco, em 1986. Em 1992, o número total de inscritos era de 442.877, sendo 168.046 ativos (recadastrados a partir de 1987) e 274.831 bloqueados. Os apartamentos de renda média intermediária e renda média superior – financiados com recursos da própria companhia – eram vendidos fora da fila.

De acordo com o relatório da Administração e as demonstrações financeiras (balancete) da COHAB/SP, lançados em dezembro de 2011, no exercício de 2010, a COHAB-

SP passou à condição de Empresa Dependente da Prefeitura do Município de São Paulo. Em termos práticos, essa decisão implicou a realização da transferência para a PMSP da dívida associada aos imóveis da Carteira da PMSP, assim como os direitos creditórios dos ativos vinculados a essa dívida. Como decorrência dessa decisão, a COHAB-SP passou a ter a obrigatoriedade de elaborar as demonstrações financeiras de acordo com três sistemas distintos de contabilização[34].

Para assegurar o cumprimento dessa exigência, foi necessário implantar na companhia novas normas e procedimentos operacionais, assegurando assim que todas as transações financeiras passassem a ser registradas no Sistema Orçamentário Financeiro – SOF, da prefeitura e, ao mesmo tempo, continuassem a ser registradas no sistema próprio da COHAB/SP para o cumprimento das exigências de natureza societária e tributária. A implantação dessas novas normas e procedimentos ocorreu no primeiro quadrimestre do exercício 2011 e exigiu mudanças profundas nas rotinas da companhia.

Vale aqui salientar que, para além da COHAB/SP, na implementação da política habitacional, compõe a estrutura administrativa da prefeitura municipal a Superintendência de Habitação Popular (HABI), que, a exemplo da COHAB, está subordinada à Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHAB). A HABI é responsável pelo desenvolvimento e implantação dos programas e dos projetos habitacionais voltados à população residente em moradia subnormal (favelas e cortiços, por exemplo) e desenvolve programas de urbanização e regularização de favelas, sendo a gestão dividida em regiões distintas do município. Importante compreender que a SEHAB foi criada apenas em 1977 e que até então era apenas a COHAB/SP que desenvolvia a política habitacional no município. Até início da década de 1970, segundo Silva (1997), havia uma "absoluta despreocupação" com a população de baixa renda, sendo que as favelas eram até então uma questão para os órgãos de assistência social. Apenas em 1986, passaram a ser tratadas pela SEHAB.

Com a SEHAB, a COHAB/SP passa a receber orientações diretas da gestão municipal no que tange principalmente a política de provisão habitacional. E com o fim do BNH em 1986, isso passa a ser oficial. Cabe dizer que essas orientações variavam segundo o caráter da proposta política implementada por cada prefeito eleito, daí a importância de se fazer um breve quadro resumo das gestões desse período de comando da COHAB/SP pela SEHAB.

---

34 São eles: a Contabilidade Societária, atendendo as normas da Lei de Sociedades por Ações, com as alterações da legislação internacional - Lei nº 11.638/07 e 11.941/09; a Contabilidade Tributária de acordo com a legislação tributária federal pertinente ao IRPJ, CSLL , PIS e COFINS, recolhidos pelo regime de caixa; e, a partir de 2010, a Contabilidade Pública, para atender as exigências da PMSP.

Quadro 1 – Quadro resumo das gestões municipais de São Paulo e suas políticas habitacionais

Prefeito	Políticas/Ações
Reynaldo de Barros (1979 a 1982):	• Nomeado prefeito, "herdou" da gestão anterior de Olavo Setúbal35 grandes conjuntos habitacionais já iniciados ou em planejamento; • cria a SEHAB; • o BNH já apresentava sinais de crise, principalmente de recursos.
Mário Covas – PMDB (1983 a 1985):	• Nomeado em substituição à Reynaldo de Barros, dá continuidade aos grandes conjuntos ainda não finalizados, mas prioriza os programas de lotes urbanizados e de autoconstrução; • o BNH entra no seu pior momento e, segundo Silva (1997), a questão fundiária se apresenta como causa principal do problema de provisionamento habitacional. Não havia terra pública urbanizada para a implantação de novos conjuntos; • foram pensadas políticas específicas: uma política de terras, uma política de recursos, uma política de participação da iniciativa privada e uma política de participação da comunidade; • O Plano Habitacional do Município de São Paulo 1983/87 determinou as favelas como parte integrante da questão habitacional, mas ainda sob a coordenação do órgão de assistência social da prefeitura.
Jânio Quadros - PTB (1986 a 1988):	• Grandes intervenções urbanas em parceria com a iniciativa privada e continuidade das remoções da população de baixa renda, moradora de cortiços e favelas em áreas mais centrais, para as periferias; • foram interrompidos os programas de autoconstrução e aquisição de lotes; e colocada a proposta de construção de 100 mil unidades habitacionais, que não aconteceu por falta de recursos federais, o que aconteceu de repasse federal à COHAB/SP foi de terrenos situados junto às estações do metrô, mas para dar início a um programa destinado às faixas de renda média e com recursos da própria companhia; • a política de favelas foi transferida da Secretaria de Bem Estar Social para a SEHAB, através da criação da Superintendência de Habitação Popular (HABI) e para onde foi transferida a gestão do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS); • a HABI elabora o primeiro Censo das Favelas do município36.

35 Em 1979, Setúbal criou o Fundo de Atendimento à População Moradora de Habitação Subnormal (FUNAPS), subordinado à COBES, Coordenadoria de Bem Estar Social (COBES), subordinada à Secretaria das Administrações Regionais, e onde foi criada a Supervisão de Remoção de Favelas . A criação do FUNAPS atendeu pressões da Igreja Católica, de movimentos populares e de organizações de favelados, buscando condições de autonomia do governo municipal em relação às regras de financiamento do BNH/SFH, especialmente no que diz respeito à utilização de subsídios na política habitacional e à aplicação de recursos nas áreas ocupadas por favelas. Paralelamente, ainda em 1979, foi criado o Programa PROMORAR pelo BNH, também dirigido aos grupos de menor renda e permitindo o financiamento da construção de embriões habitacionais em terrenos ocupados por favelas. Esses eventos marcaram, em São Paulo, a mudança de postura assistencialista da Prefeitura em relação às favelas e o início das experiências de urbanização, como política habitacional.

36 O Censo de Favelas de 1987 registrou a existência de 1.592 favelas em São Paulo, totalizando 150,45 mil barracos com cerca de 812,7 mil moradores, e revelou que, entre 1973 e 1987, a taxa de crescimento geométrico da população favelada tinha sido de 18,9% ao ano, enquanto a população total do município crescera à taxa de 2,4% ao ano. A tendência de expulsão das favelas para a periferia foi amplamente confirmada pelo levantamento: apenas 0,75% dos domicílios estavam localizados na região central; 47,05% no anel intermediário; e 52,2% no anel periférico.

Luíza Erundina – PT (1989 a 1992):	• Eleita pelo Partido dos Trabalhadores (PT); • foi definido o Programa de Urbanização de Favelas, marco inaugural de uma nova abordagem da questão, em São Paulo, contribuindo com a formação de profissionais, inovações tecnológicas e construção de uma metodologia de urbanização de favelas, que seriam retomadas e aperfeiçoadas pelos governos subsequentes; • a HABI foi reorganizada, através da contratação de técnicos nas áreas de assistência social, engenharia e arquitetura (alguns com experiência na urbanização de favelas do Rio de Janeiro), e da criação dos escritórios regionais, buscando-se maior entrosamento com os moradores, com as Administrações Regionais (ARs) e com SEBES. Os recursos para o Programa de Urbanização eram provenientes do FUNAPS e da lei das operações interligadas; • o Programa de Favelas, coordenado por HABI durante a gestão de Luiza Erundina, concluiu 17 núcleos de intervenções de urbanização de favelas, beneficiando 5,8 mil famílias e foram deixadas obras e projetos em andamento para 59 favelas, envolvendo 21,3 mil famílias. As obras de melhorias em favelas beneficiaram 69 núcleos e 10,6 mil famílias, sendo deixadas em andamento em mais 7 favelas, envolvendo 2 mil famílias; estes resultados representaram uma efetiva mudança de escala das intervenções em favelas, ainda que correspondessem a menos de 30% do total de recursos investidos por HABI no período, os quais foram majoritariamente destinados a execução de conjuntos habitacionais, por pequenas empreiteiras ou mutirões (BUENO 2000); • no que diz respeito à regularização dos assentamentos, o projeto de lei de desafetação de 139 áreas municipais, envolvendo cerca de 36 mil famílias, não foi aprovado pela Câmara Municipal, inviabilizando a proposta de concessão do direito real de uso gratuito para as famílias; • também não foi aprovado o projeto de lei das ZEIS, incluído na proposta de Plano Diretor enviado à Câmara pela Prefeita, que permitiria a regularização urbanística das favelas urbanizadas; • Criado o programa FUNAPS Comunitário.
Paulo Maluf - PFL (1993 a 1996):	• O FUNAPS é extinto e é criado o Fundo Municipal de Habitação (FMH) em 1994. Com ele há a possibilidade de construção para a locação social e de usos mistos, mas a faixa de renda da demanda passou de 4 (quatro) para 10 salários mínimos e os subsídios restritos aos custos com infraestrutura; • é implantado o Programa de Verticalização e Urbanização de Favelas (PROVER), anunciado na mídia como Projeto Cingapura; • na gestão seguinte, de Celso Pitta (1997-2000), o Programa Cingapura é adotado sem maiores alterações. Ao final das duas gestões, tinham sido concluídos e entregues 12,8 mil apartamentos em 42 empreendimentos, dos quais 32 estavam localizados em terrenos ocupados por favelas. As urbanizações só se concluíram em 2 (dois) núcleos, com 589 famílias.
Marta Suplicy - PT (2001 a 2004):	• É criado o Conselho Municipal de Habitação de São Paulo (CMH), com representantes da sociedade civil; • também foi criado o Programa Morar no Centro que, pela primeira vez na Capital, formulou uma política de consolidação da moradia social na região central; • lançado o Programa Bairro Legal, dirigido não apenas à qualificação de favelas e loteamentos irregulares, mas também aos conjuntos habitacionais construídos pelo poder público; • propõe-se a articulação a articulação de subprefeituras37 e outras secretarias, vinculadas à implementação de políticas urbanas e sociais, inclusive de geração de emprego e renda.

37 Na gestão Marta Suplicy foram criadas as Subprefeituras, que substituíram as Administrações Regionais, em atendimento a um projeto de descentralização do poder em São Paulo.

José Serra - PSDB (2005 a 2006):	• Redefiniu parcialmente os programas da gestão anterior38, dividindo as ações em seis programas, que, segundo Cymbalista (et. al. 2007, p. 18) eram mais direcionados às problemáticas urbanísticas e aos processos de produção da habitação do que às fontes de financiamento.
Gilberto Kassab - PFL (2006 a 2008 e 2009 – 2012)	• Dá continuidade ao Programa de Mutirões, destinado à produção promovida por associações e cooperativas habitacionais, gerido pela COHAB/Prefeitura de São Paulo; • segundo dados da SEHAB/SP, até o ano de 2012, foram aprovados projetos de 123 empreendimentos, representando 14 mil unidades, beneficiando cerca de 60 mil pessoas. Os recursos destinados aos mutirões autogeridos vêm do Fundo Municipal de Habitação (FMH) e do governo federal/Ministério das Cidades, através do Programa Crédito Solidário e do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) – Entidades.

Fonte: elaborado a partir de Bueno (2000).

Tabela 4 - Conjuntos populares e unidades concluídas no município de São Paulo, até 1997, segundo órgãos promotores e localização

Regiões da Cidade	**COHAB/SP (65/97)**		**HABI (83/97) (1)**		**CDHU (67/97)**		**TOTAL**
	conjuntos	unidades	conjuntos	unidades	conjuntos	unidades	conjuntos
Centro Histórico	2	3.048	6	435	0	0	8
Centro Expandido	0	0	4	496	0	0	4
Oeste	3	4.751	8	1.681	1	544	12
Sul	6	8.585	20	2.349	6	3.755	32
Sudeste	6	12.208	17	2.563	1	624	24
Leste 1	1	320	7	1.094	1	512	9
Leste 2	15	77.202	52	5.363	11	10.073	78
Norte 1	2	3.827	7	1.074	2	2.252	11
Norte 2	6	4.263	19	4.417	2	2.322	27
Mun. São Paulo	41	114.204	140	19.472	24	20.082	205

Fonte: SILVA (1997, p. 133). Fontes: COHAB/SP - relatórios de agosto/91 e atualização em julho de 1997 , fornecidas ao INFURB/FAUUSP pela CDHU - relatórios da Superintendência de Planejamento (julho/97); informações do coordenador do Programa de Mutirões (nov./97). SEHAB/HABI - Relatório de Gestão 89/92; FASE, 95; relatórios COHAB/SP 97; Relatório da coordenação do programa Cingapura (abr./97) (1) Não inclui lotes esparsos financiados pelo FUNAPS. Inclui 2.814 unidades concluídas pela COHAB/SP.

Vale salientar, de acordo com Amaral (2002, p. 22), que o programa FUNAPS Comunitário, criado na gestão de Erundina, visava estimular a forma de produção através do

38 Bairro Legal (urbanização e regularização de favelas e loteamentos e intervenções em áreas de mananciais); Morar no Centro (habitação em áreas centrais); Mutirões; Prover (verticalização de favelas); Procav (intervenções em fundos de vale com a canalização de córregos), além de programas de serviços como o Novação (refinanciamento de dívidas) e Plantas on-line (informatização dos serviços de aprovação e comunicados da SEHAB).

mutirão e da autogestão dos movimentos, propondo ações de parceria entre associações de mutirantes, organizações não governamentais que prestavam assessoria técnica – ONGs – e administração pública. Havia, na gestão de Erundina, o entendimento da necessidade de implantação da proposta autogestionária construída historicamente pelos movimentos de moradia e esta não se resumia à realização da obra em mutirão, indo além e avançando na gestão coletiva das famílias em todo processo produtivo do conjunto habitacional, desde a indicação do terreno, a definição do projeto, até a realização da obra.

Para tornar viável tal programa, as entidades proponentes foram consideradas como "sujeito coletivo", ou seja, indivíduos organizados por meio de entidades juridicamente constituídas. O programa também permitiu a construção de unidades habitacionais de boa qualidade, com área média de 60 metros quadrados, com redução do custo em torno de 50% do valor praticado pelas empreiteiras. Tais intervenções, que requalificavam os espaços construídos, permitiam um menor custo por família atendida.

Segundo Bonduki (1991), dentre os custos médios verificados nos diversos programas, o da provisão habitacional em regime de autogestão e mutirão eram significativamente inferiores aos das obras produzidas pelas construtoras (nos mutirões, incluindo a infraestrutura, era de 1.200 UPFs[39]; e nas obras por empreiteiras, cerca de 1.800 UPFs). Vale salientar as "economias" promovidas pelo trabalho das famílias nos canteiros (mutirão) e da boa administração dos recursos feita também por estas famílias orientadas pelo movimento e pelas assessorias técnicas (autogestão). A questão é que, apesar dos resultados significativos, foram muitos os entraves à consolidação desse "projeto",

> As dificuldades em levar adiante as propostas de alterações estruturais no planejamento urbano da cidade, apresentadas no Plano Diretor elaborado naquela gestão e inviabilizado diante da forte rejeição de setores do mercado imobiliário, impediram o estabelecimento de instrumentos importantes que avançassem no uso social da cidade. A articulação das questões sociais na política de habitação, apesar de ser entendida como questão fundamental, enfrentou sérias dificuldades, entre elas o caráter extremamente fragmentado da estrutura administrativa da prefeitura. Assim, resultados importantes atingidos foram pontuais e alcançados a partir de reivindicações da população e esforços de setores da prefeitura, como no caso das cozinhas comunitárias, instaladas nos canteiros de obras dos mutirões e implantadas pela Secretaria Municipal de Bem Estar Social – Sebes (AMARAL, 2002, p. 24).

Com o Projeto Cingapura (Paulo Maluf e Pitta) tem-se a centralização da produção em um programa único, a paralisação e retomada em ritmo muito lento dos mutirões, o reduzido

39 UPF – Unidade Padrão de Financiamento, utilizada como referência nos convênios de mutirão, naquele período. Em janeiro de 1992 equivalia Cr$ 7.260,16. A UPF deixou de ser calculada pelo Banco Central em agosto de 1994 e, em julho de 1994, correspondia a R$ 7,52.

atendimento às demandas desvinculadas de favelas e, finalmente, mas não menos importante, a falta de diálogo e espaços de participação social. Foi em meio a esse contexto desfavorável que teve início a proposta do Conjunto Paulo Freire. Um início cujo principal entrave foi a demora no repasse do recurso para início das obras no terreno selecionado para a implantação do conjunto.

> Em 1999, aconteceu a demanda para a formação da associação e implantação desse projeto e nos reuníamos. Já éramos donos desse terreno, repassado pela prefeitura, mas tivemos que ocupar porque estava tendo muita ocupação irregular e tínhamos que "tomar conta" pra não perder pros grileiros. A fundação das obras inicia em 2003. Até aí ficamos elaborando o projeto e esperando a aprovação e liberação dos recursos (Cristiane, moradora e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, entrevistada em maio/2010).

Outra questão com a Prefeitura/COHAB foi a localização do Conjunto e aceitação de um projeto diferenciado daquele proposto pelo Programa Cingapura. Iniciados em 2001 as discussões e fechamento do projeto executivo proposto pela Associação do Paulo Freire e pela Usina, só foram finalizados em 2003, com o início das obras. Obra iniciada em terreno totalmente irregular do ponto de vista fundiário e urbanístico, conformando uma realidade de irregularidade já existente na região e que perdura até os dias atuais.

> Então depois sai o contrato, isso na Gestão do Pitta. Depois houve uma grande briga, pra saber aonde iria ficar o conjunto, porque, eles assinaram o termo de adesão sem ter o terreno ainda, e aí o movimento fez algumas ocupações, uma delas foi na Moca, um terreno da FEBEM, se eu não me engano... Um terreno super bem localizado... Mas a COHAB, ofereceu esse lote, que você vai ver, de três mil e quatrocentos metros quadrados, em Cidade Tiradentes, bairro que fica no extremo leste já divisa do município. E o movimento aceitou, e daí a gente começou a discussão de projeto. A COHAB tinha previsto um projeto padrão para o terreno. Na verdade tem o mutirão Paulo Freire, que a Usina que assessora, e o terreno debaixo, vizinho de parede, que é o mutirão Unidos Venceremos (a Grão que assessora, uma outra assessoria técnica mais nova). Tinham proposto um projeto padrão, aquelas unidadezinhas de quarenta metros quadrados, predinho em H, uma ocupação péssima do terreno, metade dos apartamentos com face Sul, aqueles absurdos todos que a gente já conhece. E daí a gente, junto com o movimento, falou, não dá, desse jeito não dá, vamos propor que a gente faça um projeto específico para esse terreno. E depois de uma guerra, conseguiu. O terreno é super pequeno, você vai ver, lá, ele tem uma densidade de ocupação que é bem superior aos outros mutirões que já fizemos e aos conjuntos em geral (Beatriz Tone, arquiteta da Usina – CTAH, entrevistada em maio/2010).

Na gestão de Marta Suplicy os conjuntos promovidos por autogestão e mutirão, segundo Santos (2010, p. 227) foram organizados pela prefeitura, para execução, segundo suas origens e momento de criação: - primeira geração, mutirões da época da gestão Erundina, parte dos quais inacabados; - segunda geração, convênios e promessas de início de obra já firmados pela gestão de Maluf e Pitta, das operações urbanas e de outras ações da prefeitura; -

terceira geração, dos novos convênios, através da disponibilização de parte do estoque de terras da administração para este tipo de provisão habitacional. O atendimento a essa demanda se deu do início para o final, sendo que, nos primeiros anos, o direcionamento dos recursos teve como foco a finalização dos conjuntos da primeira geração.

Outra questão na gestão Marta Suplicy foi o fato de que, para os conjuntos da segunda e terceira geração, o "trabalho do mutirante" passou a ser considerado uma "poupança prévia" (a expressão é oficial), ou seja, um valor atribuído para a mão de obra de cada família mutirante que se torna um desconto no valor do imóvel quando acontecer a amortização final do financiamento, não aparecendo diretamente na produção da habitação. Concorda-se com Santos que "permanece nesta regra a ausência de compromisso de natureza econômica entre mutirante e associação: trata-se aqui apenas de facilitar a aquisição das unidades habitacionais como propriedade individual" (Santos, 2010, p. 227). Essa questão e outras seguiam sem solução: a questão das tabelas de aplicação dos juros (PRICE, SAC ou SACRE) e dos valores dos contratos de comercialização (diferenciados por terem tido trabalho das famílias); a questão do tipo de contrato (tradicional "compra e venda" ou alienação fiduciária).

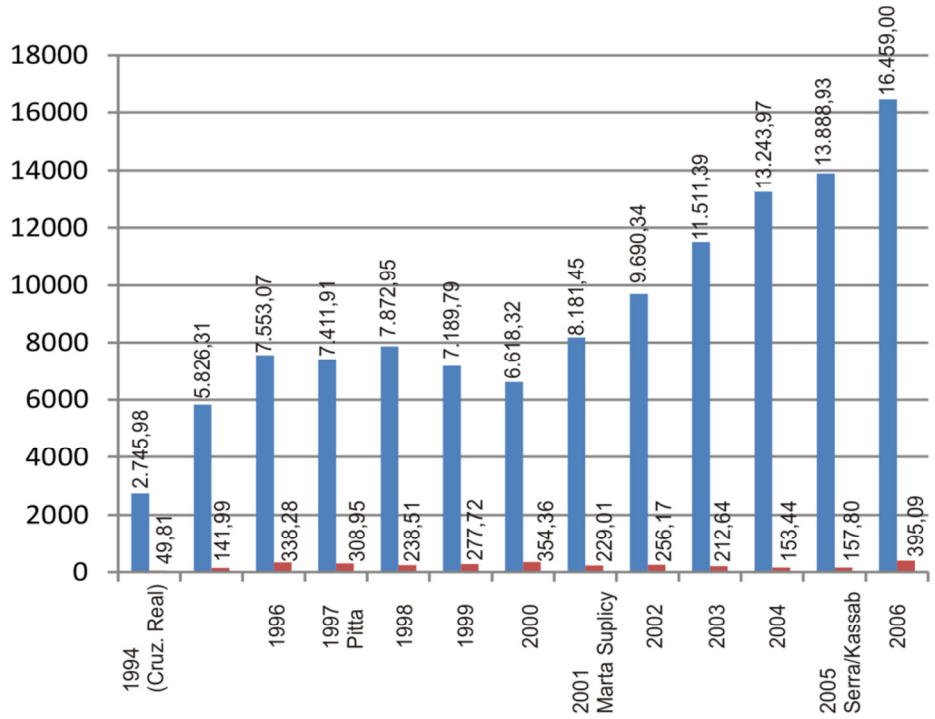
Nesse último caso, revela-se a irregularidade fundiária da maioria das terras onde os conjuntos foram implantados. A maioria não estava regularizada ou, ainda segundo o autor, era terra pública, muitas em áreas de preservação permanente (APP), impossíveis de serem regularizadas, pela legislação vigente na época. Enquanto terra pública a regularização só se faria mediante Concessão do Direito Real de Uso (e outros), ou seja, levava a um "contrato frágil" para as famílias. Essa ainda é a realidade de muitos dos conjuntos produzidos em São Paulo, seja pelos movimentos de moradia, seja pelo Estado.

Os conjuntos da dita "terceira geração" surgiram num contexto, segundo Santos (2010), de busca pela institucionalização da relação entre poder público e os movimentos de moradia de São Paulo. Da parte da prefeitura seria feita a oferta pública de áreas através de convênios, em que os movimentos concorreriam entre si, numa espécie de licitação, visto que nos últimos meses da gestão ocorreu a liberação de 2% destes conjuntos da "terceira geração", numa forma de se garantir a ocupação pelos movimentos das áreas conquistadas. Foram construídos centros comunitários, ou cercamento das áreas, ou terraplanagem, sendo a proposta "utilizar o recurso nas áreas".

Na gestão de Serra a HABI coloca que, para se enfrentar realmente o déficit habitacional da faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos, a intervenção mais adequada é a urbanização de favelas. Tal redirecionamento influiu fortemente no direcionamento dos

recursos próprios da SEHAB[40]. Note-se pelos gráficos abaixo que, de todas as gestões, desde 1994, o orçamento para a política habitacional na gestão de Serra foi o maior, ou seja, havia condições reais para a continuidade de várias das ações iniciadas na gestão anterior. Conclui-se que os redirecionamentos feitos tiveram justificativas políticas e não orçamentárias. No que tange a produção autogestionária de moradia por parte dos movimentos sociais, não houve cortes significativos de recursos.

Gráfico 1 - Orçamento geral e orçamento SEHAB/SP realizados (em milhões) 1994 a 2006.



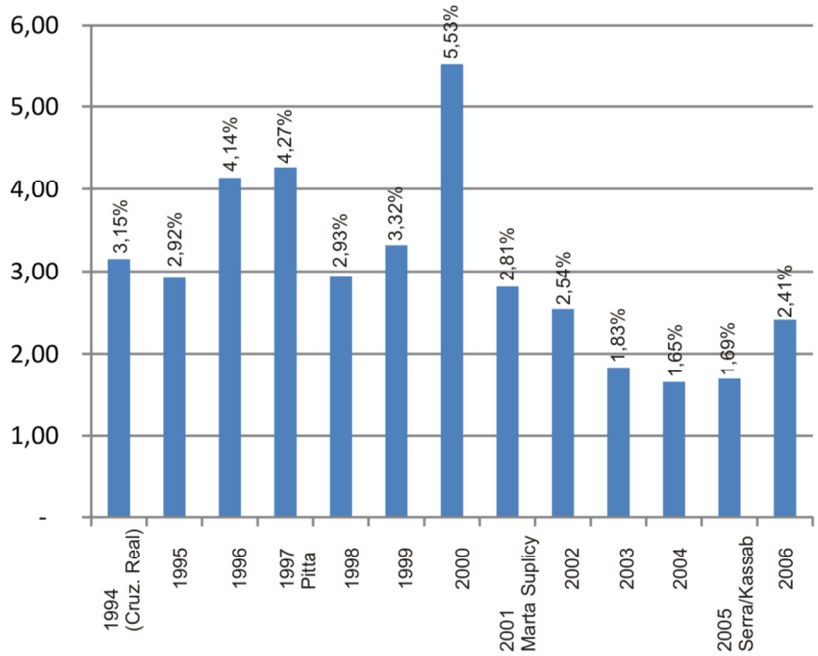
Fonte: Gráfico elaborado por Cymbalista (2007, p. 14) com base em dados fornecidos pela Assessoria Vereador Paulo Fiorillo (1994-2005); NOVOSEO-PMSP (9 de janeiro de 2007). Tabulação: Instituto Pólis, 2006.

Ainda segundo Cymbalista (2007, p. 34), baseado em relatórios divulgados pela SEHAB, tem-se: em 2005 havia sido destinado 18 milhões de reais para retomada de obras daqueles paralisados desde 1989 (24 mutirões) e; em 2006, havia destinado outros 81 milhões de reais para a construção de 27 novos empreendimentos em mutirão. Totalizam-se, portanto, 100 milhões de reais em 51 empreendimentos novos e preexistentes. Para o autor, neste ponto,

40 Ainda segundo Cymbalista (2007), aconteceu uma redução da dotação orçamentária da SEHAB (incluindo a dotação do Fundo Municipal de Habitação) para a região central: em 2004, foram gastos cerca de 46 milhões de reais na região (de 85 milhões orçados); em 2005, os gastos diminuíram para 25 milhões de reais (de 62 milhões orçados) e em 2006, foram orçados 40 milhões de reais e desembolsados apenas 9 milhões. Isso impactou nos programas da SEHAB promovendo descontinuidades/redirecionamentos das ações e projetos em curso nas áreas centrais da cidade.

tinha-se uma “guerra de versões”, pois a gestão 2001-2004, de Marta Suplicy, não admite a hipótese de ter deixado mutirões paralisados, enquanto os movimentos de luta por moradia referem-se a 35 mutirões com obras paralisadas.

Gráfico 2 - Percentual do orçamento geral que foi realizado pela SEHAB/SP (1994 a 2006).



Fonte: Gráfico elaborado por Cymbalista (2007, p.14) com base em dados fornecidos pela Assessoria Vereador Paulo Fiorillo (1994-2005); NOVOSEO-PMSP (9 de janeiro de 2007). Tabulação: Instituto Pólis, 2006.

Vale salientar, ainda segundo o autor, que, na época da gestão de Serra, os recursos para os mutirões ainda originavam-se do Fundo Municipal de Habitação (FMH), gerido pelo Conselho Municipal de Habitação (CMH); que na época, a exemplo da prefeitura, redirecionou seus critérios de escolha dos projetos a serem realizados. Também foi redirecionada a forma de execução dos conjuntos: projetados para ser executados por mutirão, foram “continuados em sistema de empreitada global” (CYMBALISTA, 2007, p. 35), com as empreiteiras e construtoras assumindo o maior espaço na execução do empreendimento. Outro redirecionamento importante foi a transferência da execução de alguns mutirões pela prefeitura à CDHU do governo estadual. Esse não foi o caso do Conjunto Paulo Freire, que continuou sendo executado pela COHAB/Prefeitura.

Isto porque a gestão de José Serra também foi marcada pelo fato de prefeito e governador (Gilberto Kassab/PSDB) serem do mesmo partido político. Tal fato, inédito desde a redemocratização do país, possibilitou uma maior cooperação entre SEHAB e a CDHU.

Apesar de já existir uma parceria, ela se fortaleceu principalmente com a transferência do ex-secretário-adjunto da habitação para a presidência do CDHU. De acordo com Cymbalista (2007, p. 42), nessa nova parceria, a CDHU assumia reurbanizações em favelas, intervenções em cortiços, edificação de unidades habitacionais (em terrenos da COHAB) conforme o planejamento do município, adequando-se à sua gestão habitacional, visto que os funcionários da atual gestão referiam-se a essas operações como projetos que "vendemos para o CDHU".

Chegamos a um momento da análise das gestões municipais de São Paulo onde se faz necessário relacionar as políticas habitacionais implementadas à política de regulação urbanística. Principalmente a partir da gestão de Marta Suplicy (2001 a 2004), quando se deu a aprovação da Lei Federal nº 10.257/2001, também denominada Estatuto da Cidade. Como já visto, esta lei levou dez anos para ser sancionada e foi uma importante conquista dos movimentos sociais de moradia e demais segmentos da sociedade civil organizados no Movimento Nacional pela Reforma Urbana, num processo iniciado quando da inclusão dos artigos 182 e 183 na nova Constituição de 1988.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade, retoma-se a figura do Plano Diretor Municipal como instrumento da política de desenvolvimento urbano sob uma nova abordagem, mais democrática e progressista. O plano diretor "traz" os instrumentos do Estatuto da Cidade para o âmbito da gestão local[41]. Instrumentos que vão além do ordenamento territorial dos municípios e que são fundamentais: - à regularização fundiária com a garantia da segurança da posse para comunidades em situação de vulnerabilidade; - ao estabelecimento de contrapartidas a serem pagas pelos empreendedores imobiliários dos investimentos públicos que valoram suas propriedades fundiárias e empreendimentos, gerando, assim, recursos para a habitação; - e principalmente, à gestão democrática e participativa e ao cumprimento da função social da terra/propriedade urbana.

Em 2002, São Paulo foi uma das primeiras cidades a rever seu plano diretor após a aprovação do Estatuto da Cidade. De acordo com Cymbalista (2007, p. 39), o Plano Diretor Estratégico de São Paulo possuía um conteúdo bastante ambíguo, mas que, apesar disso, regulamentava algumas reivindicações importantes dos setores progressistas: - a Outorga Onerosa do Direito de Construir; - as Zonas Especiais de Interesse Social sobre terrenos e imóveis desocupados da cidade (ZEIS 3); - as Zonas Especiais de Interesse Social sobre áreas ocupadas por favelas e nas áreas de mananciais, que flexibilizam as exigências urbanísticas e

41 Ainda segundo a Constituição de 1988, em seu Art. 30, *compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (…) VIII - promover, no que couber adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano* (grifo nosso).

facilitam a regularização fundiária; - e a definição de critérios para o cumprimento da função social da propriedade[42].

Em 2005, a gestão de José Serra propõe a revisão deste plano, num processo altamente questionado por diversos segmentos da sociedade civil, inclusive os movimentos sociais ligados à luta por moradia. A principal crítica era a implementação do processo de revisão não privilegiar uma das principais prerrogativas trazidas pelo Estatuto da Cidade, a garantia da participação social. Isso através da promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos (incisos I a III, § 4º, Art. 40). Outra questão polêmica no processo foi a revisão das ZEIS de terrenos vazios ou subutilizados. Muitas daquelas delimitadas na versão do Plano Diretor de 1992 foram revistas ou retiradas, o que reduziu a possibilidade de incremento de terra urbanizada para a construção de novos conjuntos habitacionais de interesse social.

3.2.3 A Usina: os assessores técnicos

A Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado (CTAH) é uma associação civil sem fins lucrativos de assessoria técnica para habitação popular. Fundada em 1990, foi consolidada na assessoria aos movimentos sociais de São Paulo com a gestão de Luíza Erundina quando da criação do FUNAPS Comunitário[43]. Suas primeiras obras foram os conjuntos: Terra Nossa e COPROMO, em Osasco, e o Cazuza, em Diadema. Em todos, houve participação das famílias, tantos em recursos financeiros como na gestão do processo.

---

42 A Outorga Onerosa do Direito de Construir é paga pelo empreendedor imobiliário, como contrapartidas em dinheiro em troca do direito de construir além dos coeficientes de aproveitamento básicos aprovados para a cidade. As Zonas Especiais de Interesse Social sobre terrenos e imóveis desocupados da cidade (ZEIS 3), transforma estas áreas em (uma reserva de) terras que só poderão ser utilizadas para a moradia de interesse social, definidas na lei como "[...] *áreas com predominância de terrenos ou edificações subutilizados, conforme estabelecido nesta lei, adequados à urbanização, onde haja interesse público, expresso por meio desta lei, ou dos planos regionais ou de lei específica, em promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a produção de Habitações de Interesse Social (HIS) ou de mercado popular (HMP), e melhorar as condições habitacionais da população moradora".* Já nas Zonas Especiais de Interesse Social sobre áreas ocupadas por favelas e nas áreas de mananciais, são flexibilizadas as exigências urbanísticas, facilitando-se a regularização fundiária e tornando-a gratuita para a população de (comprovada) baixa renda. No que tange a definição de critérios para o cumprimento da função social da propriedade, caso os proprietários não atendam a esses critérios, estariam sujeitos a sanções pelo seu descumprimento, tais como a edificação compulsória e o IPTU Progressivo no tempo.

43 O FUNAPS Comunitário tinha por objetivo a provisão de moradias por mutirão autogerido e tinha como principal diretriz o fortalecimento da participação dos movimentos sociais organizados em torno da questão habitacional, e da prática autogestionária na condução dos empreendimentos habitacionais. Esse condução aconteceria com assessoria técnica de entidades sem fins lucrativos para assistência jurídica, técnica, fiscal e administrativa, e essa remuneração seria de, no máximo, 4% do total do financiamento.

Segundo Lombardi (2011, p. 13), a Usina foi criada por três arquitetos e partiu de algumas premissas básicas sobre o trabalho a ser feito: “liberdade política; viabilidades profissional e financeira; desenvolver um trabalho com qualidade em todas as etapas do processo; estar seguro do que se quer fazer para discutir com os mutirantes”, principalmente com relação a novas ideias e tecnologias construtivas, que deveriam ser viáveis.

O período de surgimento da Usina foi um período de muitas administrações petistas no estado de São Paulo e a proposta de produção habitacional autogestionária dos movimentos sociais ainda não estava regulamentada, não havendo padrões ou normas ao trabalho técnico (arquitetônico e social) a ser desenvolvido pelas assessorias. Havia um vazio muito grande de profissionais, muito a ser feito e com poucas restrições, sendo que tudo acontecia à medida que os movimentos, arquitetos, órgãos públicos e Estado “interagiam e engendravam novas relações de poder na disputa por verbas e utilização de espaços nas cidades e, à medida que novas necessidades e horizontes iam sendo delineados para regulamentar a habitação popular, fruto das novas configurações das relações sociais entre os atores” (LOMBARDI, 2011, p. 14).

Para Arantes (2002), a Usina e seus arquitetos fundadores são “herdeiros” da vertente dos discípulos de Vilanova Artigas: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefévre, seguidores da perspectiva crítica sobre o papel da arquitetura brasileira no desenvolvimento do país. Essa vertente buscava alterar o sentido da arquitetura moderna aqui praticada, questionando os custos da casa burguesa, a técnica e a estética e as relações de trabalho no canteiro de obras. As demais referências dos profissionais fundadores advém de suas experiências profissionais individuais. No que tange a escolha da figura jurídica “sociedade civil sem fins lucrativos”, ainda segundo Lombardi (2011, p. 15), esta se deu por dois motivos: a legislação complexa para se montar uma cooperativa, principalmente no que tange a autonomia, e a viabilidade da inscrição da Usina no FUNAPS Comunitário. Em 2009, quando da necessidade de adaptação ao novo Código Civil, a Usina incorpora ao seu Estatuto, em seus objetivos, a expressão “voltados aos princípios do cooperativismo e autogestão”.

Importante salientar que as sucessivas mudanças de orientação da política habitacional implementada pelas gestões municipais influenciaram fortemente o andamento da Usina. Isto porque repercutiam na quantidade e no tipo de trabalho, consequentemente, no tipo de assessoria a ser desenvolvida e no tempo de duração das obras. No caso das mudanças de âmbito das políticas estadual e federal, estas também influenciavam, pois dependiam delas a escolha das regiões geográficas onde ocorreriam financiamentos para mutirões autogeridos.

Logo nos primeiros anos de funcionamento, a UMM-SP se tornou a grande parceira da Usina, assessorando projetos complexos como o Conjunto Paulo Freire, que durou aproximadamente dez anos.

> A gente infelizmente hoje tem muito poucas assessorias que trabalham com os movimentos na proposta autogestionária. A Usina é uma dos nossos "heróis da resistência" que permanece não só atuando nos movimentos, mas fiel à proposta da autogestão e, pelo contrário, cada vez mais questionando e querendo aprofundar a relação. A Usina foi escolhida pelos movimentos após um processo de discussão que a gente sempre faz em cada um dos empreendimentos, e o movimento acabou elegendo a assessoria técnica que vai trabalhar com o grupo (do conjunto Paulo Freire). A Usina participou da obra desde o início, lá na época ainda do Celso Pitta, 98, 99, por aí. E essa relação foi sendo construída, passou pela gestão da Marta e passou por toda a gestão do Serra-Kassab até a conclusão da obra. Parece besteira falar isso, mas foi fundamental, porque a gente vê que a relação com a assessoria é isso mesmo. Ela começa desde o processo de discussão, onde é que vai ser, como é que vai ser, até o final, passando por todas as intempéries que um projeto como esse passou, com tanto tempo de luta, com tanto tempo pra conclusão das obras (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP. Entrevista concedida em setembro/2012).

Na gestão de Maluf quando o FUNAPS foi substituído pelo Fundo Municipal de Habitação – FMH (1994), a participação da sociedade civil, e principalmente dos movimentos de moradia, no conselho gestor desse fundo era bastante limitada. Um ano antes havia sido iniciado um processo de interrupção no repasse de recursos para os mutirões autogeridos, além de surgimento de novos entraves burocráticos. A gestão dos conjuntos passa para a COHAB/SP, sendo que grande parte dos conjuntos populares são absorvidos pelo Programa Cingapura (ou Programa de Reurbanização de Favelas com Verticalização – PROVER). A gestão posterior, de Celso Pitta (1997-2000), só rompe com esse "modelo" no último ano de governo, quando retoma a liberação de verbas para a conclusão dos mutirões tanto estaduais como municipais.

É nesse período das gestões Maluf–Pitta que ocorre o início do Conjunto Paulo Freire, assessorado pela Usina, que, até esse momento, só havia conseguido contratar três intervenções no município de São Paulo: além do Conjunto Paulo Freire (1999), com recursos municipais do Programa Mutirões Autogeridos da COHAB/SP, foram contratados o Conjunto Fazenda da Juta União (1993) e o Fazenda da Juta Nova Esperança (1994) com financiamento estadual. Todas as associações promotoras destes conjuntos faziam parte da UMM. Apesar da consolidação dessa importante parceria, este período é marcado por uma maior atuação da Usina fora de São Paulo, apenas administrando a paralisação dos conjuntos iniciados em 1990/92. É nesse momento também o início da atuação junto ao MST, com um projeto no Paraná e com recursos do INCRA.

Tem-se um momento de redefinições das "bandeiras de luta" dos movimentos de moradia de São Paulo, que passam a investir fortemente na ocupação da área central da cidade. Isso, segundo Nobre (2009 apud LOMBARDI, 2011, p. 24), deu-se devido a três fatores principais: a falta de terra urbanizada na periferia para a construção de novos conjuntos, a precariedade (histórica) de investimentos em infraestrutura nos bairros periféricos e a percepção crescente do "esvaziamento" do centro da cidade pelos movimentos sociais organizados. Com a eleição de Marta Suplicy (2001), a Usina retoma as atividades financiadas pelo município, seja no Programa Bairro Legal, de urbanização de favelas, seja na retomada dos mutirões autogeridos com recursos do FMH e da COHAB/SP. Mas persistem os investimentos de moradia no centro e novas interrupções dos mutirões autogeridos acontecem.

Quando da administração de José Serra (2005), o município estava bem menos endividado, sendo possível a retomada as obras em 24 conjuntos autogeridos, paralisados desde 1989, e o início de 27 novas obras. É nesse período que se inicia uma transição entre aqueles que coordenavam a Usina, com a entrada de novos profissionais, a formação de uma "2º geração" de gestores e a proposta de se trabalhar não exclusivamente com os movimentos de moradia, estreitando-se as possibilidades com as consultorias e novos projetos para órgão públicos e/ou com outros movimentos, sobretudo rurais.

> Na primeira geração, até fins da década de 1990, a clientela da USINA eram os movimentos populares de moradia, com prevalência dos vinculados à UMM – União dos Movimentos de Moradia. Além disso, a USINA prestava serviços para prefeituras e órgãos públicos de instância estadual e federal ("gestões progressistas", leia-se do PT). Individualmente, os fundadores prestavam consultoria a prefeituras e órgãos públicos, principalmente nas épocas de crise da USINA. Atualmente, a USINA atende movimentos populares por moradia (organizados por MST Paraná e Grande São Paulo, MTST, ULC – União de luta dos cortiços, GEMOS de Suzano e, novamente, a UMM-Leste 1), fazem projetos para programas públicos que tenham recursos destinados a moradia de interesse social e que contemplem a gestão desses recursos pelos movimentos. Nesse sentido, houve, aparentemente, uma maior focalização do negócio (LOMBARDI, 2011, p. 39).

Havia um grande peso no que tange às questões financeiras sobre esses profissionais, conformando um contexto de insatisfação dentro da Usina, agravado pela desigualdade na forma de divisão dos pagamentos entre coordenação e área técnica (mais atuante no canteiro de obra). Eram longos períodos sem receber pagamentos, devido aos atrasos de repasse dos recursos pela prefeitura e; a falta de prioridade da gestão municipal com os mutirões (Gestão da Marta Suplicy). As discussões internas sobre o modelo de gestão e sobre as temáticas, principalmente sobre os mutirões, tornaram-se frequentes e levaram a uma fase crítica entre

os anos de 2002 e 2004, quando se forma a nova coordenação, inicialmente ainda muito influencia pelos sócios-fundadores.

> A questão da remuneração – seu atraso ou sua ausência – pode ser considerado o maior problema que a USINA enfrentou nesses vinte anos de existência. E é entendida pelo próprio coletivo como um gargalo crucial, aparentemente insolúvel, pois fundado nas especificidades do trabalho de arquitetura que o agrupamento de arquitetos se propôs realizar. Por isso mesmo o coletivo não se percebe como resultante das recentes transformações que atingiram o mundo do trabalho e que têm gerado situações de trabalho informais, precárias e, em muitos casos, engendrando soluções paliativas para populações em estado de extrema pobreza (LOMBARDI. 2011, p. 35).

Nesse período, o projeto do Conjunto Paulo Freire está em andamento, sendo que a associação e as famílias testemunharam e participaram desse importante momento de transição, mas, segundo os depoimentos, a execução dessa assessoria se deu de maneira regular e uniforme. No caso da gestão da "1º geração", a concepção dos projetos partia dos três arquitetos-fundadores, que o discutiam com o profissional responsável pelo seu desenvolvimento. Seria esse profissional o responsável, junto com a associação, pelo diálogo com as famílias e com os órgãos públicos envolvidos, com o retorno do projeto proposto para os "ajustes" necessários.

Com a 2º geração, cresce a proposta de uma maior aproximação com os princípios cooperativistas e autogestionários, principalmente no que tange uma maior participação de todos na gestão da instituição. Agora as duplas ou trios "designados para cada obra assumem a responsabilidade por ela e a gerenciam". Antes, essa gestão era exclusiva dos coordenadores – fundadores.

> Outras alterações parecem mirar a maior participação e responsabilização de todos na gestão do empreendimento. A representação pública da USINA perante os movimentos, os órgãos públicos, a academia e outros, por exemplo, antes era feita exclusivamente pelos fundadores e agora passa a ser rodisiada entre todos, desde os recém-chegados até os coordenadores, na medida do possível. Apesar dessa constante tentativa de *"dissociá-lo como único representante da USINA",* o empreendimento continua sendo identificado com o coordenador geral. As duplas ou os trios de arquitetos que são designados para cada obra assumem a responsabilidade por ela e a gerenciam. No passado, as equipes já se responsabilizavam pela obra, mas não pelo gerenciamento, realizado diretamente pelos fundadores, com algumas exceções. A função formadora da USINA – nos sentidos profissional e político foi reforçada: as reuniões gerais, antes mensais, passaram a ser semanais e são extremamente valorizadas por todos. Nesse ambiente, discutem-se abertamente problemas de gestão, financeiros, técnicos, políticos, colocam-se problemas enfrentados nas obras para a discussão coletiva, resolvem-se conflitos etc. (LOMBARDI, 2011, p. 38).

Vale ainda ressaltar que a própria Usina é uma proposta de empreendimento autogestionário e todo seu processo evolutivo se pautou na busca desses princípios. De acordo com Lombardi (2011, p. 40), já se pode perceber a "quase ausência" de marcações hierárquicas baseadas em antiguidade, conhecimento e experiência profissional, titulações acadêmicas e diferenças salariais no coletivo. Por essa quase ausência, o trabalho técnico não é fiscalizado e cada um tem que se responsabilizar pelo próprio trabalho; prevalece um ambiente democrático e coletivo de discussão, com intensa troca de informações, com debates teóricos e técnicos, privilegiando-se a autoformação.

Outro aspecto ressaltado é que, desde sua fundação, a Usina impôs um processo em que o profissional participa de todas as etapas do trabalho técnico em suas interfaces administrativas financeiras e políticas. Para a Usina, tem-se aí um profissional diferenciado, que está preparado para um relacionamento técnico-administrativo e político com órgãos públicos, como os movimentos sociais e com as famílias participantes do mutirão autogerido. Ainda segundo a autora, a partir dos depoimentos de técnicos da Usina, esse profissional "diferenciado" tem que existir, pois se trata de uma obra também diferenciada, que impõe diferentes formas de relacionamento interpessoal e de organização para o trabalho. Uma obra em que é impossível separar o projeto do canteiro de obras. Sendo que, diferentemente de um empreendimento convencional, o projeto vai sendo alterado sob a influência da obra. Tem-se autogestão no processo produtivo das moradias e na instituição que assessora as famílias nesse processo. Isto realmente não comporta apenas um profissional convencional, há de haver profissionais de diferentes formações, mas com um grau elevado de versatilidade. Uma versatilidade que, concordando com Lombardi, esbarra na especialização profissional, nos prazos das obras e, em alguns momentos, nas diretrizes dos próprios movimentos.

A questão é que, concordando com Lombardi (2011, p. 29), o maior ou menor envolvimento profissional da Usina e demais assessorias com a produção autogestionária sempre dependeu das sucessivas mudanças na política habitacional implementada pelas gestões municipais, estaduais e mesmo federais. Isso no que tange principalmente ao grau de aceitação dos governantes eleitos à prerrogativa da participação popular nessas mudanças. Vale, porém, salientar que não apenas o Estado influenciou a Usina, e ainda segundo a autora, também podem ser consideradas influências importantes às mudanças na dinâmica interna dos movimentos de moradia: "o aparecimento de novos atores, a dispersão em grupos e subgrupos, a diversificação de interesses, objetivo se formas de luta, a sua tendência à

institucionalização e as contradições que esse processo engendrou" (LOMBARDI, 2011, p. 29).

Pelo verificado nas entrevistas aos agentes, inclusive aos membros da Usina, não há como estabelecer um procedimento padrão frente a uma dinâmica tão "volátil", como o mutirão autogerido. Mas, mesmo admitindo-se esta realidade, a instituição se propõe a programar ações em três dimensões principais: "o rodízio de tarefas entre as equipes do mutirão, a discussão constante das metas e a transparência das contas" (LOMBARDI, 2011, p. 42). O rodízio de tarefas permite uma desalienação do processo construtivo, na qual todos acabam por saber o porquê de cada processo e pode contribuir ainda mais na gestão do empreendimento.

> É um processo de desalienação para cada um de nós, foi um processo de desalienação pra mim também... Compreender quais as tarefas que estão imbricadas em cada uma dessas frentes. Então a gente tinha uma planilha em que tinha as tarefas daquele período e ia se elencando os participantes de cada grupo um pouco aleatoriamente... Vou te dar um exemplo concreto. É um sábado, 8h da manhã. A gente tem cinco grupos de tarefa com 5, 6 pessoas em cada um. E aí nesse dia precisa terminar um muro de arrimo pra contenção de um lado da obra, precisa subir os painéis de laje de um dos blocos e precisa também tirar os escombros de uma determinada frente que foi realizada durante uma semana e que gerou resíduos sólidos. Então, grupo um e dois vão pra o arrimo. Os três vão pra laje. E o cinco e seis vão tirar os escombros. Aí o grupo três diz que já fez isso semana passada, que não aceita fazer de novo o dia todo. Nós conferimos na planilha, observamos que eles fizeram mesmo. Aí ou bem a gente troca desde já ou depois do almoço, e depois avalia a troca das funções. E isso é possível porque a gente técnico não tá lá numa função de chefe nem de patrão, a associação também não tem plenos poderes de mandar em ninguém e as pessoas que fazem parte dos grupos de tarefa conhecem as tarefas que têm que ser executadas e as dificuldades e benefícios que estão envolvidos em cada tipo. E sabendo também que cada uma das tarefas é fundamental e imprescindível. Aí, se nesse dia vieram 15 crianças e não 10 que era o previsto. Bom, a gente tinha dois educadoras que foram destacadas entre esses grupos, que iam fazer também uma tarefa fundamental pra obra que é garantir uma programação à parte com as crianças, subir, contar histórias propor desenhos, conduzir brincadeiras... Então, veio mais crianças, precisa destacar mais uma pessoa. Isso é um premio, é uma penalidade? Não, isso é entendido como uma parte orgânica do processo de construção. E quando a gente fala de amenizar esforços repetitivos tem a. Ver com isso, tem atividades da construção civil que são bastante sacrificantes do ponto de vista físico. Então se a gente consegue deslocar mais gente pra trabalhar numa coisa que demanda uma energia muito grande, a gente consegue também amenizar esses esforços repetitivos. Se a gente consegue revezar as pessoas que desenvolvem essas tarefas, a mesma coisa (Jade Percassi, Técnica Social, Educadora Popular e coordenadora operacional da Usina entre os anos de 2002-2009. Entrevistada em abril/2012).

De uma maneira geral, a proposta autogestionária se faz cada vez mais presente na atuação profissional daqueles que compõem a Usina, construída a partir da constante tentativa de superação de algumas dificuldades. Entre as principais dificuldades apontadas por estes profissionais em depoimentos dados à Lombardi (2011, p. 42), destacam-se: - o grau de

envolvimento de cada associado (à instituição) e a qualidade desse envolvimento, deixando-se de lado a perspectiva individualista e competitiva que o mercado impõe; - a dificuldade em se receber nos prazos os recursos/pagamentos pelos trabalhos realizados; - um processo decisório que não emerge do coletivo da instituição, mas de figuras individuais que acabam se sobressaindo, assumindo papéis que levam a certa sobrecarga; e - o estabelecimento de autonomia política frente às parcerias. Sobre isso é avaliado que a Usina tem sido "bem-sucedida", pois seus associados têm conseguido articular, internamente, as convicções do coletivo e as vozes discordantes.

De tudo isso, nada é mais preponderante, como entrave, do que a questão financeira. Ainda segundo o autor, a gravidade da situação se dá principalmente porque a Usina trabalha com um "produto rebaixado em termos de valor – a casa popular – e são remunerados por um pequeno percentual do valor do financiamento conseguido pelo movimento que os contratou, o que conduz ao rebaixamento do valor da hora técnica". O andamento das obras de mutirão autogerido é lento, se comparadas às obras de empreiteiras, comprometendo os pagamentos, feitos "a conta gotas". Esse processo impede uma maior dedicação do profissional, um maior envolvimento com o empreendimento; assim como interfere na qualidade das relações interpessoais no coletivo da assessoria, que requer maior tempo e envolvimento.

Conforma-se um círculo vicioso que é acirrado por outro importante entrave externo, as contradições do próprio movimento de moradia, cujos posicionamentos políticos têm, cada vez mais, sido apresentados de forma confusa e pouco definida. Há uma aparente indefinição dos caminhos que o movimento quer trilhar. Apesar da histórica ligação com os partidos e vereadores de esquerda, os participantes da Usina alegam que nos primeiros anos da proposta autogestionária, havia uma "certa autodeterminação", não livre de conflitos, mas buscava-se espaços de conciliação, tendo por base um "projeto político mais definido e claro por trás da luta pela moradia" (LOMBARDI, 2011, p. 42).

Concluindo, concorda-se novamente com Lombardi (2011, p. 63), quando ela coloca, a com base em Dal Ri (2004), que a Usina pode ser definida como uma "associação de trabalho associado" formada a partir de uma ideologia de transformação social, o que, do ponto de vista simbólico, "fortalece o coletivo e contribui para sua sobrevivência". Mesmo tendo que transitar entre a autogestão e a heterogestão, não pode ser classificada como um "escritório de arquitetura em moldes convencionais". Constitui-se como um empreendimento em que os associados visam obter sua própria sobrevivência através do trabalho profissional com a remuneração adequada, mas mantendo no horizonte a proposta do negócio coletivo

autogestionário. Sua identidade central é a “profissional”, que é sempre invocada frente as circunstâncias objetivas externas que impõem desafios à afirmação dessa identidade.

> Por exemplo, a autoridade técnica é recolocada em pauta em casos em que o movimento ou a associação de moradores decide alterar um elemento da obra ou do projeto, à revelia das orientações da assessoria já aprovadas em assembleias; os limites da atuação profissional são invocados quando lhes demandam assessoramento em assuntos que extrapolam suas expertises técnicas; a reafirmação do valor do trabalho profissional de arquitetura é enfatizada quando a coordenação insiste junto aos associados para que sejam cobrados repasses de verbas, em tempo hábil, dos clientes (movimentos e associações de moradores). Foi frequente ouvi-los dizer nas reuniões gerais, “nós não somos Estado”, “nós não somos movimento social”, “não somos associação de moradores”, “nós somos arquitetos” (LOMBARDI, 2011, p. 64).

Esse entendimento do seu papel dentro do processo de um mutirão autogerido foi fundamental, principalmente no caso de obras mais demoradas, como no caso do Conjunto Paulo Freire. Os problemas intrínsecos, a organizações como a Usina, citados acima, se potencializam ainda mais com o tempo “ampliado” do processo, que neste caso se deu não por culpa das famílias ou do movimento, mas pelos constantes atrasos no repasse de recursos pela COHAB/Prefeitura. Haviam sim momentos de “crise” e de um maior questionamento por parte dos moradores das posições defendidas pela assessoria, sendo natural que a não resposta a esses questionamentos fossem relacionadas pelas famílias aos eventuais atrasos no pagamento pelos serviços.

> O projeto mesmo do nosso apartamento, uma coisa que a gente faz questão de colocar: quem realmente decidiu como ia ser o apartamento, foi a gente. Não foi eles que chegaram aqui com uma planta, dizendo “vai ser esse o modelo”. Eles vieram com um modelo, mostraram e perguntaram “vocês querem esse modelo ou querem fazer o de vocês? Não, eu quero fazer o nosso". Aí começamos a fazer a maneira que a gente queria o apartamento, ah eu quero a sala assim, a cozinha assim... Então foi feito da maneira... Erh... Não 100% da gente, porque não dá pra fazer também 100%, porque tem coisas... O banheiro, por exemplo, precisa de saber o local certinho pra colocar. Mas tem coisas que eles deveriam ter feito e não fizeram. Depois te mostro, tem uma coisa aqui referente ao incêndio... É assim, depois que acaba de definir o prédio, a construção, que entra Corpo de Bombeiros, SEAGESP, ELETROPAULO... Sabe, tem coisas que você poderia estar antecipando antes. Você sabe que é demorado fazer um pedido na Corpo de Bombeiros, SEAGESP, ELETROPAULO. Eles (a Usina) deixaram muito em cima da hora. Chegava numa assembleia, “ah, não, estamos vendo...”. Aí chegava noutra assembleia “Ah, não, aconteceu isso, aquilo”. Sabe, é muito “nhemnhemnhem”. Não sei se é por causa do pagamento... A gente que pagava eles, mas a gente dependia da Prefeitura, da COHAB, fazer o depósito pra gente. Então não depende só da gente, pelo fato da gente estar controlando, da gente ter o controle referente à verba, que a gente pode liberar. Se não tem no caixa nosso, não tinha... Pô, não tenho como pagar! Você concorda comigo? Então de repente, no meu ponto de vista, teve deficiência referente a pagamento (Roberto, morador do Conjunto Paulo Freire).

Contudo, segundo entrevistas feitas, verificou-se um “bom” grau de satisfação por parte dos moradores do Conjunto Paulo Freire com a dinâmica de trabalho nos quase 10 anos de assessoria desenvolvido pela Usina. Mesmo com momentos de bastante complexidade, como os da defesa do projeto com estrutura metálica e dos atrasos de repasse de recursos, a assessoria conseguiu deixar claro para os demais agentes envolvidos o seu alto grau de comprometimento com a proposta de produção autogestionária de moradia popular.

> Não tem nem o que falar da assessoria. Foi bom porque eles começaram e terminaram, né? Quem começou foi o Pedro, mais a bia e a Heloísa. E terminou eles. Eles se afastaram um pouco por um tempo, e colocavam alguém no lugar. Foi muito legal. Hoje quando a gente vê assim, da onde a gente começou e da onde a gente tá hoje, vale a pena (Artemisa, moradora do conjunto Paulo Freire. Entrevistada em dezembro/2011).

> No meu modo de ver, eles foram bem sucedidos, souberam trabalhar. Porque a gente não tem reclamação sobre estrutura metálica, nada disso. Tudo foi bom, não tem problema... Tá bom, pra mim (Valdemir, moradora do conjunto Paulo Freire. Entrevistada em dezembro/2011).

> Tudo foi junto com a assessoria. Eles sempre perguntavam o que a gente queria, não veio uma coisa pronta: “Vocês querem o quarto maior, menor, as portas abrindo assim...” Tudo eles perguntaram. E foram montando tudo de acordo com o que a gente pediu. Tanto que tem 14 apartamentos com três quartos. Porque algumas famílias pediram que mesmo que fosse a mesma metragem porque queriam outro quarto pra separa a criançada. Foi tudo conversado. Sobre a escolha da estrutura metálica... Foi tudo conversado, a assessoria veio mostrou que seria mais rápido. No começo tava todo mundo muito empolgado com tudo (risos). Mas tem algumas coisa que agente não gosta, pois pesamos no começo que ela (a estrutura) ia ficar escondida (risos). Hoje tá tranquilo, mas no começo foi difícil (risos). E nós pedimos também que tivesse uma praça. Você viu que tem apartamento que é suspenso... Que era pra ter mais um prédio ali. Aí como o terreno é pequeno, aí eles (assessoria) foram vendo como viabilizava isso daí. Mas a gente queria a praça e a estrutura metálica viabilizou isso. Mas a gente achou o máximo, tanto que eu moro num apartamento suspenso. A gente gosta da arquitetura agora... A gente acha bonita... Só da gente ter uma praça ali no meio, pois a gente num ia ter espaço, só os corredores. Sobre os apartamentos... Tem vários modelos, várias tipologias. Foi a mesma coisa. Eles deixaram pra gente escolher se queria a cozinha maior ou menor, sala maior ou menor, porque tinha uma parede que podia tirar ou deixar. Porque tinha modelo comprido, o modelo em L. Foi legal, apesar de no começo eu não achar. Porque eu achava uma loucura isso, pois como é que a pessoa vai saber o que é melhor?! E como é essa escolha, de saber o que melhor? Como se escolhe? Eles iam desenhando com todas as famílias juntas, pois teve assembleia que foi o dia inteiro. Mas a gente foi ver melhor quando já tava construído (Cristiane, moradora do conjunto e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire. Entrevistada em maio/2010).

> A Usina participou do Paulo Freire desde o início, lá na época ainda do Celso Pitta, 98, 99, por aí. E essa relação foi construída, passou pela gestão da Marta e passou por toda a gestão do Serra-Kassab até a conclusão da obra. Parece besteira falar isso, mas foi fundamental, porque a gente vê que a relação com a assessoria é isso mesmo. Ela começa desde o processo de discussão, onde é que vai ser como é que vai ser, até o final, passando por todas as intempéries que um projeto como esse passou, com tanto tempo de luta, com tanto tempo pra conclusão das obras. É característica da Usina não só trabalhar a construção como trabalhar toda a construção política do processo, da comunidade. A Usina também é uma característica especifica dela, tem dado uma atenção especial ao trabalho social, atuando com as famílias, com a construção da associação, e o social muito articulado com o físico. Não há uma divisão, “ah, hoje vamos discutir o social,

> amanhã discutir obra". É uma coisa que envolve com a outra. Então a gente percebe que isso dá uma característica especifica pra esse grupo, inclusive na hora das discussões das saídas para os problemas que aparecem durante o processo. Ou seja, foi uma relação que sofreu todo tipo de intempérie. Na época do Pitta que não começava nada, que não conseguia se avançar com nada, na época da Marta que levava um ano até a retomada do programa, o inicio e depois a aprovação do projeto que foi todo um drama... E já que a proposta apresentada pela Usina com a associação foi a utilização das estruturas metálicas e a COHAB simplesmente não tinha parâmetro pra aprovar, e sentou em cima do projeto, não o aprovou... Então, como as famílias estavam convencidas e confiantes na proposta que tinha sido apresentada, elas foram pra cima da COHAB, da Prefeitura, para aprovar o projeto. E também outros momentos em que foi interrompido o repasse de recursos, foi necessário aditamento de contrato, a assessoria não se furtou também a atuar junto politicamente. com as famílias. É uma relação muito mais que contratual, é uma relação política. Por exemplo, já teve membros da Usina que foram do conselho de habitação... Isso tudo demonstra uma atuação mais concreta com o movimento (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP. Entrevista concedida em setembro/2012).

3.2.4 As famílias: militantes, gestoras, mutirantes e moradoras.

Dôra, Roberto, Ângela, Cristiane, Djalma, Vilton, Valdemir e Artemisa, são os representantes daqueles que, de todas as formas e durante quase 10 anos, dedicaram suas vidas à construção do Conjunto Paulo Freire. Todos estão no Conjunto desde o princípio dos trabalhos, alguns desde a ocupação do terreno, outros chegando um pouco depois, mas todos em grande parte dessa trajetória. São famílias provenientes, em sua maioria, da própria Zona Leste de São Paulo, onde o conjunto foi implantado; e mobilizados através do grupo de origem organizado pelo Movimento Sem Terra Leste 1 e União dos Movimentos (UMM-SP), em 1999, quando foi criada a Associação de Construção Comunitária Paulo Freire. Este grupo de famílias fez parte, na época, de uma agenda de luta para a retomada dos conjuntos/mutirões autogeridos iniciados na gestão de Erundina (1989-1992). Antes da formação da associação, as famílias já estavam cadastradas e participando das atividades promovidas pelos movimentos de moradia. Isto porque é essa participação, comprovada pela pontuação, que possibilita à família ser selecionada ou não para determinado conjunto e também determina a sua continuidade no processo após seleção.

> Na época que tava entregando o 26 de julho, nos inscrevemos no Mutirão 14 de Janeiro da União, Leste 1. Isso em 1996/1997. Nos animamos a se inscrever, porque anunciaram que estavam "dando" as casas... Mas aí nos explicaram tudo direitinho e nos inscrevemos. Em 1999, aconteceu a demanda para a formação da associação e implantação desse projeto e nos reuníamos. Já éramos donos desse terreno, repassado pela prefeitura, mas tivemos que ocupar porque estava tendo muita ocupação irregular e tínhamos que "tomar conta" pra não perder pros grileiros. A fundação das obras inicia em 2003. Até aí ficamos elaborando o projeto e esperando a aprovação e liberação dos recursos (Cris/Cristiane, moradora e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, maio/2010).

Por sua vez, Artemisa, Valdemir, Ângela, Vilton e muitos outros são nordestinos, vieram para São Paulo há muitos anos, acompanhados pela família, ou pelo menos por parte dela. Sempre moraram em situação precária, seja de aluguel ou em moradias autoconstruídas em favelas, ocupações irregulares, cortiços.

> Eu nasci no Piauí, na cidade de Ipiranga, minha mãe separou do meu pai com 3 filhos e grávida do quarto. Se juntou com uma outra pessoa e ele era alcoólatra, bebia, usava drogas e tudo que o meu avô deu pra minha mãe, eles desperdiçaram, estragaram. Aí nós fomos morar numa favela. Aí era muito ruim lá, minha mãe queria arrumar emprego melhor e veio pra São Paulo. Ele (O companheiro da mãe) também veio, mas chegou aqui e se separaram. Aí sim ela ficou sozinha com os quatro filhos. Nessa época ela tinha o pequeno e não trabalhava ninguém, só ela. Meu pai pagava aluguel quando a gente veio. Depois fomos morar na favela de novo, aqui perto. Era invasão, né. Era nossa, mas era invadida. E construímos um barraco. Aí eu comecei a ir pra reunião dos sem-terra e desisti, porque, ah, era muito difícil naquela época. Comecei a participar das reuniões do mutirão com uns 28 anos. Aí eu não conseguia porque era muito difícil, eu trabalhava, cuidava das crianças, e tinha reunião em lugares longe. Aí eu desisti dos sem teto. Aí depois eu resolvi de novo, porque eu via que as pessoas que não desistiram conseguiram, e eu que desisti perdi, continuei morando na favela. Aí eu resolvi voltar depois de um tempo. Voltei na reunião de origem, dos sem teto. Agora eu tenho 44. Acho que eu tinha uns 35 quando eu voltei. Aí disse que não ia desistir mais, quero sair da favela, porque lá onde eu morava dava enchente. Casei lá (na favela) e morava lá mesmo. Larguei minha mãe, comprei meu próprio barraco e ficava morando separado. Aí eu que fui pras reuniões e tal... Demorou uns seis anos indo só pra reunião, você não sabia se você ia conseguir ou não. Até o dia em que a gente lutou, foi na prefeitura... De tudo, era uma luta, a gente ia em tudo que era lugar, pra conseguir uma terra, né? (Valdemir, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevistada em dezembro/2011).
>
> Sou baiana, vim pra cá em 88. Vim morar com família aqui, eu e alguns irmãos. Eu vim, mas nem achava que ia ficar tanto tempo. Vim eu e minha irmã, depois ela voltou pra trás e eu acabei ficando. Aqui casei, tenho meus 4 filhos... Eu tenho ensino médio completo. Trabalho de doméstica, perto da Lins, no Cambuci. Duas horas de viagem daqui todo dia. Trabalho lá das 8h às quatro da tarde. (…) Eu comecei a me envolver mesmo desde 90 e pouco. Quando eu cheguei, o meu tio já morava em negocio de invasão. Aí ele me passou como é que ficava as reuniões, os grupos de origem. E eu fui, consegui na Juta um terreno, mas derrubaram a Juta e eu acabei perdendo meu terreno. Depois, e voltei de novo pro grupo de origem. Aí eu desisti de novo, tava grávida... Aí eu voltei de novo pro grupo de origem, depois que eu tive o menino, aí foi quando saiu essa minha vaga. Eu participava de todas as reuniões, direitinho, eu trabalhei bastante aqui (Artemisa, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevistada em dezembro/2011).

Traçar o perfil dessas famílias é um desafio, até porque, segundo a própria Cristiane, com base em dados da associação, a rotatividade do início da obra à sua finalização foi de aproximadamente 50% dos moradores, ou seja, apenas metade dos que se inscreveram no grupo de origem permaneceu. Ainda segundo Cris, e também Roberto, as desistências aconteceram principalmente por conta da localização do conjunto que, sendo Cidade Tiradentes, era muito distante e de difícil acesso para muitas das famílias. Isto porque, por

muitos anos, ninguém morava no Conjunto Paulo Freire, mas tinha que vir trabalhar no canteiro e participar das atividades da associação.

> Então quando chegou a vaga aqui, acho que chegou 3 vagas pro nosso grupo. Aí perguntou pra fulano, beltrano, se eles queriam ir pra lá. Mas não quiseram porque achavam que era muito longe, tem muita gente que quer negócio perto do centro da cidade. Mas eles não sabem que lá, pra onde você tá indo, hoje não tem nada... Mas a coisa tá fechando tanto que... Eu sou um cara que vivo muito lá na frente, eu não penso só agora, você tem que visar o futuro, o que pode ocorrer lá. Aí quando chamaram a minha esposa, perguntaram se ela queria ir, ela olhou pra mim e eu disse "pega", a gente não tem que ficar esperando uma outra oportunidade do lado de onde a gente mora. A gente não sabe quando vai ter outra oportunidade dessas. A demanda de um terreno não sai da noite pra o dia, é uma luta também pra conquistar o terreno então... se tem a oportunidade a gente abraça, independendo do local. O local é longe até que a gente se acostuma. Depois que se acostuma é rápido. Quando a gente começou a vir pra cá, do terminal do são Mateus pra cá, a gente ficava duas horas e meia dentro do ônibus. Hoje é em torno de meia hora, você vê que a viagem é meia hora. É porque você não conhece o local, aí você fica dentro do ônibus "caramba, não chega, meu, o negócio é lá no fim do mundo"... O que na verdade é estamos praticamente dentro da Zona Leste (Roberto, morador do Conjunto Paulo Freire. Entrevistado em dezembro/2011).

Ainda na proposta de se traçar um perfil dessas famílias, deve-se salientar que não houve por parte da associação e dos movimentos uma grande preocupação como esse aspecto durante a implantação do conjunto. Até porque, no momento do cadastro, as famílias teriam que atender a critérios pré-definidos. O perfil das famílias teve que ser traçado para os trâmites de acesso aos recursos da prefeitura e como parte do Plano de Trabalho Social a ser elaborado pela assessoria contratada, neste caso a Usina. Daí entra uma questão de destaque, verificada em algumas entrevistas: a "pseudo-adaptação" das famílias aos critérios definidos pelo órgão financiador. Uma adaptação que acaba por tornar os cadastros oficiais existentes, um pouco distante da realidade dessas famílias, principalmente no que tange a aspectos relacionados ao trabalho e à renda.

> Cada empreendimento acaba construindo seu diagnóstico, hoje isso é uma exigência do Credito Solidário e do Minha Casa Minha Vida (Programas do Governo Federal). Anteriormente também tinha, mas menos sistematizado... mas sempre teve essa questão do perfil das famílias e claro tinha os critérios de cada um dos programas. Por exemplo, a CDHU, na época da gestão do (Prefeito) Covas, só aceitava famílias que tivessem no mínimo dois integrantes. Se fosse sozinho não podia ter a moradia. A questão da renda, na época do Governo do Estado, você tinha uma tal da "curva de renda", algo como um número de vagas por faixa de renda, que tinha que ser obedecido, que era pra distribuir o subsidio do empreendimento de acordo com a normativa da CDHU. Já agora no Minha Casa você tem a restrição... No Credito Solidário você tinha 80% de 1 a 3 (salários mínimos) e podia ter até 20% de 3 a 5. Já no minha casa é no máximo de 0 a 3. Na Prefeitura, que é o caso do Paulo Freire, também tinha algumas restrições, mas era um pouco mais aberto. Então você vai ter o grupo se formando por causa disso.
>
> O que acontece, falando agora como assistente social que estuda um pouco isso, é que há uma forma de resistência popular, uma resistência de maneira até não organizada, que quando o poder público impõe uma série de regras para a concessão

> de seus benefícios, - como ele gosta de dizer - aos seus beneficiários - como eles chamam formalmente as pessoas que acessam a moradia. Começa que as famílias também acabam dando um jeito de se enquadrar no critério que é exigido. Então quando a CDHU diz que só podia famílias com mais de uma pessoa, então se arrumava uma segunda pessoa. Quando se exigia uma renda maior que X reais, a família conseguia uma declaração de renda pra comprovar isso. Então, uma análise que sempre faço é que nossos cadastros, nossos perfis de renda em relação ao poder público, têm um grau muito grande de mentira. Porque é assim que é exigido e é assim que acaba que as pessoas fazem. Mas pra o movimento a gente busca fazer um perfil real das famílias e às vezes este não é o que vai na ficha pra CDHU, pra caixa... (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP. Entrevista concedida em setembro/2012).

Outra questão importante é alteração no perfil das famílias participantes nesses (aproximados) 20 anos de mutirões autogeridos, no sentido de uma melhoria nos graus de renda e educação. Algo que tem sido observado por membros da UMM-SP e que, para eles, reforça cada vez mais a ideia de revisão do "projeto" e das estratégias de alcance de alguns objetivos julgados prioritários, como é o caso da formação política para a discussão sobre o projeto (maior) de cidade.

> Então hoje a nossa geração está mudando... Mudou muito! Na época que começou esse projeto a gente tinha muitas pessoas na faixa etária de 40, 50 anos, e a maioria mulheres. O que não é bom porque trabalhamos com uma população que não teve oportunidade na vida. Quando elas eram pra estarem estudando, elas foram trabalhar pra ajudar a família. Então trabalhávamos com pessoas que tinha o quarto ano primário, o ginásio. Hoje que nossa demanda tá melhorando, estamos trabalhando com pessoas que tem o segundo grau, que tem faculdade. Porque nosso país está tendo uma melhora. Então, quando iniciamos esse processo, tínhamos que fazer tudo isso, esse processo educativo, além da questão política. Por quê? Porque é um debate que tem dentro do movimento e dentro do segmento, vamos assim dizer. O pessoal fala de esquerda e eu falo de centro esquerda, que não é esquerda... na realidade é só a gente analisar... o que é o governo lula? Pode ser democrático-popular, mas que estamos no marco do capitalismo nós estamos (Donizete, direção nacional da UNMP. Entrevista concedida em maio/2010).
>
> [...] eu que sempre fiz a tarefa de preencher cadastro nos movimentos, tem uma observação empírica que é: como tem mudado o perfil dos participantes do movimento. Eu lembro que no começo do movimento, no início da década de 90, você tinha a esmagadora maioria de pessoas com trabalho informal, de baixa qualificação profissional. Não é só que as pessoas não tinham anos de escola, mas não tinham profissão, era um exército de ajudante geral e empregada doméstica. Baixo grau de escolaridade também... E uma coisa que eu sempre percebia era isso: moravam muito de aluguel, apesar disso. Que, aliás, foi um pouco essa crise do aluguel que deu origem ao movimento, década de 80, que a gente teve uma crise grande do aluguel, plano cruzado e etc.
>
> Ao longo desse tempo a gente vai vendo as mudanças que vão acontecendo na economia. Então hoje você vai ver muito mais gente com renda formal, a ocupação hoje é no setor de serviços (antes era serviços domésticos, ou no máximo no comercio). Mas hoje eu atualizei o cadastro do conjunto Zé Maria Amaral, eu vi pelo menos 20 pessoas trabalhando no telemarketing. Ou seja, baixo salário, mas ocupação formal e no setor de serviços. O grau de escolaridade subiu assustadoramente, é impressionante! Você tem muita gente com segundo grau completo. E se tem um número significativo de mutirantes fazendo faculdade. Pagas, de qualidade nem sempre boa, mas você tem coisas bem interessantes sim. Gente fazendo, alguns com PROUNI, muitos sem PROUNI nem nada (Evaniza,

> assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP. Entrevista concedida em setembro/2012).

Mas é como foi dito: há de se fazer um cadastro e há de se prover um "perfil" das famílias, ditas beneficiárias. No caso do conjunto Paulo Freire, isso aconteceu de forma e em momentos distintos: - no cadastro inicial feito pela UMM-SP para a formação do grupo de origem do conjunto; - para a elaboração do Plano de Trabalho Técnico Social pela Usina em parceria com a Associação dos Moradores do conjunto, para a COHAB/SP; e alguns outros feitos apenas pela Associação para atualização de dados sobre os moradores.

No caso do Plano (enquanto documento oficial, aceito pela COHAB-SP), apesar de não existir menção direta aos integrantes das famílias mutirantes, deduziu-se que a família, no caso do Conjunto Paulo Freire, seria o conjunto de 1º e 2º titulares acrescidos de seus filhos ou dependentes. O Plano também deixa claro que essa conceituação presumiria um arranjo familiar tendo como referência as famílias formadas pelo casal com filhos, sem identificar situações como de irmãos ou parentes que moram juntos ou situações de residência "por favor" com pessoas sem vínculo de parentesco.

Sobre os resultados da pesquisa feita, temos que os "primeiros titulares" são compostos em sua grande maioria (83%) por mulheres e os "segundo titular" por homens (55%), sendo que 26% dos entrevistados não indicaram "segundo titular" e nesses casos o primeiro titular sempre eram mulheres, o que pode ser subentendido como ¼ de mães solteiras ou viúvas ou separadas. Tal realidade faz concluir que o número de mulheres, chefes de família, tende a ser maior que 50%, e nunca inferior a 45%, mesmo se todos os homens formassem casal.

> Vivo aqui eu, meu marido e nossos 4 filhos. Meu marido é pintor de autos e eu sou doméstica. Meus filhos: tem um de 18, outro 17, 16 e um de 12. Eu tenho 49 anos e meu marido 44. Renda média da família: acho que dá mais ou menos uns 3 salários e pouco. Meu menino tá trabalhando agora, mas não contribui nunca. Você sabe como é jovem, né? Eu e meu marido é quem tem que manter a casa. Então eu vim pra cá, entrei em outras invasões de terra pra conseguir casa (Artemisa, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevistada em dezembro/2011).

> Eu tenho 7 filhos, só que meus 3 filhos casaram cedo. Parei na quinta série. Hoje aqui na casa tem eu, meu marido, que é quase marido (somos separados, mas moramos na mesma casa), a Bianca... Somos seis pessoas, em três quartos. Escolhemos assim pra separar meninos e meninas. Eu ganho 599,00, mas como eu ganho insalubridade, dá uns 700 reais. Sou auxiliar de serviços gerais. E o Francisco, o pai deles, ganha uns mil, ele trabalha de porteiro. Aos meus filhos eu nem peço ajuda não. Meu marido é a mesma coisa que eu, fez até a quinta série. Mas ele não tem comprovante disso não... Meu marido trabalha dia e noite, por isso ele ganha um pouquinho mais (Valdemir, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevistada em dezembro/2011).

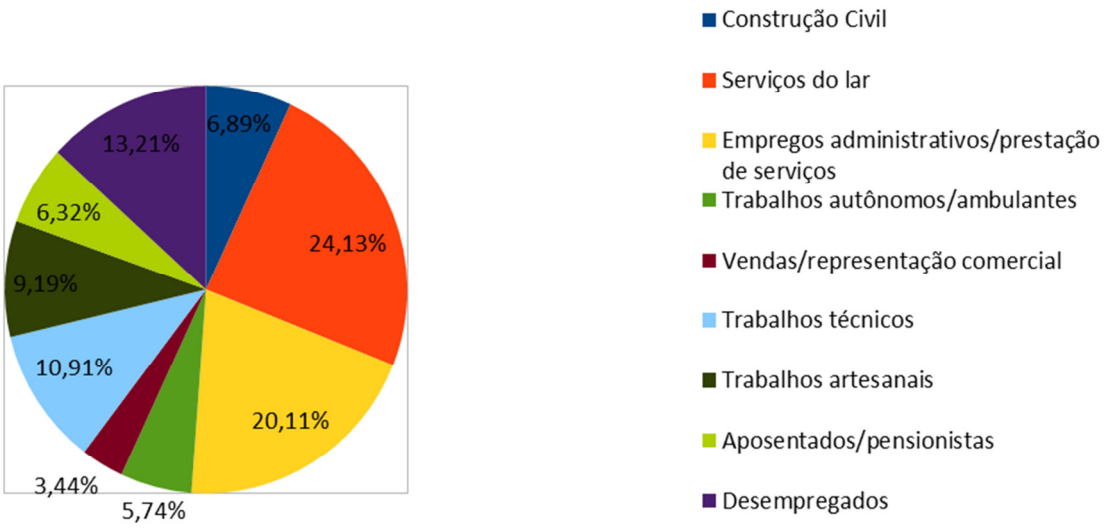
Segundo o observado pela Usina, não apenas no caso do Paulo Freire, mas em outros conjuntos similares, é preponderante a condição da mulher como mantenedora da família e, por extensão, dos hábitos que vêm sustentando os atuais arranjos familiares, suas estratégias de sobrevivência e de atuação perante a proposta da autogestão e, principalmente, de trabalho no mutirão aos fins de semana. Cruzando essa conformação familiar com a renda média das famílias, pressupõe-se uma mãe com dupla jornada de trabalho e que transfere à vizinhança e aos convivas parte grande parte da educação de seus filhos.

> Eu trazia todos (4 filhos), sempre que eu vinha. Sempre foi eu que participei. Meu marido não participou de nada aqui. Ele trabalhava sábado e quando chegava no domingo ele tava cansado. (Joisa: mas você tinha problemas dentro de casa pra vir?) Ele nunca empatou deu vir; dava meu dinheiro de vir, a gente fazia tudo de lanche, almoço... Aí passava o dia com meus filhos e trabalhava na obra. Eles liberaram o CEU pra ficar a criançada dos mutirantes. Aí até a hora de ir embora as crianças ficavam lá. A gente organizou tudo, tirou parte de cozinha, parte de creche, quem ia pra obra, quem ia pra cozinha, quem ia pra creche. Então nessa parte a gente foi bem organizado, a gente colaborava bastante, foi legal. Hoje eu to bem, graças a Deus, só tenho que agradecer (Artemisa, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevistada em dezembro/2011).
>
> Sobre as diferenças de gênero no canteiro... Os homens não aceitavam as mulheres. No começo foi difícil! E ao mesmo tempo em que acham que a mulher tem que ser igual, eles acham que tem que ser diferente. Porque assim: "quer, mas num aguenta, porque é mulher"... E se a mulher aguenta aí... (risos) Aqui a maioria é mulher, 70% é mulher, mesmo sendo o trabalho apenas nos finais de semana. Mas é sempre mais mulher, pois tem muitas que são separadas ou mãe solteira ou porque os homens não acreditam mesmo e ficam dizendo: "Ah tu vai lá mulher... Ou "num vai pra isso não..." "Perder seu tempo... Isso num vai dar em nada..." E as casas vão ficar em nome das mulheres. E isso já tá bem aceito por aqui. Nem precisou reunião pra explicar isso. Teve homem que trabalhou o tempo todo na obra, mas aceita. Só uns poucos dizem: "Não. É meu". Mas a mulher é mais caprichosa. Durante o embasamento dos prédios tinha os grupos dos homens e das mulheres, inclusive a Rose, liderança forte aqui. E até o fiscal (da prefeitura) veio e elogiou o trabalho das mulheres. Que tava melhor que o dos homens... Elas são mais caprichosas mesmo (Cris/Cristiane, moradora e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, maio/2010).

Quanto aos filhos e dependentes, um pouco mais da metade são do sexo feminino: 66% tinham, na época da pesquisa, entre 0 e 17 anos (111 crianças e adolescentes); 19% entre 18 e 30 anos e apenas 8%, entre 31 e 50 anos. Sobre a existência de portadores de necessidades especiais, as deficiências foram informadas de forma imprecisa e, por vezes, confundidas com doenças crônico-degenerativas. Mas os primeiros resultados na época colocaram 9 (nove) indivíduos (2,6%) que ou se indicaram, ou indicaram seus filhos ou dependentes como "deficientes". Entre os chamados "titulares", a maioria estava acima de 30 anos, sendo que 13,8% tinha mais de 50 anos. O percentual de 51,72% era de nascidos em

outros Estados; e o restante na cidade de São Paulo ou em municípios do Estado, sendo que, pelo verificado, estes são os mais jovens e escolarizados, muitos filhos de migrantes.

Gráfico 3 - Percentagem de titulares por ocupação profissional



Fonte de dados: Plano de Trabalho Técnico Social do Conjunto Paulo Freire. Usina-CTAH

Sobre as ocupações, segundo o verificado no gráfico acima, tinha-se 24,13% (42 pessoas) empregadas em "serviços do lar", considerados pela Usina todos aqueles que vendem seus serviços ou simplesmente trabalham em suas casas ("donas de casa", domésticas, diaristas e passadeiras); outros 20,11% (35 pessoas) como trabalhadores "autônomos/ambulantes", ou seja, todos que realizavam atividades com necessidade de organização própria, com alguma precariedade quanto aos direitos trabalhistas e permanência na atividade (autônomos, ambulantes, vendedores de cachorro-quente, feirantes e perueiros). Eram frequentes as pessoas empregadas em trabalhos técnicos ou "trabalhadores com conhecimentos técnicos ou específicos" para exercer suas ocupações. Eram aqueles que gravitam entre contratados e autônomos, mas se distinguem por disporem de saberes e competências que podem vir a ser disponibilizados para projetos futuros de geração de renda coletiva ou particular (pintor de autos, metalúrgico, operador de máquina, técnico em eletrônica, técnico em contabilidade, ajudante de mecânico, montador, lombador, operário, trocador de molde, auxiliar de topógrafo, sufragista e instalador).

Em contraponto, mas em quantidade próxima, haviam os "trabalhadores artesanais" (9,19% – 16 pessoas), separados de "serviços do lar" e "autônomos" por representarem um grupo tipicamente potencial de geração de renda, mesmo sendo atualmente também

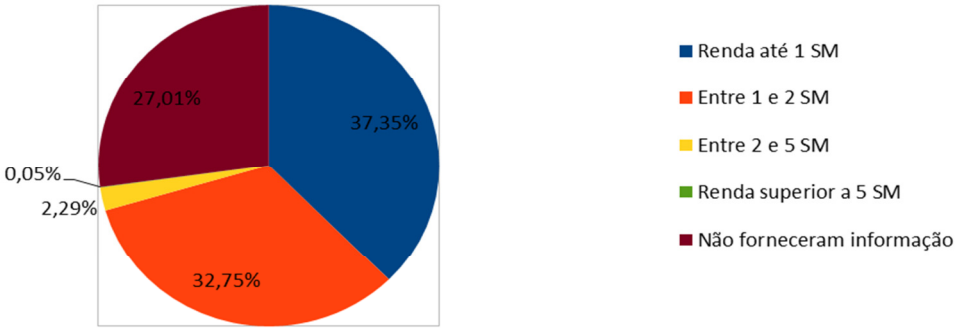
contratados ou autônomos (cozinheira, costureira, auxiliar de cozinha, overloquista, ajudante de costura, copeira). Também é verdade que outras atividades poderiam estar incluídas nesse campo, mas a criação de cooperativas artesanais têm sido comum nas áreas apontadas nesse tópico e indicam, portanto, apenas algumas poucas possibilidades entre outras tantas que podem vir a ser aventadas. Em menor número estavam os "trabalhadores da construção civil", como o Vilton, que foram escolhidos entre aquelas pessoas ligadas diretamente a essa área (pedreiro, oficial de pedreiro, azulejista, gesseiro e eletricista), mesmo sendo possível que outros trabalhadores atuem indiretamente no setor.

Ainda dentro dos "com ocupação", identificam-se, no grupo de famílias, alguns poucos "vendedores e representantes comerciais" (promotor de vendas, auxiliar de vendas, gerente de vendas, representante e vendedor), que, mesmo submetidos a regimes fixos de trabalho e contrato, se aproximam bastante em sua forma de organização de trabalho aos "autônomos", diferenciam-se desses últimos por serem em geral contratados, mesmo sem salário fixo e obedecendo a ditames e metas de trabalho não determinados por eles. Em número bem superior a estes, estão os "aposentados/pensionistas" (6,32% – 11 pessoas) e os desempregados (13,21% – 23 pessoas).

Vale salientar, ainda segundo a conceituação presente no Plano de Trabalho Técnico Social do Conjunto Paulo Freire, que os "aposentados e pensionistas" agrupam não apenas idosos, pois nem todos parecem ter idade ou tempo de serviço para se aposentar, mas também vítimas de acidentes de trabalho e portadores de deficiência. Os "desempregados" só foram pontuados como pertencentes a esse grupo quando se designaram como tais. Ocorre que, por vezes, o campo da ocupação estava preenchido, mas o de valor de renda não, algo que poderia subentender a situação de ausência de trabalho. Todas as situações de ocupação têm por base a data de preenchimento do cadastro, o que, como já afirmamos, já sofreu enormes variações por conta da rotatividade das famílias moradoras.

Com relação à renda dos titulares, tinha-se, naquela época, o seguinte quadro: 37,35% com renda de até 1 SM; 32,75%, entre 1 e 2 SM; 2,29%, entre 2 e 5 SM; 0,05% com renda superior a 5 SM e; 27,01% não forneceram informação. Os valores estão classificados com o parâmetro de renda adotado pelo IBGE, salário-mínimo (SM), mas correspondem ao valor de época: R$ 180,00. Sobre o grau de instrução, tinha-se que: 22,41% estudaram até 4 anos; 37,35% estudaram até 8 anos; 22,41% estudaram até 11 anos; 1,72% estudaram mais de 11 anos; 1,72% estudaram até 1 ano; 14,36% não prestaram a informação.

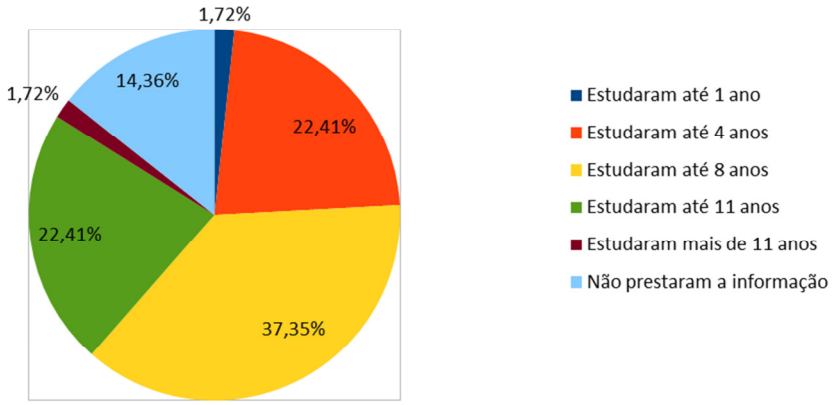
Gráfico 4 - Percentagem de titulares por renda mensal



Fonte de dados: Plano de Trabalho Técnico Social do Conjunto Paulo Freire. Usina-CTAH

Segundo Cristiane, moradora e membro da coordenação da associação do Conjunto Paulo Freire, esse quadro perdura quase sem alterações mesmo após tanta rotatividade. Sendo que a alteração maior diz respeito ao número de analfabetos, que, segundo dados cadastrais da associação, tem reduzido significativamente: "Temos poucos analfabetos aqui, a maioria tem o primeiro grau completo e são autônomos. E temos muitas empregadas domésticas aqui". É o caso de Artemisa, empregada doméstica há 11 anos, que terminou os estudos durante o período do mutirão. Seu esposo é pintor de automóveis e tinha uma oficina mecânica, mas teve que fechá-la quando veio para o conjunto e disse aos clientes que ia mudar também a oficina de endereço, ficando mais longe.

Gráfico 5 - Percentagem de titulares por anos de estudo



Fonte de dados: Plano de Trabalho Técnico Social do Conjunto Paulo Freire. Usina-CTAH

Sobre os autônomos, merece destaque as histórias de Dôra e Vilton. Ela faz salgados por encomenda e ele foi mestre de obra do conjunto. Ambos têm suas trajetórias profissionais muito ligadas ao processo construtivo do Conjunto Paulo Freire. Dôra estava cadastrada em outro conjunto da UMM, mas conseguiu transferir seu cadastro logo no início da obra. Ela é "pai e mãe" de três adolescentes e morava em um imóvel alugado no outro extremo da Zona Leste, na divisa com o município de São Caetano. Trabalhava como doméstica "em casa de família", com carteira assinada e todos os demais direitos garantidos. Devido a um sério problema de saúde, teve que passar meses sem trabalhar, ficando impossibilitada de continuar pagando aluguel e consequentemente sem lugar para morar. Nessa época, recorre à associação, que coloca o problema para a assembleia dos moradores que permite a ela ocupar o apartamento no qual vive até hoje. Vivendo no conjunto, onde já era "voluntária" na creche e na cozinha do mutirão, passou a vender salgados para os trabalhadores contratados. Hoje, terminada a obra, atende encomendas dos comércios locais. Apesar de não saber definir bem a renda da família, alega que, resolvido o problema de saúde e de moradia (agora própria), tem conseguido "manter sua família".

Vilton é mestre de obras há 8 anos. Tem ensino médio completo e uma renda aproximada de 2.350 reais. Antes de ir trabalhar no conjunto, trabalhava para uma construtora em conjuntos da CDHU, onde ganhava mais e tinha a carteira assinada. Atualmente é contratado pela Associação por "empreitada", sem carteira assinada, pois, segundo eles, "serão apenas alguns meses, só pra fechar a obra". Mas, desde o começo, no projeto, participava de tudo, pois era mutirante. Ele já trabalhava como pedreiro na época do início das obras, então seu "serviço" no canteiro ia bem além dos serviços gerais executados pela maioria. Mesmo sabendo que "ia além" sem remuneração, Vilton valoriza o processo.

> Positivo é que a gente trabalha em grupo, todo mundo entende o outro e é uma coisa que a gente tá fazendo, no meu caso mesmo, que sou mutirante, é uma vantagem muito grande. Porque é uma coisa que eu to construindo pra mim. Aquilo que você consegue suado, você dá mais valor, né? Então eu acho que é bom porque, depois que você termina de construir aquilo ali, é tipo como se fosse uma família, todo mundo conhece o outro, todo mundo vai na casa no outro, é uma parceria e fica todo mundo tipo uma família. Eu acho muito importante isso (Vilton, morador do Conjunto Paulo Freire. Entrevistado em maio/2010, quando ainda atuava como mestre de obras contratado pela Associação).

Ao que parece, para Vilton, o fato de morar no conjunto e não estar acontecendo muitas ofertas de emprego formal pesou na decisão de aceitar a contratação por empreitada pela Associação.

> Eu terminei a outra obra lá, vim pra cá... E como eu já estava morando aqui, surgiu essa proposta e eu fiquei por aqui mesmo. Sendo que não pego trabalho por fora, não. Enquanto eu não terminar esse aqui eu não posso pegar outro fora.
>
> Meu horário aqui é o mesmo (da empresa):das 8 ao meio dia e das 13 as 17. Só que eu entro mais cedo, porque o pessoal, pra me ajudar por empreiteira, chega 7h, aí eu chego cedo.
>
> A única vantagem (de trabalhar no Conjunto) é que eu não pago condução, né? É pertinho de casa, vou almoçar em casa... Você não vai pegar condução, ônibus lotado, metrô, como eu já peguei muito... Quando eu vou de carro, vou gastar gasolina... Então tudo isso é economia, né? Então a vantagem é essa, no outro eu ganhava mais, mas eu gastava condução, gasolina... Isso aí, quando é no final do mês, eu gastava 600, 700, só em gasolina (Vilton, morador do Conjunto Paulo Freire. Entrevistado em maio/2010, quando ainda atuava como mestre de obras contratado pela Associação).

Quando do início do Conjunto Paulo muitos outros conjuntos da UMM-SP já estavam concluídos, ou sendo finalizados. Daí um "saber fazer" vinha sendo consolidado e uma prefeitura (independente da gestão) sabendo do que se tratava a proposta autogestionária na produção habitacional. No que tange às famílias, também vai se criando uma história com "herdeiros do mutirão", ou seja, filhos e até mesmo netos daqueles que participaram da construção dos primeiros conjuntos.

> Na Leste 1, como o movimento já existe há 25 anos, hoje você tem filhos de mutirantes do São Francisco, da Juta, que estão nos empreendimentos atuais. É um negocio interessante, são pessoas cuja família passou pela experiência do mutirão, com todas as suas dificuldades, as paralisações, problemas, brigas, mas que aquilo é uma experiência avaliada como positiva, porque se a pessoa participa hoje do movimento com a referencia das suas famílias é porque essa experiência ao final foi avaliada como que vale a pena ser repetida (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP. Entrevista concedida em setembro/2012).
>
> Nasci em São Miguel e nos mudamos para um conjunto da CDHU (feito por empreiteira) vizinho da União da Juta. E eu cresci convivendo com vários mutirões e seus mutirantes (Cris/Cristiane, moradora e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, maio/2010).

No início as famílias eram em sua maioria imigrantes (da Região Nordeste, de Minas Gerais e do interior de São Paulo) e, ainda segundo Evaniza, hoje são os filhos desses migrantes que vêm participando, pois muitos moram com os pais, viram de perto a concretização da moradia, apesar de todas as dificuldades, e são estimulados a participar para a conquista da própria moradia.

> Meus três filhos, por exemplo, tão no mutirão. Um tem a terra, dois não tem a terra. O da terra não começou a obra, mas já estão com o terreno, já com a casa do caseiro... O dele é um pouquinho diferente do nosso, porque o nosso é conveniado com a prefeitura, o dele é com o (Programa) Minha Casa Minha Vida e é mais fácil.

> Os políticos agora ajudam melhor, entendeu? O nosso foi muito difícil, mas eles viram que quando a gente quer, a gente vai. Daí tão no mesmo grupo meu de origem, é da União. Um é aqui perto, os outros dois não, ainda são sem teto. Moram de aluguel. (Valdemir, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevistada em dezembro/2011).

> Tenho poucas lembranças, porque eu era muito pequeno. Meu pai me levava nas costas, pra você ter uma idéia. Pra ir pra lá era tempo, porque eles moravam próximo ao Barateiro. Mas vim pra cá pelo incentivo dos meus pais, né? Me ensinaram que desde pequeno eu tenho que correr atrás dos meus objetivos, né? E eu vim... (A mãe) Fala que teve que trabalhar, foi sofrido... Não foi nada fácil! É um movimento pioneiro... Era o primeiro, então foi bastante duro (Jéferson, morador do Conjunto Colinas da Oeste, Zona Oeste, também promovido pela UMM-SP. Entrevistado em maio/2010).

> Apesar de toda a avaliação dos programas habitacionais dizerem que não é isso a prioridade dos programas, eu valorizo muito as ações desses jovens que estão tendo uma preocupação de melhorar sua qualificação, sua formação, estudar e de conquistar sua moradia logo e entrar na vida adulta em condições melhores que seus pais entraram. Então é interessante isso, a gente vê muitos casais de noivos, namorados, que vão juntos pra assembleia e que dizem que vão casar quando tiverem pelo menos a garantia de que o mutirão vai acontecer. Isso mostra uma preocupação desses jovens em organizar a vida (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP. Entrevista concedida em setembro/2012).

Outra questão nas diferenças entre a atuação e organização nos primeiros conjuntos no início da década de 1990 e aquela praticada no Conjunto Paulo Freire está no mutirão, pois, no Paulo Freire, não se tinha mais a proposta nem de uma dedicação em “tempo integral” das famílias, nem de um trabalho “pesado” similar ao executado por qualquer pedreiro regular. Permaneceu a proposta da autogestão da associação e das famílias, mas o trabalho na obra resumia-se, na maioria das vezes, a atividades como “ajudante geral” e só se dava aos sábados ou domingos, dependendo das demais atividades de formação ou agendas de luta do movimento (passeatas, ocupações, assembleias etc.). Nas etapas cujo processo construtivo era complexo, foi contratada mão de obra especializada, seja por empresas ou autônomos.

CAPÍTULO 4 - O PROJETO, A UTOPIA REPRESENTADA E PRATICADA

No "encontro" de tão diferentes agentes sociais em nível nacional (Movimento Nacional de Reforma Urbana), deu-se a construção de um projeto de cidade, onde o alcance à moradia digna pelos trabalhadores de baixa renda foi questão fundamental. Em São Paulo, essa questão se viu traduzida em uma estratégia de atuação direta na produção de moradia popular por meio do mutirão autogerido.

Até aqui, contamos a "história" dos agentes principais de uma experiência, o Conjunto Paulo Freire. Foi refazendo essas histórias, vendo as especificidades de cada agente (movimento social, prefeitura, assessoria técnica e famílias mutirantes/moradoras), que nos propomos aqui a responder três importantes questões: (i) como se deu na prática do canteiro, do processo construtivo e organizativo do conjunto Paulo Freire, esse encontro; (ii) quais os papéis assumidos por cada um destes agentes no que tange a formulação e a execução do projeto e; (iii) quais os avanços e limitações da forma de organização e atuação conjunta frente a proposta da produção habitacional autogestionário enquanto estratégia de materialização de um projeto alternativo de moradia e de cidade (utopia temporal - espacial).

4.1. Do projeto ao canteiro, até a pós-moradia

Na presente tese, essa complexidade foi apresentada em seus detalhes, diluída nos elementos formadores da história de um dos conjuntos da UMM-SP: o lugar do conjunto, seus agentes promotores e os meios utilizados para sua materialização. Isso a partir do entendimento deste conjunto como uma estratégia de luta à materialização de um projeto maior e alternativo de moradia. Com a prerrogativa de identificar, nessa estratégia, limites, possibilidades e redirecionamentos, e assim quem sabe contribuir para sua aplicação efetiva.

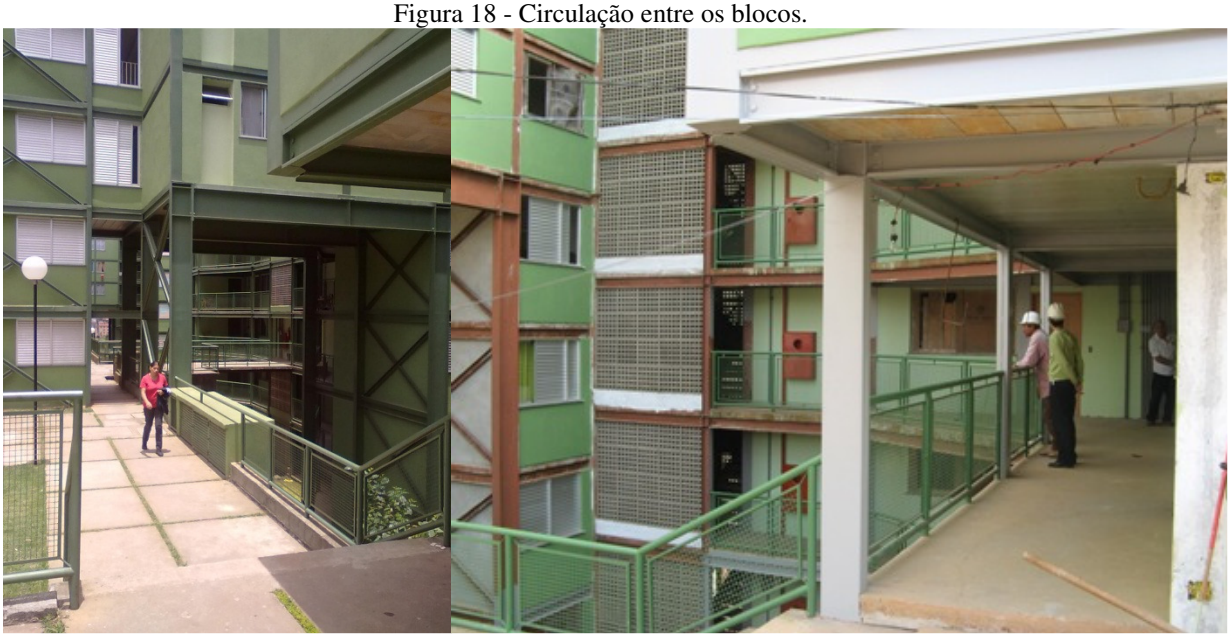
Mas nada poderia ser concluso sem uma aproximação maior com a "prática". Mesmo sendo impossível retratar todos os meandros desta, objetiva-se aqui relatar os momentos cruciais, as pequenas conquistas do dia a dia do canteiro, das disputas mais sérias e que envolviam principalmente a relação com a prefeitura e sua racionalidade. Vamos sair um pouco das grandes questões que envolveram a materialização desse sonho, ver as imagens e fotos abaixo, "vamos abrir" o portão e entrar em alguns pequenos grandes lugares da vida dessas pessoas, visitá-las em suas "novas" vidas, suas casas. Daí vamos discutir os entraves

da expansão dessa estratégia do mutirão autogerido (seu projeto de moradia e de cidade) e o porquê, dito por seus agentes, de se persistir, continuar e lutar...

Figura 17 – Fotos do Conjunto Paulo Freire.

Fonte: Acervo próprio.

Figura 18 - Circulação entre os blocos.



Fonte: Acervo próprio

Figura 19 - Centro Comunitário do Conjunto Paulo Freire.

Fonte: Acervo próprio.

Figura 20 - Fotos internas dos apartamentos do Conjunto Paulo Freire.

Fonte: Acervo próprio.

Figura 21 - Fotos internas dos apartamentos.

Fonte: Acervo próprio.

4.1.1 Da mobilização das famílias ao canteiro de obras

As famílias (futuras moradoras) do mutirão autogerido Paulo Freire foram mobilizadas e organizadas em "núcleos de origem", onde se tinha início as reuniões de discussão (e informação) com as famílias sobre os meios iniciais para a materialização das moradias: as possibilidades de localização de terreno, as formas de obtenção da terra, os programas governamentais de financiamento compatível com a renda, além da forma de participação das famílias na "agenda de luta" do movimento (protestos, passeatas, ocupações etc.). Isto porque essa participação possibilita às famílias a obtenção de uma pontuação necessária à permanência no processo de construção do conjunto.

Nesse momento, também são apresentadas às famílias a história do movimento, sua forma de atuação, suas estratégias, as formas de organização para a gestão do processo utilizadas pela UMM-SP, neste caso, a formação de cooperativas ou associações de construção, a autogestão do processo e a construção assumida pelas famílias por meio do regime de mutirão. Esse momento inicial é fundamental ao entendimento, por parte das famílias, de toda a complexidade da estratégia política que é o mutirão autogerido. Mas, obviamente, a intenção é a da "conquista" das famílias, pois é impossível o entendimento total dos desafios que serão enfrentados.

É desse processo inicial que se toma a decisão de formação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire composta por um representante/associado por família, e uma coordenação colegiada eleita entre esses associados. A associação foi a pessoa jurídica que respondia pelo contrato com a COHAB.

O terreno já havia sido "repassado" à Associação desde 1999, mas o repasse dos recursos só foi iniciado em 2003. Até lá o movimento e a associação tiveram que promover a ocupação do terreno, pois ele estava ameaçado de ser tomado por outras famílias. Também iniciaram com a Usina (assessoria técnica) e com as famílias o projeto arquitetônicos e elaboraram todos os projetos complementares. A gestão, a decisão das famílias já começa a ser praticada nesse momento; e no canteiro não havia a figura do "chefe". Eram 3 (três) grupos de mutirantes: bola, triângulo e estrela, que se revesavam no mutirão aos finais de semana e que se dividiam em subgrupos de 5 (cinco) pessoas, com seus respectivos "responsáveis", com a proposta de não haver centralização na Usina (assessoria técnica). Obviamente, a coordenação da associação era a figura central, daí eram 11 (onze) coordenadores, que se organizavam nesses grupos para estar sempre acompanhando o canteiro e dialogando com as famílias e os técnicos da Usina as mudanças necessárias.

Os primeiros meses da obra do Conjunto Paulo Freire (Outubro/2003 a Janeiro/2004) foram marcados pelo envolvimento gradativo das famílias nos trabalhos do mutirão e da autogestão, sobretudo em atividades que só eram desempenhadas pelos coordenadores da Associação. E pela leitura dos relatórios do trabalho técnico social e alguns depoimentos, percebe-se que as famílias estavam bem "animadas" a iniciar a obra, mas que, talvez, diante do ineditismo de participar de um mutirão, houve dificuldades em mobilizar todos os integrantes da família. Era sempre o mesmo integrante, no caso mulher/mãe, que assumia o mutirão.

> Começamos a obra aqui com mutirão, e autogestão do dinheiro (da prefeitura/COHAB-SP) pela associação/famílias. Mutirão sempre aos finais de semana. Trabalhamos mais no começo, nas fundações, pois todos os trabalhos de ajudante mais pesados eram feitos pelas famílias. Tivemos etapas que não foram tão pesadas, mas o começo foi muito pesado, com as escavações. E não foi difícil envolver as famílias, pois no início, todos estavam super empolgados. Achávamos que terminaríamos tudo em um ano! Porque a gente tem essa ilusão... Ah... E se não fosse a falta de vontade política a gente tinha conseguido. A gente fez o projeto, aprovou... Era estrutura metálica... Ia ser uma forma mais rápida de ser fazer... Se tivesse liberado o recurso... Não ia ter tanto esforço físico. Era uma forma de construir que liberava a gente de muito esforço físico. Então no começo... Até o pessoal da assessoria se surpreendeu com a gente. Foi pesado, mas foi rápido porque todos estavam muito animados (Cristiane, moradora e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire. Entrevista realizada em maio/2010).
>
> A gente fazia varias coisas, tipo ajudante geral, de tudo um pouquinho. O mais difícil foi subir essa viga, era muito peso. Ela era inteira. Então, a gente se juntava pra subir, pareciam umas formiguinhas. Sempre teve mais mulher na obra, do que homem. Era tipo, essa semana a gente fazia uma parte. A gente dividiu em grupo também. Tinha vários grupos. Esse grupo faz isso, outro grupo faz aquilo... E tinha também o grupo da limpeza. Um dia era um grupo pra carregar pedra, areia, outro dia era grupo pra fazer escavação. Então, em todos a gente estava um pouquinho. Nessa obra era um terreno muito instável, então a gente teve que cavar muito fundo

> (Artemisa, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevista realizada em dezembro/2011).
>
> Como a gente era quase 100 pessoas, a gente se organizava no grupo. Um grupo vinha num final de semana... Vamos supor, 30 vinha sábado, 30 vinha domingo, aí revezava, pra todo mundo não trabalhar todo final de semana, todo sábado, todo domingo. Quando tava muito apertado, quando tinha material que tinha que usar pros outros não roubar, aí sim tinha que trabalhar todo mundo. Mas se pudesse, revezava, pra não ficar todo mundo muito cansado. Mas foi uma época muito difícil. Eu trabalhava fora, eu tinha filho pequeno, já trabalhava a semana toda, e ainda sábado e domingo vir trabalhar? (Valdemir, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevista realizada em dezembro/2011).

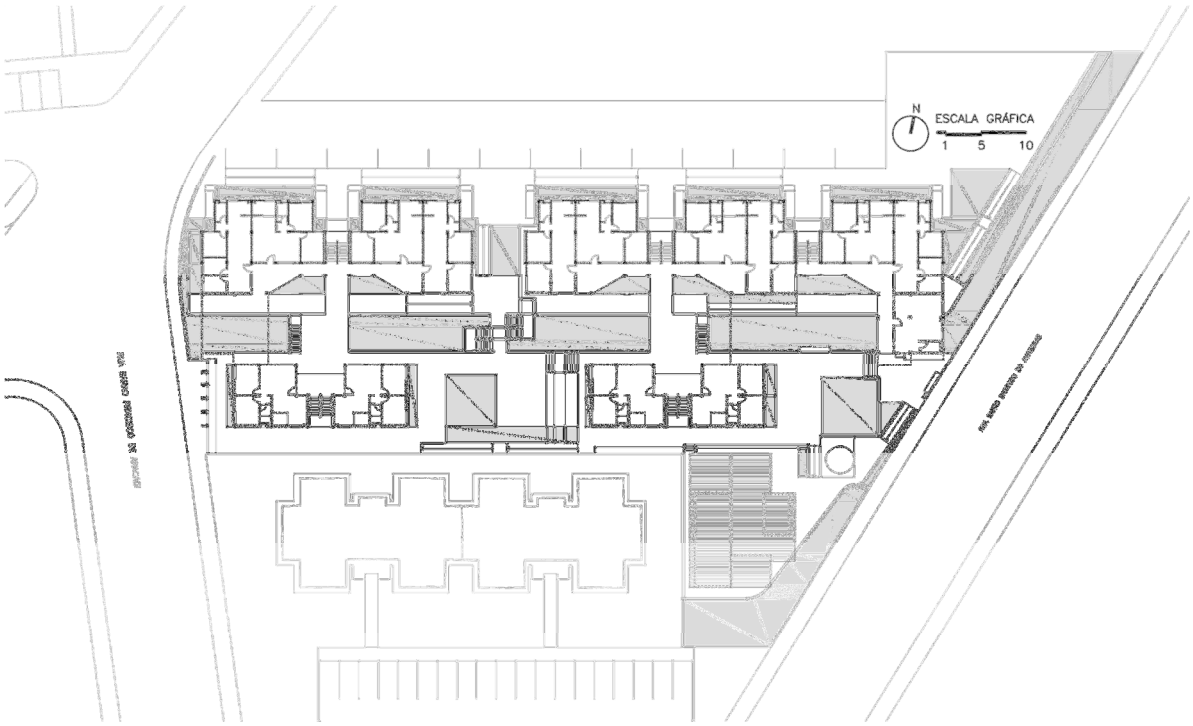
É curioso verificar que a dificuldade de mobilização também aconteceu na própria Comissão de Apontadoria. Mas apesar dessa dificuldade, dois moradores que não faziam parte da coordenação da Associação se voluntariaram para esta comissão, fato, ao que parece, até então inédito. É nesse período que se iniciam os trabalhos de organização do almoxarifado, em função dos constantes problemas com a manutenção e devolução das ferramentas de trabalho. Tudo feito por membros da coordenação da Associação sem o voluntariado dos mutirantes, os quais só foram inseridos nessa organização, do almoxarifado, a partir de uma maior consolidação do processo de apropriação, por eles, da Associação.

Nesse momento, uma estratégia adotada de forma "voluntária" pela Comissão de Apontadoria foi a realização de visitas às famílias acompanhadas pela assistente social da Usina. Essa foi a forma encontrada para, ao mesmo tempo em que se contribuía com a mobilização, incentivar o início dos trabalhos da Comissão de Ética, responsável real por tal ação. Também foram motivos para essas visitas: verificar a possibilidade de outros membros das famílias também participarem, diminuindo o risco da sobrecarga do membro participante; e talvez incluir um membro com melhores condições de realização dos trabalhos.

Nesse período inicial, foram registrados nos relatórios vários momentos de crítica aos coordenadores da Associação, por parte dos demais mutirantes. A principal crítica era a de que a coordenação era o "grupo dos que não fazem nada". Ao que parece, os membros da coordenação estavam encontrando dificuldades em compatibilizar suas funções na Associação, como, por exemplo, a organização das assembleias, com as suas atribuições nos trabalhos do mutirão. A estratégia adotada pela assessoria foi de dar um pouco mais de "foco" às ações com os membros da coordenação (já desmotivados), sem deixar, porém, de atuar nos grupos e comissões do mutirão, oxigenando o espaço da Assembleia, organizando-o melhor e incluindo propostas mais inovadoras e novos temas trazidos por novos integrantes. Na busca de alterar esse clima entre famílias e moradores, faz-se a inauguração do canteiro da obra com uma festa organizada quase que integralmente pelos coordenadores da Associação.

O período também é marcado por uma grande dificuldade de diálogo com os técnicos da prefeitura sobre questões relativas ao canteiro e à forma de organização das famílias e, sobretudo ao projeto (figuras abaixo): e a escolha da estrutura metálica[44]. Mas, sobre isso, permanecia a autonomia das famílias e das suas posições adotadas em assembleia.

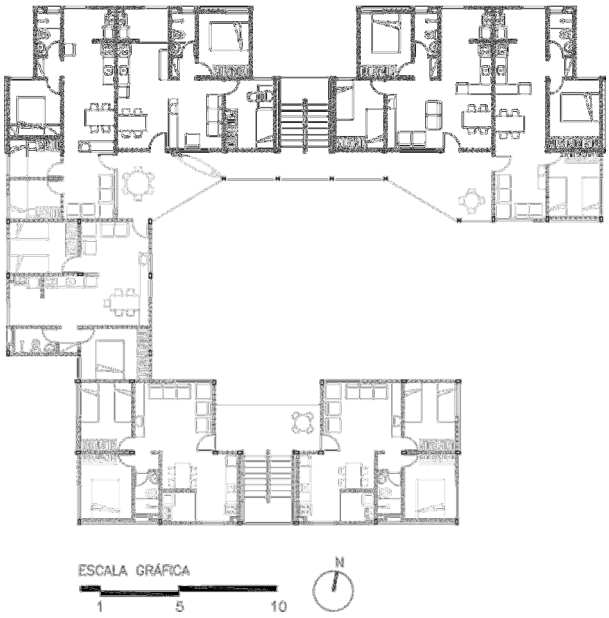
Figura 15 - Planta de Locação do Conjunto Paulo Freire



Fonte: Usina – CTAH.

44 O Conjunto Paulo Freire é composto por 100 apartamentos, distribuídos em cinco blocos, com cinco tipologias de apartamentos diferentes (dois e três quartos), cada um com área de 56 m^2. Tal variedade das tipologias só foi possível por conta da estrutura em aço, que tornou independentes, estrutura e alvenaria, permitindo "plantas livres", com vãos maiores e paredes que podem ser removidas ou alteradas de lugar. Sendo que os moradores tiveram a possibilidade de escolher a tipologia que melhor se adaptava a realidade da família. Aliás, as famílias tiveram oportunidade de melhor avaliar e escolher quase tudo relacionado ao conjunto, pois foram os responsáveis pela gestão dos recursos repassados pela Prefeitura através da COHAB – SP. Todo o projeto foi discutido com as famílias em seu processo de elaboração, e a escolha da estrutura metálica foi um dos momentos de maior polêmica e tensão entre os agentes envolvidos, principalmente os técnicos da COHAB-SP, que não acreditavam na viabilidade técnica e financeira de tal proposta. As famílias também não se convenceram facilmente, e a assessoria técnica teve que se prover de argumentos técnicos que justificassem a estratégia. Era o "início" do projeto, e as famílias gestoras de todo processo deveriam estar seguras das decisões tomadas.

Figura 16 - Planta Baixa – Bloco do Conjunto Paulo Freire



Fonte: Usina – CTAH.

Voltando à forma de organização, vale ainda ressaltar a atuação da Comissão de Prevenção de Acidentes (Segurança do Trabalho) e primeiros socorros, que sobre estes temas promoveram diversas atividades: exposição de vídeos sobre as normas de segurança e sobre outras obras com mutirão; análises de relatos sobre acidentes sofridos; visitas a outras obras, inclusive de empreiteiras, comparando procedimentos de trabalho; visita de uma médica que avaliou as condições saúde e de trabalho; montagem de enfermaria e primeiros socorros; aulas de alongamento para o início do dia de trabalho. Segundo o Relatório de Trabalho Social, "a totalidade desse grupo é a maior conquista desse período de estímulo a grupos e comissões como fomento a novas lideranças. Se anunciam importantes personagens de onde antes vinham muitas chacotas, indiferença ou apenas olhares e vozes tímidas".

Com o avanço da obra e com a "verticalização" do canteiro, foi se tendo cada vez mais a necessidade, por parte da Usina, de rever a organização dos mutirantes e os procedimentos de segurança. Para tanto, foi proposto o fim do revezamento e a subdivisão dos grupos, com a presença de todos os mutirantes no canteiro nos dias de trabalho. Algo que deveria acontecer com a garantia da segurança de todos e a realização dos trabalhos de forma mais harmoniosa e sem sobretrabalho. Em discussão com todos, ficou determinada a subdivisão em grupos de, no máximo, 6 (seis) pessoas, compostos por quantidades iguais de homens/mulheres,

jovens/mais velhos e pessoas com limitações físicas. Cada grupo teria um único coordenador, e um integrante da comissão de prevenção de acidentes e da comissão de primeiros socorros. A montagem dos grupos foi feita conjuntamente e as irregularidades corrigidas com a orientação da assessoria.

Em 2005, tem-se a primeira de muitas paralisações[45] do mutirão por conta de atrasos no repasse de recursos pela Prefeitura/COHAB. Tinha-se como principal prejuízo o desgaste das famílias. Um desgaste que levava a UMM-SP, sobretudo a Associação e Usina, a ter que focar novamente em estratégias de motivação ou outras questões básicas, iniciais do processo. Eram esforços que muitas vezes representavam um retrabalho, despendendo recursos, que já eram poucos, em atividades que, no transcorrer normal e sem atrasos de repasse, não precisariam ser repetidas.

Perante a prerrogativa do mutirão "parcial" e com vistas a tentar acelerar, ou pelo menos recuperar o ritmo do ano anterior, eram contratados profissionais para a realização de atividades construtivas mais especializadas, de maior complexidade. Outra estratégia era a reorganização dos grupos de mutirantes com o revezamento destes, pois, diante dos atrasos de recurso, foram muitas as ocasiões em que não havia material construtivo suficiente para a ocupação do canteiro por todos. Além do desgaste e do retrabalho, problemas com os fornecedores devido aos atrasos de pagamento marcaram todos os reinícios do mutirão. Mas, apesar de meses parados, as famílias sempre voltavam ao mutirão com ânimo e disposição.

> É meio complicado... Levou 10 anos, né? Mas é aquele negócio, quando a obra para, tem a medição, tem que esperar liberar as verbas de novo... Aí é demorado, né? Se os governos colaborassem com o povo, andava mais rápido. O problema são eles mesmo. Então a gente levou bastante tempo pra construir, mas era legal, alegre, muita alegria no fim de semana, sábado e domingo a gente estava sempre aqui […] Foram seis anos, só de obra. Parando um pouco e voltando. (Joisa: vcs paravam em média quanto tempo?) Seis meses, oito meses... teve vez que a gente ficou quase um ano... Voltava todo mundo direitinho. Antes de começar a obra, nós já 'montou' todos os grupos. A obra parou em tal grupo. Quando a obra voltava, já voltava outro grupo. Então foi bem organizado. Tinha muitas festas, a gente sempre comemorou final de ano, festa junina... (Artemisa, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevista realizada em dezembro/2011).

> Quando mudou o governo foi dando uma desanimada. A COHAB libera recurso por 'medição'. E teve momento que faltava dinheiro na COHAB. Fomos contestados por fornecedor. Porque na passagem do Marta pro Serra houve um grande atraso e 7 fornecedores protestaram a gente por falta de pagamento. O que tivemos que bancar, nós as famílias. Porque a COHAB não aceita... Na época podemos pagar os protestos com o dinheiro da COHAB, mas depois as famílias tiveram que pagar, deu uns 7 mil reais (Cristiane, moradora e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire. Entrevista realizada em maio/2010).

---

45 Não foi possível definir através dos relatórios de trabalho técnico social, os períodos exatos de paralisação das obras. A associação do Conjunto não soube precisar exatos quanto foram os momentos nem suas durações. Também foi feita consulta por e-mail aos técnicos da Usina e não houve resposta em tempo hábil a formulação deste texto.

Um diferencial da organização para o mutirão do Conjunto Paulo Freire foi a realização de atividades sociais conjuntas com o mutirão vizinho, o Conjunto Unidos Venceremos, assessorado pela Grão. Essa articulação teve início com a criação de uma creche e com a decisão de não se construir "muros" entre as duas obras. Assim, além de fortalecê-los politicamente, ganhar-se-ia mais espaço para, por exemplo, a instalação de estacionamento, algo inviável em quase todos os conjuntos da região. A questão é que, segundo os relatórios do trabalho técnico social, essa articulação foi permeada por muitos momentos de tensão entre as duas associações, sendo que as dificuldades aconteciam principalmente pelas defasagens entre os dois conjuntos. Segundo Jade Percassi (Usina), essa defasagem era com relação aos cronogramas físico-financeiros das duas obras, tendo momentos em que o Conjunto Paulo Freire ficava quase um ano à frente do Unidos Venceremos.

> O primeiro entrave teve que ver com a construção do centro comunitário, que ele foi discutido inicialmente com as famílias da (associação) Paulo Freire e da Unidos Venceremos em separado, com uma proposta de juntar as demandas de uma associação e da outra e as duas assessorias chegarem a um projeto comum, que seria compartilhado então pelas duas associações. Só que essa defasagem de liberação e de execução primeiro cria uma questão de foco. As famílias estavam em momentos diferentes. Teve momentos em que as famílias da Paulo Freire estavam animadas, dispostas a discutir isso, as famílias da Unidos Venceremos estavam com questões anteriores, que não dava conta de discutir uma coisa que era mais pra frente, que era depois que outras coisas estivessem mais bem resolvidas, enfim... Então, quando tem a primeira liberação de canteiro que é pra construir um barracão ou uma estrutura que depois possa se tornar perene, esse recurso sai primeiro pra Paulo Freire e a perspectiva de esperar a unidos ter essa liberação pra fazer o projeto e obra do centro comunitário foi se tornando um gargalo, porque não se tinha perspectiva de fato, foram muitos meses depois, foi no mínimo um semestre de defasagem.
>
> Então quando a gente de novo sentava as duas coordenações pra discutir a possibilidade de um centro comunitário comum, isso era sempre uma questão. Então a Unidos dizia, "Ah, mas vocês já fizeram"... "O que a gente fez foi um centrinho pequeno, de apoio de canteiro de obras, e isso não exclui a possibilidade e o nosso desejo de fazer um centro comunitário grande pras duas associações". Mas isso acabou não se configurando com o decorrer da finalização das obras de um e de outro mutirão. Mas teve muitos outros momentos de parceria, desde as equipes de apoio, principalmente de creche, que funcionaram juntas muito tempo, e a gente fazia formações, momentos de festa em que equipes de cozinha se juntaram pra garantir a alimentação de todo mundo, teve assembleias conjuntas em momentos de crise, 'do que fazer' politicamente. Quer dizer, teve muitos momentos de intersecção entre as duas associações, coordenações e assessorias (Jade Percassi, Técnica Social, Educadora Popular e coordenadora operacional da Usina entre os anos de 2002-2009. Entrevistada em abril/2012).

A questão do cronograma físico financeiro do Paulo Freire não foi um problema apenas na relação com o Conjunto Unidos Venceremos; havia um descompasso também com o próprio cronograma do trabalho social realizado pela Usina. Um exemplo foi a aprovação do Plano de Pós-Ocupação pela Assembleia da Associação condicionar ou ser condicionada

pela aprovação das medições da obra física. A questão é que, devido à demora na finalização, várias famílias apresentaram à associação a demanda pela ocupação de seus apartamentos, daí o conjunto foi sendo parcialmente ocupado antes da finalização da obra e "entrega" oficial do conjunto.

Segundo Jade Percassi, a primeira ocupação parcial se deu por motivo de segurança. Uma família como caseira não era suficiente para garantir a segurança, pois já haviam tido vários casos de furtos de materiais nos períodos de paralisação, até mesmo de materiais que já estavam empregados. Os critérios de escolha dessas primeiras famílias foram feitos pela associação e discutidos em assembleia, passando pela questão da "necessidade" (famílias que estavam com maiores dificuldades de permanência em seus locais atuais à época de moradia) e também da disponibilidade de contribuir com essa tarefa de segurança. Depois, teve outro processo de abertura, com famílias que foram separadamente procurar a associação. Então foi feita uma reunião com todas elas, junto com a coordenação e a assessoria, porque precisava viabilizar condições mínimas de habitabilidade, energia, água etc. e isso teria de ser feito sem prejudicar o mutirão como um todo, sem atrair a fiscalização das concessionárias. Mas essa situação não parou por aí e permissões continuaram a ser dadas.

> Eram situações bem difíceis, desde pessoas com integrantes da família de mais idade e sem possibilidade de muita locomoção e morando em lugares com difícil acesso... Até outras situações de separação do casal ou do nascimento de filho... Enfim, eram muitas situações, mas todas consideradas de alguma maneira emergenciais e legítimas pra concessão da ocupação antes do momento previsto por parte da associação; e na maioria dos casos a assessoria acompanhou o processo, não foi uma auto-ocupação. Foram processos bastante conversados, tensos, claro, não eram tranquilos, porque geravam toda essa preocupação com o fato da obra não ter terminado e ainda ter frentes de trabalho pra acontecer. Então, seja do ponto de vista da segurança das pessoas, por estarem morando num canteiro de obras, seja por conta da fiscalização, como lidar com isso. Então foram feitos e refeitos muitos acordos. Os relógios de medição de energia e água não estavam prontos, então mesmo a cotização das famílias pra garantir o fornecimento disso e não ser algo arcado pela associação foi trabalhado. Então, foi um processo formativo também, não foi algo atabalhoado que ocorreu sem nenhum acompanhamento. Não foi conforme planejado no início, mas foi sendo trabalhado no durante. Então o aspecto positivo é que essas famílias distensionaram do ponto de vista de estarem com essas necessidades emergenciais e isso estar inclusive comprometendo a participação delas nas atividades da associação... enfim, com a iminência de um despejo, ou com uma casa desabando, ou com problemas de saúde na família, a gente sabe, né, como é que se vai participar politicamente de alguma coisa? Então se libera aquelas famílias daquilo que está impedindo de ter minimamente uma condição de vida mais tranquila e o que tem talvez de negativo é se queimar etapas, ter que lidar com imprevistos, com improvisos, que não estavam no script. Mas que também tem esse aspecto positivo, foi formativo pra todo mundo, eu acredito (Jade Percassi, Técnica Social, Educadora Popular e coordenadora operacional da Usina entre os anos de 2002-2009. Entrevistada em abril/2012).

Com a ocupação crescente do conjunto e assim a maior convivência das famílias com o bairro Inácio Monteiro, tornou-se crescente a constatação, pelos moradores, da defasagem existente entre os serviços e equipamentos públicos da região e as suas próprias demandas. Havia também sérios problemas com a falta de creches e posto de saúde. O Centro Educacional Unificado (CEU) já existia na época e a associação do Paulo Freire inicia um processo de aproximação com a direção desta instituição: visitas e reuniões com o Conselho Gestor. Começa a incomodar ainda mais a questão dos transportes, pois agora não era apenas uma, duas vezes na semana, o percurso (para o trabalho) tornou-se diário. E a forma de solucionar conseguindo trabalhos mais próximos ao conjunto não é válida, pois a oferta é baixíssima e a realidade de "cidade dormitório" se impõe. Todas essas questões foram sendo incorporadas pela associação e pela Usina nas discussões com as famílias, estratégias de atuação com a UMM-SP foram pensadas no sentido de uma melhoria na qualidade de vida.

Ainda segundo o Relatório de Trabalho Social, em 2006, final da gestão de José Serra, o ano começou com certa abertura da prefeitura para temas estratégicos ao movimento, como a discussão sobre o impacto da política habitacional na cultura do associativismo e as possibilidades de financiamento e de utilização dos equipamentos comunitários. Essa abertura estimulou a realização, pela associação do Paulo Freire e pela assessoria, de um levantamento da sustentabilidade econômica das famílias, a fim de melhor embasar a continuidade destas discussões. Também foi aberto caminho para os primeiros contatos com o Conselho Municipal de Habitação para a apresentação da proposta dos mutirões autogeridos.

4.1.2 A pós-ocupação do conjunto

Com a proximidade da finalização da obra, são aprofundadas as discussões sobre a comercialização/contrato e a pós-ocupação. Nesse ano, tem-se a alteração da resolução nº 10 do CMH e os mutirões de São Paulo passam a ser pressionados a dar início ao processo de comercialização. Uma imposição que, para o Mutirão Paulo Freire, esbarrava no fato de sua lista de mutirantes ainda não estar fechada, havendo casos de famílias que não atingiam a faixa de renda necessária para a assinatura da TPU Social[46]. Essas famílias teriam quer ser

46 A Resolução n° 10, de 13 de agosto de 2004 do CMH, dispõe sobre os procedimentos relativos a composição dos investimentos para produção de moradias, estabelece os parâmetros para financiamento de unidades habitacionais e concessão de subsídios. Com as alterações dessa resolução é criado o TPU Social, termo de permissão de uso que não equivale ao termo de compra e venda (TCV), sendo previsto juridicamente nos casos em que não foi feito a valoração do imóvel. Segundo Jade Percassi (assistente social da Usina) a família assina o TPU, paga prestações mensais à prefeitura, para o FMHIS, e quando a terra for regularizada

subsidiadas (complexidade e certo constrangimento). A pressão pela comercialização também era consequência dos avanços da obra, que, neste período, já havia finalizado as lajes e alvenarias, dando início às instalações elétricas e hidráulicas, além de toda infraestrutura condominial. Sobre a comercialização, mesmo após a finalização da obra, são diferentes as compreensões sobre o que será decidido.

> Enquanto não vem a documentação pra gente assinar, que é o contrato, em toda assembleia tá se lembrando todo mundo de que não vá ninguém na COHAB assinar contrato nenhum por motivo disso e motivo daquilo. Porque, se você for lá assinar o contrato, o contrato que estão oferecendo hoje pra gente (ele não lembra o nome)... é um documento, só que o apartamento não é seu. Você vai ficar pagando, mas nunca o apartamento vai ser seu. Eu não lutei pra isso. Eu não quero o negócio de graça, ninguém quer o negocio de graça, porém a gente quer o que é justo. O que foi combinado em 89 tem que se manter. Você quer o reajuste referente aos juros que vem no decorrer dos anos não tem problema algum, pode por o reajuste, mas põe o reajuste também no dinheiro que vocês passaram pra gente. Porque o material, ele aumentou de acordo com o aumento de juros que teve no ano. Então acho que tudo isso aí tem que ser levado em conta. Se era pra eu pagar 10, você quer 20? Você quer 20 em cima dos juros desde 89 pra cá. Então de 89 pra cá a gente paga o material mais caro. Porque, na virada do prefeito, demorou-se pra poder soltar a verba. Nessa demora teve aumento de material. Se tivéssemos dinheiro em caixa, a gente tinha comprado muita coisa antecipado (Roberto, morador do Conjunto Paulo Freire, entrevistado em dez/2011).
>
> Essa parte de pagar a gente ainda tá vendo aí... A gente entrou num convenio, que assinou em 89. A COHAB queria agora, depois da obra terminada, 78 mil da gente. Com tanta luta, tanto trabalho que a gente teve. [...] Por exemplo, você ganha um salário mais do que eu, você vai pagar o mesmo que eu. Não tem essa de que você ganha mais e vai pagar mais não. Entrou assim, o plano das famílias em geral. Acho que vai ser um salário mínimo, acho que é 20%, 25% do salário mínimo (Artemisa, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevista realizada em dezembro/2011).
>
> O que eu sei de quando a gente vai nas reuniões, eles falaram que estão negociando com a COHAB pra o carnê da gente vir o mais baixo possível. Quando nós ia na reunião eles (COHAB) falava que era 30% do nosso salário, mas a gente acha muito. Estamos lutando, pedindo, implorando, pra que eles abaixem. Se tiver que fazer baderna de novo, ato, a gente vai fazer tudo de novo pra vir pelo menos uns 80, de 70 a 80. A proposta dele é por 25 anos, a nossa é que a gente pague em 18 anos. Então estamos negociando. Estamos morando aqui ainda como se não tivesse. Por que? Porque a COHAB não permite que a gente venha antes que o carnê esteja pronto. Só que nós tinha ameaça de invasão. Então, se o povo quer invadir nossos apartamentos que tá quase pronto, vamos invadir nós mesmo, somos nós que construímos. E nós fizemos isso (Valdemir, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevista realizada em dezembro/2011).
>
> Essa de pagar, nós vamos ainda brigar muito, porque a gente trabalhou aqui 12 anos. Isso daqui a gente vai cobrar. Eles já falaram que vão diminuir uns anos, para pagar. Se for assim, pra diminuir um, dois anos, não sei se vale a pena. Diminuir na prestação, né, no valor da prestação. Agora se for de 5 anos pra mais, aí compensa. Nessa parte aí eu ainda não sei. [...] Esse apartamento, apesar de ser bonito, grande, ele não deixa de ser popular. E é pra pessoa de pouca renda, que ganha pouco, não é classe média (Ângela, moradora do Conjunto Paulo Freire. Entrevista realizada em dezembro/2011).

---

a prefeitura tem a titularidade da terra e do conjunto habitacional. A família entra com um substitutivo, que é o TCV e abate todas as parcelas que foram pagas no TPU. No caso da TPU Social é que essas parcelas são pagas, porém elas não podem ser abatidas do TCV, é como se fosse um aluguel social.

Mas, segundo a Associação,

> Sobre o financiamento, ainda não está claro o valor e como será a forma de pagamento. Estamos tendo várias reuniões sobre o contrato com a COHAB, que vai ser individual, cada família vai fazer um contrato (padrão) com a COHAB/Prefeitura. Pois é essa a forma de trabalhar com a Prefeitura. Tem uma resolução do COHAB, do qual muitos do movimento fazem parte, que estipula que todos os convênios assinados até 1999, com em torno de 27 mil por unidade, seriam pagos em 300 parcelas, o que dá uns 25 anos. Já conhecemos conjuntos aqui perto que já seguiram essa resolução. Que é muito boa pra gente, pois pelas contas atuais do que já foi liberado pela COHAB sai por 45 mil por unidade, se ficar 27 como na resolução, é melhor (Cristiane, moradora e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire. Entrevista realizada em maio/2010).

Com o aumento do número de famílias moradoras antes da finalização da obra também surgem novos pontos de conflito entre os conjuntos Paulo Freire e Unidos Venceremos, entre eles destacou-se a ligação da água. A estas discussões somaram-se outras, sobre temas pós-ocupação: a conduta das crianças/adolescentes, horários de silêncio, limpeza das áreas comuns, segurança, estacionamento, divisão de contas e permissão/proibição de animais. Temas cujas discussões ocorreram em meio a argumentações bastante acirradas. Chegando-se ao ponto de ocorrerem impactos no cotidiano de trabalho nas obras dos dois mutirões. Não se conseguiam consensos entre os coordenadores, que adotavam posturas que oscilavam entre a conciliação e a ruptura. Apesar de tantas dificuldades, o cronograma de discussão conjunta dos planos de pós-ocupação conseguiu ser finalizado por todos.

Importante destacar que, em 2010, quando da entrega oficial do conjunto, o "exercício" da pós-ocupação já vinha sendo feito por grande parte das famílias. A "boa" convivência já vinha sendo posta à prova, principalmente pelo fato de que a obra ainda não havia sido finalizada. É como viver num canteiro, e não por alguns dias ou meses, mas por anos. Pressupõe-se daí que essas famílias, superando esse grande desafio, superariam qualquer outro relacionado à convivência. Afinal, não eram apenas questões de uma simples relação entre vizinhos, eram todos os seus desafios acrescentados aos complicadores de um canteiro de obras sem fim "à porta de suas casas", um canteiro no qual você trabalha com o seu vizinho e que você também administra com o seu vizinho.

Mas, finda a obra, inaugurado o Conjunto, nem tudo foi superado por esse exercício de uma "pós-ocupação antecipada". Nem toda a prática cooperativista e autogestionária e de ação coletiva do mutirão os preparou para algumas questões de convivência. Algumas delas, constatadas nos depoimentos feitos, têm relação principalmente com o barulho e a limpeza interna. Mas também é percebido que há moradores que conseguem estabelecer acordos de

convivência mínimos com seus vizinhos imediatos e, assim, conseguem desfrutar com mais tranquilidade da qualidade da habitação produzida.

> Hoje a gente tem praticamente 85% de moradores aqui, tem criança, adolescente, adulto. Meu, eu não concordo em varrer algo que não sou eu que to sujando. Você tem que varrer a área comum, o condomínio. Pô, você fuma e eu não fumo. Eu sou obrigada a pegar a sua bituca de cigarro? Não concordo mesmo. Nós somos 100 famílias, está dividido em 25 por grupo. Cada grupo trabalha uma semana, então são 25 pessoas a cada semana pra limpar. Porém, se você não limpa, você paga dez reais. Praticamente tá 80% pagando. Não está vindo varrer. Porém, as pessoas que vão limpar são sempre as mesmas. E eu vou ficar limpando algo que não sou eu? Esse dinheiro é colocado na conta do condomínio. Mas isso é por enquanto. O seu ambiente tem que estar limpo, a sua área comum. Você pagando ou você participando, o ambiente tem que estar limpo. Então tem as pessoas daquele grupo que estão limpando na sua semana, pra não pagar a taxa (Roberto, morador do Conjunto Paulo Freire, entrevistado em dez/2011).
>
> A convivência é muito boa, graças a deus meus vizinhos são maravilhosos. E nosso apartamento é maravilhoso também porque não é porta com porta. Ao redor aqui, bem, eu não participo tanto assim porque um dia eu trabalho outro dia eu descanso. Mas eu fico lá embaixo com meus amigos, vou lá, bebo, converso, volto, nunca tive problema nenhum com ninguém (Valdemir, moradora do Conjunto Paulo Freire, entrevistada em dez/2011).
>
> Pra mim, eu não tenho problema, porque saio de manhã e chego de noite. Mas tem um pessoal que arruma encrenca, briga um com o outro. Depois que veio morar junto, 10 anos junto, as coisas mudam, né? Mas o resto é bom, calmo, sossegado, a noite pode dormir sossegado, não tem barulho... Final de semana tem mais barulho, o pessoal faz umas carnes... Mas aqui é mais sossegado, desse lado. Mas é bom, ter diversão também, agitar um pouco, porque não, né? (Artemisa, moradora do Conjunto Paulo Freire, entrevistada em dez/2011).

As opiniões também divergem sobre a questão de como será a administração do condomínio, frente, principalmente, à baixa renda das famílias. Não constatamos na fala de nenhum entrevistado a associação entre administração do condomínio e continuidade, ou aprofundamento do "exercício" da prática autogestionária.

> Então, referente a essa organização de condomínio, a gente tirou uma comissão com síndico, subsíndico, pra estar organizando por enquanto, né? Porque aí a gente vai definir como vai fazer isso aí. Porque se você deixar sem ninguém administrando o condomínio, você vai gastar muita grana, vai ficar cobrando muito dinheiro das famílias, sempre que tiver uma assembleia vai ficar pedindo dinheiro das famílias, porque o dinheiro do condomínio não dá. Então foi tirada uma comissão, na assembleia anterior, que eu tô incluído, o Cleiton, a Dôra e a outra menina se chama Aline. Pra estar se organizando, saber do que o condomínio está precisando, de prioridades... Pra deixar a casa em ordem, essa é a verdade. Mas só que não está ainda definido se realmente essas quatro pessoas vão ser as pessoas responsáveis pelo condomínio. Ainda não está definido. Nós somos voluntários pra estar fazendo aí a organização, vendo manutenção, o que precisa ser feito, o que não precisa ser feito, o que a gente vai fazer referente à praça das crianças (Roberto, morador do Conjunto Paulo Freire, entrevistado em dez/2011).
>
> Já veio umas pessoas aqui conversar com o povo, a gente tá vendo essa parte de condomínio ainda. Ai, essa parte aí é meio complicado. Aqui a gente paga muita taxa... Acho que se fixasse um condomínio básico ia ser melhor. Eu não sei como vai ser, porque nossa água é separado, a luz é separado. E vejo nos outros condomínios é

> tudo junto (Artemisa, moradora do Conjunto Paulo Freire, entrevistada em dez/2011).
>
> Eu acho que do mesmo jeito que a gente se organizou pra construir, vai saber colocar uma pessoa que possa que queira e que saiba administrar o condomínio. A administração agora tá razoável. (É uma pessoa que faz a administração?) Eu nem sei exatamente, mas é umas duas ou três pessoas, porque a gente não teve oportunidade ainda de escolher o sindico... A gente ainda está em processo, não está nada resolvido. Então ainda são as mesmas pessoas que construiu. [...] Eu nem sei (quanto se deve cobrar), porque tem gente que paga condomínio muito alto aí. Mas a gente não pode. Nós vamos ter que pagar, porque é lei, aqui é condomínio, é obrigatório pra administração do prédio. Mas eu não sei, uns 30, 40..."(Valdemir, moradora do Conjunto Paulo Freire, entrevistada em dez/2011).

A associação à prática autogestionária, ou melhor, ao exercício da "gestão compartilhada" aconteceu sempre quando se falava da qualidade da moradia produzida; não importando nem o fato de que os apartamentos foram entregues com muitas obras internas a se fazer, como foi o caso do reboco, pintura e revestimentos de cozinha e banheiro.

> Esse apartamento, apesar de ser bonito, grande, ele não deixa de ser popular. E é pra pessoa de pouca renda, que ganha pouco, não é classe média. Ele tá assim, grande, que as pessoas olham e dizem 'Nossa, parece apartamento de classe média'... Por quê? Aí acho que é o ponto melhor que tem do movimento, é esse: ele conseguir provar pro governo e pra todo mundo que a gente consegue fazer apartamentos melhores com a mesma quantia que eles fazem esse aqui de frente, que é o tal do Singapura. A mesma quantia destinada pra cá foi pra lá, e os nossos são melhores. Acho que isso é o melhor ponto do mutirão. A gente consegue provar que consegue fazer melhor e mais barato (Ângela, moradora do Conjunto Paulo Freire, entrevistada em dez/2011).
>
> Mas foi difícil, a pessoa que colocou meu piso não tinha experiência e meu piso é tudo torto. Eu deixei a pessoa colocar pra ela ganhar experiência e eu paguei mais barato... Então esse apartamento graças a deus eu to dentro dele, porque se eu não tivesse dentro dele eu ia estar morando na favela. Mas foi difícil, porque pra quem ganha pouco tudo é difícil. Meu aparamento tá assim, mas pra mim ele tá maravilhoso, porque foi o que eu consegui, com muita luta, né (Valdemir, moradora do Conjunto Paulo Freire, entrevistada em dez/2011).

Concluímos esse "relato" com uma vivência do conjunto (um ano após sua inauguração) no mínimo significativa. Em dezembro de 2011, quando de nossa última visita ao conjunto, encontramos a associação e muitos de seus moradores totalmente mobilizados em torno de uma "quase epidemia" de rotavírus. A associação estava totalmente empenhada em dar assistência às famílias, principalmente àquelas que necessitavam de cuidados médicos emergenciais. Moradores com carro eram chamados a ajudar no deslocamento dos que não tinham meios próprios de fazê-lo. Coordenadores da associação e moradores cuidando de outros moradores que não tinham família; providenciando medicação e alimentação etc. Obviamente aqueles da associação contatados para nossa visita não puderam nos receber, e só conseguimos entrevistar quatro moradores (metade do planejado). Mas, passado um primeiro

momento de estranhamento e frustração, pudemos verificar do que realmente se tratava aquele momento: um verdadeiro "mutirão" de solidariedade, de desprendimento e coragem.

Convivemos muito pouco com o mutirão no processo construtivo do Conjunto, não participamos de nenhum dos atos de protesto ou reivindicação com essas famílias e sua associação, mas naquele momento entendemos que uma comunidade pode até não ter sido "criada", como coloca Oliveira (2004), mas algo profundo alterou a relação daquelas pessoas, fazendo-as se perceber como parte de um grupo, solidários entre si, detentores de uma força que os permitia enfrentar quase que todos os desafios impostos pela realidade de segregação e precariedade na qual foram "jogados". São agentes sociais que, através de uma vivência, conseguiram perceber a diferença entre a ação individual e a ação coletiva e o poder desta quando acionada.

> Eu acho que o mutirão é uma forma de organizar os trabalhadores, pra conscientizar, se conscientizar e ter noção, e valorizar o seu trabalho, e combater... Muita gente dentro do movimento, mesmo que seja independentemente de ter faculdade ou não, muitas coisas as pessoas vão aprender é dentro do mutirão. Ser. Ser... Uma pessoa, que dizer um ser humano... Eles vão reconhecer o valor que um ser humano tem dentro de um mutirão. Porque muitas coisas ele falam assim pra gente: "eu não sabia disso, hoje eu tô aprendendo... A minha resistência..." O cidadão, o papel de um cidadão, ele vem aprender dentro de um mutirão. Que é defender seus direitos, saber seus direitos. Porque tudo eles aprendem o que é viver numa comunidade, o que é defender o direito coletivo. Porque quando ele entra no mutirão ele está olhando o umbigo. Só o individual... Só ele que tem problema, ninguém mais. Aí a autogestão além dele, dos mutirantes tá administrando o seu recurso, saber onde tá lâmpada, onde tá o fio, como foi construída a própria unidade habitacional dele, eles valorizam mais. Então o mutirão é uma forma de valorização (Elenice, Associação do Conjunto São Marcos, uma das fundadoras da UMM-SP, entrevista concedida em maio/2010).

É com esta motivação maior que, a seguir, propomos mais um olhar sobre o mutirão autogerido (foram muitos até aqui), objetivando o melhor delineamento de seus avanços, de seus limites e do porquê das suas possibilidades, da sua continuidade como estratégia política para materialização de um projeto de cidade.

4.2. Um projeto de moradia: o encontro de muitos "projetos"

No "encontro" de tão diferentes agentes sociais em nível nacional (Movimento Nacional de Reforma Urbana), deu-se a construção de um projeto de cidade, onde o alcance à moradia digna pelos trabalhadores de baixa renda foi questão fundamental. Sendo que em São

Paulo, essa questão se viu traduzida em uma estratégia de atuação direta na produção de moradia popular por meio do mutirão autogerido.

Foi refazendo as histórias e especificidades dos agentes principais (movimento social, prefeitura, assessoria técnica e famílias mutirantes/moradoras) de uma experiência, o Conjunto Paulo Freire, "entrando" no canteiro dessa obra e vivenciando um pouco da pós-ocupação do conjunto, que nos propomos agora tentar responder duas importantes questões inicialmente colocadas: - quais os papéis assumidos por cada um destes agentes no que tange a formulação e a execução do projeto e; quais os avanços da forma de organização e atuação conjunta frente a tantas mudanças e a tanta complexidade.

Sobre a primeira questão, temos que, na evolução do processo da proposta autogestionária em São Paulo, a formulação do "projeto" e das estratégias de atuação e organização conjunta tem se dado em um contexto, fruto de uma sequência de processos. Destes, destacamos: renovação urbana, com a implantação de grandes projetos urbanísticos e viários, atingindo principalmente favelas e cortiços na área central da cidade e promovendo a expulsão das classes populares para as áreas sem valor mercantil e ambientalmente vulneráveis; autoconstrução como processo majoritário de produção habitacional pela baixa renda; "política da escassez" na produção habitacional de interesse social; crise habitacional pós-BNH; a questão fundiária vem à tona e "se une" à questão habitacional; reestruturação da sociedade civil nos anos finais da ditadura militar; a mobilização social para a inserção da questão do direito à moradia e à cidade na constituinte de 1988; a eleição de Luíza Erundina, um partido de esquerda (PT), em 1989; e toda a discussão e luta para a aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001.

A formulação da proposta do mutirão autogerido, em meio a tanta complexidade, não pertenceu a um único agente social, mas a um grupo específico, de agentes distintos, formado por movimentos sociais, pastorais, professores e estudantes universitários, ONG(s), e políticos. Estes iniciaram um processo de convergência de ideias e projetos um pouco antes das discussões da constituinte. Todos já atuavam na questão urbana e/ou na habitacional e tinham propostas. As lideranças de bairro começavam a se reunir em movimentos sociais organizados em torno da luta por moradia e terra, sob a influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que os "acordaram" para outras formas de atuação para além das ocupações de terrenos.

> E aí nesse processo a Igreja fala: 'Vocês arrumaram projeto? Porque do jeito que vocês estão, não dá mais pra Igreja ficar. Vocês ocupam terra e morre gente, e sai tiro, a gente arruma advogado... E depois vai ficar ruim pra Igreja'. Respondemos:

> 'Não, o projeto nosso é formar um movimento global na cidade, chamado de união dos movimentos de moradia e a gente fazer pelo coletivo (Donizete, direção nacional da UNMP. Entrevista concedida em maio/2010).

Intelectuais, professores (Rodrigo Lefébvre, Ermínia Maricato, Nabil Bonduki, entre outros), alunos universitários (formadores de assessorias como a Usina – CTAH e Ambiente) e ONGs já vinham discutindo a política urbana e habitacional e conhecendo as experiências de produção habitacional em países como o Uruguai e sendo por essas experiências influenciados. Para além das experiências internacionais, o mutirão rural foi estudado e reconhecido como ponto de partida nas formulações para uma prática urbana similar.

> Então, eu acho que a experiência pros arquitetos vinha via Uruguai (FUCVAM), e via John Turner e outros que tão lá na 'arquitetura sem arquitetos', onde se tem toda uma valorização da autoconstrução da favela, em fim, da arquitetura sem autor, da arquitetura anônima, da arquitetura do povo. E no caso de alguns arquitetos paulistas também tinha uma influência do instituto de estruturas lá de Stuttgart. No meu livro eu tento mostrar um pouco essa mistura bem heterodoxa que vai desde essa 'arquitetura sem autores' até o mais hightech e como é que eles combinavam isso, numa arquitetura ao mesmo tempo vernacular e sofisticada. [...] Existia uma aposta na tecnologia, que era importante também de você mencionar. Aí na base, teve a referência o Uruguai também, e ela também foi muito transplantada, mas acho que tem referências genuínas com o mutirão rural. Com (a experiência) o Rio Bonito, o Antônio Cândido mostrando como isso tá na essência da solidariedade popular do Brasil e como isso vai ser transportado para o urbano. É a vivência da solidariedade rural, da construção da casa rural dos galpões, que vai chegando no urbano, de uma forma degradada, mas está lá essa transposição, essa experiência de solidariedade que vem. E a outra é a igreja, e a idéia de mutirão, de se dar as mãos, fazer juntos, construir a paróquia, construir... (Pedro Arantes, arquiteto da Usina – CTAH. Entrevistado em maio/2010).

Daí, com a eleição de um primeiro governo de “esquerda” em São Paulo (Luíza Erundina em 1989), uma proposta concreta, alternativa ao que vinha sendo implementado pelo Estado na produção de habitação popular precisa ser colocada em prática. Tem início a proposta do mutirão autogerido.

Segundo depoimento de Bonduki (MOREIRA, 2009, p. 53), os empreendimentos da HABI não dependiam de licitação como os da COHAB (ainda não existia a Lei nº 8.666/1993, a Lei das Licitações) e não passavam pela aprovação de projetos. Era um processo relativamente ágil que aconteceu mediante dois importantes programas: o FUNACOM (FUNAPS Comunitário) para mutirões autogeridos (93 convênios, 12.351 unidades habitacionais, em quatro anos) e o URBANCOM, para intervenções em áreas de risco em favelas e urbanização de favelas; ambos com fundos do Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal (FUNAPS).

Em resumo, tudo acontecia da seguinte forma: o convênio era firmado entre a prefeitura de São Paulo e a associação de famílias (que já estavam ligadas a algum movimento social organizado em torno do tema da moradia), sendo regido por regras definidas pela prefeitura e com a assessoria técnica contratada diretamente pela associação responsável pela elaboração do projeto (com a participação comprovada das famílias associadas) e pelos serviços sociais e de engenharia\arquitetura para a execução das obras, realizadas em autogestão e mutirão.

A associação seria a responsável legal pelo comando dos processos construtivos, administrativos, financeiros com o auxílio das assessorias julgadas necessárias, fazendo inclusive a prestação de contas à prefeitura. Dependia da dinâmica de tomada de decisão na associação (e indiretamente do movimento a qual ela estava filiada) o grau de participação e influência dos moradores nos processos em questão, principalmente no processo construtivo de organização dos trabalhos no canteiro de obra, de escolha do tipo e qualidade do material e da qualidade do projeto no que tange o tamanho das unidades.

Boa parte dessa forma de organização, formulada por lideranças do movimento, professores e alunos da universidade organizados em assessorias (ou não) ou que passaram a compor a gestão municipal, persiste até hoje na forma de implantação dos novos conjuntos promovidos pela UMM-SP. Foi perante essa base organizativa do mutirão autogerido que cada um dos agentes sociais foi elaborando suas estratégias de atuação. Isso era feito ou de forma individual, ou em articulação com outros agentes, como era o caso das assessorias e ONGs que participavam das discussões com os movimentos sociais e suas associações, objetivando a formulação de estratégias conjuntas, ou mesmo, dependendo da gestão, políticos com os movimentos, ou com as assessorias, ou estas participando mais diretamente das associações das famílias. A formulação desse "projeto de moradia" é contínua, sendo que cada vez mais os movimentos sociais, como é o caso da UMM-SP, adquirem conteúdo e respaldo técnico para rediscuti-lo internamente ou mesmo em nível de país.

Ou seja, pensar na consolidação e expansão da proposta da produção habitacional de interesse social alternativa, baseada em um projeto também alternativo de cidade, feita por movimentos sociais e famílias através do cooperativismo/autogestão/mutirão envolve formulações: - na escala da discussão do "projeto de moradia", princípios, objetivos e diretrizes práticas mais gerais (como aconteceu no período da gestão Erundina em São Paulo); e - na escala da produção da unidade habitacional. As formulações de uma escala alimentam a outra e vice-versa. Daí não se pode concluir que alguns agentes foram meros "executores", porque todos participaram diretamente nas formulações em pelo menos uma das duas escalas

citadas. No caso das famílias mutirantes, a "formulação" se deu principalmente nas assembleias da associação (de construção Paulo Freire) quando se decidiam questões relativas ao projeto arquitetônico e ao processo construtivo do conjunto.

Refletir sobre quem eram os "formuladores" e "executores" no processo em questão, leva-nos a responder a segunda questão colocada, sobre os avanços da forma de organização e atuação conjunta escolhidas para a materialização do projeto de moradia da reforma urbana. Nesse sentido, concordamos com o colocado por Lopes e Rizek (2006, p. 67) sobre a questão do "avanço" nesse tipo de processo: "avanço em relação a quê?". E acrescentamos, "em relação a quem?". Isto porque, aqui neste capítulo, estamos discutindo sujeitos sociais reunidos em coletivos autônomos e novamente reunidos na implementação de um processo específico. O que pode ter sido avanço em relação a determinado aspecto para um destes coletivos pode não ter sido considerado avanço para os demais.

No que tange ao avanço em relação às famílias participantes, temos que relembrar que até as primeiras experiências de mutirão autogerido, nas gestões anteriores baseadas na lógica conservadora de produção habitacional (prefeitura + empreiteiras), algo fundamental era desconsiderado pelo Estado nos seus processos, principalmente para a população de baixa renda: a autonomia, o controle destas famílias sobre o processo construtivo da moradia. Um valor importante, mesmo que limitado pelas condições materiais de conjuntura socioeconômica que o país enfrentava. Mas um valor que sempre existiu se considerarmos as milhões de pessoas que praticaram e praticam a autoconstrução, mesmo que em locais distantes e de formas precárias; comprometendo muitas vezes mais do que suas rendas, comprometendo o bem-estar e a dignidade de suas famílias.

Vale salientar que, no padrão "conservador" de produção dos conjuntos habitacionais para a população de baixa renda, as moradias, como propriedade do Estado, não podiam sofrer quaisquer alterações que não partissem do próprio Estado e suas instâncias executoras do projeto. As alterações por parte da família "beneficiada" só poderiam acontecer, quando podiam acontecer, após a entrega da unidade. Alterações limitadas muitas vezes pela mediocridade de um produto final de qualidade duvidosa, em lotes, cuja implantação e dimensão (quando térreos e individualizados) inviabilizavam qualquer reforma planejada e adequada. Afinal para que alterar o que foi "dado praticamente de graça". Afinal, "é o que se pode fazer com esse custo tão baixo": um único padrão, um único tamanho, com aquele tipo de janela e o banheiro com acesso pela cozinha.

O fato é que, com o surgimento, a partir de 1989, em São Paulo, da proposta do mutirão autogerido na produção habitacional pelos movimentos sociais, têm-se claras duas

realidades opostas relacionadas a este importante valor da autonomia decisória: a realidade da ausência total da autonomia dos futuros moradores e o controle formal do Estado no processo de produção, garantindo quantidade de unidades produzidas e redução de custos; e a realidade da percepção, por parte dos que autoconstroem suas moradas, das vantagens de se ter certa autonomia e de liberdade de decisão sobre esse mesmo processo.

A consequência principal desta percepção e, acima de tudo, a vivência real de "certa" autonomia é o "empoderamento" adquirido pelas famílias e pelas lideranças de associações como a do Conjunto Paulo Freire, sendo que alguns, apesar de muito poucos entre tantos, de tão sensibilizados e mobilizados, iniciam uma militância nos movimentos de moradia como a UMM-SP, como foi o caso da Cristiane e do Djalma. E mesmo os que não permanecem no movimento também valorizam a experiência. Foi assim com todos os moradores/mutirantes entrevistados.

> O mutirão muda tudo! Depois que você entra no mutirão, muda a sua forma de ver as coisas. Acho que total... Porque você não tem noção, quando entra no mutirão, do que é uma luta, lutar pela moradia... E você descobre que tem um monte gente fazendo a mesma coisa, e não só por moradia, por transporte... Acho que ele abre a tua mente assim... E quando a gente se une, fica mais forte sem dúvida! Muda muito mesmo! (Cris/Cristiane, moradora e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, maio/2010).

> O mutirão entregou pra gente o apartamento feito com divisão só dos quartos. Três quartos foi o que eu escolhi. Aqui dentro, a sala ficar pequena ou grande, a cozinha ficar pequena ou grande, fui eu que escolhi. Esse apartamento do jeito que está aqui fui eu que fiz. Sem dinheiro, porque quem ganha 500 reais como é que reforma apartamento? (Valdemir, moradora do Conjunto Paulo Freire, dezembro/2011).

> Hoje quando a gente vê assim, da onde a gente começou e da onde a gente tá hoje, vale a pena! E eu sempre dou conselho pro povo. o rapaz do prédio lá onde eu trabalho, o zelador paga aluguel. Eu perguntei: 'por que você não faz inscrição de moradia?' E ele: 'mas eu não sei nem onde que faz.' Aí eu liguei pra onde faz a inscrição e passei pra ele (Artemisa, moradora do Conjunto Paulo Freire, dezembro/2011).

> Eu trabalhei aqui! Eles querem que o valor de cada apartamento aqui chegue a 70 mil reais. Pra quem fez, pra quem trabalhou todos esses anos... Eu trabalhei e construí. Quem negociou a parte elétrica, hidráulica, pintura, geral, foi a gente... Porque se dependesse da COHAB seria uma empresa terceirizada, construtora... Não foi. Tinha algum terceirizado, porque pra coisas especificas não pode ser mutirão, mas administrado pela gente" (Roberto, morador do Conjunto Paulo Freire, dezembro/2011).

> (Mas, no mutirão... Trabalhar no mutirão, qual é a desvantagem?) "Não acho que tenha desvantagem, não. Que, a gente aprende muitas coisas convivendo com as pessoas. É bom, porque você aprende a administrar né. Você ajuda a escolher o que vai ser feito o que não vai. É bom por isso (Dôra, moradora do Conjunto Paulo Freire, maio/2010).

Para o movimento social, pelo verificado no caso em estudo, a União de Movimento de Moradia de São Paulo (UMM-SP), o avanço maior tem sido a ampliação das bases do movimento e sua consolidação no cenário político do Estado e do próprio país com a criação da União Nacional por Moradia Popular (UNMP).

> Sobre os avanços e principais entraves passados e atuais: o movimento de moradia hoje está em outro momento da sua luta. As questões estruturais que geram a luta por moradia não mudaram. Mas a forma de lidar com esses problemas se modificaram. Hoje nós temos muito mais condições de ter uma articulação nacional, que não tinha antes. Tem políticas, a gente tá disputando as políticas existentes. Hoje a gente disputa não só os investimentos, mas principalmente o conceito das políticas que estão colocadas. Então acho que essa é uma luta que muda um pouco de perfil, mas em sua essência não muda, na sua concepção, na forma como ela foi constituída, ela permanece a mesma (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP. Entrevista concedida em setembro/2012).

Estas disputas realmente acontecem, e um das conquistas foi a criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), que repassa recursos para cooperativas e associações através do Programa Crédito Solidário do Ministério das Cidades. São conquistas impossíveis de serem ao menos "concebidas" a bem pouco tempo atrás. Apesar dos seus detalhes e entraves não serem objeto da presente pesquisa, basta-nos saber que ainda não estão consolidadas e plenamente garantidas e que a "luta" dos movimentos de moradia continua, tanto através dos espaços colegiados existentes (Conselho Nacional das Cidades, Conselho Gestor do FNHIS, conselhos municipais e estaduais de habitação e/ou desenvolvimento urbano), como através das ocupações, passeatas e demais formas de manifestação.

É fato que a luta pela moradia e suas conquistas por programas e recursos não vieram acompanhadas de uma conquista fundamental: uma política fundiária que minimamente garanta terra adequada e bem localizada para implantação de moradia popular seja ela promovida pelos movimentos ou não. Nesse campo, as conquistas foram mínimas e o projeto de cidade do Movimento de Reforma Urbana contido no Estatuto das Cidades e todos os seus instrumentos ainda não garante a terra adequada para um projeto alternativo de moradia popular, pois a disputa com o mercado imobiliário é difícil, principalmente sem a adoção dos instrumentos do Estatuto/Plano e uma política de terras efetiva por parte dos gestores municipais.

> [...] o movimento tem tido muita dificuldade. Principalmente na questão da terra. E se e a gente tem esse papel mesmo, se é um papel para o movimento social, da

> interação com o mercado imobiliário. Bom, a gente tanto insistiu, tanto discutiu essa questão junto ao Ministério das Cidades e à Caixa, que final de 2008, com o lançamento do MCMV, a gente conseguiu aprovar a modalidade de compra antecipada. Como o nome diz, ela compra o terreno antes do projeto estar aprovado e licenciado no órgão competente. A partir de um estudo, o terreno é comprado pela Caixa, fica no nome da entidade e ela vai ter até dois anos pra desenvolver e aprovar o projeto. É uma ideia ainda em implantação, que tem muita resistência dos técnicos (da Caixa). No início teve uma resistência feroz da própria gerência que atuava na época dentro da Caixa e foi preciso de fato uma decisão política tanto do Ministério quanto da Caixa pra poder operar essa proposta. E a gente tem poucas iniciativas efetivadas até agora, mas essas são super importantes e mostram que o instrumento é super válido. Mas ainda assim ele deixa a desejar, pois ainda assim a entidade continua tendo que ir ao mercado negociar terra em condições muito precárias (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP. Entrevista concedida em setembro/2012).

> Nossa, às vezes a gente tinha medo, medo de apanhar das policias, sei lá... eles não escutava a gente, só escutava se a gente fosse falar o que a gente tava precisando, o que a gente tava querendo, que eles não entendia a gente... A gente tinha que fazer baderna mesmo, fazer o que, senão ninguém escuta... Aí a gente ia lá, levava bandeira... Fazia muita bagunça na rua, pra eles poderem nos escutar. Até que um dia resolveram e chamaram a gente pra conversar sobre terreno pra construir, a nossa maneira de construir, barata, né? A maneira como eles queriam dar a casa não tinha como pagar, como é que uma pessoa que ganha salário mínimo vai pagar? Então muito difícil foi pra negociar... a gente participou de vários atos, ocupações, muito movimento na rua... nem conto, foram vários. Aí surgiu o terreno. Quando surgiu o terreno foi outra luta, porque os mandantes da lei não queriam que a gente construísse por mutirão, queriam que a gente construísse no sistema deles, pra eles ganharem dinheiro também, né? Então foi mais uma briga, a gente tinha que ir lá, bater na porta deles, eles não atendiam, né? Então era muito difícil pra gente começar a construir (Valdemir, moradora do Conjunto Paulo Freire, dezembro/2011).

Uma primeira conclusão destes avanços nos leva a concordar com Santos (2010, p. 302) quando ele afirma que, hoje, a UMM-SP vive um dilema entre duas "certezas": a certeza da produção habitacional como única maneira de sobrevivência do movimento e a certeza de que a construção de projetos pontuais não altera a realidade, a dinâmica da cidade, ou mesmo não influi estruturalmente na conformação da política habitacional. Mas não será apenas aumentar a "produtividade" do movimento, das famílias, da assessoria, que resolverá tal questão, até porque, mesmo que de forma lenta, os números têm acontecido e a prática do mutirão autogerido persiste. Ainda segundo o autor, ela persiste, mas com um "esvaziamento qualitativo da concepção original", devido à adaptação constante aos ditames operacionais (burocratizantes) da máquina administrativa, ou seja, quando o mutirão autogerido passa a ser institucionalizado como um programa, parte de uma política, a gestão não é feita apenas pelas famílias, movimentos e assessorias técnicas, mas também pelas normas, prazos e atrasos, da

prefeitura. Tem-se, concordando-se novamente com Santos (2010), um "sistema híbrido e fraco", fruto não da autogestão, mas de uma "gestão compartilhada".

> (O negativo desse processo) é a falta de vontade política do governo. Num tem jeito! É a falta de vontade política... Principalmente por conta do financeiro. Recurso ninguém tem... Se a gente tivesse recurso próprio seria outra história. Como a gente depende do governo pra fazer. E ele não tem vontade de fazer mutirão. Eles teimam em dizer que empreiteira é melhor que a gente. E a gente ali mostrando que não, que é diferente, que a gente sabe construir que a gente faz com o mesmo dinheiro que ele faz e faz melhor, melhor qualidade. Quando a gente tá fazendo uma coisa que é pra gente, com dinheiro... É totalmente diferente do que uma empreiteira vim aqui deixar ali tudo pronto, num é eles que vão morar, né?! Faz de qualquer jeito... A gente não, a gente quer o melhor, um material de melhor qualidade. Essa história da gente ter conversado com a assessoria pra ver os modelos dos apartamentos,... Que empreiteira ia fazer isso? Mesmo que soubesse que era pras famílias? Nenhuma né! E quantos lugares aí, constrói, vão tirar o povo da favela, tão construindo aqui do lado, alguém palpita?! Não né?! E o dinheiro não é público, né?! Num é do poder público? Não é das pessoas?! E é isso que eles não querem. Que a gente mostre que a gente consegue fazer, porque a gente num tá pagando nenhuma empreiteira, num tá financiando a campanha de ninguém, né?! A gente tá construindo aqui pro povo mesmo (Cris/Cristiane, moradora e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, maio/2010).

O avanço de movimentos em conseguir transformar em política pública o projeto de moradia contido no mutirão autogerido passa necessariamente pela clareza de que, para além de um aumento da produção de unidades habitacionais, deve-se persistir na busca de um processo efetivamente autogestionário, pois tem sido essa busca que tem tirado um coletivo de agentes sociais da inércia, faz com que aprimorem suas práticas políticas, façam novas reflexões e consolidem uma pauta de reivindicações necessárias e exerçam influência no cenário da política urbana. A adaptação do movimento aos diferentes momentos da política pública, segundo Santos (2010, p. 348), exemplifica momentos em que o papel da assessoria técnica é fundamental e que os desafios propostos têm sido assumidos e vistos por muitos como "uma ousadia", uma mudança de paradigmas. Foi o que verificamos ao contar a história da Usina-CTAH.

E esse é o grande avanço dessas assessorias técnicas, assumem os desafios do projeto de moradia em meio a todas as dificuldades e têm sido bem avaliadas pelo movimento e pelas famílias. São assessorias que não estão em busca de uma produtividade "cega" à questão do aprimoramento do processo autogestionário e dos ganhos que ele viabiliza na qualidade do que tem sido produzido e que investem na busca não apenas de um bom projeto arquitetônico, de boas soluções em materiais e condições de execução da obra, mas de um diálogo qualitativo principalmente com as famílias, para que estas saibam entender o porquê e as

consequências de cada decisão tomada. Não se tem apenas assessoria arquitetônica e de assistência social, tem-se assessoria em autogestão na produção habitacional. Ou seja, essa forma de fazer assessoria, viabilizando acima de tudo a gestão das famílias, trouxe uma ponte entre a técnica e a política, uma valorização tanto do saber técnico pelas famílias, como do saber popular pelos técnicos.

É esse avanço, mesmo não consolidado por todos que prestam assessoria aos movimentos de moradia, que promove indiretamente algumas outras conquistas importantes como a aprovação da Lei n. 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. A necessidade da técnica (arquitetônica e social) foi reconhecida para o atendimento às populações de baixa renda. Caberá a esses técnicos a expansão ou não de assessorias como a que foi realizada no Conjunto Paulo Freire e em muitos outros da UMM-SP.

4.3 O mutirão autogerido: para além dos limites, as possibilidades

O chamado "mutirão autogerido" praticado pelas associações/cooperativas em São Paulo, concordando-se com Lopes e Rizek (2004, p. 67) é uma prática ainda muito "pulverizada e que demanda uma imensa rede organizativa de base, qualificada e habilitada para assumir processos massivos de produção habitacional". Ou seja, tem-se uma complexidade que limita a massificação da prática na produção habitacional e torna a boa qualidade da moradia produzida um privilégio de poucos, "relegando àqueles que não conseguem se inserir nos processo de mutirão – e são muitos – os velhos mecanismos de provisão habitacional: filas, produtos de péssima qualidade, inacessibilidade em virtude dos altos custos acessórios, etc.".

Sua limitação de expansão também está relacionada ao fato de esta prática acontecer mediante recursos, não dos seus promotores diretos – movimentos sociais e famílias – mas do Estado. Não se trata de se chegar a um lugar e instalar uma empresa pertencente e autogerida pelo coletivo de seus funcionários. A prática do mutirão autogerido se dá em conjuntos habitacionais cuja decisão de implantação depende dos direcionamentos de uma política e de recursos geridos pelo Estado, com suas normas e regulamentos de gestão. Portanto, para além de uma base social organizada e qualificada, necessita-se de um Estado "aberto" à proposta e

preparado a sua viabilização, tanto em termos de políticas públicas que incorporem a prática como de leis e normas administrativas que a regulamentem.

O entendimento de tal limitação, somado à análise do caso do conjunto Paulo Freire, nos faz concordar com Lopes e Rizek (2004, p. 57), quando eles trazem o termo "gestão compartilhada" para o caso da prática das cooperativas e associações de produção habitacional. Esta forma de gestão difere da autogestão que, ainda segundo os autores, trata-se da "gestão autônoma de processos produtivos que implica a organização coletiva e participada dos mecanismos de administração dos recursos, sejam eles quais forem" (LOPES; RIZEK, 2004, p. 57, grifo nosso), ou seja, não se tem gestão autônoma, mas sim uma gestão partilhada com o Estado dos recursos públicos.

No caso de se determinar os limites da gestão praticada pelos movimentos e famílias na produção cooperativada de suas moradias, Lopes e Rizek (2006, p. 49), também questionam se essa gestão não pode ser comparada à "gestão partilhada", entendida como "autonomia administrativa concedida pelo Estado a um grupo juridicamente habilitado e interessado no melhor desempenho possível dessa atividade administrativa", ou seja, algo como uma terceirização de serviços públicos (como, por exemplo, aquelas dadas a empresas privadas para o serviço de manutenção das estradas).

> Assim, até que ponto práticas ditas "autogestionárias" não deslizam para o campo de uma espécie de anomia institucional resultante de uma lógica de terceirização precária, com a transferência linear das funções originalmente atribuídas ao Estado? Daí, pergunta-se o que difere, em essência, autonomia democrática e popular na gestão dos fundos públicos da heteronomia em face dos processos de esvaziamento do Estado de privatização das históricas dimensões do público […] (LOPES; RIZEK, 2004, p. 49).

Os autores, a partir de pesquisa nacional sobre diversas experiências[47], respondem a questão formulada com a afirmação de que a "gestão partilhada" dos processos de produção de moradia popular entre associações/cooperativas e Estado é diferente de uma "terceirização de serviços", pois nesta o objetivo principal do terceirizado/empresa é o lucro. No caso dos movimentos sociais e suas associações/cooperativas, o objetivo da "gestão partilhada" é, entre outros, "produzir moradias para seus associados – moradia de qualidade a um custo socialmente justo" (LOPES; RIZEK, 2004, p. 68). Por sua vez, o Estado objetiva "mediar condições para que a provisão de moradia de boa qualidade e preço justo se realize como um de seus papéis" (LOPES; RIZEK, 2004, p. 68). Têm-se, para os autores, objetivos que se

47 Pesquisa realizada a partido de 11 (onze) estudos de caso (mutirões autogeridos) distribuídos nos municípios de São Paulo, Fortaleza e Belo Horizonte.

coadunam por um interesse diferente do que meramente a produção de uma mercadoria e obtenção de lucro.

> Portanto, a gestão partilhada não pode ser confundida com "terceirização", e a administração autônoma dos recursos investidos na produção das moradias persegue, pressupõe e propõe princípios autogestionários de administração de benefícios sociais para consecução de objetivos atinentes àqueles originariamente atribuídos ao Estado. Isto é, trata-se de um partilhamento de um poder fracionado, e não de uma parceria privatista de um poder centralizado (LOPES; RIZEK, 2004, p. 69).

É importante salientar que existem dimensões autogestionárias na gestão partilhada, pois, como já falado, existem questões que são resolvidas pela associação/cooperativa com autonomia. A questão é que esses momentos tendem a se reduzir frente ao que Lopes e Rizek (2004, p. 69) denominam de "cuidado quase além do obsessivo com a impecabilidade do processo burocrático". Um "cuidado" fruto do grande receio por parte do Estado em "promover a gestão partilhada do poder". As associações/cooperativas e mesmo as assessorias técnicas se tornam reféns das exigências feitas, o que implica custos excessivos com o atendimento à burocracia "de exceção" criada pelo Estado para se precaver. Existe também os "tempos" que são criados por essa burocracia e os atrasos de repasse de recursos por parte do Estado, que mais do que qualquer outro motivo tem levado os mutirões autogeridos a se estenderem por períodos absurdos. Pelo verificado nas entrevistas, se não fossem tantos os atrasos de repasse de recursos pela prefeitura, a questão do trabalho no mutirão não seria tão desgastante para as famílias.

> É meio complicado, né? Levou 10 anos! Mas é aquele negócio, quando a obra para, tem a medição, tem que esperar liberar as verbas de novo... Aí é demorado, né? Se os governos colaborassem com o povo, andava mais rápido. O problema é eles mesmo. Então a gente levou bastante tempo pra construir, mas era legal, alegre, muita alegria no fim de semana, sábado e domingo a gente estava sempre aqui (Artemisa, moradora do Conjunto Paulo Freire, entrevistada em dez/2011).

> A questão dos tempos, de fato, a gente nunca teve uma experiência rápida. Algumas experiências foram mais ágeis, na Zona Oeste. Na própria CDHU, a gente tem alguns mutirões que foram mais céleres e acho que isso ajuda muito pra o processo ser melhor. Porque o desgaste com as famílias por tanto tempo acaba se estendendo pra outras questões, da convivência, das confianças, da formação do grupo, acaba também influenciando. No caso atual do Minha Casa Entidades, do Crédito Solidário, a ideia é de fato reduzir os tempos. Ainda não se reduziu o quanto se queria, mas como o programa aloca os recursos integrais para a execução daquele empreendimento há uma pressão da própria Caixa para que a obra ande mais rápido, embora a própria Caixa também atrase repasses, atrase a analise... Só que o nível de exigência é bem maior antes da contratação do que durante a obra (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP, entrevista concedida em set/2012).

Nesse sentido, concorda-se com Lopes e Rizek, quando eles afirmam que,

> [...] caberia ao movimento e às suas instâncias aprofundar a crítica e redefinir o delineamento claro dos limites da prática, tanto de forma a explicitar as distinções entre sua prática política e a racionalidade técnica do Estado como interferindo – aí sim – positivamente no ajuste dos procedimentos práticos (LOPES; RIZEK, 2004, p. 70).

Essa redefinição é necessária, pois, no caso da produção de moradias populares por associações/cooperativas brasileiras, na maioria das vezes, tem se utilizado, para além de dimensões autogestionárias na gestão dos recursos, a prática da construção por ajuda mútua ou mutirão. Um "meio utilizado" que também contribui para a constituição de uma racionalidade própria no processo conduzido pelas associações/cooperativas, sendo mais um elemento a incrementar esse "choque de racionalidades" que é a gestão partilhada Estado – Associação.

Importante salientar que, no que tange à prática do mutirão, algumas redefinições já vem sendo feitas pelos movimentos. Como falado anteriormente, e melhor detalhado a seguir, não se tem mais o mesmo grau de participação da família no canteiro. O trabalho, que antes era integral, em todas as atividades da obra, e semanal, passou a ser parcial e apenas em atividades de auxílio aos profissionais contratados.

> O que prevaleceu é que depois da construção 70% das pessoas entenderam o processo... Pra nós foi um processo árduo, porque nós não tivemos terraplanagem. Nós derrubamos arvore de 20 metros de altura no "muck", quebramos pedra na mão! Era mutirão mesmo! Não tinha 60% de mão-de-obra especializado como tem hoje. Nós lá fomos no "muck" mesmo... A gente chegava a matar cobra de 4, 5 metros! Na época então, o mutirão foi pras pessoas que não tinham uma consciência... Elas desistiam, saiam... E quando viam que tava pronto, aí voltavam. Porque tava tudo limpo, lindo, maravilhoso... (Elenice, Associação do Conjunto São Marcos, uma das fundadoras da UMM-SP, entrevista concedida em maio/2010).
>
> Na época da Luiza Erundina a gente fazia o concreto com a enxada. Na época do Mário Covas também. Aí foi modernizando, hoje é com bomba. Por exemplo, esse prédio aqui, a gente tinha a equipe de laje, que era os mutirantes. Aí a bomba vinha, jogava aqui e o pessoal batia a laje (Donizete, direção nacional da UNMP. Entrevista realizada em maio/2010).

As redefinições, no que tange o mutirão, são fundamentais à continuidade da estratégia, mas deve ser feita considerando toda a nova situação das famílias como "empregadoras" de mão de obra, e como se dará essa relação que não pode simplesmente reproduzir as distorções das formas de exploração da força de trabalho realizada pelas empreiteiras. Há que se haver clareza de princípios e principalmente do por que desse redirecionamento, os limites e as possibilidades que ele impõe à estratégia do mutirão autogerido.

> Um outro fator que recentemente tem me preocupado bastante é que como a gente tem hoje... Mesmo fazendo a autogestão e tendo alguma parte de mutirão, é muito menor do era feito em outros tempos, claro que a contratação de mão-de-obra paga tem sido uma coisa que a gente não tem discutido muito. Então tem me preocupado bastante, porque acho que a gente ainda não conseguiu estabelecer uma outra forma de relação com essa mão de obra diferente das empreiteiras. Então hoje a gente contrata uma empreitada de mão-de-obra não pra obra toda, mas pra cada um dos pedaços, e a relação dos trabalhadores é com essa empresa. E eu me pergunto se a gente é hoje um mau patrão, porque todas as questões colocadas na relação do trabalho, na relação civil, acaba pegando também pra gente. As iniciativas de cooperativa de trabalho foram muito pequenas e muito pontuais, não avançou muito (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP, entrevista concedida em set/2012).
>
> Aí o que eu tô colocando hoje é que a gente tem que ter o processo da autogestão e o processo que a gente fala de mutirão social. Como é que foi o colinas? 200 pessoas divididas em 3 grupos. Então uns tinha 60 pessoas, outro 70... Daí tem um grupo que folga no sábado, tem um grupo que vai pro social e outro que trabalha. Rodízio. Mas porque tem que ter o grupo do social? Pra gente ter o processo coletivo com essas pessoas. Você não vai trabalhar, mas você vai lá pra Barra Funda ver uma palestra sobre meio ambiente, vai passar um filme, fazer um piquenique lá no Pico do Jaraguá, pras pessoas irem se juntando... As pessoas que estão trabalhando na obra lá também vão se conhecendo. E o que folgou se prepara pra vir no domingo (Donizete, direção nacional da UNMP. Entrevista realizada em maio/2010).

Ter participado diretamente da construção é valorizado pelas famílias, que comprovam a qualidade superior do que é produzido pelo mutirão e pela autogestão; o que também muito tem a ver com a forma como as assessorias elaboram os projetos e os fazem dialogar com as famílias, que participam da concepção final das suas moradias. Para além da busca pela qualidade, participar do mutirão autogerido possibilita, a depender da instrução e condução do processo, uma espécie de auditoria permanente nos gastos:

> [...] a produção a preço de custo, promovida pelos mutirões autogeridos, permite uma verificação, em tempo real, das distorções ou ajustamentos entre qualidade dos materiais aplicados, custos orçados e serviços realizados no conjunto do mercado da construção civil. Trata-se, portanto, de algo próximo a uma auditoria permanente do setor: é o que a presente pesquisa, a partir de análises comparativas, procura demonstrar (LOPES; RIZEK, 2004, p. 72).
>
> A diferença nossa, da autogestão, é que ao invés de estarmos comprando no depósito da esquina, nós estamos comprando direto da indústria, do grande atravessador. Só que o capitalista também faz isso. A grande empreiteira também faz isso, só que ela coloca como se estivesse comprando dos atravessadores. E o lucro tá sendo tudo pra ela. Ou você acha que a Andrade Gutierrez está comprando... não, ela compra direto do Antônio Ermírio... Então nós temos que discutir o lucro delas. O poder de lucro do capitalismo no Brasil é irreal. Então quando vem esses babacas falar na televisão que pagam muito imposto... tem que pagar muito mais! Na construção civil dá pra gente perceber isso (Donizete, direção nacional da UNMP. Entrevista realizada em maio/2010).

O movimento social, a associação, as famílias incorporam a ideia do "quão longe podem ir" na materialização de seus projetos e que as dificuldades foram compensadas pelo fato de que, com a autogestão das famílias, não havia "atravessadores" na produção, aqui,

neste caso, as construtoras, que acima de qualquer outro interesse, têm que ter suas altas margens de lucro com a produção das moradias. Como as famílias eram as beneficiárias diretas do processo, afora qualquer divergência, seu interesse maior era único: a economia, com qualidade, na construção dos apartamentos.

> Pra mim acho que mudou tudo. Lá eu não tava contente com a minha casa porque eu não tinha legalização, num era uma coisa que eu sabia que as pessoas podiam vir a qualquer hora e falar "olha, é meu". Aqui eu tô mais sossegada, sei que aqui é meu, eu lutei, então ninguém vai vir aqui e falar "sai". Vai ser uma briga boa, e eu não vou sair... E se for falado pela casa em si, lógico, o meu apartamento aqui é melhor de onde que eu tava. Eu morava em três cômodos, aqui eu to até, eu e minha mãe, estamos até perdida aqui. E isso é muito bom, olhar e dizer: fui eu que fiz. Não só construí do chão, como pintei a casa. Então é uma coisa boa de você falar, eu fiz e dá certo, demora, tem os seus problemas, mas... (Ângela, moradora do Conjunto Paulo Freire, entrevistada em dez/2011).
>
> Eu acho que o mutirão é uma forma de organizar os trabalhadores, pra conscientizar, se conscientizar e ter noção, e valorizar o seu trabalho, e combater... Muita gente dentro do movimento, mesmo que seja independentemente de ter faculdade ou não, muitas coisas as pessoas vão aprender é dentro do mutirão. Ser... Ser uma pessoa, que dizer um ser humano... Eles vão reconhecer o valor que um ser humano tem, é dentro de um mutirão. Porque muitas coisas eles falam assim pra gente: "eu não sabia disso, hoje eu tô aprendendo... A minha resistência..." O cidadão, o papel de um cidadão, ele vem aprender dentro de um mutirão. Que é defender seus direitos, saber seus direitos. Porque tudo eles aprendem o que é viver numa comunidade, o que é defender o direito coletivo. Porque quando ele entra no mutirão ele está olhando o umbigo. Só o individual... Só ele que tem problema, ninguém mais. Aí a autogestão além dele, dos mutirantes tá administrando o seu recurso, saber onde tá lâmpada, onde tá o fio, como foi construída a própria unidade habitacional dele, eles valorizam mais. Então o mutirão é uma forma de valorização (Elenice, Associação do Conjunto São Marcos, uma das fundadoras da UMM-SP, entrevista concedida em maio/2010).
>
> Eles teimam em dizer que empreiteira é melhor que a gente. E a gente ali mostrando que não, que é diferente, que a gente sabe construir que a gente faz com o mesmo dinheiro que ele faz e faz melhor, melhor qualidade. Quando a gente tá fazendo uma coisa que é pra gente, com dinheiro... É totalmente diferente do que uma empreiteira vim aqui deixar ali tudo pronto, num é eles que vão morar, né?! Faz de qualquer jeito... A gente não, a gente quer o melhor, um material de melhor qualidade. Essa história da gente ter conversado com a assessoria pra ver os modelos dos apartamentos,... Que empreiteira ia fazer isso? Mesmo que soubesse que era pras famílias? Nenhuma né! E quantos lugares aí, constrói, vão tirar o povo da favela, tão construindo aqui do lado, alguém palpita?! Não né?! E o dinheiro não é público, né?! Num é do poder público? Não é das pessoas?! E é isso que eles não querem. Que a gente mostre que a gente consegue fazer, porque a gente num tá pagando nenhuma empreiteira, num tá financiando a campanha de ninguém, né?! A gente tá construindo aqui pro povo mesmo (Cristiane, moradora e membro da coordenação da Associação de Construção Comunitária Paulo Freire, maio/2010).

Não apenas a Cristiane valoriza a prática congestionaria. Todos os entrevistados (do Paulo Freire e de outros conjuntos) reiteram em suas falas a importância da autogestão na condução do processo. Também foi consenso as dificuldades desse tipo de gestão. Uma das maiores dificuldades estava na questão da mobilização das famílias para a participação nas

reuniões ou atividades, principalmente no início do processo, como após os períodos de paralisação da obra por atrasos na transferência do recurso pela prefeitura. Observa-se, na leitura dos relatórios de acompanhamento do trabalho técnico social, que estratégias eram utilizadas pela coordenação da Associação e pela assessoria técnica para tentar contornar as dificuldades. Afinal, a participação de representantes de todas as 100 (cem) famílias era condição para a eficácia da autogestão do empreendimento.

> Valeu a pena sim, porque quem continua, consegue. Quem desiste, perde. É uma luta, mas a luta é uma vitória. A vitória é o apartamento, sua casa própria. Quem ganha salário mínimo não consegue comprar casa, então a única maneira que existe é lutando, no mutirão, na reunião de origem. Eu não consigo ganhar mais, porque não estudei. Muita gente que estuda não consegue bons empregos ainda, imagina quem não estudou (Valdemir, moradora do Conjunto Paulo Freire, entrevistada em dez/2011).

É fato que o mutirão autogerido não se colocava como algo simples, era um exercício contínuo, mas não aleatório e despretensioso. Não se pode esquecer que as famílias e sua associação faziam parte de um movimento maior, o Movimento de Trabalhadores Sem Terra – Leste I, ligado a dois importantes movimentos nacionais, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e a Central do Movimento Popular (CMP), que já vinham, há um certo tempo, implementando projetos similares na cidade de São Paulo.

> A questão da gente já ser movimento organizado, isso é um grande diferencial. Isso, acho, facilita muito porque as pessoas já vêm do hábito de discutir de sugerir, de propor, de entender, quer dizer, de ir pro debate. Quando é uma comunidade que não é organizada, isso leva um tempo maior pra se consolidar. Quando é uma entidade ou uma organização que as pessoas já vêm se ajudando mutuamente ou coletivamente de alguma forma isso facilita muito. Por isso que o projeto, ele foi muito focado em movimentos organizados. Ganha no tempo de discussões, porque quando é uma comunidade carente dispersa, que não se organiza, leva um tempo de maturação pras pessoas. E quando já tem esse tempo de discussão as pessoas assimilam as coisas, muito mais rápido. Embora que tenham discussões favoráveis, desfavoráveis, discordante, isso aí é natural, mas eu acredito que... Que é... A gente ganhe no tempo com isso (Djalma, morador e membro da coordenação da Associação Paulo Freire, maio/2010).

Esses movimentos sociais, juntamente com a Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM) e o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), compõem o coletivo dos movimentos nacionais de moradia. Este coletivo faz parte do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) e tem assento no Conselho Nacional das Cidades (ConCidades) e no Conselho Gestor do FNHIS. Isso significa uma ampliação significativa da escala de atuação e uma possibilidade de inserção efetiva no delineamento da política nacional de habitação e de desenvolvimento urbano. Mesmo com todas as dificuldades que uma atuação

nacional encerra, para a UMM-SP, com sua proposta de mutirão autogerido, esse "caminho" de articulação e atuação em escalas que extrapolam o bairro, o município e mesmo o Estado de São Paulo, foi e tem sido fundamental não apenas para a continuidade da proposta em termos de recursos, mas, principalmente, em termos de uma difusão dos princípios do projeto alternativo de moradia que nele estão contidos.

> (Pergunta-se: De que forma essa proposta alcançou os demais estados, onde existe atuação da UNMP? E os demais movimentos de moradia?) Na União essa discussão vem sendo ampliada. A maioria dos estados que hoje participa da União, antes do (Programa) Crédito Solidário, não tinha tido a possibilidade de ter experiência de produção habitacional. Os intercâmbios, os seminários, as visitas, foram muito importantes pra levar essa ideia. Como eu disse, acho que ainda tem muitas questões que estrangulam, que ainda não permite. Uma é a questão da assessoria técnica... Ainda são poucos os lugares que contam com uma assessoria técnica permanente que também tenha esse conteúdo da autogestão claro na sua proposta. Então, quando você, até por falta de opção, acaba pegando um técnico, um engenheiro, arquiteto, que atua no mercado, a cabeça dele tá formada pra questão da produção empresarial, não-autogestionária, então fazer essa mudança é um processo de construção política que também tem que ser feito. Com os técnicos não tem sido fácil. Nos demais movimentos de moradia, essa questão depende de cada movimento. O movimento nacional (UNMP) tem uma proposta que em uns estados é mais próxima da autogestão, como as cooperativas do Rio Grande do Sul, algumas filiadas ao movimento nacional, outras não, têm uma proposta mais próxima... Mas outros movimentos entendem a luta por moradia como a luta pela conquista do financiamento, a conquista da moradia é não necessariamente a produção dessas moradias. É um assunto que a gente vem discutindo e quem tem várias vertentes dentro dos movimentos. Então acho que um debate que a gente precisa avançar talvez seja esse da questão da cogestão, pra pensar em como a gente pode controlar os processos mesmo quando eles não são autogestionários (Evaniza, assessora da presidência da CAIXA, temporariamente afastada da direção nacional da UNMP, entrevista concedida em set/2012).

CAPÍTULO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A data é 23 de maio de 2013, e estou finalizando um longo processo de revisão e finalização da presente tese. O país vive um momento de muitas manifestações populares. São centenas, milhares de pessoas nas ruas de diversas cidades e de todas as capitais. E independente da origem desse movimento de massas e dos seus resultados, é impossível não refletir sobre os possíveis significados de tanta "efervescência" social, principalmente depois de tudo que foi escrito até aqui. Afora os mal-intencionados, os alienados, os oportunistas, os terroristas e despolitizados (algo sempre presente num movimento de massa), penso que para os demais, os minimamente sensibilizados, mobilizados e politicamente organizados, aflora o sentimento de insatisfação com a política, mas principalmente com a forma como as cidades vêm sendo geridas e da forma como poucos são aqueles que podem se considerar cidadãos com efetivo acesso as benesses da urbanidade e da civilidade.

Acompanhar esse momento, tendo vivido diversas experiências de ativismo no movimento pela reforma urbana, e presenciado inúmeras conquistas como a aprovação do Estatuto da Cidade (e de outras leis como ele estratégicas) e a criação do Conselho das Cidades, não me deixa parar de pensar: avizinha-se um campo fértil para a discussão do nosso projeto alternativo de moradia e de cidade? Teremos uma ampliação do número de pessoas que discutem e lutam pela materialização desse projeto? Nada está certo... Mas obviamente tem-se a esperança que tudo isso evolua e que esses grupos e/ou esses indivíduos tomem conhecimento de que já existe um movimento, uma luta árdua e por vezes silenciosa, pela mudança de paradigmas e pela materialização de uma utopia de cidade mais justa, socialmente includente e sustentável.

Experiências como o processo de produção do Conjunto Paulo Freire tem que ser divulgado e servir de reflexão para aqueles que buscam qualificar esse momento de grandes movimentos de massa. Isto porque ao se analisar a história do deste conjunto habitacional para/pelos trabalhadores de baixa renda, concluímos pela existência de um lugar onde decididamente um espaço de resistência ao "imobilismo" foi constituído. Um "espaço de esperança" talvez... Onde uma diversidade de agentes sociais tem percorrido um caminho de muitos anos para alcançar, através dessa resistência, a conquista mesmo que parcial de um direito fundamental, o direito à moradia digna. Sendo que esse caminho não foi percorrido apenas com experiências como o Conjunto Paulo Freire, de provisão habitacional. Foram muitas as outras as estratégias de atuação, que juntas representam a tentativa da materialização de uma utopia, um projeto de cidade alternativo.

Este projeto de cidade foi fruto de um momento (de exploração do possível) importante na conformação da política de desenvolvimento urbano atualmente vigente. Um momento em que movimentos sociais de moradia se reuniram em um movimento maior formado por organizações não governamentais, associações profissionais, núcleos de pesquisa e extensão universitária, intelectuais (de esquerda), o Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), que teve uma forte participação no processo de redemocratização do país após o período ditatorial e pautou a revisão constituinte (de 1988) no que tange a questão urbana e habitacional, e a provação do Estatuto da Cidade em 2001.

Como já visto na presente tese, esse projeto de cidade do MNRU se baseia em três questões: o direito à moradia e à cidade; o cumprimento da função social da propriedade; e a gestão democrática. O Estatuto traz instrumentos legais ao enfrentamento destas questões. Ele foi a continuidade da luta por direitos mediante um marco jurídico regulador e incorpora um caráter progressista, contrário à lógica de produção e consumo do espaço urbano historicamente dominante nos municípios brasileiros.

Neste projeto, a moradia não se resume a "quatro paredes e um teto", mas a uma utopia baseada, entre outros desejos, no acesso efetivo à cidade, ao urbano – sua infraestrutura, seus serviços, seu lazer, sua cultura, emprego e renda – por todos os cidadãos, independentemente de sua renda, cor, raça e gênero. Esse projeto de cidade, na condição de "utopia dialética" (temporal – espacial), incorpora tanto propostas de alteração da forma urbana como de instalação de novos processos sociais/temporais. Isto porque, ao passo que são propostas e aprovadas leis como o Estatuto das Cidades; são implantados, por exemplo, conjuntos habitacionais populares construídos a partir da gestão direta do seu futuro morador; são realizadas ocupações de imóveis em áreas centrais e são elaboradas propostas à política urbana e habitacional.

Por meio da presente pesquisa, nos propomos à investigação de apenas uma dessas estratégias, o mutirão autogerido, pelo caso do conjunto Paulo Freire. Uma experiência em que se explicitam as possibilidades de enfrentamento da realidade urbana excludente e desigual; seja através da forma como foi ocupada a "localização" que lhe foi dada pelo Estado (capitalista), seja pela forma como seus "agentes promotores" se organizaram, ou seja, pelos "meios utilizados" para tanto.

No caso da "localização", tem-se um bairro na periferia de São Paulo, o Inácio Monteiro (distrito de Cidade Tiradentes), com a "monofuncionalidade" de suas dezenas e dezenas de conjuntos habitacionais. Uma tentativa de materialização da utopia (da forma espacial) daqueles que queriam afastar para "longe" as classes trabalhadoras; com a certeza de

que aqueles inúmeros conjuntos de mesmo padrão e conteúdo, sem qualidade arquitetônica, urbanística e ambiental, sem as infraestruturas mínimas, seriam suficientes para criar uma "nova ordem social" e conter o trabalhador na sua luta por moradia digna e acesso à cidade.

A "localização" do Conjunto Paulo Freire, todo o seu contexto, é consequência de diversos processos relacionados ao processo maior da urbanização brasileira, pautada no crescimento econômico e na pauperização de camadas inteiras da população. Nesse processo, o Estado foi diretamente responsável pela alocação da classe trabalhadora. Ele, sob o avanço e as pressões das grandes incorporadoras imobiliárias, modelou o espaço da cidade (de São Paulo) de "modo diferencial", desenvolvendo esse espaço criado, a "periferia", como sempre o faz, de forma puramente racional, criando as grandes avenidas, os vazios, os monumentos e suas perspectivas amplas, ocupando o solo da cidade sem considerar a sua história, sem observar os direitos e os interesses de toda a população.

A questão é que, apesar da intenção de serem transformadas em espaços homogêneos, as periferias de São Paulo, a exemplo de outros centros urbanos, não são iguais entre si e nem internamente iguais. É forte a presença do "mar" de conjuntos habitacionais, mas coube à sociedade civil (no sentido gramsciano), reunida em experiências como a do Conjunto Paulo Freire, lutar junto às instâncias governamentais pela prerrogativa de se produzir algo contrário ao "homogêneo": lugares animados, multifuncionais (passagem, comércio, lazer), com populações de origens diversas, espaços ambíguos, ativos, da aglomeração, da luta e do conflito. Também se formaram outras paisagens, outros usos foram dados ao solo, infraestruturas foram implantadas, áreas de comércio e serviço se desenvolveram. Até mesmo uma certa "centralidade" foi alcançada.

E todos que participaram destas conquistas sabem que esta é uma luta continua e que questões fundamentais para a qualidade de vida da população local continuam sem uma perspectiva imediata de solução, principalmente no que tange ao lazer, à saúde e à geração de postos de trabalho. Isto porque em Cidades Tiradentes estão os menores números de postos de empregos formais; os quais continuam a prevalecer no chamado centro expandido – apontado como núcleo econômico da cidade. Essa questão, somada à precariedade do sistema de transporte público que atende a região, torna difícil a abolição da característica histórica da Cidade Tiradentes enquanto "cidade dormitório"; a "localização" dos conjuntos habitacionais da cidade de São Paulo.

Podemos então questionar: foi essa a localização que sobrou para a materialização de um projeto alternativo de moradia? Sim. E essa é a prática que se repete em São Paulo (e em muitas outras cidades brasileiras), com o agravante que mesmo "periféricas" (ainda mais

periféricas), essas terra são cada vez mais escassas. Ou seja, quase todos os "matagais" agora tem dono e estão sendo rapidamente ocupados por condomínios/loteamentos de classe média, média alta.

Mas então o que fazer?

Entre todas as estratégias que vem sendo promovidas pelos movimentos de moradia, parar de ocupar/disputar essas terras para projetos habitacionais comprovadamente qualitativos (como o mutirão autogerido de São Paulo) NÃO deve ser a resposta a esse tipo de questionamento.

A luta vivida até aqui tem que ser avaliada, e novos meios encontrados para o alcance dessa terra, para a sua ocupação e principalmente pela sua qualificação. Se a "cidade" chega ou chegará para os condomínios e loteamentos da classe média nas bordas da cidade, nas ditas áreas de expansão urbana, tem o mutirão autogerido do trabalhador de baixa renda, que estar no meio deles. Mas essa conquista envolve outra ainda vista, por muito, como inatingível: uma política fundiária que minimamente garanta terra adequada e bem localizada para implantação de moradia popular seja ela promovida pelos movimentos ou não. Nesse campo, os avanços foram mínimas e o projeto de cidade do Movimento de Reforma Urbana contido no Estatuto das Cidades, com o "seu" plano diretor participativo, não foi garantia de terra para um projeto alternativo de moradia, pois a disputa com o mercado imobiliário é difícil, principalmente sem a vontade política dos gestores na adoção dos instrumentos do Estatuto/Plano e de uma política de terras efetiva por parte dos gestores municipais.

É certo que, enfrentar essa complexidade para a materialização de uma utopia de cidade e seu projeto de moradia em uma "localização" como a periferia de um grande centro urbano pressupõe uma organização social também complexa e principalmente formada por lideranças efetivamente representativas das camadas populares. Assim o foi com os "agentes sociais promotores" da proposta do mutirão autogerido (ou produção habitacional cooperativada e autogerida) em São Paulo; uma sociedade civil (movimentos sociais, pastorais, professores e estudantes universitários, ONGs e políticos) reestruturada a partir da redemocratização do país, mas que herdou muito das experiências vividas, das identidades, dos valores e objetivos ulteriores.

Neste sentido concluímos que a atuação desses agentes e suas estratégias de organização conjunta tem se dado a partir de uma sequência de processos, sendo que a "formulação" da proposta do mutirão autogerido, em meio a tanta complexidade, não pertenceu, nem pertence, a um único agente social, mas a um grupo específico de agentes. Isto porque pensar na consolidação e expansão da proposta da produção habitacional de interesse

social alternativa, baseada em um projeto também alternativo de cidade, feita por movimentos sociais e famílias por meio do cooperativismo/autogestão/mutirão envolve formulações: - na escala da discussão da política habitacional existente e do "projeto de moradia", princípios, objetivos e diretrizes práticas mais gerais (como aconteceu no período da gestão Erundina em São Paulo) e; - na escala da produção da unidade habitacional. As formulações de uma escala alimentam a outra e vice-versa. Neste sentido não se pode concluir que alguns agentes foram meros "executores", porque todos participaram diretamente das formulações em pelo menos uma das duas escalas citadas. Esse avanço da constituição de agentes formuladores / executores tem que ser consolidado e incrementado não apenas no que tange a continuidade da capacitação técnica desses agentes, mas, sobretudo no que tange sua formação política.

A partir deste pressuposto, outro importante avanço tem que ser mais bem avaliado e consolidado: aquele que trata da ampliação das bases do movimento de moradia e sua consolidação no cenário político dos estados e do próprio país e conquistas, como: o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), o Conselho Nacional das Cidades, Conselho Gestor do FNHIS, conselhos municipais e estaduais de habitação e/ou desenvolvimento urbano, o Programa Crédito Solidário; o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) "Entidades". São conquistas que ainda não estão consolidadas e plenamente garantidas e que a "luta" dos movimentos de moradia continua, tanto nos espaços colegiados existentes, como nas ocupações, passeatas e demais formas de manifestação.

Esta estratégia de atuação ainda não pode ser desvinculada da atuação direta dos movimentos de moradia, como a UNMP, em programas com o PMCMV Entidades. Existe uma experiência técnica e política que não pode ser ignorada. Neste sentido os movimentos ainda não podem abrir mão de fazer parte da implementação destes programas e fazer a gestão (mesmo que compartilhada) dos processos, mas acompanhados de assessorias técnicas, como a Usina – CTAH, que conseguem deixar claro na sua práxis que não estão em busca apenas da produtividade e do lucro, mas também do aprimoramento do processo autogestionário e do diálogo qualitativo, principalmente com as famílias e dos ganhos que tudo isso viabiliza na qualidade do que tem sido produzido.

Ou seja, profissionais que estejam comprometidos politicamente com a proposta da "assessoria em autogestão na produção habitacional", viabilizando, acima de tudo, a gestão das famílias e suas associações/cooperativas, construindo uma "ponte" entre técnica e política, e uma valorização tanto do saber técnico pelas famílias, como do saber popular pelos técnicos. Caberá a esses técnicos a expansão ou não de assessorias como a que foi realizada no Conjunto Paulo Freire e em muitos outros da UMM-SP e de outros movimentos de

moradia. Daí a atenção redobrada com a influência que esses profissionais estão tendo na implementação da Lei da Assessoria Popular (Lei n. 11.888/2008); e na implementação do PMCMV Entidades.

Ainda sobre esse programa, nos resta a questão: o que será efetivamente "aproveitado" de experiências como a do Conjunto Paulo Freire? Isso no sentido de consolidação de todos esses avanços e no enfrentamento das limitações citadas no presente trabalho e em muitos outros já publicados. Limitações das quais destaco a questão do não exercício da autogestão, e das dificuldades de uma "gestão compartilhada" dos movimentos e famílias com o Estado e sua burocracia de exceção (a processos dessa natureza).

Se a autogestão (plena) na produção de moradias para/pelo trabalhador de baixa renda é por muitos, considerada como algo impossível, visto a origem do recurso e sua vinculação imutável à esfera estatal, os movimentos de moradia e assessorias tem que persistir nas estratégias que os possibilitem influir de forma cada vez mais contundente nessa burocracia, com propostas que viabilizem as flexibilizações necessárias à construção de moradias, de comunidades, de "cidade" e não apenas de unidades habitacionais. Daí a necessidade de se insistir na ocupação e disputa por espaços dentro da estrutura estatal e legislativa. Obviamente, correm-se aí alguns riscos políticos (cooptação, centralismo, desvinculação do interesse do coletivo, distanciamento da base política etc.), mas não há como apenas desistir dessa estratégia, tem-se que aprimorar os mecanismos de controle social, não só para fiscalizar esses agentes, mas todos os demais.

Nesse sentido, reiteramos a importante contribuição que experiências como o processo de implantação do Conjunto Paulo Freire dão na formação política de novos agentes sociais e consequentemente na melhoria da forma que exercido o controle social. Sendo impossível desconsiderar os contextos desfavoráveis que influenciam a quantidade e mesmo a qualidade desses novos agentes "formados". Isto porque, muitas vezes ouve-se o seguinte questionamento: "Mas por que, de tantas pessoas participantes do mutirão autogerido, apenas 2 ou 3 passaram a atuar efetivamente dentro da União dos Movimentos de Moradia (UMM-SP) ou de outro movimento organizado?".

Então é sempre bom lembrar: essas pessoas (famílias) participantes da construção de conjuntos com o Paulo Freire exerciam a autogestão do processo construtivo de uma obra complexa (cinco andares, estrutura metálica, com famílias morando etc.), participando diretamente da gestão dos processos (administrativos, financeiros, resolução dos conflitos etc.), trabalhando no canteiro da obra, na cozinha, na creche (do mutirão). Para além de tudo isso, mantinham suas "vidas", com suas rotinas familiares e profissionais. Valendo salientar a

participação quase que majoritária das mulheres, chefes de família ou não, que incorporaram uma quarta jornada de trabalho nos finais de semana.

Difícil então imaginar que em meio a tanta luta, tinham ainda que estar presentes nas reuniões de formação política (sobre as questões de moradia e da cidade) e técnica (questões administrativas e construtivas) e nos momentos de manifestação e reivindicação da UMM – SP, o que envolvia passeatas, ocupações de terra, acampamentos e protestos nos órgãos de governo, etc. E isso "tudo" não se deu durante um ano ou dois (como as obras de conjuntos convencionais), mas durante dez anos, principalmente pelo fato de que, mesmo sendo os gestores da "obra", tiveram que se sujeitar à dinâmica de quatro gestões municipais e inúmeros entraves, atrasos de recursos e redirecionamentos políticos desses gestores e suas políticas habitacionais.

Não foram apenas a Cris, a Dôra ou o Djalma, por permanecerem atuantes na UMM-SP, que foram sensibilizados e mobilizados. Não houve, para a maioria das famílias do Conjunto Paulo Freire como sair "ileso" de um processo dessa complexidade. Um conjunto habitacional foi construído por 100 famílias ao mesmo tempo em que estas, em parceria com diversos outros agentes, disputavam e lutavam para que um "projeto de cidade" chegasse até a localização que "sobrou" para materialização dos seus sonhos de casa própria.

Não se pode afirmar que foi "revolucionário", no sentido que a luta foi por uma "não cidade", apenas um matagal, um pequeno terreno, pedaço de outro futuro mega-conjunto da prefeitura, no limite extremo da cidade de São Paulo, fronteira com outro município. Mas foi o "lugar do possível" para essas famílias e, principalmente para os movimentos e assessorias que as mobilizavam e organizavam. Só quem atua com mobilização social para a luta por direitos compreenderá as dificuldades que foi atuar na mobilização dessas famílias para conquista dessa terra (mesmo precária), enfrentando, no caso do Paulo Freire a burocracia de exceção do Estado para a liberação e início da obra. Também houveram casos de disputas por terrenos em igual condições de localização e precariedade, onde a UMM_SP e as famílias tiveram que enfrentar os "ditos donos da terra" e a violência de seu aparato policial (defensor do direito de propriedade).

Vale ainda salientar que, essas famílias estabeleceram uma experiência de gestão de uma forma de produção habitacional a preço de custo, que os permitiu verificar, em tempo real, as distorções ou ajustamentos entre qualidade dos materiais aplicados, custos orçados e serviços realizados no conjunto do mercado da construção civil. Como concluíram Lopes e Rizek (2004), tornaram-se potenciais auditores dos gastos públicos no setor da habitação popular, assim como, passaram a ter a compreensão da cidade como um elemento também

necessário à moradia. O processo conduziu o grupo a novas formas de apropriação territorial urbana e de relacionamento individual e coletivo com o meio social e a cidade.

Ocorreu o entendimento da coesão para a conquista de direitos, nesse entendimento as famílias incorporam a ideia do "quão longe podem ir" na materialização de seus projetos. E os movimentos de moradia, assim como os demais agentes do mutirão autogerido tem que continuar incansáveis na manutenção e qualificação da atuação política da Cris, do Djalma e da Dôra, e nas estratégias de uma ampliação qualitativa desse grupo. Pode parecer uma conclusão simplista, mas não há outro caminho para a materialização da utopia dialética (temporal-espacial) do projeto de moradia e cidade da reforma urbana.

E mesmo com todo imenso apelo social e político que existe para que os movimentos sociais tenham cada vez mais espaço na distribuição dos recursos estatais para a produção de moradias populares. E mesmo que já se tenha experiência acumulada na gestão compartilhada desses processos. As condições de atuação qualificada dos agentes promotores (movimentos, famílias, assessorias e prefeituras) ainda são desiguais se pensarmos na diversidade de contextos municipais de um país "continental" como o Brasil. Mesmo em realidades com as de São Paulo (se é que podemos fazer algum tipo de comparação) ainda é bastante complicado pensar nessa ampliação.

Isto porque é fato, o "mutirão autogerido" é uma prática ainda muito pulverizada, que por conta do cuidado "quase além do obsessivo" com os trâmites burocráticos pelos agentes estatais tem demandado como visto uma complexa rede organizativa de base, qualificada e habilitada para assumir processos massivos de produção habitacional. No caso do Conjunto Paulo Freire, não se pode esquecer que as famílias e sua associação estavam de várias formas respaldadas por um movimento maior, o UMM-SP, ligado a dois importantes movimentos nacionais, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e a Central dos Movimentos Populares (CMP), os quais já vinham a certo tempo implementando projetos similares na cidade de São Paulo.

Essa prerrogativa limita a massificação da prática na produção habitacional e torna a boa qualidade da moradia produzida um privilégio de poucos. E também está relacionada ao fato de esta prática acontecer mediante recursos do Estado, em conjuntos habitacionais cuja decisão de implantação depende dos direcionamentos de uma política, com suas normas e regulamentos de gestão. Outro elemento que agrava este "choque de racionalidades" está na falta de preparo da gestão frente à prática do mutirão e às propostas "inovadoras" em termos de projeto arquitetônico, materiais e técnicas construtivas.

Frente a essa complexidade, não defenderemos o imobilismo e nem, reiteramos, que se abra mão da participação direta em propostas como o PMCMV Entidades, que ampliam o acesso a esse tipo de prática. Defendemos apenas que, a depender dos diversos contextos municipais, se estabeleçam critérios de implementação da prática da produção habitacional com gestão compartilhada Estado – movimentos sociais organizados, não perdendo de vista que, na maioria dos municípios deve-se considerar o caráter experimental e processual que o mutirão autogerido (praticado em São Paulo). Na perspectiva que não se trata de um "modelo" fechado, e sim de um constante aprimoramento, com base no reconhecimento e enfrentamento dos entraves ulteriores. E também que não se trata apenas do provisionamento unidade habitacional, trata-se do processo (longo e ainda "inicial") do controle e da ação social na luta por outro projeto de cidade.

Devem-se buscar, em cada realidade local, estratégias de superação de duas situações que distorcem e podem comprometer a legitimidade de uma atuação direta dos movimentos sociais na produção habitacional: as situações em que associações/movimentos produzem de forma indiscriminada a proposta do mutirão autogerido para acessar os recursos e acabam se deixando "usar" pelas empreiteiras; e as situações onde impera na gestão compartilhada dos recursos, os ditames de uma burocracia de exceção que mais exclui do que qualifica processos dessa natureza. Se, processos como o de implantação do Conjunto Paulo Freire servirão como referência para a superação destas situações de "risco", temos aqui que continuar a tratar do que foi colocado nesta tese como limitações dessas experiências, chamadas por seus agentes promotores de mutirões autogeridos.

Neste sentido, lembramos que a estratégia do mutirão autogerido em São Paulo foi bastante influenciada pela experiência das cooperativas habitacionais uruguaias, que objetivava uma maior economia e qualidade na produção de moradias populares, assim como uma maior participação social nas definições da política habitacional. E concluímos, concordando com Lopes e Rizek (2004) que essa "importação" se deu sem muitas avaliações de contexto e ajustes imediatos ao meio, estes só aconteceram à medida que o mutirão autogerido materializava suas primeiras experiências.

Já foi o tempo de se retomar/enfrentar as discussões a cerca do fato destas "faltas" terem inviabilizado a "importação" de outras importantes conquistas do cooperativismo uruguaio, neste caso, sobretudo, a propriedade (coletiva) do conjunto habitacional pela cooperativa de famílias; e uma legislação primeira (como a Ley de Vivenda uruguaia) que regulasse e, de certa forma, garantisse a continuidade da estratégia do mutirão autogerido e suas conquistas. Uma estratégia seria atrelar essa discussão de forma mais direta e propositiva

à outras colocadas pelo movimento de reforma urbana a partir da aprovação em 2001 do Estatuto da Cidade, como o cumprimento da função social e a regularização fundiária.

Outra conclusão importante é que, apesar dessas "ausências" na estratégia liderada pela UMM-SP, o mutirão autogerido em São Paulo é forte em suas dimensões cooperativistas e, sobretudo, autogestionárias. Falo "dimensões", não no sentido de reduzir a estratégia ou os meios utilizados, mas sim no sentido de colocar esses meios na posição que lhe é devida: um processo de "gestão compartilhada" (com o Estado, detentor da política habitacional, seus recursos, procedimentos e normas). Não se tratando de uma simples "terceirização precária" da provisão habitacional. Afinal os agentes promotores (movimento, assessoria, associação e famílias) não tinham como objetivo o lucro, que uma empresa privada terceirizada, como uma construtora teria.

Os agentes promotores do mutirão autogerido, ao se utilizarem da gestão compartilhada, intencionam ir mais além, em um processo altamente complexo e que torna-se ainda mais difícil devido à "necessidade" do mutirão, de se ter as famílias, futuras moradoras, trabalhando na construção do conjunto.

Mesmo correndo o risco da "repetição de conclusões no capítulo da conclusão" (ou das considerações finais como é o nosso caso), reitero que por mais que se apregoem os "malefícios" do mutirão, os entrevistados foram unânimes em confirmar as vantagens que tal proposta quando somada à "autogestão", trouxe para a qualidade do que foi produzido. Foi também unânime a opinião de que o peso do mutirão (em seu formato atual: famílias trabalhando no sábado ou no domingo como ajudantes gerais) só foi maior não pelo "trabalho em si", mas pela demora do processo, ocasionada pelos constantes atrasos de repasse do poder público municipal.

Também foi consenso entre todos os entrevistados que dificuldades do mutirão foram compensadas pelo fato de que, com a gestão das famílias, não havia "atravessadores" na produção. Como as famílias eram as beneficiárias diretas do processo, afora qualquer divergência que tivessem entre si, seu interesse maior era único: a economia, com qualidade, na construção dos apartamentos.

O mutirão autogerido não se colocava como algo simples, era um exercício contínuo, mas não aleatório e despretensioso. E de uma forma geral, concluímos que os agentes promotores do mutirão autogerido devem, cada vez mais, investir na avaliação de processos como o Conjunto Paulo Freire; aprofundar a autocrítica e redefinir o delineamento claro dos limites da sua prática, principalmente no que tange os "choques" com a racionalidade técnica e burocrática do Estado. Isto para se conseguir resolver minimamente o dilema que envolve a

certeza da produção habitacional como única maneira de sobrevivência do movimento e seu projeto de moradia, mas que pouco tem alterado a realidade, a dinâmica da cidade, e influído estruturalmente na conformação da política habitacional local e nacional.

Não se trata de apenas aumentar a "produtividade" do movimento, das famílias, da assessoria, mas sim de, nos processos em andamento e futuros não se ter um "esvaziamento qualitativo da concepção original", devido à adaptação constante aos ditames operacionais (burocratizantes) da máquina administrativa. Deve-se persistir num aprimoramento da prática do mutirão autogerido, articulando os ajustes técnicos aos políticos de forma a não se afastar da luta pelos princípios de um projeto (alternativo) de moradia e de cidade (do MNRU), no qual a "moradia" produzida deve permitir o abrigo e o acesso ao trabalho e à renda, à infraestrutura física adequada e a serviços públicos essenciais, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, ao lazer, à cultura, à informação, à participação política, à liberdade de organização e expressão, ou seja, acesso à terra urbanizada e bem localizada.

Para além de todas as colocações até aqui feitas, vale salientar que as possibilidades do mutirão autogerido como uma das estratégias de materialização de uma utopia temporal-espacial de cidade (projeto de cidade da reforma urbana), só se dará com a persistência na construção de estratégias de atuação conjunta de seus agentes promotores (famílias, associações e movimentos sociais organizados, assessorias técnicas e poder público) em busca um processo efetivamente autogestionário de produção de moradias de interesse social sempre articulado a outras lutas de exigibilidade de direitos. Isto vai desde o fortalecimento das lutas para a implementação da prerrogativa constitucional da função social da propriedade (daí o enfrentamento pelo Estado da total mercantilização da terra urbana), até a formulação de estratégias que garantam a autonomia na gestão dos recursos financeiros públicos utilizados, pensando-se até, a viabilidade, ou não, de outras fontes privadas de recursos.

Essa busca tem sido fundamental à derrota do "imobilismo" dos agentes sociais, levando-os ao exercício da cidadania, a fazer novas reflexões e a consolidar uma pauta de reivindicações necessárias e influir no cenário da política urbana. A constante adaptação da Associação de Construção Paulo Freire, suas famílias associadas e da UMM-SP, sob a assessoria da Usina, aos diferentes momentos da política habitacional municipal e nacional, sua ampliação dessa parceria em um movimento de caráter nacional como a UNMP, compondo com outros movimentos e segmentos sociais, o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), suas conquistas/derrotas, demonstra que os desafios foram e só se tornam maiores. Desafios que têm sido assumidos e vistos por muitos como, no mínimo, "uma ousadia", uma mudança de paradigmas. Mas talvez ainda distante de uma materialização da

utopia proposta por Harvey (2000) que reúne a “utopias da forma espacial” e o “utopismo do processo temporal" (social).

REFERÊNCIAS

AMARAL, Ângela de Arruda Camargo. **Habitação na cidade de São Paulo**. 2º edição revisada. São Paulo: Pólis / PUC-SP, 2002.

ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova: Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefévre, de Artigas aos mutirões**. 2º ed. São Paulo: Ed. 34, 2002.

BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo:** das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha. 2006. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo.

BERTULLO, Jorge; ISOLA, Gabriel; CASTRO, Diego; SILVEIRA, Milton. **El cooperativismo em Uruguay**. Red Universitaria de las Américas em Estudios Cooperativos y Asociativismo. Servicio Central de Extensión y Actividades en el Medio (SCEAM). Universidad de la República do Uruguay, 2003.

BONDUKI, Nabil. **Habitação e urbanismo**: da utopia à construção, a participação popular na política habitacional em São Paulo. Suplemento Especial da Revista Projeto. São Paulo, 1991.

_____. **Origens da habitação social no Brasil. Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998.

BOURDIN, Alain. **A questão local**. Trad.: Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BUENO, Laura Machado Mello. 2000. **Projeto e favela**: metodologia para projetos de urbanização. Tese de doutoramento, FAU/USP, São Paulo/SP.

CAMARGO, Candido P. Ferreira. **São Paulo, 1975**: crescimento e pobreza. São Paulo: CEBRAP/Edições Loyola, 1975.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: uma discussão conceitual. DADOS, vol. 40, nº 2 1997. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso.

COELHO, Isabel Teresa Pinto. O mutirão urbano: da solidariedade à exploração. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19, 2010. Fortaleza. **Anais**... Fortaleza: CONPENDI, 2010.

CORAGGIO, José L. **Descentralización, el dia después...** Cuadernos de Posgrado; Serie Cursos y Conferencias, n. 6. Oficina de Publicaciones del CBC, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2007.

CORDEIRO, Simone L. **Cidade Tiradentes e COHAB**: moradia popular na periferia da cidade de São Paulo – projetos e trajetórias (1960-1980). 2009. Tese de Doutorado. (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CYMBALISTA, Renato (et. al). **Habitação: controle social e política pública**. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

DA PAZ, Rosângela D. O. **Fundo nacional de moradia popular**: marco histórico de participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. 1996. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Serviço Social). Setor de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

DURHAM, Eunice Ribeiro. A sociedade vista da periferia. In: KOWARICK, Lúcio (Org.) **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente, coordenador. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ENGELS, Frederick (2012 [1880]). **Socialism: utopian and scientific**. Edição on-line em Marx/Engels Internet Archive (marxists.org). Consultada em 2012.

FARIA, Maurício Sardá de. **Autogestão, cooperativa, economia solidária**: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: UFSC, 2011.

FINEP-GAP. **Habitação Popular**: inventário da ação governamental. FINEP e Projeto Editores: São Paulo, 1985.

FRUET, Genoveva Maya. **As cooperativas habitacionais de Porto Alegre**: parceria, realizações e desafios. Artigo. Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 21-36, jan./mar. 2004.

GEDIEL, José (2005). Cooperativas populares: a legislação como obstáculo. In: LESER DE MELLO, Sylvia (Org). 2005. **Economia solidária e autogestão**. São Paulo: Nesol-USP / ITCP-USP / PW.

GOBBI Santos, Alessandra**. Cooperativas habitacionais e capacitação profissional**. In: Revista de Urbanismo, Nº12, Santiago de Chile, publicación electrónica editada por el Departamento de Urbanismo, F.A.U. de la Universidad de Chile, junio 2005, I.S.S.N. 0717-5051. http://revistaurbanismo.uchile.cl/CDA/urb_completa/0,1313,ISID%253D530%2526IDG%253D2%2526ACT 253D0%2526PRT%253D14918,00.html

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GUILLERM, Alan; BOURDET, Yvon. **Autogestão**: uma mudança radical. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. Trad.: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004 [2000].

_____. **A condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 12º Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

JOYEUX, Maurice. **Autogestão, gestão direta, gestão operária**. Brasília: Novos Tempos Editora, 1972.

KEIL, Ivete M.; MONTEIRO, Silvio T. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina**. São Leopoldo/RS, 1982.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal/lógica dialética**. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A, 1975.

_____. **A revolução urbana**. Trad.: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

LOMBARDI, Maria Rosa. **Políticas de habitação popular, trabalho associado e relações de gênero: a experiência da USINA**. Maria Rosa Lombardi, Maria Natália Barboza Silveira. São Paulo: FCC/DPE, 2011.

LOPES, João Marcos de Almeida; RIZEK, Cibele. O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção de moradia para os pobres: uma abordagem crítica. In: CARDOSO, Adauto Lúcio; ABIKO, Alex Kenya, (Ed.). ***Habitare***: procedimentos de gestão habitacional para população de baixa renda, v. 5. Porto Alegre: ANTAC, 2006. p. 44-75.

MARICATO, Ermínia. **A Produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979.

MENDES, Izabel Cristina Reis. 2006. **Programa Favela-Bairro:** uma inovação estratégica? Dissertação de mestrado, FAU/USP, São Paulo.

MINEIRO, E.; RODRIGUES, E. **Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades:** uma história em construção In: Lago, L. C. (Org.) Autogestão Habitacional no Brasil: Utopias e Contradições. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2012. p. 19 – 48

MORAIS, Maria Cristina. **Cooperativa habitacional autofinanciável:** uma alternativa de mercado à escassez de financiamento. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Centro de Tecnologia - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MOREIRA, Fernanda Aciolly. **O lugar da autogestão no governo Lula**. 2009. Tese de doutoramento, FAU/USP, São Paulo/SP.

NAHOUM, Benjamin (compilador). **Una historia com quince mil protagonistas:** las cooperativas de vivenda por ayuda mutua uruguaias. Intendecia Municipal de Montevideo, División Espacios Publicos, Habitat y Edificaciones, Junta de Andalucia, Consejeria de Obras Públicas y Transporte, Direción General de Arquitectura y Vivenda; Agencia Española de Cooperación para el Desarrolo: Motevideo-Uruguay, 2008.

PINHO, Diva Benevides. **Cooperativismo nos meios capitalistas e socialistas**. São Paulo: FFCL/USP, 1961.

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva; SILVA, Emanuel Sampaio... Organizadores; [et al.]. **Cenário e tendências do cooperativismo brasileiro**. Recife: Bagaço, 2004.

PISARELLO, Gerardo. **Vivenda para todos:** un derecho en (de) construción, el derecho a una vivienda digna y adequada como derecho exigible. Barcelona: Icaria, 2003.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. Desafios da Questão Urbana na Perspectiva do Direito à Cidade In: SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos; CHRISTOVÃO, Ana Carolina; NOVAES, Patrícia Ramos (Org.). **Políticas públicas e**

direito à cidade: programa interdisciplinar de formação de agentes sociais e conselheiros municipais. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: IPPUR/UFRJ, 2011.

RONCONI, Reginaldo Luiz Nunes. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão (Programa FUNAPS Comunitário)**. 1995. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos/USP.

SADER, Eder. **Quando os novos personagens entraram em casa**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, André Luiz Teixeira. **A prática dos movimentos de moradia na produção do espaço da cidade de São Paulo**: os limites da participação e a (im) possibilidade de emancipação. 2019. Tese de doutoramento, FAU/USP, São Paulo/SP.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves; MONTANDON, Daniel Todtmann (Org.). **Os planos diretores municipais pós-Estatuto da Cidade:** balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.

SÃO PAULO (Cidade), 2004. **Balanço Qualitativo de Gestão 2001-2004**. SEHAB, PMSP.

SANTOS, Milton. **Ensaios sobre a urbanização Latino-americana**. 2º Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. **Por outra globalização, do pensamento único à consciência universal**. 10º Ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **A natureza do espaço: técnica, razão e emoção**. São Paulo: Editora da USP, 2002.

São Paulo (SP). Prefeitura. **Plano Habitacional do Município de São Paulo 1983/87**, 1984.

São Paulo (SP). Prefeitura. 2004. **Plano Municipal de Habitação.** In: Diário Oficial do Município, 2004 (a).

São Paulo (SP). Prefeitura. **Balanço Qualitativo de Gestão 2001-2004**. SEHAB, PMSP, 2004(b).

SEMPLA/DIPRO – Secretaria Municipal de Planejamento de São Paulo. Estimativas de população – Município de São Paulo – Subprefeitura e Distrito Cidade Tiradentes. In: **INFOCIDADE**. São Paulo: SEMPLA/DIPRO, 2008. Disponível: http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br/. Acessado em 10/09/2012.

SILVA, Helena Maria Menna Barreto. **Terra e moradia**: que papel para o município? 1987. Tese de doutoramento, FAU/USP, São Paulo/SP.

TEIXEIRA, Aloísio (Org.). **Utópicos, heréticos e malditos**: os precursores do pensamento social da nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002.

VALLADARES, Lícia Prado. (org.). **Habitação em questão**. 2º Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Utopística ou decisões históricas do século vinte um**. Trad.: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2003.

Usina CTAH. **Diagnóstico de Cidade Tiradentes - Programa Bairro Legal**. São Paulo, 2003.

Sites consultados

http://pt.scribd.com/doc/18658713/A-Autogestao-Social-Nildo-Viana

http://pt.scribd.com/doc/69287498/Autogestao-Cooperativa-Economia-Solidaria-Avatares-do-Trabalho-e-do-Capital?secret_password=txlveg19w9c0bsdwzn3

http://pt.scribd.com/doc/73610121/RIPE-2011-Fundamentos-da-politica-brasileira
FUNDAMENTOS DA POLÍTICA BRASILEIRA (2011) Frederico Licks Bertol e Camille Remondeau

http://tcdc2.undp.org/GSSDAcademy/SIE/Docs/Vol6/Housing.pdf

http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/contrastes_urbanos/ [Dados sobre postos de trabalho em SP]

APÊNDICE A – Roteiro de pesquisa: 1º Viagens (pesquisa de caráter exploratório) • São Paulo/SP – 13 a 20 de maio/2010 • Porto Alegre/RS – 07 a 14 de junho/2010 • Montevidéu (Uruguai) – 17 a 25 de julho/2010.

Estas primeiras viagens tiveram como objetivos:

1. Iniciar visita e mapeamento de experiências relevantes em termos político, socioeconômico e tecnológico.

2. Investigar como se deram os primeiros contatos com a proposta/prática do cooperativismo/autogestão na produção de moradia popular.

Dentro do Objetivo 1, durante a visita às comunidades/conjuntos foi realizado além de levantamento fotográfico, rápidas entrevistas com moradores ou representantes dos moradores, onde buscou-se considerar e identificar:

- O período de implementação/desenvolvimento de cada projeto;
- A localização e a forma de aquisição da terra: quem "escolheu" o terreno? Porque foi escolhido este terreno? Onde moravam as famílias?
- A quantidade de famílias beneficiadas; a forma de mobilização e seleção; ocupação, renda e grau de instrução; o número de famílias moradoras desde o início do processo;
- Os atores institucionais e políticos envolvidos na organização social, no financiamento e na assessoria.
- A forma de construção: mutirão/autogestão/contratação: processo de trabalho; hierarquia no canteiro; trabalho masculino e feminino.
- Permanece, hoje, alguma forma de cooperação entre os moradores ou parte dos moradores? Em que trabalham os trabalhadores envolvidos na construção das moradias? O que faziam antes e passaram a fazer depois?
- A moradia é também lugar de trabalho? Para quantas famílias?
- O montante de recursos; os prazos; as exigências do financiador; o andamento;
- As técnicas construtivas e os materiais utilizados;
- O projeto arquitetônico e urbanístico, sua forma de elaboração;
- A forma de propriedade: titulo ou concessão; condições de mercantilização do imóvel.
- Existência de algum tipo entidade representativa da comunidade: condomínio, associação, centro comunitário etc.
- Ligação com movimentos sociais organizados ou sindicatos.

Para o alcance do Objetivo 2, foram realizadas entrevistas com representantes de movimentos populares, assessores/ONGs, professores e representantes de secretárias municipais e estaduais de habitação, atores envolvidos de forma direta ou indireta com a temática da pesquisa. Verificando-se:

- Como se deram os primeiros contatos com a prática cooperativista, a autogestão na produção de moradia popular;
- Experiências consideradas relevantes;
- As dificuldades encontradas e as primeiras estratégias de superação destas;
- A relação Estado – Movimento (e/ou ONGs) – Famílias;
- As potencialidades da prática cooperativista autogestionária na produção de moradia hoje.

A proposta foi ter nestas primeiras entrevistas um panorama do que foi a prática em sua origem, assim como se verificar, ainda que de forma superficial como o cooperativismo, a autogestão, os mutirões estão sendo vistos agora por aqueles que presenciaram o início destas práticas e a sua evolução.

- Como os entrevistados (morador, liderança, assessor, etc.) definem: “cooperativismo”, “autogestão” e “mutirão”?
- O que falta para o entrevistado alcançar uma boa vida na cidade?

APÊNDICE B – Roteiro de pesquisa: 2º e 3º Viagens • Pesquisa Documental e Aplicação das Entrevistas • São Paulo/SP – 27 a 29 de novembro/2010 – 02 a 04 de dezembro/2010

Esta segunda viagem teve como objetivos:

1. Visitar o Conjunto Paulo Freire (estudo de caso selecionado) para novo levantamento fotográfico, e início da aplicação das entrevistas (estruturadas) com moradores ou representantes dos moradores.

2. Coleta com representantes da Usina-CTAH e com a UMM-SP, de documentos/relatórios/plantas e projeto do conjunto.

Entrevista estruturada com moradores e representantes da associação (também moradores):

1. Fale um pouco sobre a sua família hoje: número de integrantes, renda, grau de escolaridade etc.
2. Onde você morava antes? Conta como foi a sua história, como se deu a sua vinda para esse mutirão.
3. Como foi a participação da sua família na hora da construção? Como vocês se organizaram?
4. O que você achou do mutirão e da autogestão?

5. Como era a relação entre vocês e com a assessoria?
E a relação com a Prefeitura?

6. Como ficou a relação da sua família com a associação, com o movimento leste, o que mudou nessa relação e como está a visão de vocês em relação a toda essa luta por moradia?

7. O que mudou na vida de vocês, o que era antes de vir morar aqui e depois de vir morar aqui?
Em termos de transporte, do acesso ao trabalho, da qualidade do lugar, é igual ao lugar onde você morava antes?
Como vai ficar essa historia das prestações, no orçamento de vocês? Vocês estão se preparando?

8. Qual é sua principal critica? E quais os aspectos positivos?